



**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia**

Julia Monteath de França

**Diplomacia, economia e refúgio:
faces da relação Brasil - África no início do século XXI**

Rio de Janeiro
2013

Julia Monteath de França

TÍTULO:

Diplomacia, economia e refúgio:
faces da relação Brasil - África no início do século XXI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora:
Prof. Dr. Vanessa Oliveira Batista

Rio de Janeiro

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

F814 França, Julia Monteath de.

Diplomacia, economia e refúgio : faces da relação Brasil-África no início do século XXI / Julia Monteath de França. -- 2013.

156 f. : il. ; 31 cm.

Orientadora: Vanessa Oliveira Batista.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

Bibliografia: f. 121-132.

1. Relações internacionais - África. 2. Cooperação Sul-Sul. 3. Migrações forçadas.
4. Imperialismo. I. Batista, Vanessa Oliveira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

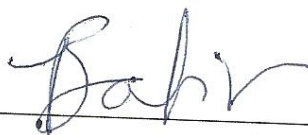
CDD 327.6

JULIA MONTEATH DE FRANÇA

**DIPLOMACIA, ECONOMIA E REFÚGIO: FACES DA RELAÇÃO BRASIL-
ÁFRICA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional

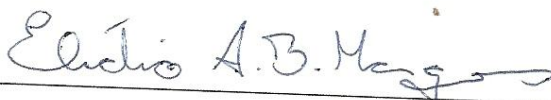
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Vanessa Oliveira Batista (orientadora) – PEPI/IE/UFRJ



Prof. Dr. Maria de Mello Malta – PEPI/IE/UFRJ



Prof. Dr. Elídio Alexandre Borges Marques – NEPP-DH/UFRJ

Abril/2013

Aos meus pais, Lillian e Fernando,
que sempre acreditaram em mim e nunca mediram esforços.
Com todo o amor desse mundo.

Agradecimentos

Por mais que se tente, os agradecimentos nunca dão conta de todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para se chegar ao ponto final de mais uma etapa. Assim, me desculpo desde já pelas injustiças que o pouco espaço - no papel e na memória - me levará a cometer.

Antes de qualquer um, contudo, não tem como não agradecer a meus pais, sem os quais eu não seria nada. Por todo apoio que eles sempre me deram, por acreditar em mim e por me fazer acreditar, pela paciência de todos esses anos, mas, acima de tudo, por todo o amor, incondicional. Muito obrigada.

À minha família, por ser a base de tudo. Minhas avós Delma e Rejane, meu avô John, *in memoriam*, e vovô Limeira, que sempre contribuíram para minha formação pessoal e intelectual e sempre me acompanharam. Aos primos, aos primos novos e aos novos primos, às tias e tios. Em especial a meu irmão, Daniel, pela paciência de monge de conviver comigo e estar do meu lado nesses vinte e tantos anos, que foram apenas o começo. A tia Beta, que com tanta disposição me apoiou neste e em tantos outros processos e que infelizmente não chegou a ver a versão final encadernada, *in memoriam*. Muito obrigada.

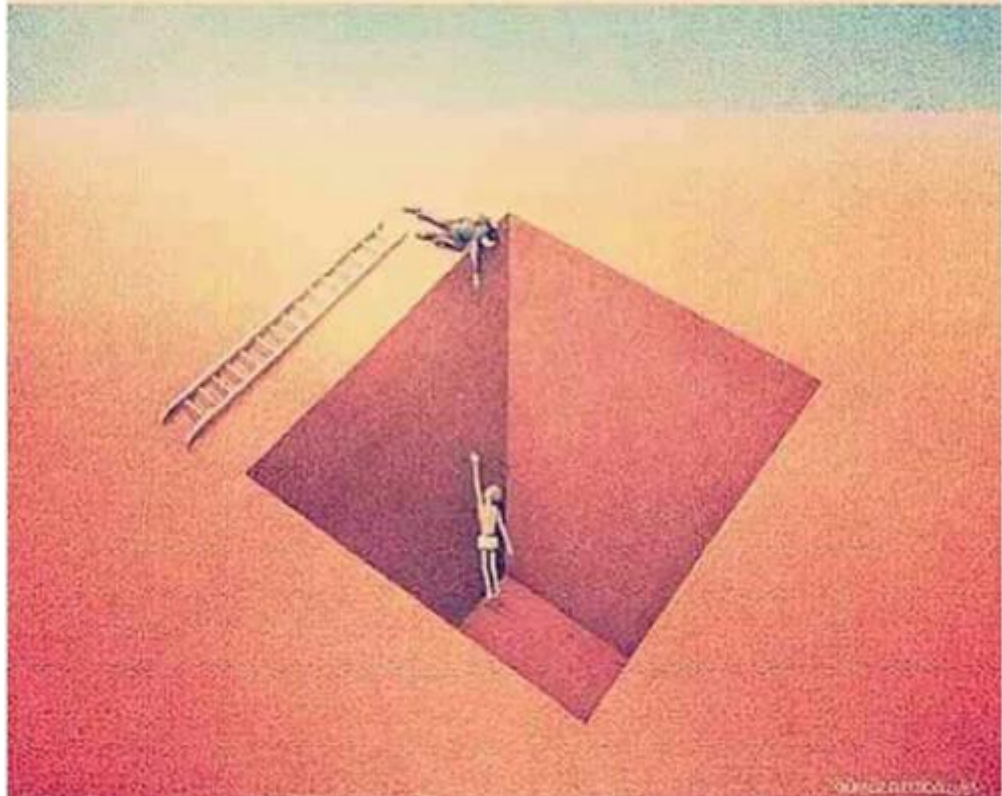
Aos meus amigos, família que se escolhe. De ontem, de hoje e de sempre. Por entenderem minhas ausências e por preencherem minhas presenças. Pela companhia nos dias de sol e nos dias de chuva. Por me ajudar no trabalho quando precisei e por me distrair do trabalho quando foi necessário. Em especial a Matheus, de perto ou de longe, não só por ter acompanhado esse processo - que, como tal, é lento - mas por fazer parte dele de forma tão presente, e sem quem com certeza eu não teria chegado a este ponto final e nem onde estou agora. Muito obrigada.

Ao PEPI, pela oportunidade e, ainda mais importante, pelos mais valiosos presentes que foram os novos amigos, de dentro e de fora, que chegaram para alargar ainda mais essa família. Pela ajuda com as discussões e com as conversas sem hora. Também ao pessoal da secretaria, que esteve do nosso lado todo esse tempo, nos ajudando com toda a paciência do mundo, na saúde e na doença, e sem os quais esses últimos anos teriam sido muito mais difíceis. Muito obrigada.

À Vanessa, por acompanhar meu trabalho e acreditar em mim desde os primeiros anos do IFCS. Pela orientação, pela amizade, pelo carinho e por tudo que aprendi em sua companhia. Ao Gustavo e ao Reine, por nos receberem com um sorriso no rosto (e um prato na mesa!), nos horários mais familiares. À Maria e ao Elídio por todas as contribuições que deram a este trabalho, sem as quais eu não teria chegado até aqui. Muito obrigada.

À Faperj, cujo apoio foi fundamental neste último ano de caminhada. Muito obrigada.

Some people just act like they are trying to help you



© 2012 art101.com

Tony: *Where the hell are we?*

Percy: *Geographically speaking, in the Northern Hemisphere. Socially, on the margins. And narratively, with some way to go.*

- The Imaginarium of Doctor Parnassus

"Os homens nasceram para desobedecer aos mapas e desinventar bússolas. Sua vocação é a de desordenar paisagens."

- Mia Couto

Resumo:

FRANÇA, Julia Monteath de. “Diplomacia, economia e refúgio: faces da relação Brasil - África no início do século XXI”. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre as relações contemporâneas entre Brasil e África na primeira década do século XXI. Mais especificamente, ele busca colocar em questão as mudanças anunciadas nas estratégias políticas internacionais do Brasil durante o governo do presidente Lula. De acordo com este novo discurso diplomático, o Brasil passa priorizar não apenas em suas políticas externas e suas relações comerciais, mas também em suas relações históricas, sociais e humanas, os países do assim chamado “sul global”, estabelecendo com eles uma relação entre iguais de cooperação para o desenvolvimento – a chamada Cooperação Sul-Sul -, fortalecendo a posição destes países dentro do sistema-mundo capitalista no intuito de construir uma nova ordem internacional. Esta se tornou uma das principais bandeiras deste novo governo brasileiro e teria a África como aliado central, devido as proximidades históricas e culturais das duas regiões. Esta análise será realizada tendo como base teórica o entendimento de que o capitalismo contemporâneo ainda se encontra em sua fase imperialista de acumulação e que uma mudança efetiva – “de baixo para cima” - nos padrões econômicos, políticos, sociais e epistemológicos só podem ser vivenciadas a partir do *giro descolonial*, com a priorização dos direitos humanos, construídos a partir da experiência intercultural. Partindo de tal recorte teórico e metodológico e com base em uma revisão de bibliografia histórica, documental e legislativa, além de relatos coletados por fontes secundárias, reportagens, documentos digitais e pela participação de diversos eventos e discussões sobre o tema, pretende-se confrontar o novo discurso brasileiro com as práticas e ações históricas do país em relação à África, que foi sempre orientadas pelos interesses do capital brasileiro em expansão, e que vêm construindo estes laços entre Brasil e África há séculos.

Palavras-chave: Brasil; África; Migrações Forçadas; Cooperação Sul-Sul; Imperialismo.

Abstract:

FRANÇA, Julia Monteath de. “Diplomacia, economia e refúgio: faces da relação Brasil - África no início do século XXI”. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This work aims to analyze the contemporary relations between Brazil and Africa in the first decade of the 21st century. More specifically, it intends to question the announced change in Brazilian international strategy during President Lula's government. According to this new diplomatic discourse, Brazil is not only to prioritize its external policies and its trade relations, but also its historical, social, cultural and human relations with the countries of the so-called "global south", establishing with them a relationship between equals for development cooperation - the so-called South-South Cooperation –, strengthening their position inside the capitalist world-system in order to build a new international order. This became one of the most important claims for the new Brazilian government and it would have Africa as a central allied due to the historical and cultural proximities between both regions. This analysis will be based on theoretical understanding that contemporary capitalism is still in its imperialist phase of accumulation and effective change - "bottom up" - in economic, political, social and epistemological patterns can only be experienced from a *decolonial* turn, with the prioritization of human rights, built from the intercultural experience. With this theoretical and methodological framework, and based on a review of historical, documentary and legislative literature, in addition to reports collected by secondary sources, articles, digital documents and by participating in numerous events and discussions on the topic, this work will confront the new Brazilian discourse with the country's historical practices and actions towards Africa, which has always been guided by the interests of the Brazilian capital in expansion, which have been building the links between Brazil and Africa for centuries.

Keywords: Brazil; Africa; Forced Migrations; South-South Cooperation; Imperialism.

Lista de Abreviaturas e Siglas

OIR – Organização Internacional para refugiados
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados
CARJ – Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro
CASP - Cáritas Arquidiocesana de São Paulo
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
CNIg – Conselho Nacional para Imigrações
Conare – Comitê Nacional para Refugiados
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
PEI – Política Externa Independente
PEC – Programa de Estudantes-Convênio
OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
MPLA – Movimento Para Libertação de Angola
ZPCAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
IDEs – Investimentos Direto Estrangeiros
IBAS – Fórum de Diálogo Índia-Brasi-África do Sul
ASA – Cúpula América do Sul-África
SU/SSC – Unidade Especial para Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas
ABC – Agência Brasileira de Cooperação
EMBRABA – empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FSM – Fórum Social Mundial
FMI – Fundo Monetário Internacional
BM – Banco Mundial
PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
MRE – Ministério de Relações Exteriores
PMEs – Pequenas e Médias Empresas
Vale – Companhia Vale do Rio Doce
SAPs – Programas de Ajustes Estruturais
IDDAB – Instituto do Desenvolvimento da diáspora Africana no Brasil
SESI – Serviço Social da Indústria
RNE – Registro Nacional de Estrangeiros
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Lista de Ilustrações

Figura 2.1	
Número de atividades de cooperação técnica coordenadas pela ABC (2003-2009)	57
Figura 2.2	
Principais áreas de atuação do Brasil em arranjos de Cooperação Sul-Sul 2009	58
Figura 2.3	
Investimentos em projetos internacionais de desenvolvimento, participação por continente (2009-2010), em US\$	61
Figura 2.4	
Mapa de recursos naturais e conflitos na África (2002-2005)	63
Figura 2.5	
Empresas brasileiras na África e PMEs brasileiras na África	78
Figura 3.1	
Evolução do número de refugiados reconhecidos no Brasil (1998-2010)	92
Figura 3.2	
Refugiados por continente	93
Figura 3.3	
Nacionalidades com maior representatividade de refugiados	94
Figura 3.4	
América do Sul físico, relevo e hidrografia	97
Tabela 2.1	
Comércio do Brasil com o mundo, a África e a África Subsaariana (2000-2010), em US\$..	79
Tabela 3.1	
Conflitos na África Subsaariana (1974-2011)	90

Sumário:

Introdução.....	13
1. Considerações Teóricas e Metodológicas	19
1.1 Economia (e) política: Marx e imperialismo	20
1.1.1 Marx e Engels	20
1.1.2 Imperialismo	22
1.2 O giro descolonial	27
1.2.1 Descolonialidade como parte da modernidade/colonialidade e o universalismo do discurso europeu	29
1.2.2 A proposta da perspectiva da modernidade/colonialidade	33
1.3 Refúgio e refugiados dentro do debate dos Direitos Humanos	36
1.3.1 Marco legal: breve histórico do instituto do refúgio	37
1.3.2 O Refúgio e a Proteção ao Refugiado na América Latina	41
1.3.3 Debate dos Direitos Humanos: aprofundamento e coexistência dos particulares	46
2 Diplomacia e economia: cooperação para o desenvolvimento ou expansão para dominação?	52
2.1 O anúncio de mudanças na alvorada do século XXI: ideias e práticas	53
2.1.1 Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: uma nova bandeira para o início de século	55
2.1.2 Brasil e a cooperação sul-sul: uma proposta de diferencial	58
2.2 Neste Sul, a África: aproximação histórica e interesses políticos e econômicos	60
2.2.1 África no início do século XXI: um continente de novas possibilidades	61
2.2.2 Aproximação como estratégia: em busca de novos espaços no cenário internacional	64
2.3 O início da expansão: breve histórico das relações entre Brasil e África	67
2.3.1 De colônias ao início dos processos de independências jurídico-políticas	68
2.3.2 A expansão do capital brasileiro pela internacionalização de seu mercado doméstico	69
2.3.3 A redemocratização brasileira e seus processos econômicos internos	73
2.3.4 A real face da expansão: a ocupação do território africano e compromissos políticos e econômicos	76
2.4 Em busca de um lugar ao sul: discurso como estratégia de expansão e dominação do capital brasileiro	81
3 Refúgio: enquadramento legal e o deslocamento social	84
3.1 África	85
3.2 Refugiados Brasil: outra face desta relação	91
3.2.1 A questão do refúgio como instrumento simbólico para a política externa	94
3.2.2 Questão conceitual: mais dificuldades	98
3.3 Acolhimento e integração: distanciamento entre o discurso e a prática	101
3.3.1 A experiência dos refugiados africanos no Brasil	103
3.4 A política de refúgio brasileira: distância entre discursos e práticas	109
4 Considerações Finais	112
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
6 ANEXOS	133

Introdução

As relações entre Brasil e África, em suas mais diversas dimensões, remontam à época em que ambos, juntos, faziam parte de uma mesma massa continental, há milhões de anos. No entanto, ao se desfazer tal ligação - com a formação do atual elemento de ligação, que hoje chamamos de Oceano Atlântico - as duas regiões só voltariam a se conectar já na história moderna dos homens com a expansão capitalista europeia e a chegada dos colonizadores às duas costas oceânicas, no século XV. Desde então, a relação dessas duas regiões passou por diversos momentos de aproximações e afastamentos - cada uma a seu tempo se formou como unidades políticas diversas, ainda que em diferentes escalas, partes de um mesmo sistema-mundo internacional capitalista ou, nos termos do grupo modernidade/colonialidade, *“sistema-mundo europeu/euro-norteamericano capitalista/patriarcal moderno/colonial”*.

O presente trabalho tem como objetivo geral, realizar uma análise das relações entre Brasil e África no início do século XXI, tendo como foco principal sua primeira década, associada às políticas de governo do presidente Lula no Brasil. No entanto, como veremos, para compreendê-las de maneira mais ampla e poder realizar uma análise crítica sobre o tema é necessário contextualizá-las dentro das práticas e ações que levaram à construção secular de tais relações. Assim, faremos uma breve apresentação histórica de como estes laços foram sendo criados ao longo dos séculos, mostrando também como estes dois atores se inseriram dentro de um sistema mundo internacional capitalista já bem delineado em suas formas e em suas estruturas de poder. Em seguida, mostraremos como os dois atores em questão, ao longo dos anos e cada um a sua maneira, foram buscando seu lugar e, seguindo a lógica do próprio sistema, também buscando se expandir de sua organização.

Teremos como ponto de partida, a percepção de uma mudança discursiva por parte do governo brasileiro no que se refere à sua política externa, em particular, à sua política externa voltada para a África. Tal mudança seria caracterizada por um alinhamento com os países do assim chamado “sul global” e uma valorização dos laços estabelecidos entre eles, fortalecendo-os dentro da dinâmica internacional. Ainda segundo este novo discurso, no longo prazo, o objetivo de tal realinhamento – não apenas político e econômico, mas também social, cultural e humano – seria a construção de uma “nova ordem internacional”. Em síntese, passariam a ser valorizadas as proximidades históricas, culturais, políticas, econômicas e humanas entre ambos os lados do Atlântico, de modo a fortalecer os laços entre as duas

regiões, no intuito de unir forças no âmbito internacional para se mudar a ordem internacional vigente, caracteristicamente capitalista de tradição euro-ocidental, com base no fortalecimento do posicionamento conjunto dos países desse “sul global”.

Tal estratégia se insere no que vem sendo chamado de cooperação sul-sul para o desenvolvimento e que se tornou uma das principais bandeiras do governo brasileiro neste início de século. Segundo o governo brasileiro, estes projetos se diferenciam daqueles já conhecidos desde o pós-Segunda Guerra Mundial, por se tratar não de um projeto assistencialista – geralmente identificado pelos países receptores da assistência como formas retóricas de se amenizar práticas de exclusão e subalternização dos países considerados subdesenvolvidos ao capital daqueles países considerados desenvolvidos –, mas de uma relação estabelecida entre iguais com iguais objetivos, caracterizada por mútuos esforços para o desenvolvimento não apenas econômico, mas principalmente humano e social.

No entanto, o que se percebe é que, retoricamente, esta mudança vem sendo construída de modo a fortalecer internacionalmente a imagem brasileira nos mais diversos espaços de governança global, nos quais o país tem demonstrado a ambição de conseguir maior destaque e maior poder de barganha internacional. Especialmente com seu recente e significativo crescimento econômico, o Brasil tem focado sua estratégia com base neste discurso de união com os outros países do sul global, sem o apoio dos quais, o país perderia importante parcela de sua influência nessas esferas. Contudo, por mais destaque que venha ganhando por suas políticas e legislações internas e crescimento econômico nos espaços internacionais, o país ainda depende do fortalecimento dos laços com esses seus apoiadores do sul, dos quais pretende se tornar uma liderança dentro do âmbito global de relações entre os países. Não à toa, portanto, a importância de se reafirmar esta mudança na alvorada do século XXI.

Quando se analisa a questão do refúgio como uma outra face desta relação, esta discrepância entre o discurso e a prática fica ainda mais nítida. Segundo vem sendo ressaltado internacionalmente, a mudança de postura brasileira aparece não apenas na assinatura e ratificação de diversos e importantes documentos internacionais voltados para a proteção e garantia dos direitos humanos *latu sensu*, como também especificamente para os direitos dos refugiados. Principalmente, como vem sendo celebrado em diversos espaços nos quais o assunto vem sendo tratado, a mudança teve sua materialização na forma de uma legislação interna que representa até os dias de hoje uma vanguarda quando comparada às de outros países, servindo inclusive como modelo para toda a comunidade internacional. No entanto, quando observamos com cuidado a realidade dos africanos que chegam ao país em busca de refúgio, muitos são os obstáculos, legais, institucionais, sociais e culturais os quais estes

indivíduos precisam superar para conseguir se estabelecer e tentar reconstruir sua vida em território brasileiro.

Deste modo, teremos como ponto de partida a percepção de um sistema-mundo internacional capitalista de longa duração, que vem se formando e conformando de maneira expansiva, e englobando e absorvendo cada vez mais estas unidades políticas relativamente recentes, representadas tanto pelo Brasil quanto pela África. Parte-se, portanto, do entendimento de que as relações hegemônicas entre as unidades representativas dentro deste sistema ainda pode ser compreendida a partir das relações expansivas do capitalismo, tal como foram descritas pelos autores da teoria clássica do imperialismo. No entanto, percebe-se dentro deste próprio sistema, e como uma contradição intrínseca ao mesmo, uma força contra-hegemônica característica exatamente destas unidades subjugadas historicamente dentro deste contexto sistêmico secular. Tal força aparece como potencialidade descolonial de transformação deste próprio sistema. Contudo, para tanto, é necessário um esforço de resistência por parte de suas unidades conformadoras – seja em nível continental, nacional ou mesmo pessoal¹ – no sentido de se buscar um desprendimento das amarras coloniais que perduram até este início do século XXI dentro destas relações, assim como apresentados pelo grupo de estudiosos da modernidade/colonialidade quando apresentam as possibilidades do giro descolonial.

Da mesma forma, partiremos do entendimento metodológico de que não apenas as relações econômicas caracterizam as relações de exploração deste sistema-mundo, como enfocado na teoria clássica do imperialismo, mas também as relações históricas, políticas, sociais, culturais e humanas conformam este tipo de relação. Assim, para se chegar a uma “nova ordem internacional” é necessário romper com as amarras coloniais que ainda persistem para se mudar a base das relações em todas as esferas da vida social e ter como prioridade política a proteção e garantia dos direitos humanos a partir de uma vivência contra-hegemônica, construída de baixo para cima, como apresenta a perspectiva intercultural dos mesmos.

O presente trabalho tem como base este aparato teórico e metodológico, e será realizado a partir em uma revisão de bibliografia histórica, documental e legislativa, além de

¹ Neste sentido, nos distanciamos aqui de uma leitura realista mais tradicional do sistema internacional que tem como bases de análise apenas aquilo comumente chamado de *hard power*, ou seja, os poderes políticos e militares da unidade política, a saber o Estado, para a compreensão das relações entre estes atores, deixando em segundo plano questões como a reputação internacional, da qual já falamos, ou mesmo questões relativas ao direito internacional ou ao fluxo de pessoas entre países.

relatos coletados por fontes secundárias, reportagens, documentos digitais e pela participação em diversos eventos e discussões sobre o tema. A partir de tais percepções e com base na pesquisa realizada, o presente trabalho tem como objetivo mais específico refletir sobre as relações entre os discursos e as práticas brasileiras para o continente africano. Com isso, buscamos compreender de que modo estes discursos e práticas se inserem naquele contexto maior de um sistema-mundo que ainda funciona sobre a lógica imperialista de expansão. Busca-se, com isso, mostrar para além do discurso diplomático, como essas mudanças vêm sendo, ou não, efetivamente implementadas no trato político por parte do Estado brasileiro no que se refere a estas questões. Em última instância, ao confrontar as dimensões discursivas desta mudança com uma análise de sua materialização no âmbito das relações entre Brasil e África, pretendeu-se responder à seguinte pergunta: o Brasil tem agido, para além do discurso, no sentido de modificar as relações no âmbito internacional ou tem apenas dado continuidade às formas de expansão a partir da lógica de exploração, segregação e marginalização características do imperialismo desde o início do século XX?

Assim, o presente trabalho se estrutura em quatro capítulos, além da presente introdução. No primeiro capítulo, será apresentado o recorte teórico e metodológico deste trabalho. Pretendemos, com isto, identificar a partir de que ponto partiremos para realizar a análise das relações entre Brasil e África nos dias de hoje, bem como dos discursos que envolvem tal relação. Para tanto, entendemos ser necessário contextualizar estes dois atores dentro de um sistema-mundo internacional que funciona a partir de uma lógica imperialista de expansão. Considerando que, como colocado acima, o discurso brasileiro sobre uma mudança de postura para a construção de uma nova ordem internacional, faz-se necessário, ainda, (i) uma elucidação do que consideramos aqui se tratar tal ordem e (ii) o que se considera uma mudança efetiva nesta ordem. Assim, em síntese, apresentaremos neste capítulo nossa perspectiva sobre o sistema-mundo contemporâneo e sua lógica imperialista de expansão, bem como o que entendemos ser uma mudança efetiva na ordem internacional. Com isso, buscamos nos instrumentalizar teórica e metodologicamente para refletir sobre as possibilidades de efetivação das mudanças presentes nos discursos do governo brasileiro. Pretendemos realizar tal reflexão a partir da contextualização deste discurso e dos atores envolvidos dentro do funcionamento do referido sistema-mundo internacional contemporâneo. É com base neste instrumental teórico e metodológico, que realizaremos a análise nos capítulos subsequentes.

No segundo capítulo, realizaremos uma análise do discurso atual do governo brasileiro para contrastá-lo com suas práticas. Segundo o novo discurso, estes interesses estariam sendo deixados de lado em prol de um alinhamento *outro*, orientado pela valorização das relações humanas – sociais e culturais – e o fortalecimento daqueles países à margem do sistema, para a construção de uma ordem internacional também *outra*. No entanto, ao contextualizar tal discurso dentro de uma relação mais ampla entre estes dois atores, que vem sendo construída ao longo dos séculos, veremos que tal mudança precisa ser relativizada. É neste sentido que apresentaremos, em seguida, um breve histórico das relações entre Brasil e África, desde os tempos coloniais. De maneira geral, este histórico é muitas vezes apresentado pela historiografia contemporânea a partir de um movimento de aproximações e afastamentos, superficialmente justificados por questões conjunturais. De acordo com a leitura feita a partir de nosso enquadramento teórico e metodológico, no entanto, veremos como os interesses do capital brasileiro têm uma participação ativa dentro deste movimento, se alinhando ou se afastando das questões relativas à África de acordo com seus próprios movimentos de expansão. Assim, como veremos, ao analisarmos as práticas brasileiras ao longo da primeira década do século XXI, é possível constatar que estas ainda são regidas pela lógica de expansão do capital e que este novo discurso representa apenas uma estratégia de crescimento, expansão e dominação deste mesmo capital. O país pode também, para isso, se aproveitar do atual momento em que conseguiu alavancar um significativo crescimento econômico e político, além de poder contar com a conjuntura internacional favorável.

No terceiro capítulo analisaremos estas relações através da perspectiva das migrações forçadas e dos migrantes, ou refugiados, que têm origem sua no continente africano e cujo destino é – deliberadamente ou não – o Brasil. Veremos que, assim como as práticas da chamada cooperação sul-sul, as relações estabelecidas pelo Brasil no âmbito das questões do refúgio também apresentam um grande distanciamento entre seus discursos e suas práticas efetivas. Se, no plano internacional, o Brasil vem buscando construir sua imagem e sua reputação como a de um país acolhedor e respeitador dos direitos humanos, no plano interno tal discurso ainda não se vê concretizado em práticas mais humanizadas no que se refere à recepção de indivíduos que chegam de maneira não planejada, em condições muitas vezes precárias e que não podem, pelo menos segundo a lei, ser rejeitados. Por não ser um país que historicamente recebe um grande número de solicitantes de refúgio – pelo contrário, durante os muitos anos de ditadura civil-militar o Brasil foi um país que produziu muitos refugiados -, o país parece pouco ter se preocupado com esta questão. No entanto, nesta virada de século e, também muito por conta de seu crescimento no cenário internacional, a situação vem se

revertendo e o governo parece não demonstrar muita preocupação no que diz respeito a colocar em prática todos os documentos assinados internacionalmente, que fazem com que o país se destaque neste cenário como um modelo normativo e legal de recepção de refugiados e solicitantes de refúgio. Esta experiência do refugiado parece fundamental para a análise, exatamente por ressaltar a complexidade da relação entre retórica e ação dentro do campo tanto das relações internacionais como de organização interna de um Estado.

Por fim, no quarto capítulo traçaremos algumas considerações finais tendo como enquadramento teórico aquele apresentado no primeiro capítulo e com base nas análises realizadas ao longo dos capítulos subsequentes. Em síntese, a percepção geral do trabalho é a de que, por mais que se perceba uma mudança na postura internacional do Brasil frente aos países do assim chamado “sul global”, ainda há um longo caminho a ser percorrido pelo país para que as distâncias entre o seu discurso e suas práticas diminuam. Por ora, suas ações ainda se apresentam menos como uma estratégia de mudança da ordem imperialista deste sistema-mundo e mais como voltadas para um processo de expansão e inserção diferenciada dentro do sistema-mundo internacional capitalista, guiado pelos interesses de seu capital em expansão, sendo este seu discurso de alinhamento com o “sul global” apenas uma estratégia discursiva para ganhar apoio e fortalecer-se internacionalmente enquanto uma potência emergente. Em outras palavras, esta mudança de postura aparece nada mais nada menos do que como uma mera estratégia discursiva do capital brasileiro em expansão, em busca de novos espaços dentro dessa dinâmica do sistema-mundo internacional capitalista, o que por muitos vem sendo percebido como uma nova forma de imperialismo.

1 Considerações Teóricas e Metodológicas

O presente capítulo tem por objetivo apresentar o recorte teórico e metodológico a partir do qual realizaremos nossa análise. Como trataremos de uma relação historicamente construída, entre o Brasil e a África, é importante apontar as características do contexto internacional dentro do qual tal relação está inserida, a saber, o capitalismo em sua fase imperialista de expansão.

Dito isto, realizaremos neste primeiro momento uma caracterização teórica desta fase, para que possamos compreender desde o começo a contextualização do desenvolvimento tanto brasileiro quanto africano dentro desta ordem. Pretendemos com isto mostrar a partir de que movimentos e leis fundamentais entendemos que se expandem as relações sociais no sistema-mundo capitalista contemporâneo. Como bem coloca Corazza², “*o método da economia política se define pela natureza da realidade investigada, a realidade social, que não é um aglomerado de partes isoladas, mas forma a totalidade histórico-social, contraditória e dialética.*” Assim, tal orientação metodológica nos leva a uma interpretação do conceito de imperialismo não apenas a partir de suas partes separadamente, mas como uma totalidade na qual se inscrevem diversos aspectos da vida social, como nos lembram repetidas vezes os autores inscritos neste debate.

Da mesma forma, compreendemos que para uma análise de um suposto indicativo de mudança na ordem internacional vigente há mais de cinco séculos, também é necessário apresentar o que entendemos aqui como uma verdadeira mudança nesse sistema realizada de baixo para cima, tendo como atores principais aqueles que, até então, são colocados à margem. É neste ponto que entram aqui os autores do grupo de discussão acerca do giro descolonial, segundo os quais, é apenas com base na experiência colonial – como veremos, parte integrante da experiência imperialista – que se pode construir uma forma de pensar *outra*, fora do sistema vigente sem, no entanto, excluir completamente as experiências de tal sistema, tendo em vista que a própria superação deste se encontra em suas bases.³ Por fim,

² CORAZZA, Gentil. “O todo e as partes, uma introdução ao método da Economia Política”. *Estudos Econômicos*, vol. 26, número especial, p. 35-50, São Paulo, 1996, p. 35.

³ O grupo de discussão sobre o giro descolonial, que identificamos aqui também como o grupo modernidade/colonialidade, é uma iniciativa acadêmica recente, que tem como base a convergência entre os trabalhos dos teóricos do sistema-mundo e as teorias latinoamericanas sobre colonialidade. Esta convergência teve incício na segunda metade da década de 1990 e tem como principais referências os trabalhos de autores como Aníbal Quijano, Immanuel Wallerstein, Kelvin Santiago, Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo, Enrique Dussel e Santiago Castro-Gómes. Faz parte da proposta deste grupo a produção de teoria(s) social(is) a partir da

segue que esta ordem nova, deve ter por bases o respeito integral à concepção interculturalista dos direitos humanos, a saber, aquela construída com base nas mais diversas experiências sociais, culturais, políticas e econômicas, sem hierarquização epistemológica ou qualquer tipo de discriminação outra. Apenas com base nestas mudanças acreditamos ser possível uma verdadeira *nova ordem internacional*. Em caso contrário, o que vemos são apenas novas formas de revolução deste capitalismo imperialista em sua luta para se manter o mesmo, sempre em expansão.

1.1 Economia (e) política: Marx e imperialismo

Neste primeiro momento, analisaremos as teorias marxistas do imperialismo, partindo das percepções marxianas que levaram a construção de tal debate, de modo a apresentar a partir de que ponto estamos partindo para compreender dinâmica do sistema-mundo internacional contemporâneo. Faremos isto por entender que é apenas dentro deste contexto que poderemos entender a recente expansão brasileira e sua relação com o continente africano.

1.1.1 Marx e Engels

Karl Marx sistematizou de maneira minuciosa o funcionamento do sistema capitalista, demonstrando as formas de exploração por trás de sua expansão. Ele demonstrou como as formas de expansão capitalistas eram constituídas por contradições que se aguçavam conforme o próprio capitalismo se desenvolvia - sua crítica à economia política clássica representa um importante passo para uma desnaturalização das relações sociais características desta forma de organização contemporânea. Junto com Friedrich Engels, Marx percebeu uma mudança radical na estruturação da sociedade em relação às sociedades do que convencionou-se chamar de Idade Média, pela historiografia ocidental. Em suas palavras,

[a] grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média.⁴

periferia e com base na experiência periférica, pois é apenas neste sentido que será possível colocar em prática uma verdadeira mudança na ordem das relações sociais contemporâneas. É característico do trabalho deste grupo a percepção de que a fronteira entre a discussão acadêmica e a realidade política é, como toda fronteira, criada pelos homens e, portanto, artificial.

⁴ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 4ª ed. Vitória, Editorial Vitória Limitada. 1960 [1848], p. 26.

Marx e Engels já haviam anunciado, também, desde 1848, o caráter desigualmente transformador do capitalismo. Muito embora não tenham se dedicado ao estudo do imperialismo – o que se justifica pelo momento em que escrevem -, os autores já alertavam, em uma passagem bastante famosa:

[a] burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os meios de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituiria, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encerrar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas.⁵

Já chamando atenção para a importância dessas terras descobertas além-mar para a construção e ampliação deste mercado mundial, os autores prosseguem: “[i]mpelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.”⁶ Em outras palavras, o capitalismo possui desde o berço uma necessidade que lhe é intrínseca de expansão continuada, ampliada e a qualquer custo das relações sociais que o constituem: por um lado, é fundamental a expansão e ampliação do capital⁷, mas também o é, por outro lado, a expansão e ampliação das relações de exploração da força de trabalho para obter a mais-valor⁸ que é o único valor que garante a reprodução circular de todo este processo em uma escala maior do que a do ciclo anterior.

O processo de produção e reprodução do capital foi, ao longo dos anos, se desenvolvendo e se tornando cada vez mais complexo – de modo a extrair cada vez mais valor do trabalho humano - no entanto, a necessidade de expansão do capital e, com isso, de extração de mais-valor se mantém. Foi exatamente isto que os autores daquela que ficou conhecida como Teoria Clássica do Imperialismo – corrente de pensamento esta que ainda se

⁵ *Ibidem.*, *Id.*, pp. 27-28

⁶ *Ibidem.*, *Id.*, p. 28

⁷ Ao longo de sua obra, Marx dedicou-se a estudar e apontar contradições inerentes a este processo expansivo do capital. Segundo Fontes, “[a]inda hoje o termo capital parece evidente, como se fosse sinônimo de dinheiro. Refere-se entretanto a um dinheiro especial, que se transforma em algo que produz mais dinheiro, ou seja, capital. A definição que parecia óbvia é, de fato, circular e tortuosa.” Cf.: FONTES, Virgínia. “Notas para o estudo do imperialismo contemporâneo - Marx, capital monetário e capital funcionante”. Marxists Internet Archive (marxists.org), 2012, p.4.

⁸ Mario Duayer, em seu trabalho de tradução da obra de Marx, mostra que a forma mais apropriada de tradução para *mehrwert* é mais-valor ao invés da expressão mais-valia, forma mais difundida, provavelmente derivada da primeira tradução francesa de O Capital, feita por J. Roy.

insere na discussão sobre a expansão capitalista dentro da tradição marxista - perceberam que estava acontecendo, no momento seguinte à produção marxiana.

1.1.2 Imperialismo

Desde a virada do século XIX para o século XX importantes teóricos do capitalismo chamam atenção para uma radical mudança em sua configuração organizacional. Identifica-se, neste momento, uma virada do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista⁹, ainda mais radical em seus processos de acumulação de capital, exploração e expropriação da força de trabalho disponível. Esta nova fase ficou conhecida como imperialismo.

Foi neste momento, então, que se percebeu aquilo que muitos chamam de um ponto de inflexão ou viragem do sistema capitalista ou, como Marx mesmo alertava, uma revolução em suas estruturas: o capitalismo se revoluciona continuamente e, naquele momento, estava deixando de assumir a forma que foi extensa e profundamente estudada e descrita por Marx para que pudesse dar continuidade a sua expansão imperiosa e avassaladora, mantendo seu caráter desigualmente transformador.¹⁰

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. [...] O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.¹¹

As modificações estruturais nas relações sociais ocorreram de forma extremamente rápidas: o que eram apenas indícios de mudanças na década de 1860, na primeira década do século XX já havia envolvido e dominado todas as regiões além da Europa, que foram forçadamente englobadas ao sistema, sempre numa posição marginalizada e subalterna no processo de expansão capitalista. A concorrência capitalista leva os países da Europa a ocupar os territórios além-mar, em particular a América e a África. Lenin percebeu que, a partir daquele momento, as lutas expansivas do imperialismo deveriam se dar em outras bases, já

⁹ Os capitais antes concorrentes se uniram sob o domínio do capital financeiro no intuito de ampliar sua expansão – daí a denominação. A concorrência se acirra no âmbito intracapital, de modo que a estratégia de expansão passa a ser a de englobar os capitais e concentrar o domínio do mesmo sob o poder de poucos capitalistas.

¹⁰ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

¹¹ LENIN, Vladimir I. “O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”. Tomo 2 das Obras Escolhidas em seis tomos, de V.I. Lênine. Lisboa-Moscú, Editorial Avante!, Edições Progresso, 1984 [1917], p. 75.

que não havia mais território “livre” do sistema e todo o globo terrestre, ou como coloca Gouvêa¹², “*toda terra era já terra de alguém*”.¹³ De fato, já no início do século as discussões sobre o imperialismo já apontavam para a centralidade de temas como a questão colonial, assim como o surgimento do capital financeiro e o papel dos monopólios como algumas controvérsias conformadoras do debate sobre o Imperialismo.¹⁴

Neste momento, portanto, como desdobramentos do pensamento de Marx, surgem correntes dentro da discussão sobre a expansão capitalista, que começam a teorizar sobre estas mudanças dentro da configuração organizacional do capitalismo. Cada um a sua maneira, os autores da Teoria Clássica do Imperialismo buscaram refletir e interpretar os movimentos de internacionalização dos países como uma nova fase do capitalismo - com suas características e contradições específicas, normalmente associadas a novas estruturas econômicas, em particular às grandes empresas e ao capital financeiro.

Todos os autores vão partir de uma leitura específica do fenômeno com base nos preceitos marxistas da lei do valor e do capital, em particular dos mecanismos de concentração e centralização do capital¹⁵ e dos conceitos de capital industrial e capital bancário, assim como apresentados por Marx¹⁶. Em comum, estes autores têm a percepção de

¹² GOUVÊA, Marina Machado. “Terra de alguém: o debate sobre a caracterização do capitalismo no início do século XX”. Anais do I Seminário de Crítica da Economia Política, 2012, p. 25.

¹³ Embora seja importante relativizar a temporalidade desta ocupação, é necessário reconhecer sua importância, mesmo que inicialmente apenas no mapa, como lembra Wesseling: “*O problema começa quando se pergunta o que mostram mesmo os mapas. Quando se coloria de vermelho uma região no mapa o Império Britânico, e ela se colocava determinada data, isso não era necessariamente uma indicação de que ali se havia içado a bandeira britânica, se haviam cobrado pela primeira vez os impostos britânicos, ou se havia introduzido a lei britânica naquele ano. Significava apenas que as potências européias haviam reconhecido esses territórios como possessões, colônias, protetorados, esferas de influência ou similares, britânicos. Com poucas exceções, portanto, as cores não representavam tanto conquistas verdadeiras, ou mudanças administrativas, quanto um consenso político europeu. O mapa da África é, não nem mais nem menos, para citar o título da obra básica de referência sobre o assunto, The Map of Africa by Treaty [O mapa da África por tratado]. Tem-se de dizer isso com certa ênfase, pois embora os mapas não, ou ainda não, expressassem a realidade africana, sua importância era tudo menos desprezível.*” Cf.: WESSELING, H. L.. *Dividir para Dominar*. Trad. Celina Brandt, 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; Editora Revan, 2008, pp. 12-13.

¹⁴ Gouvêa, Op. Cit., p. 14.

¹⁵ Bukharin descreve os dois principais processos do desenvolvimento capitalista da seguinte forma: “por concentração do capital, entende-se o aumento do capital decorrente do mais valor produzido por determinado capital; e por centralização do capital, entende-se a união de diversos capitais em um só, formando uma unidade maior. Concentração e centralização do capital estão presentes em diversas fases do desenvolvimento [...]. É importante notar que ambos os movimentos se influenciam e contribuem para o fortalecimento do outro.” – Tradução livre do trecho: “*By concentration we understand the increase of capital that is due to the capitalisation of the surplus value produced by that capital; under centralisation we understand the joining together of various individual capital units which thus form a new larger unit. Concentration and centralisation of capital pass through various phases of development [...]. Let us note in passing that both processes, concentration and centralisation, influence one another.*” BUKHARIN, Nikolai. *Imperialism and World Economy*. Monthly Review Press/Marxists Internet Archive (marxists.org), 2001 [1915-1917], p. 94.

¹⁶ Marx classifica três partes do capital: capital industrial, capital bancário e capital comercial. Ainda segundo o autor, esta separação seria uma particularidade do capitalismo competitivo e, por isso mesmo, Hilferding defende que ela não poderá aparecer dentro do capitalismo monopolista.

que a economia capitalista, em seu movimento expansivo característico deste modo de produção, havia extrapolado as suas fronteiras iniciais – as da Europa - e chegava agora aos quatro cantos do mundo, precisando para isso revolucionar-se constantemente.

Rudolf Hilferding vai apresentar um novo conceito, o de capital financeiro, que, segundo sua definição, surgiu da crescente dominação do capital bancário sobre o capital industrial, o que gerou o movimento de monopolização da indústria - momento auge do capital financeiro.¹⁷ Hilferding vai interpretar a internacionalização do capital como o reflexo de uma mudança na relação entre a classe capitalista e o poder do Estado, um pacto entre o capital e o Estado, característica de um momento específico do desenvolvimento capitalista, segundo o qual o Estado passa a exercer um importante papel para a criação de um ambiente propício tanto à acumulação, em nível nacional, quanto à internacionalização do capital.¹⁸

O crescimento do monopólio levou à necessidade do protecionismo nacional que, por sua vez, ao se confrontar com a necessidade de expansão do capital, levou à necessidade de exportação de capital¹⁹ para a produção de uma massa ainda maior de mais-valor, produzida em terras estrangeiras – o que teria dado início ao que chamamos hoje de colonialismo.

A exportação de capital, especialmente desde quando se deu em forma de capital industrial e financeiro, acelerou enormemente a reviravolta de todas as velhas relações sociais e a submersão do mundo no capitalismo. O desenvolvimento capitalista não se deu de modo autóctone em cada país isoladamente; pelo contrário, com o capital foram simultaneamente importadas produção capitalista e relações de exploração, e isso sempre no grau alcançado no país mais avançado.²⁰

¹⁷ De uma forma ou de outra, tanto Bukharin, como Lênin vão se apropriar desta definição para, a partir dela, desenvolverem suas análises.

¹⁸ SABADINI, Maurício de Souza. “Globalização e capitalismo contemporâneo: notas preliminares a partir da obra *O capital financeiro* de Rudolf Hilferding”. Anais do I Seminário de Crítica da Economia Política – questões contemporâneas. Teófilo Otoni, março de 2012.

¹⁹ A exportação de capitais se destina enviar capital para gerar mais valia no exterior. Para isso, o capital deve ficar a disposição da nação de origem, ou seja, os capitalistas nacionais podem dispor da mais valia produzida por esse capital estrangeiro. Para caracterizar uma exportação de capital é necessário que haja a possibilidade de que a mais valia volte para o país de origem, quando o capitalista não dispõe da mais valia do capital alocado no exterior, é caracterizado como desnacionalização do capital, ou seja, uma transferência e não exportação do capital. O comércio pode acontecer entre diferentes organizações sociais, mas o investimento de capital requer a criação de relações capitalistas de produção. Onde essas relações não se encontram bem estabelecidas, o controle colonial pode ser uma forma de criá-las. Nesses lugares, existe a necessidade de um poder Estatal forte, para que a autoridade central proteja os interesses capitalistas estrangeiros. No entanto, esse Estado forte, capaz de resguardar o capital externo, deve estar dominado pelo país de origem do capital, pois somente assim fica garantido que os direitos ao rendimento deste capital voltem ao seu lugar de procedência. Deste modo, o ato de exportar o capital fomenta a atuação de uma política imperialista. Cf.: VEIGA, Larissa Mazolli. “As teorias marxistas sobre o imperialismo e a origem do capital financeiro”. IN: Anais do Colóqui Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Niterói, novembro de 2011.

²⁰ Tradução do trecho: “*The export of capital, especially since it has assumed the form of industrial and finance capital, has enormously accelerated the overthrow of all the old social relations, and the involvement of the whole world in capitalism. Capitalist development did not take place independently in each individual country, but instead capitalist relations of production and exploitation were imported along with capital from abroad, and indeed imported at the level already attained in the most advanced country.*” IN: HILFERDING, Rudolf.

Hilferding conclui que o capital financeiro seguirá três objetivos: (i) aumentar sempre o seu território econômico; (ii) resguardar esse território através de políticas protecionistas contra a concorrência estrangeira; e (iii) tornar esse território em uma área de exploração para os monopólios nacionais.²¹ Ele defende que a economia nacional passa a ser responsável pela luta entre os capitais sendo esta luta, portanto, travada entre os Estados no contexto do imperialismo que, por conta da lógica do capital financeiro, estarão incessantemente buscando expansão de poder. Assim, tendo o poder político do Estado se transformado em meios para a competição do capital financeiro pelo mercado mundial, a diplomacia também passa a servir os interesses dos capitais em busca de investimentos.²²

Seguindo este mesmo caminho, Nikholai Bukharin faz questão de deixar claro que a concentração e centralização do capital não põem fim à competição capitalista, apenas a reformulam. Um novo ciclo, portanto, se inicia: com o processo de nacionalização do capital, a centralização assume novas formas, caracterizadas pela absorção dos pequenos pelos grandes capitais que, nesta nova fase do capitalismo, ocorre também pela anexação imperialista, de modo que esta *“constitui, pois, um caso particular da tendência geral capitalista à centralização do capital, um caso de centralização em máxima escala, que corresponde nível da concorrência dos trustes.”*²³ Com isto, Bukharin afirma que a política do capital financeiro exige uma incessante expansão territorial, de modo que seus lucros monopolistas possam ser expandidos e continuados.

Ao escrever *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Vladimir I. Lenin vê no processo de concentração da produção e, conseqüentemente, do capital, uma tendência do capitalismo, sendo a própria concorrência responsável pela monopolização do capital. Com isto, Lenin acrescenta à definição de Hilferding de capital financeiro, também utilizada por Bukharin, - a de capital financeiro como a união entre o capital bancário e o capital industrial - o movimento de concentração do capital, que conduz à formação dos monopólios²⁴.

"Finance Capital - a study of the latest phase of capitalist development". Trad. Morris Watnick e Sam Gordon. London, Boston and Henley, Routledge & Kegan Paul, 1981 [1910], p. 322.

²¹ *Ibidem, id.*, p. 326.

²² *Ibidem, id.*, passim, pp. 330-332.

²³ Tradução livre do trecho: *“Imperialist annexation is only a case of the general capitalist tendency towards centralisation of capital, a case of its centralisation on that maximum scale which corresponds to the competition of state capitalist trusts.”* Bukharin ainda prossegue afirmando que *“[t]he arena of this combat is world economy; its economic and political limits are a world trust, a single world state obedient to the finance capital of the victors who assimilate all the rest - an ideal of which even the hottest heads of former epochs never dreamed.”* IN: Bukharin, Op. Cit., p. 96.

²⁴ A grande crítica de Lenin à definição de Hilferding, no entanto, é que ela não contempla o que Lenin vai chamar de capital parasitário: Lenin percebe, a partir do conceito de capital financeiro, que há uma nítida separação da propriedade do capital e da sua aplicação na produção, sendo o capital parasitário o capital bancário que domina o capital industrial, mas não é capaz de ser produtivo (ou seja, de produzir de mais valor), apenas

Segundo Lenin, é através do capital financeiro que estes monopólios exercem uma subordinação sobre a independência política dos Estados:

[...] o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas.²⁵

O crescente desenvolvimento do capitalismo, que agora aumenta e transborda para todos os lados, dá origem a um crescimento em ritmo diferente das forças produtivas em cada país, é o que Lênin chama de *desenvolvimento desigual*²⁶. Essa desigualdade no nível das forças produtivas, por conta dos diferentes níveis de acumulação, gera um excedente de capital nos países que possuem um nível mais alto e mais rápido de acumulação. O excedente de capital nos países mais avançados, por sua vez, gera uma queda na taxa de lucro, o que os faz procurar novas formas de aumentá-lo, levando a exportação desse capital para os países ditos mais atrasados fazendo com que estes países cresçam em ritmo extraordinariamente acelerado, o que, por outro lado, gera uma desaceleração dos países desenvolvidos. Essa tendência à exportação de capital leva a uma competição entre os monopólios pelas áreas que ainda estão escassas de capital. Assim, os capitais mais fortes ficam com a maior parte dessas áreas, se tornando mais fortes ainda, aumentando a tendência à concentração.²⁷

De acordo com Lênin, a competição por estas áreas irá se estender como a partilha dos territórios, originando o movimento de expansão colonial. Assim, fica evidente mais um acontecimento que constitui o capitalismo imperialista:

[...] o traço característico do período que nos ocupa é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível reparti-lo de novo "pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis", mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um "proprietário" para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um "dono".²⁸

crece à custa da produção. Para Lenin, este capital é uma das principais características da nova fase do capitalismo.

²⁵ Lênin, Op. Cit., p. 71.

²⁶ Aqui Lênin insere o conceito de desenvolvimento desigual, mas não desenvolve como e porque os países se desenvolvem de forma diferente. Tal trabalho foi realizado com profundidade por Leon Trotsky.

²⁷ Lênin discorda, entretanto, que haverá um só truste que comandará todo planeta, para ele a competição entre os capitais não deixará de existir. Um de seus maiores esforços teóricos foi no sentido de contradizer a tese do "ultraimperialismo" de Kark Kautsky. Cf.: AMARAL, Maria Silva. "Teorias do Imperialismo e da Dependência: a Atualização Necessária ante a Financeirização do Capitalismo". Tese - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, 2012; e FONTES, Virgínia. "O Imperialismo: de Lenin aos dias atuais", 2008.

²⁸ Lênin, Op. Cit., p. 65.

As novas possessões coloniais aparecem não apenas como espaço para o capital excedente, mas como novas fontes de matérias-primas. *“Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.”*²⁹

Lênin sintetiza, enfim, em cinco pontos as características fundamentais do imperialismo na seguinte passagem:

convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.³⁰

É cada vez mais comum encontrarmos análises que apontem para um novo ponto de viragem, este bastante recente, segundo as quais estaríamos vivendo já em um novo momento do capitalismo caracterizado por uma nova escala de concentração e centralização de capitais, o que poderia ser caracterizado por uma nova fase do imperialismo e do colonialismo. Por ora, não entraremos nesta discussão, no entanto, faz-se necessário ressaltar que as características fundamentais, tanto de um quanto de outro permanecem, mudando apenas as formas pelas quais se manifestam.

1.2 O giro descolonial

Como vimos, de acordo com a leitura apresentada pelos autores da Teoria Clássica do Imperialismo, os processos de concentração e centralização do capital – conformadores do capitalismo e do imperialismo – levam à necessidade de expansão e dominação de novos territórios pelos atores envolvidos nas disputas entre capitais, os Estados. O giro descolonial se caracteriza por olhar este mesmo fenômeno da perspectiva periférica, de modo a viabilizar propostas de mudanças efetivas nesta ordem.

A proposta teórica e epistemológica do grupo modernidade/colonialidade³¹ tem, dentre suas principais fontes teóricas os marxismos contemporâneos, a teoria da dependência, as

²⁹ Lênin, Op. Cit., p. 70.

³⁰ Lênin, Op. Cit., pp 75-76.

³¹ Tradução livre de *“modernidad/colonialidad”*, como os próprios autores deste grupo o denominam. Todos estes termos estão sendo livremente traduzidos das variações *colonialidade, decolonialidade, modernidade, giro descolonial*, utilizadas pelo grupo.

análises de sistema-mundo e os estudos pós-coloniais (*post-colonial studies*) por perceberem nestas abordagens um viés crítico necessário para a realização de uma análise profunda das relações sociais na atual conjuntura do contexto pós-Guerra Fria. Ao contrário de outras abordagens marcadamente hegemônicas de reprodução do discurso de dominação euro-norteamericano, o grupo percebe nestas quatro raízes teóricas uma indicação de um caminho *outro*, contra-hegemônico, necessário a uma crítica profunda às raízes da sociedade capitalista. No entanto, ainda há um longo caminho pela frente com o trabalho simultâneo de desconstrução de uma prática e de um pensamento hierárquico e segregador e a construção de uma nova forma de pensar, uma forma de pensar *outra*, intercultural, de convivência horizontal de distintas cosmologias, em um mesmo tempo e em um mesmo espaço.

O grupo parte da percepção de um sistema-mundo que está se formando e se conformando desde antes do século XVI - primeiro apenas nos limites do que hoje conhecemos como o continente Europeu, depois extrapolando essas barreiras espaciais – e que vem se expandindo e se fortalecendo até hoje, impondo suas construções ideológicas e práticas em todos os espaços que chega. Este discurso hegemônico que se transveste de um universalismo abstrato, base fundamental para sustentação do mito “*da modernidade de uma Europa auto-gerada, isolada, que se desenvolve por si mesma, sem dependência de ninguém no mundo*”³², é o que fundamenta as ciências humanas modernas de maneira geral e, em particular, a Economia Política Internacional. A proposta do grupo, portanto, é a da realização de um *giro descolonial*, através do qual se pretende apresentar alternativas a estas bases teóricas hegemônicas das ciências sociais. Nas palavras de Mignolo, este giro descolonial “*é a abertura e a liberdade do pensamento e de formas de vida-outras (economias-outras, teorias políticas outras) [...]*”³³

O grupo vem sempre ressaltando o caminho para o pensamento *outro*, que não aquele da teoria política e econômica européia - e que não deixa de ser também a origem e a fundação da Economia Política Internacional -, cujos destinos são os *outros lugares* a partir de um

³² Tradução livre do trecho: “*de la modernidad de una Europa auto-generada, insulada, que se desarrolla por sí misma sin dependencia de nadie en el mundo*” IN: GROSFOGUEL, Ramón. “Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde aimé césaire hasta los zapatistas”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Eds.). El giro descolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 64.

³³ Tradução livre do trecho: “[*e*]s la apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-outras (economías-outras, teorías políticas-outras) [...]” “[*e*]s la apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-outras (economías-outras, teorías políticas-outras) [...]” MIGNOLO, Walter. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura – um manifesto”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Eds.). El giro descolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007p. 29.

desprendimento epistêmico gerado pela ferida colonial. Para tal, segundo Quijano³⁴, é necessário

[e]m primeiro lugar a descolonização epistemológica, para logo dar lugar a uma nova comunicação intercultural, a um intercâmbio de experiências e de significações, como a base de outra racionalidade que possa pretender, com legitimidade, a alguma universalidade. Nada menos racional, por fim, do que a pretensão de que a específica cosmovisão de uma etnia particular sendo imposta como a racionalidade universal, ainda que a etnia se chame Europa ocidental. Porque isso, na verdade, é reivindicar para um provincianismo o título de universalidade.

1.2.1 Descolonialidade como parte da modernidade/colonialidade e o universalismo do discurso europeu

A ideia fundamental para se pensar a origem do pensamento descolonial é que este sentimento da descolonialidade é, na verdade, apenas uma das faces da modernidade – no entanto, esta característica não se encontra exclusivamente no processo produtivo de determinado meio de produção, mas sim em todas as esferas da vida social.

O argumento básico (quase um silogismo) é o seguinte: se a colonialidade é constitutiva da modernidade, posto que a retórica salvacionista da modernidade pressupõe já a lógica opressiva e condenatória da colonialidade (daí os *damnés* – condenados – de Fanon), esta lógica opressiva produz uma energia de descontentamento, de desconfiança, de desprendimento entre aqueles que reagem à violência imperial. Esta energia se traduz em *projetos descoloniais que, em última instância, também são constitutivos da modernidade*. A modernidade é uma hidra de três cabeças, embora apenas uma fica à mostra: a retórica de salvação e progresso. A colonialidade, uma de cujas facetas é a pobreza e a propagação da AIDS em África, não aparece na retórica da modernidade como sua contrapartida necessária, mas como algo desprendido dela. [...] a lógica da colonialidade, escondida embaixo da retórica da modernidade, gera necessariamente a energia irreduzível de seres humanos humilhados, maltratados, esquecidos e marginalizados. A descolonialidade é, portanto, a energia que não se deixa manusear pela lógica da colonialidade, nem acredita nos contos de fada da retórica da modernidade. Se a descolonialidade tem uma diversa gama de manifestações – algumas não desejáveis, como as que hoje Washington descreve como “terroristas” -, o pensamento descolonial é, assim, o pensamento que se desprende e se abre (daí “desprendimento e abertura” no título deste trabalho), encoberto pela racionalidade moderna, montado e incluso nas categorias do grego e do latim e das seis línguas imperiais europeias modernas.³⁵

³⁴ Tradução livre do trecho: “*En primer término la decolonización epistemológica, para dar paso luego a una nueva comunicación inter-cultural, a un intercambio de experiencias y de significaciones, como la base de otra racionalidad que pueda pretender, con legitimidad, a alguna universalidad. Pues nada menos racional, finalmente, que la pretensión de que la específica cosmovisión de una etnia particular sea impuesta como la racionalidad universal, aunque tal etnia se llama Europa occidental. Porque eso, en verdad, es pretender para un provincianismo el título de universalidad.*” IN: QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade y modernidade/racionalidad”. En Heraclio Bonilla (comp.). Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas. Quito: Libri Mundi, Tercer Mundo, 1992, p. 447.

³⁵ Tradução livre do trecho: “*El argumento básico (casi un silogismo) es el siguiente: si la colonialidad es constitutiva de la modernidad, puesto que la retórica salvacionista de la modernidad presupone ya la lógica opresiva y condenatoria de la colonialidad (de ahí los damnés de Fanon), esa lógica opresiva produce una energía de descontento, de desconfianza, de desprendimiento entre quienes reaccionan ante la violencia imperial. Esa energía*

Mignolo chama atenção para o fato de que, para se compreender o projeto da descolonialidade, é importante compreender suas origens, sua genealogia, de modo a explicitar sua relação com a modernidade/colonialidade. A tese do autor é a de que o pensamento descolonial surge na própria fundação da modernidade/colonialidade, como sua contrapartida, e tem em três momentos que são marcos de suas primeiras manifestações: esta forma de pensamento aparece pela primeira vez no pensamento indígena e afro-caribenho das Américas para, em seguida, também despontarem na Ásia e na África – muito embora não com alguma relação com aquelas aparições no continente americano -, como contrapartida da reorganização imperial e colonial nestas regiões e, em seguida, seu terceiro momento, nos movimentos de descolonizações também nelas, em plena Guerra Fria e concomitante ao crescimento do poder hegemônico e da liderança mundial norte-americanos.

A grande transformação epistêmica desta proposta descolonial, portanto, tem sua origem na própria fundação e no estabelecimento da matriz colonial de poder, que Quijano, em um artigo em que resume o projeto do grupo modernidade/colonialidade, define da seguinte forma:

[a] crítica ao paradigma europeu da racionalidade/modernidade é indispensável. Mais ainda, urgente. Contudo, é duvidoso que o caminho consista na negação simples de todas as suas categorias; na dissolução da realidade no discurso; na pura negação da ideia e da perspectiva da totalidade no conhecimento. Longe disto, é necessário desprender-se das vinculações da racionalidade-modernidade com a colonialidade, em primeiro lugar, e em definitiva com todo poder não constituído na decisão livre de pessoas livres. É a instrumentalização da razão pelo poder colonial, em primeiro lugar, o que produziu paradigmas distorcidos de conhecimento e acabou com promessas libertadoras da modernidade. A alternativa, conseqüentemente, é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial.³⁶

se traduce en proyectos descoloniales que, en última instancia, también son constitutivos de la modernidad. La modernidad es una hidra de tres cabezas, aunque sólo muestra una: la retórica de salvación y progreso. La colonialidad, una de cuyas facetas es la pobreza y la propagación del SIDA en África, no aparece en la retórica de la modernidad como su necesaria contraparte, sino como algo desprendido de ella. [...] la lógica de la colonialidad, escondida bajo la retórica de la modernidad, genera necesariamente la energía irreductible de seres humanos humillados, vilipendiados, olvidados y marginados. La descolonialidad es, entonces, la energía que no se deja manejar por la lógica de la colonialidad, ni se cree los cuentos de hadas de la retórica de la modernidad. Si la descolonialidad tiene una variada gama de manifestaciones—algunas no deseables, como las que hoy Washington describe como “terroristas”—, el pensamiento descolonial es, entonces, el pensamiento que se desprende y se abre (de ahí “desprendimiento y apertura” en el título de este trabajo), encubierto por la racionalidad moderna, montado y encerrado en las categorías del griego y del latín y de las seis lenguas imperiales europeas modernas.” IN: Mignolo, Op. Cit., p. 26. Ggrifos do autor.

³⁶ Tradução livre do trecho: “*La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituído en la decisión libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad. La alternativa, en consecuencia, es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial.*” IN: QUIJANO, Op. Cit. p. 437.

Quer dizer, ainda que a reflexão acerca do giro epistêmico descolonial seja recente, a prática epistêmica descolonial é uma consequência do estabelecimento em escala mundial da matriz colonial de poder que Quijano descreve.

Marx e os marxistas foram, talvez, aqueles que dentro do centro geográfico de produção do saber hegemônico/imperial europeu/norte-americano melhor conseguiram captar a historicidade dos discursos dominantes, a partir de uma perspectiva crítica do mesmo, desnaturalizando exatamente as relações de dominação e exploração que sustentam o sistema-mundo europeu. Entretanto, nas palavras de Grosfoguel, *“mesmo quando algumas correntes, como a psicanálise e o marxismo, questionaram estas premissas, ainda os marxistas e os psicanalistas produzem conhecimento a partir do ponto zero, ou seja, sem questionar o lugar a partir do qual falam e produzem conhecimento.”*³⁷

Este sujeito sem rosto, entretanto, é o que permite o estabelecimento do *“mito de um sujeito com racionalidade universal que se confirma a si mesmo como tal”*³⁸, aquele sujeito ilhado, do qual falamos anteriormente. Como Enrique Dussel³⁹ incansavelmente nos lembrava, este *ego cogito* cartesiano vem na modernidade para assumir o lugar do *ego conquirus* imperial, do *“conquisto, logo sou”*.

O que Enrique Dussel nos diz com isto é que a condição de possibilidade política, econômica, cultural e social para que um sujeito assuma a arrogância de falar como se fosse o olho de Deus, é o sujeito cuja localização geopolítica está determinada por sua existência como colonizador/conquistador, ou seja, como Ser imperial. De maneira que o mito dualista e solipsista de um sujeito autogerado, sem localização espaço-temporal nas relações de poder mundial, inaugura o mito epistemológico da modernidade eurocentrada de um sujeito autogerado que tem acesso à verdade universal, para além do espaço e do tempo, por meio de um monólogo, ou seja, através de uma surdez perante o mundo e apagando o rosto do sujeito de enunciação, ou seja, através de uma cegueira frente a sua própria localização espacial e corporal na cartografia do poder mundial.⁴⁰

³⁷ Tradução livre do trecho: *“[a]un cuando algunas corrientes, como el psicoanálisis y el marxismo, hayan cuestionado estas premisas, todavía los marxistas y psicoanalistas producen conocimiento desde el punto cero, es decir, sin cuestionar el lugar desde el cual hablan y producen conocimiento.”* IN: Grosfoguel, Op. Cit. p. 65.

³⁸ Tradução livre do trecho: *“mito de un sujeto con racionalidad universal que se confirma a sí mismo como tal”* IN: Ibidem, Id., p. 64.

³⁹ DUSSEL, Enrique. (1994). 1492: El encubrimiento del Otro: hacia el origen del “Mito de la Modernidad”. La Paz: Plural Editores.

⁴⁰ Tradução livre do trecho: *“Lo que Enrique Dussel nos dice con esto es que la condición de posibilidad política, económica, cultural y social para que un sujeto asuma la arrogancia de hablar como si fuera el ojo de Dios, es el sujeto cuya localización geopolítica está determinada por su existencia como colonizador/conquistador, es decir, como Ser imperial. De manera que el mito dualista y solipsista de un sujeto auto-generado, sin localización espacio-temporal en las relaciones de poder mundial, inaugura el mito epistemológico de la modernidad eurocentrada de un sujeto autogerado que tiene acceso a la verdad universal, más allá del espacio y el tiempo, por medio de un monólogo, es decir, a través de una sordera ante el mundo y borrando el rostro del sujeto de enunciación, es decir, a través de una ceguera ante su propia localización espacial y corporal en la cartografía de poder mundial.”* IN: Grosfoguel, Op. Cit. p. 64.

Este solipsismo⁴¹ cartesiano talvez seja a principal ou, pelo menos, a mais duradoura, herança legada para toda a ciência ocidental e, mais particularmente, ao que nos interessa aqui, principalmente às ciências humanas e sociais a partir do século XIX. É com base neste sujeito sem rosto enunciador de uma verdade universal a partir de um ponto zero que vai ser possível justificar a epistemologia da neutralidade axiológica e imparcialidade do método/objetividade empírica do sujeito que produz o conhecimento científico moderno. Portanto, é também com base neste fundamento que passa a ser possível falar em universalismo, um universalismo abstrato que, segundo Grosfoguel, é abstrato em dois sentidos:

primeiro, no sentido do enunciado, de um conhecimento que se abstrai de toda determinação espaço-temporal e pretende ser eterno; e segundo, no sentido epistêmico de um sujeito de enunciação que é abstraído, esvaziado de corpo e conteúdo, e de sua localização na cartografia de poder mundial, de onde produz conhecimentos, para assim propor um sujeito que produz conhecimentos com pretensões de verdade, como desenho global, universal para todos no mundo. O primeiro tipo de universalismo abstrato (o dos enunciados) é possível apenas se se assume o segundo (o do sujeito da enunciação). O primeiro sentido de universalismo abstrato, o do universalismo baseado em um conhecimento com pretensões de eternidade espaço-temporal, de enunciados que se “abstraem” de toda espacialidade e temporalidade, foi questionado dentro da própria cosmologia e filosofia ocidental. No entanto, o segundo sentido de universalismo abstrato, no sentido epistêmico do sujeito de enunciação sem rosto nem localização espaço-temporal, o da ego-política do conhecimento, continuou, até os nossos dias, com o ponto zero das ciências ocidentais, ainda entre os críticos do próprio René Descartes, e é um dos legados mais perniciosos do cartesianismo.⁴²

Está aí, portanto a grande crítica que o grupo de estudos modernidade/colonialidade faz, por exemplo, ao marxismo e à psicanálise que, embora questionem profundamente o primeiro tipo de universalismo abstrato, o do enunciado, tanto uma quanto outra corrente teórica ainda fala a partir de um ponto zero, ou seja, não questionam o lugar de onde falam e produzem conhecimento, de modo a manter a universalidade do discurso hegemônico de dominação cultural, política, econômica e social. Daí decorre também a manutenção do que

⁴¹ Solipsismo é a concepção filosófica de que, além de nós, só existem as nossas experiências. O solipsismo é a consequência extrema de se acreditar que o conhecimento deve estar fundado em estados de experiência interiores e pessoais, não se conseguindo estabelecer uma relação direta entre esses estados e o conhecimento objetivo de algo para além deles.

⁴² Tradução livre do trecho: “*primero, en el sentido del enunciado, de un conocimiento que se abstrae de toda determinación espacio temporal y pretende ser eterno; y segundo, en el sentido epistémico de un sujeto de enunciación que es abstraído, vaciado de cuerpo y contenido, y de su localización en la cartografía de poder mundial, desde donde produce conocimientos, para así proponer un sujeto que produce conocimientos con pretensiones de verdad, como diseño global, universal para todos en el mundo. El primer tipo de universalismo abstracto (el de los enunciados) es posible solamente si se asume el segundo (el del sujeto de enunciación). El primer sentido de universalismo abstracto, el del universalismo basado en un conocimiento con pretensiones de eternidad espacio-temporal, de enunciados que se “abstraen” de toda espacialidad y temporalidad, ha sido cuestionado dentro de la propia cosmología y filosofía occidental. Pero el segundo sentido de universalismo abstracto, en el sentido epistémico del sujeto de enunciación sin rostro ni localización espacio-temporal, el de la ego-política del conocimiento, ha continuado, hasta nuestros días, con el punto cero de las ciencias occidentales, aun entre los críticos del propio René Descartes, y es uno de los legados más perniciosos del cartesianismo.*” IN: Grosfoguel, Op. Cit., p. 65.

estes autores chamam de racismo epistêmico, pois nenhuma destas correntes questionam a hegemonia e a dominação do saber ocidental sobre os outros saberes.

O racismo epistemológico é constituído pelo o universalismo abstrato epistêmico da tradição da filosofia moderna, que seria a pressuposição de que a razão universal e a verdade apenas podem ser conhecidas a partir de um sujeito branco-europeu-masculino-heterossexual, e só o podem realizar através do único pensamento capaz de acessá-las, a saber, a filosofia ocidental. Além disso, ressalta o autor, qualquer proposta global ou cosmopolitismo que parta de um universal abstrato deste tipo, da ego-política do conhecimento, - seja qual for a verdade universal, se ela for construída em cima de um território ou corpo particular em detrimento de outros - será apenas mais uma proposta de (re)desenho global imperial/colonial.

Para a alternativa *descolonial* a este universalismo hegemônico e hierárquico europeu da ego-política do conhecimento, Grosfoguel prossegue em sua linha de raciocínio, é fundamental e indispensável “*mover a geografia da razão até uma geopolítica e uma ego-política do conhecimento ‘outras’*”.⁴³ Ele apresenta, assim, a alternativa do pluriversalismo, assim como aquele proposto por Aimé Césaire, que, em oposição ao universalismo abstrato europeu propõe um universalismo concreto, construído a partir das relações sociais concretas, numa estrutura profundamente democrática de diálogo entre os povos: “[*m*]inha concepção do universal é a de um universal depositário de todo o particular, depositário de todos os particulares, com um aprofundamento e coexistência de todos os particulares.”⁴⁴

Aquele universalismo baseado em um sujeito sem rosto, no qual se funda o eurocentrismo moderno/colonial, é o que Césaire vai chamar de um universalismo “descarnado”, ou seja, aquele universalismo que se baseia em uma particularidade local para se projetar como global. “*Ao apresentar-se como ‘descarnado’ esconde a localização epistêmica de seu locus de enunciação na geopolítica e na corpo-política do conhecimento.*”⁴⁵

1.2.2 A proposta da perspectiva da modernidade/colonialidade

⁴³ Tradução livre do trecho: “*mover la geografía de la razón hacia una geopolítica y una ego-política del conocimiento ‘outras’*” IN: Grosfoguel, Op. Cit., p. 71.

⁴⁴ Tradução livre do trecho: “[*m*]i concepción de lo universal es la de un universal depositario de todo lo particular, depositario de todos los particulares, profundización y coexistencia de todos los particulares.” IN: CÉSAIRE, Aimé. (2006). *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Akal, p.84 *apud* GROSFUGUEL, Ramón. “Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde aimé césaire hasta los zapatistas”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Eds.). *El giro descolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

⁴⁵ Tradução livre do trecho: “*Al representarse como ‘descarnado’ esconde la localización epistémica de su locus de enunciación en la geopolítica y la corpo-política del conocimiento.*” IN: Grosfoguel, Op. Cit., p. 71.

A proposta do grupo *modernidade/colonialidade* para compreender este sistema é trabalhar, basicamente, em torno de duas categorias: a *(des)colonialidade* e a *colonialidade do poder*. Segundo a perspectiva *descolonial* proposta, apesar das independências juridico-políticas das antigas colônias europeias, não houve uma real descolonização na prática concreta e nas vivências diárias desses novos Estados nacionais – daí a proposta de se ler tal realidade a partir do conceito de *descolonialidade* e não descolonização, de modo a indicar que a relação da colonização se transformou, com a descolonização juridico-política, mas não se findou.

O conceito ‘descolonialidade’, que apresentamos neste livro, se mostra útil para transcender a suposição de certos discursos acadêmicos e políticos, segundo os quais, com o fim das administrações coloniais e a formação dos Estados-nações na periferia, vivemos agora em um mundo descolonizado e pós-colonial. Nós partimos, ao contrário, do suposto de que a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações, formada durante vários séculos de expansão colonial europeia, não se transformou significativamente com o fim do colonialismo e a formação dos Estados-nações na periferia. Assistimos, na realidade, a uma *transição do colonialismo moderno à colonialidade global*, processo que certamente transformou as formas de dominação implantadas pela modernidade, mas não a estrutura das relações centro-periferia em escala mundial.⁴⁶

Com essa leitura, passa-se a entender este sistema não apenas como um sistema-mundo moderno, mas, mais especificamente, como um “*sistema-mundo europeu/euro-norteamericano capitalista/patriarcal moderno/colonial*”, que vem se estruturando e se desenvolvendo desde o século XVI, cuja chave de leitura da realidade parte de uma visão hegemônica dicotômica européia, em que o centro e as periferias continuam a ser compreendidas a partir de uma linha hierárquica e evolutiva. Neste sentido, enfatizam os autores, compreender tal sistema com base na categoria de “economia mundial”, como sendo conformada por diversas economias nacionais, é deveras limitado, pois deixa de lado uma série de fatores e variáveis importantes para se compreender sua dinâmica.

Tanto o enfoque do sistema-mundo quanto o enfoque dos estudos pós-coloniais anglossaxões têm como mérito a crítica que fazem às ideologias desenvolvimentistas e aos discursos sobre o “orientalismo” e o “ocidentalismo” que colocam os povos da periferia numa

⁴⁶Tradução livre do trecho: “*El concepto ‘descolonialidade’, que presentamos en este libro, resulta útil para trascender la suposición de ciertos discursos académicos y políticos, según la cual, con el fin de las administraciones coloniales y la formación de los Estados-nación en la periferia, vivimos ahora en un mundo descolonizado y poscolonial. Nosotros partimos, en cambio, del supuesto de que la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. Asistimos, más bien, a una transición del colonialismo moderno a la colonialidade global, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidade, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial*” CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Eds.). Op. Cit., p. 13. Grifos do autor.

situação de inferioridade ou, como o termo utilizado pelos autores, uma crítica à “nortemania” (*nordomania*):

[a]mbos enfoques compartilham também a crítica a que Leopoldo Zea, parafraseando Rodó, chamou de ‘nortemania’; isto é, o esforço das elites *criollas* da periferia para imitar os modelos de desenvolvimentos provenientes do norte, enquanto reproduziam as antigas formas de colonialismo. A caracterização da periferia como sociedades ‘do passado’, ‘premodernas’ ou ‘subdesenvolvidas’, por parte das elites *criollas* latinoamericanas de descendência europeia, serviu para justificar a subordinação dos Estados-nação pós-coloniais à implantação do capital internacional durante os séculos XIX e XX; processo que continua até hoje.⁴⁷

Entretanto, segundo a perspectiva proposta se, por um lado, os estudos pós-coloniais anglossaxões têm por mérito ressaltar as especificidades culturais, etno-raciais, discursivas e nas relações sociais, por outro, ela falha ao colocar as estruturas políticas e econômicas em segundo plano. Da mesma forma, apenas no sentido inverso, as análises do sistema mundo pecam exatamente por darem demasiado peso às variáveis políticas e econômicas e deixarem de lado questões culturais, etno-raciais, discursivas e das relações intrassociais. Embora alguns teóricos das duas linhas tenham percepção desta questão, pouco têm de instrumentos teóricos para superá-la.

A teoria da dependência é, talvez, a primeira proposta mais consistente de leitura do sistema a partir de uma perspectiva periférica, no entanto, assim como as análises do sistema mundo – até por ter surgido das entranhas da economia política – também pinta com fortes cores as determinações políticas e econômicas, deixando outras variáveis ao relento, seguindo uma tradição marxista bastante ortodoxa, o que, além de significar um empobrecimento da análise, por ter um foco extremamente economicista, também empobrece seu enfoque econômico, na medida em que ignora as influências de questões culturais e simbólicas para a análise dos processos econômicos da periferia. A única exceção, talvez, dentro deste grupo teórico, foi o trabalho de A. Quijano.

Quijano, por exemplo, mostrou que a dominação e exploração do Norte pelo Sul se funda em uma estrutura etno-racial de larga duração, construída desde o século XVI pela hierarquia europeu vs. não europeu. Este realmente tem sido o ‘ponto-cego’, tanto do marxismo como da teoria pós-colonial anglossaxã.⁴⁸

⁴⁷ Tradução livre do trecho: “Ambos enfoques comparten también la crítica a lo que Leopoldo Zea, parafraseando a Rodó, llamó la ‘nordomanía’; esto es, el esfuerzo de las elites criollas de la periferia para imitar los modelos de desarrollo provenientes del norte, mientras reproducían las antiguas formas de colonialismo. La caracterización de la periferia como sociedades ‘del pasado’, ‘premodernas’ o ‘subdesarrolladas’, por parte de las elites criollas latinoamericanas de descendencia europea, sirvió para justificar la subordinación de los Estados-nación poscoloniales al despliegue del capital internacional durante los siglos XIX y XX; proceso que continúa hasta hoy.” ZEA, Leopoldo. "Introducción". In: ZEA, Leopoldo (Ed.). América Latina en sus ideas. México, Unesco, Siglo XXI, 1986, pp 16-17 *apud* CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Eds.). Op. Cit., pp. 14-15.

⁴⁸ Tradução livre do trecho: “Quijano, por ejemplo, ha mostrado que la dominación y explotación económica del Norte sobre el Sur se funda en una estructura etno-racial de larga duración, constituida desde el siglo XVI por la jerarquía europea vs. no-europeo. Éste realmente ha sido el ‘punto ciego’, tanto del marxismo como de la

A proposta da perspectiva do grupo modernidade/colonialidade é a de construir um instrumental teórico de análise da realidade social em âmbito global. No entanto, compreende-se as questões políticas e econômicas, culturais, etno-raciais, discursivas e das relações intrassociais, não como estando umas de um lado e outras de outro, sendo que um dos lados sempre pese mais do que o outro: a proposta aqui é a de construção de uma perspectiva de análise periférica, heterárquica, que compreenda todas estas variáveis como fios que tecem uma mesma rede, de forma a estarem sempre interligados uns com os outros.

Para tal desafio a proposta não é a de abdicar de todo o conhecimento eurocêntrico ocidental – por mais que se compreenda este como mais uma forma de dominação do centro em relação à periferia -, mas uma chave combinatória entre o tradicional e o moderno, sem hierarquização ou senso evolutivo neste termo.

O pensamento heterárquico é uma tentativa de conceituar as estruturas sociais com uma nova linguagem que transborda o paradigma da ciência social eurocêntrica herdado desde o século XIX. A velha linguagem é para sistemas fechados, pois tem uma lógica única que determina todo o resto a partir de uma única hierarquia de poder. Pelo contrário, necessitamos de uma linguagem capaz de pensar os sistemas de poder como uma série de dispositivos heterônimos vinculados em rede. As hierarquias são estruturas complexas nas quais não existem um nível básico que governa sobre os demais, mas todos os níveis exercem algum grau de influência mútua em diferentes aspectos particulares e atendendo a conjunturas históricas específicas. Em uma heterarquia, a integração dos elementos disfuncionais ao sistema nunca é completa, como na hierarquia, mas parcial, o que significa que no capitalismo global não há lógicas autônomas nem tampouco uma só lógica determinante ‘em última instância’ que governa sobre todas as demais, mas existem processos complexos, heterogêneos e múltiplos, com diferentes temporalidades, dentro de um só sistema-mundo de longa duração. No momento em que os múltiplos dispositivos de poder são considerados como sistemas complexos vinculados em rede, a ideia de uma lógica ‘em última instância’ e do domínio autônomo de uns dispositivos sobre outros desaparece.⁴⁹

1.3 Refúgio e refugiados dentro do debate dos Direitos Humanos

teoría poscolonial anglosajona.” IN: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. La poscolonialidad explicada a los niños. Popayán: Universidad del Cauca, Instituto Pensar, 2005 *apud* CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Eds.). Op. Cit., p. 17.

⁴⁹ Tradução livre para o trecho: “*El pensamiento heterárquico es un intento por conceptualizar las estructuras sociales con un nuevo lenguaje que desborda el paradigma de la ciencia social eurocéntrica heredado desde el siglo XIX. El viejo lenguaje es para sistemas cerrados, pues tiene una lógica única que determina todo lo demás desde una sola jerarquía de poder. Por el contrario, necesitamos un lenguaje capaz de pensar los sistemas de poder como una serie de dispositivos heterónomos vinculados en red. Las heterarquías son estructuras complejas en las que no existe un nivel básico que gobierna sobre los demás, sino que todos los niveles ejercen algún grado de influencia mutua en diferentes aspectos particulares y atendiendo a coyunturas históricas específicas. En una heterarquía, la integración de los elementos disfuncionales al sistema jamás es completa, como en la jerarquía, sino parcial, lo cual significa que en el capitalismo global no hay lógicas autónomas ni tampoco una sola lógica determinante ‘en última instancia’ que gobierna sobre todas las demás, sino que más bien existen procesos complejos, heterogéneos y múltiples, con diferentes temporalidades, dentro de un solo sistema-mundo de larga duración. En el momento en que los múltiples dispositivos de poder son considerados como sistemas complejos vinculados en red, la idea de una lógica ‘en última instancia’ y del dominio autónomo de unos dispositivos sobre otros desaparece.*” IN: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Eds.). Op. Cit., p. 18.

Cabe, por fim, tecer algumas observações pontuais acerca do tema das imigrações forçadas, assim como conformadas dentro desse sistema capitalista contemporâneo, a partir de uma perspectiva que se aproxima da leitura *descolonial*.

1.3.1 Marco legal: breve histórico do instituto do refúgio

A organização social pressupõe regras de convivência, sejam elas implícitas ou explícitas, às quais se submetem os indivíduos para sua própria proteção, de modo que tenham garantidas sua sobrevivência e reprodução. O refúgio, entendido de forma ampla, como o pedido de proteção de um indivíduo fora da sociedade à qual pertence e, conseqüentemente, das regras por ela estabelecidas, decorre da própria existência deste tipo de formação social⁵⁰. Entretanto, o refúgio enquanto instituto do direito internacional, como se conhece hoje, bem como a proteção efetiva dos refugiados pela comunidade internacional foram estabelecidos apenas no início do século XX, mais precisamente na segunda década, no âmbito da Liga das Nações que, segundo Fischel de Andrade⁵¹,

[...] logo se organizou com vistas em possibilitar a proteção, inicialmente, de cerca de dois milhões de russos que haviam sido desnacionalizados e se encontravam na Europa e na Ásia. Os eventos que tiveram lugar no período entreguerras fizeram com que surgissem vários outros organismos e instrumentos internacionais que visavam, respectivamente, a proteger e a definir o conceito de “refugiados”, os quais, por serem perseguidos, se viam compelidos a migrar de seus países.

Em momentos e espaços próximos, a Revolução Russa e a posterior criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assim como a Primeira Guerra Mundial chamaram atenção pela quantidade de deslocados que geraram. A Primeira Guerra, por exemplo, gerou o deslocamento de quatro milhões de pessoas fugindo do conflito. *“Naquela época, a comunidade internacional teve de enfrentar o problema de definir a condição jurídica dos refugiados, organizar o assentamento ou repatriação e realizar atividades de socorro e proteção.”*⁵²

Contudo, é com a Segunda Guerra Mundial que este problema vai tomar proporções nunca antes vistas. Este conflito produziu, sozinho, mais de 40 milhões de refugiados. É

⁵⁰ Esta leitura foi bastante desenvolvida por teóricos que ficaram conhecidos posteriormente como “contratualistas”, já que apresentaram em suas obras uma visão sobre a formação de qualquer organização social segundo a qual pressupõe-se a necessidade anterior de um contrato social. Dentre estes teóricos, destacam-se as obras de Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Não desenvolveremos, aqui, este debate, mas pode-se dizer que esta leitura acerca do contrato social pode abranger uma vasta gama de interpretações.

⁵¹ FISCHEL DE ANDRADE, José H. “O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, Junho 2005, p. 2.

⁵² BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. “A Lei Brasileira de Refúgio – sua História”. IN: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org). *O Refúgio no Brasil – A Proteção Brasileira aos Refugiados e seu Impacto nas Américas*. Brasília, ACNUR, Conare, 2010, p. 14.

importante perceber que as violações foram perpetradas pelas mãos do próprio Estado, que, ao contrário, deveria ser o responsável pela proteção dos indivíduos. É neste momento que a comunidade internacional percebe que há uma necessidade de se repensar os instrumentos de proteção ao indivíduo e as relações entre os Estados soberanos e esta proteção.

Passa-se a pensar nos direitos humanos a partir de uma perspectiva internacional, e não mais apenas como uma competência exclusiva do Estado. Isto não quer dizer, no entanto, que tenha havido uma diminuição do papel do Estado, já que ainda é ele, enquanto poder soberano, que elabora efetivamente tanto o marco jurídico quanto as políticas relativas aos direitos humanos dentro de seu próprio território, o que inclui, evidentemente, a questão do refúgio.

Assim, logo entre suas primeiras resoluções, a Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1946, estabelece três princípios próprios da condição de refugiado: (i) o alcance e caráter internacional do problema do refúgio; (ii) a necessidade de haver um órgão internacional que se ocupe do futuro dos refugiados e das pessoas deslocadas; (iii) o estabelecimento do pronto retorno dos refugiados a seus países, quando a situação política dos mesmos permitisse e a ajuda aos refugiados, por todos os meios possíveis, como o principal objetivo dessa assistência⁵³.

Além de tudo isto, também foi estabelecido neste momento pela Assembléia Geral que não se poderia obrigar os refugiados a regressarem ao seu país de origem, caso o mesmo apresentasse objeções válidas a este retorno – consolidando aí o que é considerado um dos mais importantes princípios para qualquer política de refúgio no mundo, o do *non-refoulement*, ao afirmar que os países procurados por aqueles que buscam refúgio não podem obrigar que estes retornem ao seu país de origem, caso haja receio fundado.

Em 1948 a Organização Internacional para Refugiados (OIR)⁵⁴ entra em vigor e passa a atuar conjuntamente com uma organização criada pelos aliados ainda em 1943, a Administração das Nações Unidas de Socorro e Reconstrução, encarregada de assistir às vítimas dos territórios ocupados. Assim como as outras, também a OIR nasce com um prazo determinado para seu fim, a saber, dia 30 de junho de 1950. Entretanto, com a necessidade de que o terreno fosse preparado para o estabelecimento de um novo organismo competente para tratar do tema, ela só encerrou suas atividades em 28 de fevereiro de 1952. Este novo organismo vai ser estabelecido antes disso, no final de 1950, e vai se chamar o Alto

⁵³ Cf. Resolução 08 da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 12 de fevereiro de 1946.

⁵⁴ Para mais sobre a participação do Brasil na OIR e a tensão entre as metas de política externa e o desejo da ação humanitária e, por outro lado, a resistência à imigração e a realidade orçamentária e administrativo-burocrática no plano doméstico, cf. FISCHER DE ANDRADE, José H. Op. Cit.

Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ⁵⁵, cujos dois objetivos básicos são a proteção dos refugiados⁵⁶ em todo o mundo e a busca por soluções duradouras⁵⁷, para que estes possam reconstruir suas vidas em um ambiente normal.

Os refugiados, por definição, não podem desfrutar da proteção legal de seu país de origem – esta passa a ser, portanto, a principal função do ACNUR. Para realizar tal tarefa, o Alto Comissariado busca garantir que os refugiados recebam asilo e que obtenham um estatuto jurídico favorável dentro do país que o acolher (incluindo a proibição da repatriação forçada), além de promover acordos internacionais sobre refugiados, supervisionar o cumprimento do direito internacional e proporcionar ajuda material – alimentos, água, acomodações e cuidados médicos, por exemplo.

Contudo, não havia até então um instrumento normativo que definisse claramente quem é refugiado, a amplitude da proteção internacional e nem mesmo que orientasse a busca da solução duradoura para estes casos. Foi a crescente necessidade de se proteger as pessoas de perseguições por diversos motivos que fez com que se buscasse uma definição jurídica para este conceito, o de “refugiado”. É assim que, em 1951, a Convenção sobre o Estatuto do Refugiado vai ser aprovada em Genebra (também conhecida como Convenção de Genebra de

⁵⁵ Assim como todas as outras agências, também o ACNUR é criado com um prazo para se encerrar, pois desde o princípio há uma negação por parte da comunidade internacional de assumir o problema do refúgio como permanente, ao contrário, sendo tratado desde o começo como um problema pontual, que tem um fim viável. O mandato original do ACNUR, portanto, definia o dia 31 de dezembro de 1953 como data para que suas atividades fossem suspensas. Tendo chegado a esta data e o problema dos refugiados não se apresentar nem mesmo próximo de um fim, o ACNUR por conta própria vem estendendo seu mandato, anualmente, desde então – demonstração de que qualquer expectativa de que o problema do refúgio chegasse a um fim e, assim, o ACNUR se tornasse desnecessário ainda não chegou perto de sua realização, pelo contrário: para o ACNUR, os desafios continuam enormes e, cada vez mais, diversos⁵⁵. Se no início o ACNUR contava com 34 funcionários e um orçamento de US\$ 300.000, atualmente tem mais de 7.685 funcionários, sendo que apenas 972 deles trabalham atualmente na sede da organização em Genebra, enquanto o resto está empregado no campo e trabalha na assistência direta dos refugiados e deslocados internos. A agência da ONU para refugiados atua em 126 países, inclusive em regiões de conflito (como Sudão, Chade, Colômbia), zonas afetadas por catástrofes naturais e em operações de repatriação de refugiados, como em Angola e no Afeganistão. O orçamento da agência é de US\$ 3,59 bilhões em 2012. Diferentemente das demais agências da ONU, o ACNUR se mantém por meio de contribuições voluntárias de países doadores. Desde então, já ajudou mais de 50 milhões de pessoas, ganhou duas vezes o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). Hoje, é uma das principais agências humanitárias do mundo.

⁵⁶ “De acordo com o Estatuto do ACNUR, é refugiado toda pessoa que se encontra fora de seu país de nacionalidade, devido a um temor provocado por perseguição por razões de raça, religião ou nacionalidade; por pertencer a um determinado grupo social; ou por ter uma determinada opinião política.” Cf. CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 39 – ABC da ONU.

⁵⁷ A atuação do ACNUR orienta-se a partir de três estratégias para alcançar soluções duráveis para a questão dos refugiados: (i) a integração local, que consiste na adaptação dos refugiados no local em que foram acolhidos; (ii) o reassentamento ou a reinstalação, nos casos em que os refugiados efetivamente não podem ficar no primeiro local de destino, o que faz com que seja necessária a transferência do refugiado para outro local; e (iii) repatriamento, que é considerada a solução ideal, muito embora seja a que menos ocorre de fato, pois o retorno do refugiado à sua pátria de origem deve ser voluntária.

1951, ou ainda Convenção de 1951 das Nações Unidas)⁵⁸. Assim, a Convenção de 1951 vai definir como refugiado toda pessoa que

[...] em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção deste país, ou que, se não tem nacionalidade, encontra-se fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, não quer voltar a ele.⁵⁹

Com o decorrer dos anos e a continuidade dos deslocamentos de refugiados através deles, por motivos outros que não aqueles previstos na Convenção de 1951, a despeito de sua conhecida excelência, esta definição foi se mostrando limitada, tanto no tempo quanto no espaço, na medida em que se aplicava apenas para os refugiados que passaram a ter tal condição como resultado dos acontecimentos ocorridos na Europa antes de 1º de janeiro de 1951. Tal limitação é facilmente justificada quando se contextualiza sua edição, afinal, ela foi redigida logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, momento este em que parecia muito claro para todos, em todo o mundo, quem eram os perseguidos e quem eram os perseguidores. De todo modo, essas duas limitações acabaram por dificultar a aplicação da Convenção por diversos países. Em resposta a esta dificuldade, em 1967 vai ser elaborado o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados⁶⁰, um instrumento internacional específico que deveria dar caráter universal e atemporal à Convenção de 1951.⁶¹

O Brasil é signatário dos dois documentos e mostrou-se, de alguma forma, comprometido com a normativa da proteção dos refugiados desde o início da internacionalização do instituto na década de 1950: retificou e recepcionou a convenção de 1951⁶² e o Protocolo de 1967, além de fazer parte do Conselho Executivo do ACNUR desde 1958. Entretanto, para se entender de que forma a adequação dos acordos internacionais com a norma interna se deu - e ainda se dá - no Brasil, é fundamental, antes, nos remetermos ao seu posicionamento dentro da conjuntura internacional, dando especial ênfase ao seu

⁵⁸ Em 2007, eram 144 os países signatários da Convenção.

⁵⁹ Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951, p.1.

⁶⁰ Este protocolo foi convocado pela Resolução 1.186 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), de 18 de novembro de 1966, e pela Resolução 2.198 da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 16, de 16 de dezembro de 1966. Embora relacionado com a Convenção, o Protocolo é um instrumento independente cuja ratificação não é restrita aos Estados signatários da Convenção de 1951. Assim o secretário geral da ONU, U Thant, solicitou que todos os então 141 signatários da Convenção de 1951 aderissem ao protocolo, que foi assinado em Nova York, em 31 de janeiro de 1967, entrando em vigor em 4 de outubro de 1967. Em 2011, 148 estados (três quartos das nações do mundo) eram signatários da Convenção e/ou do Protocolo de 1967.

⁶¹ SILVA, Andréa Lúcia Alves da. “Os refugiados no cenário mundial e a garantia dos direitos humanos através de uma cultura de paz”. *ALADAA - Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos X Congresso Internacional*. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

⁶² Ao ratificar a Convenção de Genebra, de 1951, o Brasil optou pelo disposto na letra “a” do art. 1º da Convenção, reconhecendo como refugiados somente os indivíduos que procurassem abrigo em decorrência de “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, na Europa”

posicionamento dentro da América Latina e às políticas adotadas em âmbito regional, no que se refere à questão dos refugiados.

1.3.2 O Refúgio e a Proteção ao Refugiado na América Latina

É possível estabelecer uma estreita relação entre a evolução do marco jurídico e a situação política dos países da região: entre as décadas de 1960 e 1980, vários países da região, incluindo o Brasil, viveram processos semelhantes de ruptura da ordem democrática e do estado de direito, vivendo por muitos anos em um regime de exceção, de ditadura militar, que forçava a saída de milhares de cidadãos para o exterior. Nesta conjuntura é que devem ser pensados as políticas e o referencial jurídico construídos em torno do estatuto do refúgio no Brasil e é, em grande parte, por isso que durante duas décadas não houve manifestação de uma política efetiva de acolhida a refugiados no território até o final da década de 1970.

Em 1960, o Brasil aderiu à Convenção de 1951, mas não desenvolveu sua política de proteção internacional de refugiado neste momento, justamente porque o país estava, ao contrário, produzindo deslocados graças à ditadura civil-militar. De todo modo, ao aderir à Convenção de 1951, o Brasil assumiu seu dispositivo de reserva geográfica, entendendo como refugiado, apenas os refugiados europeus perseguidos antes de 1951. Apesar de tudo isto, ainda havia casos de pessoas perseguidas em países vizinhos no próprio continente, que chegavam às fronteiras brasileiras buscando proteção, já que não tinham condições econômicas ou mesmo documentais para viajar para um continente mais distante. Por isso mesmo, em 1977⁶³ o ACNUR monta um escritório *ad hoc* no Rio de Janeiro em função das rupturas democráticas da América Latina, atuando, basicamente, com o reassentamento desses refugiados que chegavam ao país, já que o acordo do ACNUR com o governo brasileiro mantinha a reserva geográfica da Convenção. Apesar de tais limitações, com este programa, o ACNUR conseguiu reassentar algo em torno de 20 mil latinoamericanos.

No entanto, este trabalho só foi possível porque, neste período, o ACNUR contou com o apoio de órgãos de atuação interna, com destaque para a Cáritas Arquidiocesana⁶⁴ do Rio de

⁶³ Esta data não é ponto pacífico nas discussões sobre o tema: a controvérsia surge pelo fato de que a abertura do Escritório do ACNUR no Brasil e, portanto, sua presença no país, foram oficialmente reconhecidas em 1982, entretanto o próprio ACNUR aponta para 1977 como o ano de sua instalação no país.

⁶⁴ “A Cáritas é uma organização sem fins lucrativos da Igreja Católica, com atuação mundial em diversos projetos sociais. Foi estabelecida oficialmente em 1950, apesar de ter atuado embrionariamente auxiliando as vítimas da Segunda Guerra Mundial e de um terremoto no Japão em 1948. A função da Cáritas é atender as populações nas suas grandes necessidades, ou seja, pode-se dizer que ela é o braço da Igreja Católica. A Cáritas Internacional é formada pelas Cáritas Nacionais, que se organizam em regiões continentais para facilitar a sua atuação. Atualmente, a Cáritas atua em 154 Estados, sendo que 21 Cáritas Nacionais são parceiras implementadoras do ACNUR.” Cf.: PEREIRA DA SILVA, Bethânia Godinho. *O Brasil como um Receptor de*

Janeiro (CARJ), a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP) e a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, ou apenas Comissão Justiça e Paz. Assim, desde 1967 a Cáritas Internacional tem *status* de observadora junto à Organização das Nações Unidas (ONU), no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) o que demonstra o reconhecimento de sua relevância para a comunidade internacional. Ela é tida como uma das principais responsáveis pelo trato com as questões do refúgio no Brasil, assumindo um papel de destaque no trabalho de acolhimento dos refugiados, realizando esforços em conjunto com o ACNUR, até os dias de hoje⁶⁵. No Brasil, a Cáritas está ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e à Pastoral Social – parcerias vitais para o ACNUR no país, tendo em vista as limitações colocadas ao acordo estabelecido com o governo. Apenas com o apoio destas parcerias foi possível, minimizando a reserva geográfica, receber aqui 150 vietnamitas, em 1975, alguns cubanos em 1980, e 50 famílias Bahá'í (iranianas), em 1986. Nestes casos, estas pessoas não foram reconhecidas como refugiados, exatamente por causa da reserva, mas lhes foi garantida, na prática, a proteção, com assessoria jurídica e auxílio para questões de habitação e saúde.

É de 1980 o Estatuto do Estrangeiro (lei nº 6.815, de 1980)⁶⁶, que coloca que o estrangeiro admitido no território nacional na condição de asilado político fica sujeito, além dos deveres que lhe forem impostos pelo Direito Internacional, a cumprir as disposições da legislação vigente e as que o governo brasileiro lhe fixar.⁶⁷ Também em 1980 vai ser criado o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que trata das questões dos emigrantes e dos imigrantes.⁶⁸ Mesmo assim, é apenas em 1982 que o governo reconhece oficialmente o ACNUR como órgão de uma organização internacional, permitindo que a proteção pudesse aperfeiçoar-se do ponto de vista normativo. Em 1984, com o início da redemocratização dos

Refugiados. 2011. Monografia de Especialização – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, p. 31.

⁶⁵ As Cáritas se desenvolveram de formas diferentes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Naquele, sua organização se estruturou de forma bastante concentrada, com as funções centralizadas, enquanto neste a organização é mais dispersa, com a delegação de funções para instituições especializadas. Foi estabelecido também na década de 1990, um convênio tripartite entre as Cáritas do Rio de Janeiro e de São Paulo, o ACNUR e a OAB para a assistência jurídica e para as entrevistas dos refugiados e solicitantes de refúgio, no intuito de fortalecer a legitimidade do trabalho de proteção dos refugiados.

⁶⁶ Cf. LOPES, Cristiane M. S. *Direito de Imigração. O Estatuto do Estrangeiro em uma Perspectiva de Direitos Humanos*. Porto Alegre, Nuria Fabris, 2009. O Estatuto do Estrangeiro em vigor no Brasil, considerado anacrônico por ONGs e outras entidades que trabalham com imigração, ainda proporciona situações que vão de encontro à Constituição de 1988.

⁶⁷ É importante colocar aqui que há um projeto de lei, o PL 5.655/2009, que está há mais de dois anos tramitando na Câmara dos Deputados. O projeto visa substituir o Estatuto do Estrangeiro, ainda aguarda votação na Comissão de Turismo e Desporto para seguir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde deverá ser realizada uma Audiência Pública, envolvendo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

⁶⁸ IMDH. Caderno de Debates refúgio, Migrações e Cidadania, v.4, n.4. Brasília, Instituto de Migrações e Direitos Humanos, 2009.

países da América Latina, tem início também a repatriação dos refugiados que aqui se encontravam.

Foi neste contexto que, em 1984, ocorreu na cidade de Cartagena, na Colômbia, um colóquio de representantes de governos e juristas da América Latina para debater a proteção internacional aos refugiados da região e, com o objetivo de estender os dispositivos da Convenção de 1951, assinou-se a Declaração de Cartagena. Declaração de Cartagena recomenda que, além das hipóteses normais de reconhecimento da condição de refugiados, também fosse incorporada ao ordenamento jurídico de seus signatários a hipótese de ser reconhecida como tal também qualquer pessoa que tivesse fugido de seu país porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira ou conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. Para Barreto e Leão⁶⁹ “[a] Declaração de Cartagena é importante visto que inclui elementos que ligam as três correntes de proteção internacional – direito humanitário, direitos humanos e direitos dos refugiados – na legislação, interpretação e operação.”

Assim, amplia-se o conceito de refugiados também para aquelas pessoas cujos países de origem tenham permitido violência generalizada, violação de direitos humanos e outras circunstâncias de perturbação grave da ordem pública. Ao ampliar e flexibilizar positivamente o conceito de refugiado em relação àquele presente na Convenção de 1951, a Declaração de Cartagena conseguiu dar um caráter mais atual ao tema do refúgio, que hoje em dia está muito mais associado aos temas tratados nela do que, de fato, àqueles tratados na Convenção⁷⁰. Segundo a Constituição Federal de 1988, o Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da “prevalência dos direitos humanos e da concessão do asilo político”⁷¹.

⁶⁹ BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira; LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. “Brazil and the spirit of Cartagena”. Forced Migration Review, issue 35, July 2010, p. 45. Tradução dos autores.

⁷⁰ Para um aprofundamento sobre o tema a Declaração de Cartagena, cf.; Barreto e Leão, Op. Cit.; e FRANCO, Leonardo. *Diez Años de la Declaración de Cartagena sobre Refugiados*. ACNUR, 1994.

⁷¹ Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Nas palavras de Piovesan⁷², *"a Constituição de 1988, ao simbolizar a ruptura com o regime autoritário impõe grande destaque aos direitos e garantias, situando-se assim como documento mais avançado, abrangente e pormenorizado sobre a matéria, na história constitucional do país"*. Entretanto, o Brasil suspendeu definitivamente a reserva geográfica apenas em 1989, cinco anos depois da reunião na Colômbia, através do decreto nº 98.602, aderindo plenamente à Declaração de 1984, no mesmo ano em que o escritório do ACNUR é transferido para Brasília.

Desde que assinou e posteriormente ratificou a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 e quando permitiu a entrada do ACNUR em seu território até os dias de hoje, muitas foram as mudanças vividas pelo Brasil, interna e externamente. Neste momento percebe-se uma postura mais flexível do governo, que marca o início da utilização da definição ampliada de Cartagena. Desta forma, tornou-se clara a necessidade de se internalizar de forma efetiva as disposições da Convenção de 1951, através de uma lei específica que pudesse definir o conceito de refugiado no Brasil, da criação de um órgão específico que cuidasse de tratar do tema para que, assim, fossem definidos os direitos do refugiado, a forma do processo de reconhecimento, a manutenção e a perda da condição de refugiado dentro do país.

Assim, com base no Projeto de Lei 1936/96⁷³, em 1997, a lei nº 9.474 é aprovada, com 49 artigos, nos quais se define o mecanismo para a implementação do Estatuto dos Refugiados, contemplando todos os dispositivos de proteção internacional de refugiados e criando um órgão nacional, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare)⁷⁴, que tem a função de analisar os casos em que há grave e generalizada violação dos direitos humanos, bem como fundado temor de perseguição por parte do solicitante estrangeiro, além de ser o responsável por ditar a política pública do refúgio e toma as decisões relativas às solicitações de refúgio que chegam ao Brasil – é esta a lei vigente até os dias de hoje.⁷⁵

Para Trindade⁷⁶, a Lei 9.474/97 e o trabalho realizado pelo Conare podem ser entendidos como *"uma evolução gradual da aplicação de um critério subjetivo da qualificação de um indivíduo, segundo as razões que os haveriam levado a abandonar os seus lares, a um critério objetivo centrado nas necessidades de proteção"*. A legislação

⁷² PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo, Max Limonad, 1998, p. 34.

⁷³ FISCHER DE ANDRADE, José H. "Direito Internacional dos Refugiados – evolução histórica (1921-1952)". Rio de Janeiro, Renovar, 1996.

⁷⁴ O Conare é um órgão misto, público-privado, e tripartite: participam dele segmentos do governo, a ONU (através do ACNUR) e a sociedade civil (através da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e de São Paulo).

⁷⁵ IMDH. Caderno de Debates refúgio, Migrações e Cidadania, v.4, n.4. Brasília, Instituto de Migrações e Direitos Humanos, 2009.

⁷⁶ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A Humanização do Direito Internacional*. Belo Horizonte, Del Rey, 2006, p. 284.

brasileira para refugiados é tida, pela comunidade internacional e pela própria ONU, como uma das mais modernas, abrangentes e generosas do mundo, tendo sido redigida em parceria com o ACNUR e com a sociedade civil. De fato, o Conare participa de todas as fases do processo de refúgio, estando reservado ao ACNUR o direito de ser informado da abertura de um processo e de oferecer sugestões com o objetivo de facilitar os processos.⁷⁷

Assim, a lei 9.474/97 atua como uma nova realidade institucional brasileira. A iniciativa de se adotar na legislação brasileira um conceito amplo de refugiado foi muito importante também para a política externa do país, que manteve uma postura bastante favorável às questões humanitárias.⁷⁸ É possível perceber um interesse de uniformizar o posicionamento da região frente a estas questões, de maneira geral, e ao tema do refúgio, mais particularmente, por mais que em alguns destes países a proteção dos direitos humanos se faça de forma mais genérica e em outros, de maneira mais específica.⁷⁹

Há, de todo modo, uma forte esperança de que a luta contra as violações de direito seja cada vez mais efetiva na região, com base nesse espírito de harmonização entre esses países⁸⁰. Neste esforço por parte dos Estados da região de consolidação nas suas legislações internas sobre as normas de proteção previstas na Convenção de 1951, em especial, aos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Brasil assume um importante papel, sendo um dos países da região que mais estimula o debate e as ações sobre o tema⁸¹⁻⁸².

⁷⁷ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil. Comentários sobre decisões do Conare*. Brasília, ACNUR; Conare, 2007.

⁷⁸ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (Período 1941-1960)*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1984.

⁷⁹ ESPIEL, Héctor Gros. *Derechos Humanos*. Instituto Peruano de Derechos Humanos, Cultural Cuzco, Lima, 1991.

⁸⁰ Em 2000, o governo brasileiro incentivou a assinatura da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Instituto do Refúgio, que estipula normas gerais a todos os países do MERCOSUL, objetivando criar procedimentos harmônicos sobre a matéria. Estes esforços na região do Cone Sul buscam a efetivação de uma cidadania digna na região, assim como inspirar a construção de uma cidadania mundial.

⁸¹ A lei brasileira sobre o refúgio está servindo de base, inclusive, para a formulação de uma legislação uniforme sobre o tema para o Cone Sul. Para mais sobre este projeto, cf. JUBILUT, Liliana Lyra. "Refugee Law and Protection in Brazil: a Model in South America?". *Journal of Refugee Studies*, v. 19, n. 1, Oxford, 22-44, 2006.

⁸² Vale citar, também neste sentido, a importância do Plano de Ação do México, resultante da reunião realizada em 2004, documento assinado por 20 países da América Latina e que foi elaborado com a participação de especialistas e representantes da sociedade civil, definido linhas de ação e prioridade em matéria de soluções e proteção duráveis para os refugiados na América Latina, baseando-se nas premissas de cooperação e solidariedade internacional e divisão de responsabilidades. O Plano de Ação do México destaca como soluções duráveis para os refugiados da América Latina, três dimensões solidárias: cidades solidárias, que diz respeito à integração local dos refugiados, principalmente os urbanos, com auto-suficiência e dignidade; fronteiras solidárias, relativa ao monitoramento de fronteiras, para garantir acesso à proteção e assistência; e reassentamento solidário, que compreende a divisão de responsabilidades com os países da região que recebem grande deslocamento de refugiados pelos conflitos e tragédias humanitárias que existem na América Latina. No âmbito deste Plano, o Brasil criou um programa regional de Reassentamento Solidário, cujo foco são mulheres em situação de risco, sobreviventes de violência e tortura e mulheres chefes-de-família. Entretanto, por ter tido como foco até agora as populações de refugiados colombianos e palestinos, não será desenvolvida uma análise mais aprofundada sobre o Plano.

1.3.3 Debate dos Direitos Humanos: aprofundamento e coexistência dos particulares

Os direitos humanos, de maneira geral, são construções que resultam de processos e lutas historicamente localizadas e, como tal, refletem a realidade econômica, política e social de determinados espaço e tempo. Com o a formação dos Estados nacionais capitalistas já na modernidade, esses processos de afirmação dos direitos foram ocorrendo dentro do âmbito destas unidades políticas, cabendo a elas as funções de criá-los e garanti-los. Ressalte, porém, que a partir das revoluções liberais do final do século XVIII os direitos humanos – ou direitos “do homem” – emergem como princípios desvinculados dos governos⁸³, prescindindo, portanto, de autoridade central que os determinassem. Eles aparecem, neste momento, como direitos autoevidentes.⁸⁴

É apenas na segunda metade do século XX que - depois da vivência de duas grandes guerras e com a conseqüente reconfiguração da organização entre os Estados – vai ganhar força o movimento de internacionalização dos direitos humanos, mais especificamente dentro da esfera da então recém-criada ONU, que vai, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humano (1948), elevar o indivíduo e as coletividades ao patamar de sujeitos da proteção do Direito Internacional, o denominado Direito Internacional dos Direitos Humanos.

No entanto, esta experiência de formulação dos direitos humanos ainda estava muito limitada historicamente, tratando-se de uma construção da cultura anglossaxã ocidental, carregando, portanto, seus valores e fundamentos de validade em detrimento de todas as outras culturas. Além disso, eram – e ainda são – os próprios formuladores dos direitos os responsáveis por sua interpretação e aplicação, e geralmente o fazem no sentido da manutenção da ordem e da estrutura de poder existentes. Esta característica pesa até os dias de hoje em grande parte dos casos relativos ao tema, o que leva a situações em que os direitos humanos aparecem meramente como uma retórica de reafirmação do poder.⁸⁵ Esta

⁸³ Hannah Arendt indica: “*Os Direitos do Homem, afinal, haviam sido definidos como ‘inalienáveis’ porque se supunha serem independentes de todos os governos*”. Cf. ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 325.

⁸⁴ “Os direitos humanos requerem três qualidades encadeadas: devem ser *naturais* (inerentes nos seres humanos), *iguais* (os mesmos para todo mundo) e *universais* (aplicáveis por toda parte).” Cf. HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 19.

⁸⁵ Lindgren Alves ilustra este contrassenso a partir das intervenções militares internacionais por motivos humanitários: um *direito de ingerência*, instituído para a prestação de assistência a vítimas em determinado país, foi convertido em *direito de intervenção militar* legitimado – inclusive em normativas consubstanciadas em resoluções da Organização das Nações Unidas – em nome dos ‘Direitos Humanos’. Cf.: ALVES, J. A. Lindgren. “O contrário dos direitos humanos (explicitando Zizek)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 1, 2002.

constatação levou Zizek a identificar nos processos emergentes de normatização dos Direitos Humanos “*a forma em que aparece seu exato oposto*”⁸⁶. Neste caso, Alves⁸⁷ indica:

se a ingerência internacional humanitária tem sido decidida por normas seletivas, agora estabelecidas unilateralmente numa aliança militar; se esse auto-outorgado direito de ingerência com motivações humanitárias [...] é capaz de destruir as condições de sobrevivência de quem nada tem a ver com as atrocidades perpetradas; se os países democráticos se tornam o locus das violações de direitos humanos mais denunciadas; se a “tolerância zero” se transforma em panacéia distorcida para a contenção de marginalizados sociais; se a democracia “pós-política” (sem divergências de classe) das sociedades “pós-modernas” (multiculturalistas, mas anti-universalistas porque hipervalorativas do micro-comunitarismo identitário) se auto-satisfaz com a realização de eleições (cujas opções são em geral inexpressivas); se, em resumo, os Estados democráticos aceitam, sem buscarem alternativas, deixar ao mercado a regulação do social, e à filantropia a atenuação da falta de direitos econômicos, a frase impactante de Zizek soa mais do que pertinente: ela se torna factual e descritiva.

No mesmo sentido, Costas Douzinas, observando a configuração e distribuição dos Direitos Humanos no mundo globalizado, destaca que apesar das afirmações de origem moral – segundo as quais se atribuiriam direitos humanos a pessoas, não por causa de sua filiação ao estado, mas por causa de sua humanidade –, a mera humanidade não ofereceria efetivamente nenhuma proteção. “*Direitos Humanos, podemos concluir, não pertencem aos humanos; eles ajudam a construir quem e como se é humano*”⁸⁸. Quer dizer:

[o]s direitos estão alicerçados nos discursos humanos e em nada mais sólido, como a natureza ou a humanidade. Eles são, portanto, essencialmente ilimitados ou, em outras palavras, inessenciais; são a dissolução de todas as garantias de certeza. Os direitos humanos constroem seres humanos.⁸⁹

É, no entanto, com as experiências migrantes que estes direitos, a princípio independentes de governos e descolados de qualquer autoridade central, têm suas fragilidades mais claramente expostas: é quando um indivíduo ou grupo de indivíduos sai da esfera de proteção de seu Estado-nacional de origem que as limitações deste direito se apresentam ou, nas palavras de Arendt⁹⁰, “*no momento em que seres humanos deixavam de ter um governo próprio não restava nenhuma autoridade para protegê-los*”. No caso dos refugiados, esta situação se torna explícita, pois a saída de seu país de origem em busca de proteção em outro

⁸⁶ ZIZEK, Slavoj. “Did somebody say totalitarianism? Five interpretations in the (mis)use of a notion”. Londres e Nova York, Verso: 2001, p. 245.

⁸⁷ ALVES, 2002. Op. Cit., pp. 109-110.

⁸⁸ Trecho traduzido do original: “*Human rights, we could conclude, do not belong to humans; they help construct who and how one becomes human.*” Cf: DOUZINAS, Costas. “What are Human Rights”. The Guardian, 18/03/2009 (2009b). Acessado em maio/2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/libertycentral/2009/mar/18/human-rights-asylum>>. Acesso em 20 de julho de 2011.

⁸⁹ DOUZINAS, Costas. “O Fim dos Direitos Humanos”. São Leopoldo: Unisinos, 2009a.

⁹⁰ ARENDT, 2007. Op. Cit. p. 325.

se dá exatamente pela ausência de proteção inclusive no primeiro, ou seja, o refugiado é, por definição um ser humano sem a garantia de seus direitos humanos.

No entanto, por mais que os sistemas de proteção internacional continuem se desenvolvendo no sentido de dar conta, por exemplo, de casos como o dos refugiados, isto não muda as recorrentes dificuldades que eles encontram ao longo de todo o caminho na busca por proteção e pela garantia de direitos. Muito se fala na globalização caracteristicamente marcada pela “*compressão tempo-espaço*”⁹¹, em que as distâncias diminuem e as barreiras são derrubadas para a circulação dos mais diversos fluxos ao redor do mundo. Não há dúvidas sobre a importância dos avanços, principalmente nas tecnologias de transporte e comunicação, para a recente “*diminuição das distâncias*” em todo o mundo⁹², no entanto, é preciso sempre relativizar estas percepções:

[u]ma das transformações mais frequentes associadas à globalização é a compressão tempo-espaço, ou seja, o processo social pelo qual os fenômenos se aceleram e se difundem pelo globo. Ainda que aparentemente monolítica, este processo combina situações e condições altamente diferenciadas e, por este motivo, não pode ser analisado independentemente das relações de poder que respondem pelas diferentes formas de mobilidade temporal e espacial. Por um lado existe a classe capitalista transnacional, aquela que realmente controla a compressão tempo-espaço e que é capaz de a transformar a seu favor. Existem, por outro lado, as classes e grupos subordinados, como os trabalhadores migrantes e os refugiados, que nas duas últimas décadas têm efetuado bastante movimentação transfronteiriça, mas que não controlam, de modo algum, a compressão tempo-espaço⁹³.

Como dito, a despeito dos avanços que ocorreram no campo humanitário nas últimas décadas⁹⁴, as graves violações de direitos, as ameaças aos indivíduos por perseguições, conflitos armados e outros tipos de violência que mais usualmente geram refugiados continuam através dos séculos até os dias de hoje e, no entanto, é notório um movimento de fechamento das fronteiras nos últimos anos por parte daqueles países que costumavam ser destinos para os refugiados - principalmente num cenário pós-crise econômica como o que atualmente nos encontramos -, o que vem dificultando ainda mais a situação destes indivíduos. Nas palavras de Leão e Milesi⁹⁵:

[...] os países mais prósperos do mundo, potencialmente mais capazes de oferecer acolhida e condições de vida com dignidade, estão cada vez menos dispostos a empreenderem ações humanitárias em prol dessas populações. Paralelamente, o status de refugiado torna-se ainda mais difícil de ser concedido.

⁹¹ SANTOS, Boaventura de Souza. “Uma concepção multicultural dos direitos humanos”. *Lua Nova*. Número 39. São Paulo, 1997, pp. 105-124.

⁹² HABERMAS, Jürgen. “Learning by disaster? A diagnostic look back on the short 20th century”. *Constellations*. Volume 5. Número 3. 1998, pp. 307-320.

⁹³ SANTOS, 1997. Op. Cit., p.109.

⁹⁴ TRINDADE, 1997. Op. Cit., p. 175.

⁹⁵ LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro; MILESI, Rosita . “A Solidariedade do Refúgio no Brasil”. IN: MILESI, Rosita; SHIMANO, Maria Luiza. (Org.). *Migrantes Cidadãos*. São Paulo, Edições Loyla, 2001, v. 1, p. 2.

Neste contexto, portanto, ao se pensar a questão dos refugiados, não faz sentido a utilização da definição clássica de direitos humanos, segundo a qual estes direitos, de maneira quase que transcendental, são inerentes a todos os seres humanos como uma característica compartilhada por todos, desde o nascimento⁹⁶. Como coloca Hunt⁹⁷,

[e]ntretanto, nem o caráter natural, a igualdade e a universalidade são suficientes. Os direitos humanos só se tornam significativos quando ganham conteúdo político. Não são os direitos de humanos num estado de natureza: são direitos de humanos em sociedades. Não são apenas direitos humanos em oposição aos direitos divinos, ou direitos humanos em oposição aos direitos animais: são direitos humanos *vis-à-vis* uns aos outros. São, portanto, direitos garantidos no mundo político secular (mesmo que sejam chamados “sagrados”), e são direitos que requerem uma participação ativa daqueles que os detêm.

Ou ainda, como sintetiza Herrera Flores⁹⁸, “[e]m última instância, o essencialismo dos direitos humanos (os seres humanos já possuem os direitos) propicia a ignorância e a passividade, ao invés de promover o conhecimento e a ação”.

Assim, a perspectiva adotada pelo presente trabalho segue aquela desenvolvida e defendida por Cançado Trindade, segundo a qual os direitos humanos têm que ser tratados a partir de uma *concepção integral* dos mesmos, ou seja, é preciso dar conta dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de forma conjunta, afinal “a visão atomizada ou fragmentada dos direitos humanos leva inevitavelmente a distorções, tentando postergar a realização dos direitos econômicos e sociais a um amanhã indefinido.”⁹⁹ Ainda seguindo a linha de raciocínio do autor, é necessário analisar as políticas internas em constante interação com a proteção e o direito internacionais - este último só pode ser implementado através de medidas nacionais que, por sua vez, podem fortalecer e incentivar a vigência plena dos direitos humanos e do Estado de Direito.

De modo a sublinhar a potencialidade contra-hegemônica dos direitos humanos, tem-se como base para a presente análise, a concepção destes como um mecanismo de resistência às mais diversas formas de opressão, de modo a desafiar a noção de universalidade dos valores ocidentais, promovendo *outros* valores decorrentes de *outras* experiências (de gênero,

⁹⁶ Neste sentido, para o caso específico dos refugiados, vale ressaltar que desde a metade do século XX, tem-se formulado como um dos ramos do Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional dos Refugiados que, como desenvolveremos no capítulo 3, tem como objetivo mais geral proteger aquelas pessoas que se encontram na situação de refúgio ou estão buscando refúgio em outro país que não o seu de origem das violações de direitos humanos, mesmo quando o *status* de refugiado não lhe é concedido.

⁹⁷ HUNT, 2009. Op. Cit., p. 19.

⁹⁸ DOUZINAS, 2009. Op. cit., p. 41.

⁹⁹ TRINDADE, 1997. Op. Cit., p. 170. – Tradução livre do trecho: “[e]n definitiva, el esencialismo de los derechos humanos (los seres humanos tienen ya los derechos) propicia la ignorancia y la pasividad, en lugar de promover el conocimiento y la acción.”

cultura, classe, raça, religião, sexualidade, cidadania), tal como propõe Yash Ghai¹⁰⁰. Nas palavras de Douzinas¹⁰¹:

a opressão nega a capacidade das pessoas de decidir qual é o melhor projeto de vida para elas e as priva dos meios necessários para levá-lo adiante. Não permite a suas vítimas viverem conforme seus desejos e desenvolverem seu potencial, além de impedir a realização de suas aspirações e capacidades.

Partiremos, portanto, da percepção de que as migrações não podem ser pensadas apenas a partir de um ponto de vista estritamente econômico, ou político, ou social, ou cultural. Pelo contrário, como pretendemos desenvolver ao longo do presente trabalho, as migrações são um fenômeno extremamente complexo, que engloba todas essas esferas da vida social e que, quando situadas dentro do mundo capitalista contemporâneo e como resultado das relações deste modo de organização social, surgem como consequências das injustiças e desigualdades sociais. Esta perspectiva segue a linha argumentativa de Herrera Flores, segundo o qual, “*a imigração é um problema de claras conotações culturais, mas, sobretudo, de desequilíbrio na distribuição de riqueza.*”¹⁰² Ainda de acordo com o autor¹⁰³,

A falta de visão “global” do fenômeno migratório – e da realidade de multiplicidade de formas de vida – ao reduzi-lo a temas como os de identidades culturais – redução que retira a dimensão política – ou de “cupos” (número de imigrantes por ano que podem regularizar-se e viver nos Países de recepção), que faz com que vejamos a imigração como um problema de simples necessidade de mão-de-obra em épocas determinadas, e não como um fenômeno causado pelas injustiças da globalização neoliberal selvagem que vem aprofundando o abismo entre os Países ricos e os Países pobres.

Há, portanto, uma estreita relação entre o discurso de direitos humanos com a construção histórica do capitalismo, formado a partir de bases desiguais – em que determinados atores se impõem sobre outros, em relações de força e de visão de mundo. No entanto, esta relação não é de forma alguma imutável. Assim, de maneira semelhante ao debate travado pelo grupo modernidade/colonialidade, concordamos com Herrera Flores quando este afirma que

[a] polêmica sobre os direitos humanos, no mundo contemporâneo, centra-se, atualmente, em duas visões, duas racionalidades e duas práticas. Em primeiro lugar, uma visão *abstrata*, vazia de conteúdo, referenciada nas circunstâncias reais das pessoas e centrada na concepção ocidental de direito e do valor da identidade. E, em segundo lugar, uma visão *localista*, na qual predomina o “próprio”, o nosso, com respeito ao dos outros, e centrada na idéia particular de cultura e de valor da

¹⁰⁰ GHAY, Yash. “Globalização, multiculturalismo e direito”. In SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Capítulo 12. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 555-614, p. 563.

¹⁰¹ *Ibidem, Id.*, p. 96.

¹⁰² HERRERA FLORES, Joaquín. “Los Derechos Humanos en el Contexto de La Globalización: tres Precisiones conceptuales”. IN: SÁNCHEZ RÚBIO, David; HERRERA FLORES, Joaquín, ; CARVALHO, Salo de (Orgs.). *Direitos Humanos e Globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2004, p. 12.

¹⁰³ *Ibidem, Id.*, pp. 41-42.

diferença. Cada uma dessas visões dos direitos propõe um determinado tipo de racionalidade e uma maneira de como colocá-los em prática. As visões abstrata e localista dos direitos humanos supõem, sempre, situar-se em um *centro*, a partir de onde se passa a interpretar todo o restante. Nesse sentido, torna-se a mesma coisa analisar uma forma de vida concreta ou uma ideologia jurídica e social. Ambas funcionam como um padrão de medidas e de exclusão. Por essa razão, a visão complexa dos direitos aposta por situar-nos na *periferia*. [...] Por isso, nossa visão complexa dos direitos aposta por uma *racionalidade de resistência*. Uma racionalidade que não nega que é possível chegar a uma síntese universal das diferentes opções relativas aos direitos. E tampouco descarta a virtualidade das lutas pelo reconhecimento das diferenças étnicas ou de gênero. O que negamos é considerar o universal como um ponto de partida ou um campo de desencontros. Ao universal há de se chegar – universalismo de chegada ou de confluência [...] Nossa racionalidade de resistência conduz, pois, a um *universalismo de contrastes, de entrecruzamento, de mesclas*. Um universalismo impuro que propõe a inter-relação e não a superposição. Um universalismo que não aceita a visão microscópica que parte de nós mesmos, no universalismo de partida ou de retas paralelas. [...] Trata-se de um universalismo que nos sirva de impulso para abandonar todo tipo de visão fechada, seja cultural ou epistêmica, a favor de energias nômades, migratórias, móveis, que permitam deslocarmo-nos pelos diferentes pontos de vista sem a pretensão de negar-lhes, nem de negar-nos, a possibilidade de luta pela dignidade humana.¹⁰⁴

No próximo capítulo realizaremos uma análise das relações entre Brasil e África no início do século XXI, com base no referencial teórico apresentado. Pretendemos com isto apresentar um olhar crítico sobre as mudanças que vêm sendo anunciadas pelo governo brasileiro neste novo momento político e, para tal, contaremos com uma contextualização histórica destas relações para situá-las dentro deste sistema-mundo internacional. Em seguida, apresentaremos o quadro das migrações forçadas com origem na África e que têm como destino o Brasil como uma outra face desta relação, que vem a contribuir com esta perspectiva crítica.

¹⁰⁴ *Ibidem, Id.*, pp. 43-51, passim. Grifos do autor.

2 Diplomacia e economia: cooperação para o desenvolvimento ou expansão para dominação?

De maneira bastante geral, tanto África quanto Brasil ingressou nessa organização do sistema-mundo europeu capitalista a partir de posições de desvantagens, como colônias de exploração. Com histórias coloniais bastante diversas, uma e outra região foi ao seu modo e com suas peculiaridades locais construindo as unidades dentro deste sistema que hoje chamamos de Estados-nacionais. É, no entanto, apenas a partir desta herança colonial, ou, nos termos de Quijano, da ferida colonial causada por estas experiências que podemos compreender a formação destes Estados.

O Brasil, desde a época em que era uma colônia portuguesa, teve significativa centralidade administrativa, econômica e política na relação com a metrópole e suas outras colônias – o que não pode ser dito dos territórios africanos de maneira geral. É a partir deste cenário que, com os processos de independência jurídica e política, estas regiões vão adquirir relativa autonomia para orientar os processos de desenvolvimento político e econômico, de acordo com os moldes euro-americanos.¹⁰⁵ Estes processos de desenvolvimento têm como objetivo a inserção desses novos Estados-nacionais numa ordem internacional já existente, segundo a qual é necessário galgar não apenas relevância política, para que se tenha poder de barganha em suas questões internas e externas, mas particularmente – e não dissociado disso – relevância econômica. Neste contexto, o Brasil desde o início do século XX tem dado sinais de crescimento, enquanto a África, com maior dificuldade de inserção nesta ordem, apenas demonstrará sinais relevantes de crescimento quase cem anos depois.

Na primeira década do século XXI, é perceptível uma mudança significativa na postura diplomática brasileira, tradicionalmente alinhada às políticas delineadas pelo assim chamado “Norte global”. Particularmente a partir de 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República no Brasil, todo o governo brasileiro passa a ter como foco de suas políticas externas o assim chamado “Sul global”, num movimento de aparente alinhamento em busca da construção e do estabelecimento do que eles próprios denominam de uma “nova ordem mundial”. No entanto, esta mudança no discurso brasileiro só pode ser compreendida quando contextualizada dentro de uma construção histórica secular de relações, não apenas econômicas, mas também políticas, sociais e culturais entre estes dois atores

¹⁰⁵ Vale pontuar que a independência brasileira se deu num momento anterior à época de maior exploração colonial africana.

interacionais. Mais precisamente, e este é o ponto defendido no presente trabalho, esta aproximação recente só pode ser compreendida quando se pensa nas estratégias políticas e econômicas de expansão do capital brasileiro.

Assim, neste capítulo, apresentaremos o discurso brasileiro neste início do século XXI para, em seguida, poder confrontá-lo com as práticas seculares do país em relação ao continente africano. Partiremos, para isso, de uma análise histórica do crescimento brasileiro e da expansão de seu capital para além de seu território nacional, de modo a colocar em questão o recente discurso de cooperação do governo brasileiro, com base em uma reflexão sobre o caráter expansionista de suas ações. Acreditamos, com isso, conseguir pensar de maneira crítica os discursos recentes do governo brasileiro, com um olhar cauteloso sobre suas ações e as intenções que se escondem por trás das mudanças anunciadas pelo seu corpo diplomático.

2.1 O anúncio de mudanças na alvorada do século XXI: ideias e práticas

Neste primeiro momento, portanto, analisaremos o discurso diplomático do governo brasileiro sobre a anunciada mudança na postura de sua política externa a partir da primeira década do século XXI. Tal mudança, segundo o mesmo discurso, viria na forma de um alinhamento estratégico com os países do “Sul global” e teria como objetivo de longo prazo modificar a conjuntura internacional no sentido de se estabelecer uma “nova ordem mundial”. Confrontaremos, em seguida, este discurso com as práticas históricas que vêm construindo as relações entre Brasil e África há alguns séculos, de modo questionar tal mudança e os interesses estratégicos que se escondem por trás dela.

Na primeira década do século XXI, dentro de um contexto de internacionalização de suas instituições, o governo brasileiro definiu explicitamente algumas de suas prioridades, dentre as quais estava o fortalecimento do papel do Brasil como ator global.¹⁰⁶ Em 2006, o país já era reconhecido dentro do sistema internacional não apenas como receptor, mas também como provedor de cooperação para o desenvolvimento – especialmente notado pelo duplo fluxo, de saída e de entrada, de investimentos externos diretos do país¹⁰⁷ - papel este

¹⁰⁶ IPEA, 2010.

¹⁰⁷ O Brasil recebeu US\$ 2 bilhões em cooperação técnica entre 2001 e 2009. Na verdade, desde os anos 1950, o Brasil recebe ajuda na forma de cooperação técnica, um importante instrumento de apoio ao seu desenvolvimento desde então. Com efeito, o Brasil ainda recebe significativa assistência de doadores tradicionais, como a Alemanha, Japão, Estados Unidos e Espanha. Entre 2003 e 2010, foram implementados no país aproximadamente 1800 projetos com um orçamento total de US\$ 600 milhões, sendo as principais áreas focadas por essa CNS o meio-ambiente, agricultura, desenvolvimento urbano, energia, saúde e gestão pública. Além disso, IPEA indica que entre 2005 e 2009, o Brasil forneceu US\$ 1,7 bilhão em assistência técnica. Isso sugere que, durante a última década, o Brasil conseguiu fortalecer a sua atuação como um canal entre o Norte e o Sul. Cf. : MRE. 2011. “Balanço da Política Externa Brasileira—2003–2010”. Disponível em:

assumido de imediato pelo governo Lula, que pretendeu ao longo de seus dois mandatos transmitir a mensagem para os países do Sul de que o Brasil deveria ser visto como um parceiro de confiança e não apenas como um simples doador¹⁰⁸. De acordo com o que foi divulgado pelo governo,

[e]ssa mensagem provocou o aumento do interesse em aprender com as experiências de sucesso do Brasil. Um dos fatores mais importantes para a reputação crescente do país como parceiro e provedor mundial de conhecimento foi a visão de Lula de uma nova ordem econômica global e de um mundo multipolar. Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores de Lula (2003–10), foi um dos arquitetos do novo papel do país como ator mundial. Sob o comando de Amorim, a política externa brasileira buscou centros alternativos de poder, novas plataformas para atuação em áreas de relevância global e novos fóruns onde os países em desenvolvimento pudessem se mobilizar e exercer maior influência. Os esforços do Brasil em prol da cooperação Sul-Sul demonstravam um forte componente normativo: a criação de uma nova ordem mundial, sustentada por um conjunto de princípios e diretrizes (como o estado de direito e a democracia), que não deveriam ser condições para o diálogo e a negociação como os países envolvidos. Em grande medida, essa visão refletiu-se em diversos arranjos nos quais o Brasil passou a participar a partir de 2003, como o BRICS, o Fórum de Diálogo IBAS, a Iniciativa América do Sul-África (ASA) e outros fóruns multilaterais criados ou fortalecidos para reunir países em desenvolvimento.¹⁰⁹

A presente análise do discurso governamental brasileiro tem como foco as relações do país com o continente africano. Apresentaremos, assim, a forma como esta “expansão econômica para fora” do país vem sendo anunciada pelo governo e, em particular, por seu corpo diplomático, tanto interna quanto externamente, para posteriormente confrontar tal discurso com a construção histórica de tal relação. Pretendemos com isto avaliar a concretização desse discurso de mudança em ações voltadas, em última análise, para a mudança da ordem internacional, de acordo com o marco teórico apresentado no capítulo anterior.

Já no início do século XXI, os modelos de cooperação para o desenvolvimento, também chamados de cooperação norte-sul, que vinham sendo questionados desde a década de 1970, estavam bastante desacreditados entre os governos dos países ditos “em desenvolvimento” por terem se mostrado como mais uma forma de exploração e submissão ao capital dos países desenvolvidos. Nos anos 1990, já era amplamente reconhecido que as tentativas de promoção do desenvolvimento e erradicação da pobreza nestes países a partir

<www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.2-cooperacaointernacional-cooperacao-bilateral-recebida/view> e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). 2010. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional*. Brasília: IPEA. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf>.

¹⁰⁸ No final de 2010, ele esclareceu que “a cooperação para o desenvolvimento não se limita à interação entre doadores e recipientes: entendemos que se trata de uma troca entre atores semelhantes, com benefícios e responsabilidades mútuas” IPEA e Banco Mundial, Op. Cit., p. 36.

¹⁰⁹ *Ibidem, Id.*, p. 37.

dos modelos neoliberais de crescimento econômico, impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), haviam falhado miseravelmente, contribuindo apenas para o agravamento do quadro social deste conjunto de países. Neste momento, portanto, ganham força as reflexões econômicas e sociais produzidas naqueles países sobre soluções alternativas para seus próprios problemas – reflexões estas que haviam perdido espaço desde os anos 1970 com a generalização neoliberal dos países do “norte global”. É neste cenário que surgem os discursos sobre uma nova ordem mundial¹¹⁰, que viria a ser uma nova forma de organização entre os países para que os países do “sul global” pudessem aumentar sua participação e seu poder de barganha dentro do cenário internacional. Neste momento, o Brasil se incluía neste grupo de países, e consegue em finais dos anos 1990 e início dos anos 2000 reverter sua situação econômica e dar início a um período de notável crescimento econômico, tendo chegado, ao final da década seguinte, em 2012, em um contexto pós-crise econômica global, ao posto de quinta maior economia do mundo. É neste cenário que se insere do governo Lula (2003-2010). Em um momento de crescimento e maior estabilidade econômica e de expansão do capital brasileiro – coisa que não se via há mais de uma década no país – também seu olhar sobre a África muda, como veremos mais adiante.

2.1.1 Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: uma nova bandeira para o início de século

No plano internacional o discurso brasileiro mudou. Com seu notável crescimento econômico¹¹¹, o país passou a se destacar nos mais diversos espaços de diálogo e negociação, dentro dos quais o governo brasileiro vem se posicionando a favor do que vem chamando de uma democratização das instituições de governança global, ou seja, na prática ele tem procurado estimular a participação nesses espaços dos países em desenvolvimento ou tidos como subdesenvolvidos, com os quais o próprio se identifica. O país afirma buscar com isso a

¹¹⁰ Em 2001 vai ocorrer a primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), um evento que se intitula altermundialista cujo *slogan* é “Um outro mundo é possível”. O FSM é organizado por movimentos sociais de todos os continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global.

¹¹¹ Alguns autores, inclusive vêm chamando o país de “potência média” (Lima, 2005 - LIMA, M. R. S. Autonomia, não indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior. Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 83, p. 16-20, abril/junho, 2005.), ou incluindo-o no grupo dos intitulados “potência emergente”, “new powers”, “grandes países periféricos” ou “rising states”. Cf.: MILANI, Carlos R. S. “Cooperação Sul-Sul e Política Externa em Perspectiva Comparada: África do Sul, Brasil, China, México, Índia e Turquia”. Projeto de Pesquisa IPEA/CNPq, 2012.

construção de uma abordagem mais inclusiva e, de maneira mais ampla, dar início a um processo mudança no sentido de construção desta nova ordem mundial.¹¹²

Também é neste movimento de aproximação com os países em desenvolvimento que a política externa brasileira vai se voltar para eles em busca de novas parcerias e da valorização das relações com eles estabelecidas, fortalecendo o que tem sido chamado de “Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento”. Este tipo de cooperação já existe como estratégia de inserção de tais países dentro das relações políticas e econômicas internacionais desde meados do século XX¹¹³, no entanto, até por conta das mudanças conjunturais que ocorreram desde então, é só agora, no início do século XXI, que ela vem ganhando destacado espaço e assumindo novos formatos de organização.¹¹⁴ Da mesma forma, é apenas inserido nesta conjuntura que o governo brasileiro vai se dizer disposto a repensar seu posicionamento também neste sentido. Ainda é escassa a literatura sobre o tema, sendo este modelo de relações definido pela Unidade Especial para Cooperação Sul-Sul (SU/SSC) da ONU como

um amplo enquadramento para a colaboração entre países do Sul, nos domínios político, econômico, social, ambiental e técnico. Podendo envolver três ou mais países em desenvolvimento, a cooperação Sul-Sul concretiza-se nas formas bilateral, regional, sub-regional e inter-regional. Os países em desenvolvimento compartilham conhecimentos, habilidades, expertise e recursos que os ajudem a cumprir seus objetivos de desenvolvimento através de esforços coordenados. Avanços recentes na cooperação Sul-Sul têm se traduzido em volumes crescentes de comércio Sul-Sul, movimentos na direção da integração regional, fluxos Sul-Sul de investimentos diretos estrangeiros, transferência de tecnologias, compartilhamento de soluções e especialistas, e outras formas de assistência para o desenvolvimento.¹¹⁵

Neste sentido, também, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), passou por uma série de reformulações em sua estrutura interna de modo a centralizar a administração dos projetos de cooperação internacional e tentar dar conta e abarcar todos os novos projetos que

¹¹² Entretanto, o próprio governo assume que para isso o Brasil precisaria fortalecer sua própria posição dentro desse sistema de governança global e conta, para isso, com o apoio prestado e recebido dos países menos desenvolvidos que o consideram um genuíno e importante representante deste “Sul global”. Cf. IPEA, 2011, Op. Cit. p. 42.

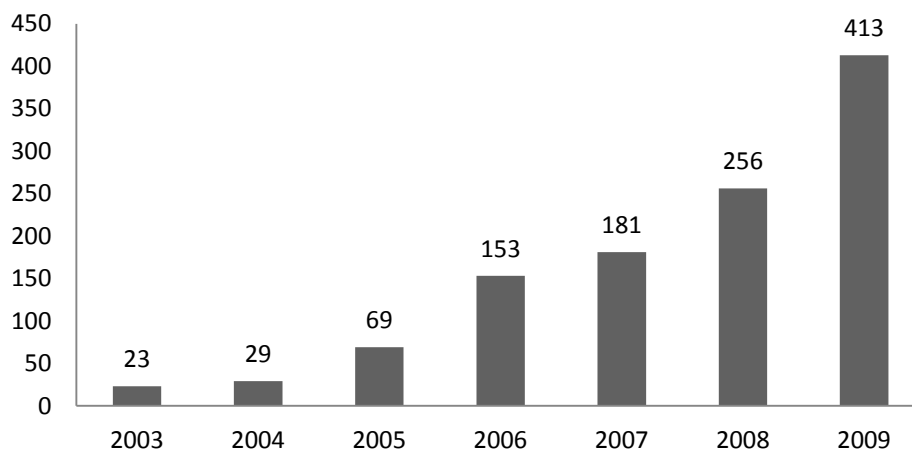
¹¹³ Ela tem como importante marco histórico para seu posterior desenvolvimento enquanto forma de relação entre países em desenvolvimento a I Conferência de Países da Ásia e da África em Bandung (Indonésia), ocorrida em 1955. Cf. Milani, Op. Cit.

¹¹⁴ Schmitz, Lima e Campos. Op. Cit.

¹¹⁵ Tradução livre do trecho: “*South-South cooperation is a broad framework for collaboration among countries of the South in the political, economic, social, cultural, environmental and technical domains. Involving two or more developing countries, it can take place on a bilateral, regional, subregional or interregional basis. Developing countries share knowledge, skills, expertise and resources to meet their development goals through concerted efforts. Recent developments in South-South cooperation have taken the form of increased volume of South-South trade, South-South flows of foreign direct investment, movements towards regional integration, technology transfers, sharing of solutions and experts, and other forms of exchanges.*” United Nations Development Programme (UNDP). What is South-South cooperation? Special Unit for South-South Cooperation. New York, novembro de 2008. Disponível em: <http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html>.

surgiram nesta última década (Figura 2.1).¹¹⁶ Ela passa a ser, assim, uma das principais bandeiras dessa anunciada mudança na política externa brasileira.

Figura 2.1 - Número de atividades de cooperação técnica coordenada pela ABC (2003-2009)



Fonte: ABC, 2010.

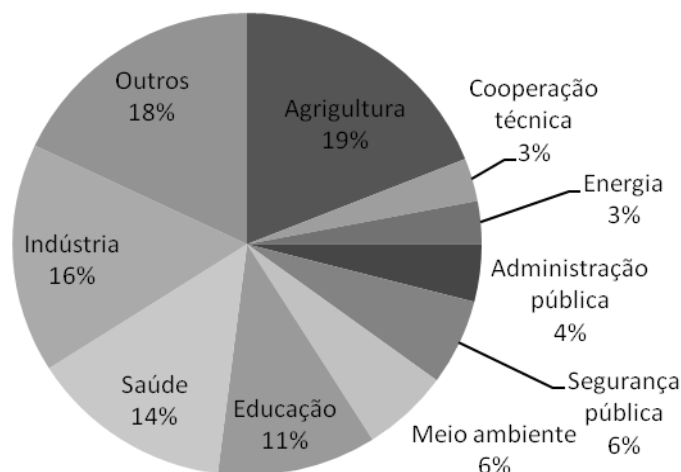
Desde a segunda metade da década de 2000, o Brasil vem intencionalmente ampliando e diversificando sua agenda disto que tem se chamado de cooperação internacional (Figura 2.2): praticamente metade da cooperação técnica brasileira realiza-se nas áreas de agricultura, saúde e educação, mas outras atividades abrangem áreas como capacitação profissionalizante para o desenvolvimento industrial, meio ambiente, segurança pública, administração pública, energia e indústria. Nas palavras de Schmitz, Lima e Campos¹¹⁷,

[a]lém da ampliação de ações de cooperação internacional em setores tradicionais da política externa brasileira, como a agricultura, a saúde, a educação, a ciência e a tecnologia e a defesa, menciona-se que novos setores, tais como minas e energia, desenvolvimento sustentável, cultura e turismo, gradualmente adensam o espectro de iniciativas desta natureza.

¹¹⁶ Entretanto, a despeito dos esforços realizados, desde 2007, para levar a maioria dos projetos novos e em andamento para o âmbito de uma única entidade (a ABC, o braço técnico do MRE), ainda grande parte da cooperação brasileira é executada de forma descentralizada. Embora a ABC tenha sido criada em 1987 para organizar a cooperação técnica *recebida* pelo Brasil; a agência tem hoje o mandato de elaborar, aprovar, implementar e monitorar as atividades Sul-Sul *fornecidas* pelo país. ABC (Agência Brasileira de Cooperação). “Apresentação no CEBRI”, 2010. Disponível em: <www.cebri.com.br/midia/documentos/minmarcofaranichinanaafrica972003.pdf>. Cf.: MEDEIROS, Sabrina E. Sobre Cooperação Internacional e Compliance — observações derivadas das atividades da Agência Brasileira de Cooperação. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, vol. 1, n. 1, março/2009..

¹¹⁷ Op. Cit. P. 37

Figura 2.2 – Principais áreas de atuação do Brasil em arranjos de cooperação sul-sul 2009



Fonte: ABC, 2009.

Obs.: As parcelas representam percentual do portfólio total de projetos

2.1.2 Brasil e a cooperação sul-sul: uma proposta de diferencial

Este posicionamento político foi central para as relações internacionais do Brasil ao longo do governo Lula que, ao fim de seu segundo mandato, chegou a afirmar que “a cooperação para o desenvolvimento não se limita à interação entre doadores e recipientes: entendemos que se trata de uma troca entre atores semelhantes, com benefícios e responsabilidades mútuas”.¹¹⁸ De fato, de acordo com o discurso adotado pelo governo, mesmo o país tendo participado de diversos comitês da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), muito ligada à cooperação Norte-Sul, o Brasil tendeu a desenvolver suas políticas e seus projetos de cooperação através de caminhos diferentes daqueles definidos e indicados pela organização¹¹⁹. Como faz questão de ressaltar o governo

¹¹⁸ IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). 2010. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional*. Brasília: IPEA. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf>.

¹¹⁹ A ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD) é definida pela OCDE como: “Fluxos de financiamento oficial administrados, com a promoção de desenvolvimento e bem estar dos países em desenvolvimento como o objetivo principal, de natureza concessional com elementos de doação de no mínimo 25% (utilizando o desconto fixo de 10%). Por convenção, os fluxos de AOD consistem em contribuições de agências governamentais doadoras, de todos os níveis, a países em desenvolvimento (‘AOD bilateral’) e para instituições multilaterais. As receitas das AOD compreendem desembolsos de instituições doadoras bilaterais e multilaterais. Empréstimos de agências de crédito de exportação — puramente com o objetivo de promover exportações — são excluídos” Tradução livre do trecho: “*Flows of official financing administered with the promotion of the economic*

através do IPEA¹²⁰, “a cooperação do Brasil para o desenvolvimento internacional consiste inteiramente em recursos não reembolsáveis investidos pelo governo federal brasileiro em países estrangeiros ou em organizações internacionais.” Com base nessa definição, ainda segundo o relatório, o Brasil afirma pretender se diferenciar da OCDE ao promover o desenvolvimento internacional fundamentalmente de duas formas:

primeiro, os recursos brasileiros não são reembolsáveis, ao passo que a cooperação da OCDE prevê termos financeiros concessionais; segundo, o Brasil também contribui para as instituições multilaterais formadas e lideradas por países em desenvolvimento, ao passo que as contribuições da OCDE parecem alcançar apenas as organizações multilaterais cujos membros mais influentes são em geral do Norte.¹²¹

O relatório afirma que, devido ao fato de os objetivos brasileiros com estas cooperações para o desenvolvimento serem, em sua grande maioria, de longo prazo – notadamente a contribuição para o que tem sido chamado de desenvolvimento sustentável –, duas outras características da cooperação brasileira a diferencia das demais, a saber, o ritmo e a escala.

Isso tem sido destacado por diversas entidades como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Tribunal Superior de Justiça, o Ministério da Saúde e a Subsecretaria de Energia e Alta Tecnologia do MRE. Cada qual, em sua própria área de atuação, enfatiza a necessidade de se concentrar em um número pequeno de projetos, optando pelo desenvolvimento em ritmo lento mas certo. Com essa abordagem, afirmam, as chances de sucesso são maiores, já que é possível o estabelecimento de relações de confiança e o desenvolvimento de métodos mais adaptados ao caso em questão e a criação de parcerias reais. Em alguns casos, as atividades realizadas são, porém, difíceis de reproduzir. Outros países com demandas semelhantes podem ter de esperar até que futuros acordos sejam realizados.¹²²

Por fim, ainda segundo o relatório, embora não haja regras de conduta estruturadas e definidas para a coordenação das ações de cooperação, estas se orientam pelos princípios constitucionais - com especial ênfase em seu artigo 4º -, pela “diplomacia solidária” – a “não

development and welfare of developing countries as the main objective, and which are concessional in character with a grant element of at least 25 percent (using a fixed 10 percent rate of discount). By convention, ODA flows comprise contributions of donor government agencies, at all levels, to developing countries (“bilateral ODA”) and to multilateral institutions. ODA receipts comprise disbursements by bilateral donors and multilateral institutions. Lending by export credit agencies—with the pure purpose of export promotion—is excluded.” – In: OCDE. “Glossary of Statistical Terms: Official Development Assistance (ODA)”, 2003. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=6043>>. Fonte: IMF, 2003, External Debt Statistics: Guide for Compilers and Users – Appendix III, Glossary, IMF, Washington DC.

¹²⁰ (IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). 2010. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional*. Brasília: IPEA, ABC, p. 17. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf>.

¹²¹ Comparação desenvolvida no relatório. *Ibidem*, Id. Cf.: OLIVEIRA, Camila De'Carli Cardoso de. "A cooperação para o desenvolvimento no governo Lula". Anais do I Seminário Nacional de pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília, julho/2012.

¹²² IPEA, 2011. Op. Cit, pp. 39-40.

indiferença”, como enfatizava o Ministro das Relações Exteriores de Lula, Celso Amorim - e pela transferência de conhecimento e tecnologias sem a imposição de condições.

2.2 Neste Sul, a África: aproximação histórica e interesses políticos e econômicos

Desde a campanha eleitoral, que o levou ao cargo de Presidente da República, em 2002, Lula teve como importante foco de eleitores e interlocutores a população afrodescendente no Brasil¹²³, com quem afirmava que o país tinha uma “dívida histórica” e, enquanto economia lusófona mais forte do mundo deveria assumi-la e quitá-la. Razão pela qual assumiu em seu governo o compromisso de dar mais atenção e valorizar as questões relativas à África – como, por exemplo, a diáspora africana - e a sua relação com o Brasil. Seus compromissos de campanha incluíam como uma das prioridades do governo uma especial atenção às relações Brasil-África e um estreitamento dos laços entre ambos, tanto interna como externamente.¹²⁴

De fato, com sua eleição, o discurso do governo sobre a África passou a ressaltar esta “*obrigação política, moral e histórica*”¹²⁵ do país em relação ao continente. Tais compromissos levaram, internamente, aos programas de ação afirmativa para integração das minorias étnicas e sociais – notadamente as cotas para educação e serviços públicos¹²⁶ – e para a redução da miséria, da pobreza e da exclusão social – dentre os quais se destacou o Programa Fome Zero¹²⁷. O governo ainda ampliou o programa de intercâmbio oficialmente criado na época do governo Sarney, o PEC, que passou a englobar, além dos alunos de graduação, também a pós-graduação (PEC-G e PEC-PG, respectivamente). Foi neste sentido

¹²³ Vale pontuar que, em números absolutos, o Brasil representa atualmente a segunda maior população africana do mundo, atrás apenas da Nigéria, sendo que em 2010, o censo confirmou que 50,7% da população brasileira, em um total de 191 milhões de habitantes, é de descendência africana (dados do Censo 2010). Fonte: IBGE, <<http://www.ibge.gov.br>>.

¹²⁴ IPEA, 2011. Op. Cit.

¹²⁵ MRE, “Cronologia da Política Externa do Governo Lula (2003–2006)”, 2007. Disponível em: <www.funag.gov.br/BDPE/Livro%20Cronologia%20da%20Politica%20Governo%20Lula%20-%202003-2006_Saida.pdf>.

¹²⁶ Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, então Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, deram prioridade à África na preparação e formação de diplomatas brasileiros. Este crescente interesse do governo na África possibilitou uma ampliação da presença diplomática do Brasil no continente. Dezesete embaixadas do Brasil foram inauguradas ou reativadas na África durante a presidência de Lula, proporcionando ao Brasil representação oficial em 37 dos 54 países africanos. Entretanto, em 2011 duas dessas embaixadas, inauguradas em 2010, já não estavam mais em funcionamento – uma em Lilonge (Malawi) e outra em Freetown (Serra Leoa). Cf. IPEA, 2011. Op. Cit. p. 45.

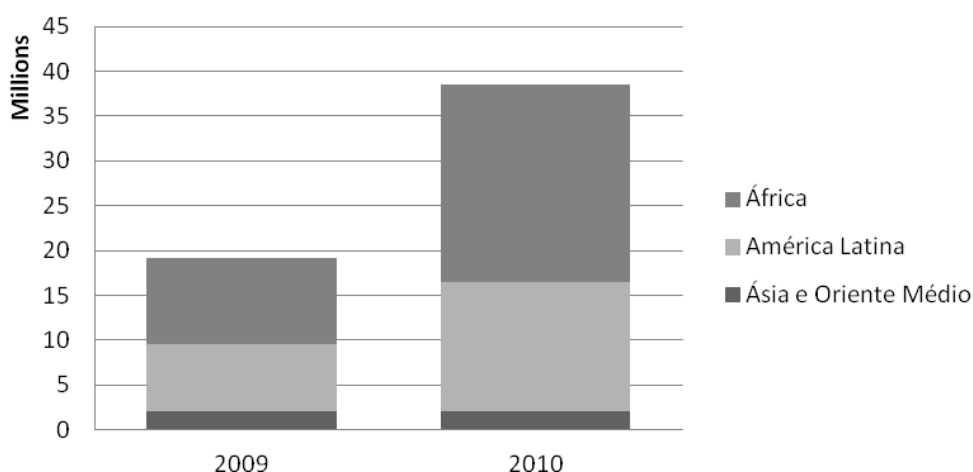
¹²⁷ 8,5% da população brasileira ainda viva em situação de extrema pobreza. Cf.: Agência Brasil 2011 - Agência Brasil. 2011. “Brasil tem 16,2 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza”. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2011-05-03/brasiltem-162-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza>>; o país conseguiu tirar 20,4 milhões de brasileiros da pobreza em menos de uma década (2003–2010), cf.: Fundação Getúlio Vargas 2010 - Fundação Getúlio Vargas. 2010. “A Nova Classe Média: o Lado Brilhante dos Pobres”. Disponível em: <www.fgv.br/cps/ncm/>.

também que foi realizada em Salvador (Bahia/Brasil) a 2ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em julho de 2006. Tudo isso, segundo seu discurso, no intuito de fortalecer a cooperação científica e tecnológica e o intercâmbio de conhecimentos entre ambas as regiões.

2.2.1 África no início do século XXI: um continente de novas possibilidades

No entanto, faz-se necessário situar este novo discurso de mudança no contexto maior do caminho brasileiro para galgar novos espaços e destacadas posições dentro do cenário internacional, ou ainda, de “*ampliar o [seu] perfil global*”¹²⁸, em todos os aspectos que esta meta envolve. E, neste cenário, pode-se dizer que o Brasil descobriu na África um espaço de grandes oportunidades. Com isso, o continente africano passou a ocupar importantes espaços dentro dos planejamentos estratégicos da política externa brasileira desde o governo Lula, inclusive em suas políticas e projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento, dos quais o continente representa o principal foco dos investimentos para o desenvolvimento no exterior do Brasil: em 2009, 50% dos projetos de desenvolvimento internacional do Brasil, administrados pela ABC, eram destinados a países africanos, em 2010, o percentual aumentou para pouco menos de 60%, totalizando mais de US\$ 22 milhões investidos (Figura 2.3).

Figura 2.3 - Investimentos brasileiros em projetos internacionais de desenvolvimento, participação por continente (2009-2020) - em US\$



Fonte: ABC, 2009 e 2011.

Obs.: Os valores totais em 2009 e 2010 foram, respectivamente, US\$ 2.012.682 e US\$ 2.082.674 para Ásia e Oriente Médio, US\$ 7.575.235 e US\$ 14.437.785 para América Latina; e US\$ 9.608.816 e US\$ 22.049.368 para África.

¹²⁸ IPEA, 2011. Op. Cit., p. 3.

Por um lado, saltou aos olhos da comunidade internacional o crescimento econômico e desenvolvimento da África nesta última década de modo geral, com a valorização das commodities exportadas pelos países do continente e pelos investimentos chineses que crescem na região destinados a cumprir a enorme demanda por matéria-prima implícita na grande expansão econômica chinesa nos últimos anos.¹²⁹ Com efeito, a África

vem despontando como um mercado com grande potencial de crescimento, cuja expansão econômica tem alcançado taxas mais elevadas do que a média mundial. A África Subsaariana, por exemplo, obteve uma média de crescimento na última década (2000-2010) de 5,7%, correspondente ao dobro do obtido nas décadas anteriores, que mantiveram uma média de 2,4%. Tal crescimento, por conseguinte, vem acompanhado de um processo acelerado de urbanização e ampliação dos mercados internos, assim como do consumo interno, cujo aumento tem sido mais pronunciado do que aquele observado nos países desenvolvidos.¹³⁰

No entanto, é necessário ainda relativizar tal euforia, notando que, apesar dos progressos feitos nos últimos anos, este ritmo de desenvolvimento ainda segue sendo lento e desigual¹³¹, além de conturbado, dada a instabilidade política da região. De fato, é comum identificar-se os conflitos e guerras internas, constantes no continente desde a época das independências, com as dificuldades de inserção do continente na dinâmica econômica mundial, tendo em vista que este processo tem sido realizado e orientado, na realidade, a partir dos interesses das grandes potências, desde o período colonial através da corrida imperialista pelo controle e domínio dos recursos naturais, que antes se davam através de interferências militares, políticas e econômicas e hoje já assumem novas configurações. Neste sentido, é possível afirmar, como fazem Paul Collier e Anke Hoeffler¹³², que há uma estreita relação entre os conflitos e as reservas naturais do continente (Figura 2.4) e tal relação pode ser identificada na ampla dependência que os países têm de suas exportações de commodities

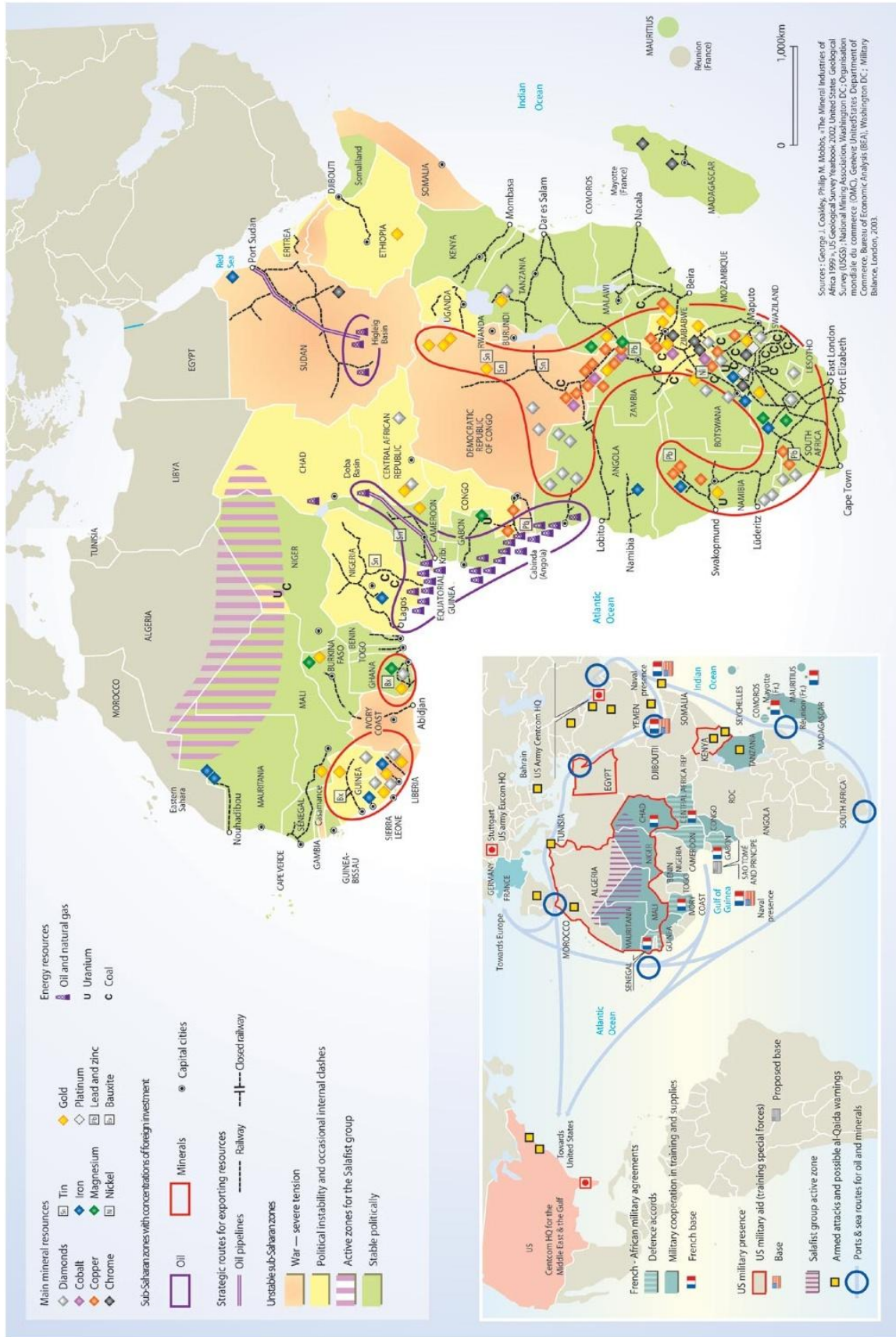
¹²⁹ RIBEIRO, Valéria Lopes. "A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico". *Revista Oikos*. Volume 9, número 2, 2010, Rio de Janeiro.

¹³⁰ GOULART, Mayra. "Assimetria e solidariedade: um aporte sobre os novos rumos da política externa brasileira". *Breviário de Filosofia Pública*, n. 19, set/2010. L(E)H/UFF.

¹³¹ UNDP, AU, ECA, ADBG. "MDG Report: Assessing Progress in Africa toward the Millennium Development Goals". 2012.

¹³² COLLIER, P.; HOFFLER, A. "Greed and grievance in civil wars". *Oxford Economic Papers*, vol. 54, Outubro, 2004, pp. 563-595.

Figura 2.4 – Mapa de recursos naturais e conflitos na África, 2002-2005



primárias – situação esta que permanece desde a época das independências.¹³³

Em síntese, não apenas os efeitos da colonização, mas também da Guerra Fria, de uma forma ou de outra, influenciaram os caminhos trilhados pelos países africanos e suas economias até o cenário recente e a inserção do continente na economia mundial. Até finais do século XX, tal inserção era bastante desacreditada, tendo em vista o baixo desenvolvimento industrial do continente, sua baixa produtividade agrícola, as elevadas taxas de pobreza e dependência das exportações de commodities. No entanto, esta situação vem gradualmente dando sinais de reversão, ainda tímidos, mas significativos. Em especial, a partir da década de 1990 e com mais força na década de 2000, com o crescimento da economia mundial e sua reconfiguração recente, o continente vem ganhando renovada importância geopolítica – muito justificada pelos seus recursos naturais abundantes e, em especial, pelo seu petróleo -, e recentes impulsos foram dados no sentido de uma nova ocupação não apenas pelas antigas potências centrais, mas também por novas potências, que também vêm ganhando destaque no cenário mundial - notadamente, China, Brasil e Índia.¹³⁴ Como pode-se ver, a África vem se tornando foco central das políticas expansionistas do capital internacional de maneira geral.

2.2.2 Aproximação como estratégia: em busca de novos espaços no cenário internacional

Com essa nova imagem que vem sendo construída pelo Brasil como um país de crescente atuação no cenário internacional, com significativo crescimento econômico e suas

¹³³ É neste sentido que os recursos naturais do continente se tornam extremamente essenciais para seu desenvolvimento e o do próprio sistema, por isso mesmo, passam a ser alvo da cobiça dos mais diversos grupos e organizações pessoais, paraestatais e mesmo estatais - o que deixa o continente nesta situação de instabilidade pela possibilidade de eclosão de conflitos a todo o momento. De acordo com Le Billon, na década de 1990, com o fim dos recursos advindos das potências na época da Guerra Fria – quando o continente também se dividiu entre as esferas de influência das duas grandes potências à época e, por isso mesmo, recebiam delas constantes recursos financeiros e de outras espécies – muitos grupos armados se aproveitaram das receitas geradas pelos recursos naturais, que acabavam por exercer um duplo papel, a saber, o de financiadores e o de motivadores dos conflitos armados, numa prática que acabou por se tornar cíclica. Cf. LE BILLON, Phillippe. *Fuelling War: Natural Resources and Armed Conflicts* (Adelphi Series). Routledge, 2006.

¹³⁴ De fato, não é apenas para o Brasil que o continente africano tem saltado aos olhos: além da China, que é o país que mais se destaca em presença e investimentos feitos no continente africano com sua política de “ascensão pacífica”, mais recentemente iniciativas vêm sendo tomadas pela Índia, também voltadas para o desenvolvimento econômico do continente, e pelos Estados Unidos, cujo foco das políticas e ações se encontra em questões geopolíticas e de segurança internacional. Cf.: BRITES, Alessandra S.; JÚNIOR, Edson J. Neves; BARASOUL, Fernanda B.; DIALLO, Mamadou A. "Os BRICS na África: a diversificação das parcerias e a contribuição da cooperação sul-sul para o desenvolvimento do continente". *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, V. 3, Nº2, Jul-Dez/2012.

experiências consideradas bem sucedidas de redução da miséria, da pobreza e da fome, assim como sua experiência de desenvolvimento, o país vem se mostrando como modelos para as tentativas africanas de desenvolvimento. Ao buscar estabelecer parcerias neste sentido, o Brasil ganhou cada vez mais espaço no continente, marcando de maneira cada vez mais forte sua presença no território africano. O discurso do governo ainda celebra¹³⁵:

[n]a última década, o crescimento econômico sustentado pelo Brasil, a estratégia bem sucedida de redução da pobreza e a taxa de desemprego em queda — juntamente com a política ambiental, governança democrática e ênfase crescente nas questões de direitos humanos e igualdade racial — posicionaram bem o país no contexto mundial. O sucesso do Brasil pode ser explicado por diversos fatores, entre os quais destacam-se a estabilidade econômica e o sistema democrático de governo.

Com o crescimento econômico e este movimento estratégico de “giro para o sul” que o governo tem anunciado, o país tem demonstrado grande interesse diplomático em aproximar essas duas regiões¹³⁶. Os discursos presidenciais e também os de outras autoridades revelam uma forte orientação política no sentido da criação ou do fortalecimento dos laços de diversas instituições federais e empresas brasileiras de acordo com as novas prioridades do capital brasileiro. Desde seu primeiro mandato, Lula foi marcado por iniciativas em sua política externa que atribuíram maior importância às relações entre Brasil e África como, por exemplo, enviando auxílio às missões de *peacekeeping* em ação na África, dentre outras.¹³⁷

Neste sentido, com o objetivo de diferenciar seus projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento daqueles da China ou da Índia, por exemplo, ganhando vantagens comparativas em relação a eles, o governo brasileiro tem adotado o discurso que enfatiza história e memórias compartilhadas com o continente africano. Lembrando “*décadas e mesmo séculos de desigualdades provocadas pela colonização, escravidão, opressão e humilhação que produziram miséria, capacidade institucional deficiente e dificuldades na*

¹³⁵ *Ibidem*.p. 35.

¹³⁶ No seu discurso, o governo valoriza enfaticamente a diplomacia brasileira na última década em relação à África: ressalta-se que o presidente Lula foi o presidente que mais vitisou o país, tendo realizado 12 viagens e visitado 21 países ao longo de seus dois mandatos. Da mesma forma, ao longo de seu governo, Lula recebeu 47 visitas de reis, presidentes e primeiro-ministros africanos de 27 diferentes países. Além disso, também além seus assessores, ministros e diplomatas realizaram viagens ao continente. Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores de seu governo, por exemplo, realizou 67 visitas oficiais a 34 países africanos. Aumentou-se o número de postos diplomáticos de alto nível em capitais africanas - principalmente ao longo de seu segundo mandato (2007-2010), tendo o Brasil se tornado o sétimo país com mais embaixadas no continente e o segundo do Hemisfério Ocidental -, da mesma forma que aumentou o número de representações africanas no país, inaugurando 17 embaixadas que somaram-se às 16 já existentes no país. Além disso, dentro do próprio Ministério de Relações Exteriores (MRE), reestruturou-se o Departamento de Assuntos Africanos e do Oriente Médio e criou-se um Departamento de África separadamente. Cf.: IPEA, Op. Cit.; e PATRIOTA, Antonio de Aguiar. 2011. Discurso no Woodrow Wilson International Center for International Scholars, Washington, DC, 31 de maio. Disponível em: <www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1419&fuseaction=topics.event_summary&event_id=700273>.

¹³⁷ Cf.: SEITENFUS, Ricardo. “De Suez ao Haiti: a participação brasileira em operações de paz”. 2006, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf>.

provisão de bens públicos”¹³⁸, o governo justifica, com isso, uma nova abordagem da política externa adotada em seu novo papel de provedor de assistência.¹³⁹ Assim, o Brasil afirma que seus projetos de cooperação voltados para a África agregam outros elementos que vão além dos claros propósitos materiais¹⁴⁰ e menciona as proximidades históricas, sociais e culturais entre ambos para argumentar que suas relações extrapolam os interesses políticos e econômicos, comum a todos esses novos parceiros africanos. Nas palavras do IPEA e Banco Mundial¹⁴¹,

[a] estratégia do Brasil para o desenvolvimento da cooperação visa a promover o crescimento econômico e a inclusão social mediante o fortalecimento da capacidade humana e das instituições governamentais. Os impactos concretos ainda estão sendo avaliados pelos próprios governos, mas as chances de sucesso são altas. Tendo em vista que os problemas enfrentados pelo Brasil nas últimas décadas coincidem com muitos dos problemas encontrados hoje em países do Sul, as soluções encontradas por meio das políticas inovadoras do Brasil tendem a ser úteis para essas nações. Isso é particularmente verdadeiro na África e na América do Sul, onde os vínculos culturais, históricos, demográficos, geológicos e socioeconômicos com o Brasil são fortes.

O Brasil tem anunciado este interesse na convergência das duas regiões também em esferas políticas de diálogo internacional. Teve início, assim, o desenvolvimento de uma série de iniciativas voltadas para tal cooperação em conjunto com outras estratégias internacionais, dentre as quais destaca-se o aumento da participação brasileira em comitês conjuntos, fóruns e reuniões ministeriais com países da África nos últimos anos.¹⁴² Alguns espaços internacionais em que esta relação vem sendo relevante são os fóruns globais, notadamente no âmbito das Nações Unidas, em que o Brasil vem reafirmando que esta união com o mundo em desenvolvimento tem como objetivo gerar mudanças da ordem internacional. Uma de suas principais reivindicações tem sido o fim dos subsídios agrícolas e as barreiras protecionistas dos países do Norte, realizando também repetidas críticas à globalização assimétrica e, inclusive, reivindicando uma ampla reforma na estrutura das Nações Unidas.

Neste sentido, foram muitas as iniciativas tomadas a partir do governo Lula que estiveram baseadas neste discurso de aproximação das duas regiões. Por exemplo, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Zona de Paz e Cooperação do

¹³⁸ IPEA e Banco Mundial, Op. Cit., p. 41.

¹³⁹ MEDEIROS, Op. Cit.

¹⁴⁰ O governo ufana-se de ter renegociado a dívida externa de diversos países africanos. Contudo, essa ação teve o intuito de realizar novos empréstimos.

¹⁴¹ IPEA e Banco Mundial, Op. Cit. *Ibidem.*, p. 41.

¹⁴² São exemplos de reuniões multilaterais que ocorreram ao longo de todo o governo Lula, os encontros trienais da Comissão Trilateral Mista do Fórum do Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) - em 2003, 2006 e 2009; o III Fórum da Aliança das Civilizações das Nações Unidas - em maio de 2010; e a Reunião Ministerial do sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC) - também em 2010. Todas elas tiveram como sede, cidades do Brasil.

Atlântico Sul (ZPCAS), o Fórum de Diálogo Brasil-Índia-África do Sul (IBAS)¹⁴³ – também chamado de grupo dos três, ou G-3 – e a Cúpula América do Sul-África¹⁴⁴. Estas quatro iniciativas vêm figurando entre as prioridades do Itamaraty nos últimos anos. O Itamaraty, por sua vez, apresenta como objetivo de suas políticas o fortalecimento dos mecanismos de cooperação entre os países membros destes grupos para que, juntos, possam alcançar melhorias em áreas como as de segurança, saúde, negócios, educação, infraestrutura, desenvolvimento rural e econômico, com possibilidades de investimentos em diversas áreas da indústria e do comércio, as operações de manutenção da paz, questões ambientais, dentre outras.

Desde já, no entanto, é importante colocar que nossa percepção é a de que esta mudança discursiva não se concretiza na prática, e que essa “aproximação” com os países do “sul global” e, em particular, com os países da África, para uma mudança maior, é na verdade mais uma estratégia discursiva da expansão do capital brasileiro, que não tem outro objetivo que não sua expansão dentro do sistema imperialista internacional. Esta percepção fica mais clara quando pensamos na construção secular das relações entre Brasil e África. É neste sentido que apresentaremos a seguir este histórico, tendo como referência a perspectiva brasileira sobre o continente.

2.3 O início da expansão: breve histórico das relações entre Brasil e África

É comum se encontrar na historiografia em geral as relações entre o Brasil e a África apresentadas a partir de uma divisão em períodos de aproximações e afastamentos, distintos e desiguais. Os caminhos trilhados por essas duas regiões se cruzaram pela primeira vez com a

¹⁴³ Estabelecido em junho de 2003, quando foi emitido o primeiro documento do Grupo, a “Declaração de Brasília”, o IBAS é um mecanismo de coordenação entre três países emergentes com o objetivo de contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional, a unir voz em temas globais e a aprofundar seu relacionamento mútuo em diferentes áreas, em especial em assuntos relacionados à Rodada de Doha, no âmbito da OMC, para as reformas das Nações Unidas e para a construção de uma nova ordem econômica. O agrupamento foi concebido para ser o guarda-chuva de inúmeras iniciativas diplomáticas. Apesar disso, o grupo não tem sede ou secretariado fixo. Seus trabalhos são conduzidos por meio de coordenação estreita entre os três países, em diferentes níveis. O IBAS se assenta em três pilares: concertação política, cooperação setorial e o Fundo IBAS. Cf.: MRE, Itamaraty: <http://www.itamaraty.gov.br/>

¹⁴⁴ A origem do mecanismo remonta ao momento da Visita de Estado do Presidente Lula à Nigéria, em abril de 2005. Seu então homólogo, Olusegun Obasanjo, manifestou interesse no estabelecimento de um mecanismo de aproximação dos países africanos com o Brasil. O Presidente brasileiro acolheu de imediato a iniciativa, mas sugeriu a criação de um mecanismo que também incluísse os demais países da América do Sul. Em 30 de novembro de 2006, foi realizada a I Cúpula América do Sul-África (ASA) em Abuja, Nigéria. Dela resultou a Declaração de Abuja, o Plano de Ação e a Resolução criando o “Fórum de Cooperação América do Sul - África” (ASACOF). A II Cúpula da ASA foi realizada em 26 e 27 de setembro de 2009, em Isla Margarita, Venezuela, da qual resultou a Declaração do Estado de Nueva Esparta. A criação da ASA representou oportunidade histórica para as duas regiões constituírem os alicerces de um novo paradigma de cooperação Sul-Sul. Cf.: MRE, Itamaraty: <http://www.itamaraty.gov.br/>

chegada, em épocas muito próximas, dos colonizadores europeus às duas costas do Sul do Oceano Atlântico. Desde então, estas relações têm sido orientadas, principalmente, pelos interesses econômicos do capital brasileiro em seu movimento de expansão - o que explica o aparente movimento de aproximações e afastamentos citado acima. Apresentaremos a seguir um breve histórico desses caminhos de aproximação e afastamento para podermos, ao fim, situar e questionar a dita mudança ocorrida a partir do governo Lula.

2.3.1 De colônias ao início dos processos de independências jurídico-políticas

Ao longo de todo o período colonial brasileiro, que se estendeu entre os séculos XV e XIX, África e Brasil, intermediados pelas respectivas metrópoles, tiveram suas relações ampliadas a partir do início do tráfico transatlântico de escravos, passando a figurar como importantes atores das trocas mundiais. Embora o comércio de escravos representasse uma atividade central¹⁴⁵, estas relações de intercâmbio iam muito além dele, incluindo também a troca de produtos e conhecimentos, além estimular outros tipos de interações econômicas e sociais¹⁴⁶, a tal ponto de se afirmar que ao longo do século XVII o Atlântico Sul representou importante pólo da economia mundial, com o Brasil sustentando o Império Atlântico de Portugal.¹⁴⁷ Embora em âmbito global esta dita centralidade dos intercâmbios do Atlântico Sul tenha sido superada logo em seguida, eles continuaram até meados do século XIX, quando, com a independência do Brasil, em 1822, a Inglaterra passou a pressionar o novo império para acabar com o comércio atlântico de escravos¹⁴⁸, que vai ser proibido pelo Brasil

¹⁴⁵ “A importação anual de africanos para o Brasil crescia ano após ano, passando de uma média de mil por ano no século XVI para o número recorde de 60 mil apenas em 1848.” Cf. IPEA; BANCO MUNDIAL. Ponte Sobre o Atlântico - Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília, IPEA e Banco Mundial, 2011, p. 29.

¹⁴⁶ Dentre estas trocas, incluíam-se diversas outras *commodities* em menor escala, como sal, tecidos e especiarias asiáticas, bem como a transferência social de habilidades e o intercâmbio político e cultural: numerosos brasileiros foram para a África, por exemplo, como soldados, marinheiros, administradores e mercantes e alguns mais importantes inseriam-se, inclusive, na administração das colônias portuguesas na África (os governadores João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e o Barão José de Oliveira Barbosa em Angola eram todos brasileiros). Cf.: RODRIGUES, José Honório. 1961. *Brasil-África: Outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

¹⁴⁷ “Historiadores portugueses, como Oliveira Martins (1880) e, mais tarde, Jaime Cortesão (1933), indicam que grande parte da Costa da Guiné e Angola dependiam diretamente do Brasil durante o século XVIII.”(IPEA, 2011, 28). Ver também, BICALHO, Maria Fernanda. “A Cidade do Rio de Janeiro e a Articulação da Região em torno do Atlântico-Sul: Séculos XVII e XVIII”. *Revista de História Regional*, v. 3, nº. 2, inverno de 1998.

¹⁴⁸ Em parte como uma tentativa inglesa de evitar a pretendida anexação de Angola ao Império Brasileiro. Ao longo do período colonial, as relações entre Angola e Brasil foram se estreitando em detrimento das relações entre Angola e Portugal, tendo a colônia africana se tornado extremamente dependente do Brasil a tal ponto de ser considerada uma extensão deste. O Brasil, neste momento, praticamente controlava o comércio e a navegação entre os dois lados do Atlântico, como escreveu o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Martinho de Melo Castro, em 1770. Em meados do século XIX, considerável parcela do comércio que partia de Cambinda provinha diretamente do Rio de Janeiro. Com a independência brasileira, movimentos de

apenas em 1850, dando início ao declínio da atividade. O Brasil já demonstrava, portanto, desde o século XIX, interesses políticos e econômicos em sua expansão em direção ao território africano.

Assim, com a independência brasileira, a assinatura do Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal, em 1826, e a gradativa redução do tráfico transatlântico de escravos, os dois territórios voltam a se afastar – principalmente depois da ocorrência de “*uma verdadeira corrida para a ocupação efetiva*”¹⁴⁹ do continente, pouco mais de meio século depois da independência brasileira, que forçou o país a assumir uma postura de abstenção em relação à ocupação colonial.

Com isso, as relações do Brasil com o continente foram gradativamente sendo marginalizadas, tanto no cenário global, como nas pautas individuais dos atores envolvidos,¹⁵⁰ Em síntese, o Brasil deixou o continente africano de lado em suas relações internacionais – o que teve reflexos também em suas relações internas – e se voltou para o norte, priorizando as relações com a Europa e a América do Norte, os países considerados “desenvolvidos” segundo os padrões de classificação deste sistema capitalista.

2.3.2 A expansão do capital brasileiro pela internacionalização de seu mercado doméstico

A atual expansão internacional do Brasil, hoje bastante evidente, tem suas origens no começo do século XX, não apenas com a expansão das empresas brasileiras, mas também com o estabelecimento de uma política de Estado voltada para o apoio e o incentivo a tal movimento. Como veremos, por mais que o Brasil tenha começado a se expandir a partir de

emancipação foram organizados em Luanda e Benguela, entre 1822 e 1826, com o objetivo de transformar Angola em uma província do Brasil no exterior. “O Reino Unido, que atuou como mediador entre Portugal e o Brasil nas negociações que se seguiram à independência do Brasil, não era favorável à ideia de ligações políticas diretas entre um Brasil independente, de um lado, e Angola, África Ocidental e Moçambique, do outro. Alegando razões humanitárias e comerciais, o Reino Unido preferia uma região do Cone do Atlântico Sul livre, sem barreiras para seus interesses na região. Dessa forma, o Brasil passa a sofrer pressão constante dos interesses britânicos para não aceitar a união com Angola. As negociações levam à condição de que o reconhecimento da independência do Brasil por parte de Portugal e do Reino Unido viria em troca do cessar completo das ligações políticas entre o Brasil e Angola. O resultado consubstanciado na terceira cláusula do tratado assinado por Portugal em 1826 (com mediação britânica) reconhece a independência do Brasil: Sua Majestade Imperial [Brasileira] promete não aceitar nenhuma proposta de colônias portuguesas de juntar-se ao Império do Brasil.” SARAIVA, José Flávio Sombra. O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996 apud IPEA e Banco Mundial, 2011. Op. Cit.

¹⁴⁹ BRUNEL, S. *L’Afrique: un continent en reserve de développement*. Rosny-sous-Bois: Bréal, 2004. Apud HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. São Paulo, Editora FGV, 2010. Hugon, 2010.

¹⁵⁰ Apenas para ilustrar tal situação citamos aqui que, no início século XX, 90% das trocas comerciais entre Brasil e África eram representados exclusivamente pelos intercâmbios realizados entre o Brasil e a África do Sul. Cf.: VISENTINI, Paulo Fagundes. “South-South Cooperation, prestige diplomacy or “soft imperialism”? Lula’s government Brazil-Africa relations”. SÉCULO XXI, Porto Alegre, V. 1, Nº1, jan-dez 2010, p. 67

uma posição desfavorável internacionalmente, a incorporação de capitais estrangeiros no país não se deu de maneira exclusivamente impositiva e externa, pelo contrário, grande parte desta expansão se deve à motivação interna por parte do setor empresarial aqui já estabelecido.¹⁵¹

Internamente, segundo Fontes¹⁵², ao se analisar historicamente o caso brasileiro, pode-se perceber “*dois movimentos concomitantes, intimamente entrelaçados e grávidos de tensões*”, a saber,

um lento e hesitante mas contínuo processo de industrialização de base urbano-industrial desde finais do século XIX e uma complexa, porém persistente difusão da compulsoriedade à produtividade, medida tanto pelo mercado mundial quanto pelo mercado interno, no âmbito agrário.

Estas transformações foram percebidas em diversos aspectos da sociedade, não apenas na esfera produtiva e do trabalho, mas também nas relações sociais e culturais, na própria organização do Estado e na participação política da população. No início do século XX, no entanto, este processo de expansão do capital brasileiro ainda estava fortemente ligado aos incentivos às exportações por parte dos governos, pouco voltado para os mercados externos. No âmbito internacional, passada a Primeira Guerra Mundial, as relações entre Brasil e Portugal – com mútuo apoio entre ambos, inclusive no que se refere à questão colonial¹⁵³ – voltaram a se estreitar. No entanto, com a iminência conjuntural da Guerra Fria, já depois da Segunda Guerra, a agenda da política externa brasileira foi cada vez mais se restringindo ao continente americano e, em particular, à América do Norte. O governo Kubitschek, por exemplo, no início dos anos 1950, fez pouco caso dos processos graduais de independências africanas em relação ao colonialismo europeu, tendo assumido o lado dos colonizadores como sua estratégia de posicionamento internacional.

No entanto, há que se pontuar, uma postura diversa – quase que um parêntese na atuação internacional do governo brasileiro - foi adotada pela chamada Política Externa Independente (PEI), que começou a ser desenvolvida no curto governo de Jânio Quadros, em 1961, e que deu à África algum espaço e importância dentro dos assuntos diplomáticos do país. Juntamente com seu Chanceler Afonso Arinos, Quadros lançou a PEI, levando o Brasil a se posicionar de maneira favorável aos princípios de autodeterminação dos povos colonizados, especialmente aqueles sob domínio português, que estavam, naquele momento, no início da conflagração de um conflito armado. Quadros, assim, deu início a uma

¹⁵¹ DOMINGUES, Sérgio. “O Subimperialismo brasileiro na América Latina”. *Revista História e luta de classes*, ano 4, n. 6, 2008, pp. 85-88; e CAMPOS, Fábio Antônio de. “Fases do imperialismo na periferia: a internacionalização do mercado interno brasileiro no pós-Segunda Guerra (1955-1973)”. *Anais do I Seminário de Crítica da Economia Política*, 2012.

¹⁵² 2010, Op. Cit., p. 217.

¹⁵³ Visentini, Op. Cit.

significativa mudança na política africana do Brasil que teve continuidade no governo subsequente, de João Goulart (1961-1963). Foi esta mudança que possibilitou, por exemplo, o estabelecimento de uma série de acordos culturais e que permitiu a posterior criação do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), cujo primeiro Protocolo PEC foi lançado em 1965, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de estudantes africanos de graduação para o Brasil.¹⁵⁴

Pode-se dizer, então, que no início da década de 1960 ocorreram importantes transformações na política externa brasileira, tendo o país passado por uma grande apesar de rápido, aproximação política e econômica em relação à África, que se torna importante foco não apenas para a política externa brasileira, mas também para suas relações comerciais internacionais. No entanto, este primeiro esforço de cooperação Sul-Sul¹⁵⁵, por assim dizer, durou pouco, tendo sido bruscamente interrompido pela ocorrência do golpe e o estabelecimento da ditadura civil-militar no Brasil, a partir de 1964.

Neste momento, ainda no contexto da Guerra Fria, a segurança geopolítica e o alinhamento com a política externa dos Estados Unidos vai levar o governo brasileiro a novamente priorizar as relações dentro do continente americano, sob a batuta estadunidense, inclusive com a proposta de criação de uma Força de Defesa Interamericana, em uma mudança de posicionamento estratégico e um realinhamento com o regime colonialista português e o regime racista sulafricano, que deu origem ao projeto da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), cuja inspiração claramente se encontrava no modelo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).¹⁵⁶

Assim, economicamente, o período ditatorial deu continuidade ao padrão consolidado no período anterior: expansão voltada para o mercado interno e acompanhada de permanentes incentivos às exportações. As bases deste padrão eram asseguradas pela dívida pública, através de grandes investimentos estatais.¹⁵⁷ O crescimento das empresas brasileiras ao lado da incorporação das empresas nacionais ao mercado interno resultou em experiências de

¹⁵⁴ VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. "A políticaafricana do governo Lula

¹⁵⁵ Nos debruçaremos sobre este conceito mais adiante neste capítulo.

¹⁵⁶ Esta iniciativa, que partira do governo da África do Sul, em sua forma mais desenvolvida, envolvia organização, no entanto, não teve uma vida útil muito longa, tendo, ainda no início da década de 1970, chegado a um beco sem saída. No entanto, nunca deixou de ser interesse a demarcação, de uma forma ou de outra, do oceano Atlântico enquanto território estratégico para as políticas externas do país. Em tempos mais recentes esta política ganhou uma nova roupagem, como veremos a seguir, em um projeto que até hoje figura entre as ambições do governo brasileiro, de criação de uma Zona de Cooperação e Paz. Cf.: PENNA FILHO, Pio. "Regionalismo, segurança e cooperação: o Atlântico Sul como estação de possibilidades entre o Cone Sul e África Austral". Anais do XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2003.

¹⁵⁷ FONTES, 2010. Op. Cit.

exportações de produtos industrializados e de capitais, sobretudo no setor da construção civil, nos momentos de crise do mercado interno.¹⁵⁸

Desde então, muito com base na ajuda externa recebida na forma da chamada cooperação técnica de apoio ao desenvolvimento¹⁵⁹, o Brasil vem mostrando sinais de expansão e internacionalização de seu capital, como por exemplo, na experiência conjunta dos governos do Brasil e do Paraguai de construção da Hidrelétrica de Itaipu, entre 1975 e 1982. Ao longo das décadas seguintes, esta tendência expansiva se manteve, alcançando inclusive a África, como veremos a seguir.

Já no governo do General Emílio Médici (1969-1974), o mais repressivo dos anos da ditadura civil-militar no Brasil, vão ter início novas iniciativas de aproximação com a África, num contexto por muitos caracterizado como de “milagre econômico”, dado o substantivo crescimento da economia brasileira e, em particular, do setor industrial – em detrimento das questões sociais e de distribuição de renda.¹⁶⁰ Para sustentar tal crescimento, em uma postura muito próxima à expansão imperialista, o país passou a sentir uma maior necessidade de novos mercados e novas fontes de matéria prima, particularmente de petróleo, passando a importar o produto do continente africano. O Brasil aparecia pela primeira vez como um modelo de país “periférico” que conseguiu crescer e “dar um salto” para o desenvolvimento. Os anos subsequentes representaram uma continuidade no fortalecimento desses laços de exploração e das políticas africanas no Brasil. Com o choque do petróleo, em 1973, as fontes alternativas africanas se mostraram de crucial importância para o mercado brasileiro.¹⁶¹

Neste contexto, a África salta aos olhos brasileiros e passa a ocupar um espaço destacado dentro das estratégias de expansão e ocupação do país a partir de década de 1970, afinal, é também neste momento que um novo impulso foi tomado no sentido da internacionalização do capital brasileiro e de uma readequação ao contexto econômico internacional. No governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), seis Embaixadas foram

¹⁵⁸ Cf. CAMPOS, P. H. P. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. *História & Luta de Classes*, n. 6, 2008.

¹⁵⁹ A cooperação técnica entre países para o desenvolvimento - seja neste caso (Norte-Sul), seja nos casos mais recentes (Sul-Sul), como veremos mais adiante – é um controverso instrumento de cooperação internacional para o desenvolvimento nos moldes euro-americanos do capitalismo, mas que muitas vezes se torna na prática em um vínculo de endividamento e dependência entre os países. Cf. SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; LIMA, João Brígido Bezerra; CAMPOS, Rodrigo Pires de. 2010. “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Primeiro Levantamento de Recursos Investidos Pelo Governo Federal”. *Boletim de Economia e Política Internacional*, 2010.

¹⁶⁰ Para uma apresentação dos debates acadêmicos sobre a distribuição de renda no Brasil que embasaram as práticas políticas à época do “milagre”, ver: MALTA, Maria de Mello. “Sensos do contraste: o debate distributivo no ‘milagre’”. In: MALTA, Maria de Mello (Coord.). *Ecos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA e CICEF, 2011, pp. 193-222.

¹⁶¹ Visentini, 2010. Op. Cit.

abertas no continente, tendo sido o Brasil a primeira nação a reconhecer o governo independente de Angola, sob a liderança do Movimento Popular de Libertação Nacional (MPLA) de orientação marxista, em novembro de 1975. A chamada “diplomacia de Pragmatismo Responsável” de Geisel e seu chanceler Azeredo da Silveira foi também marcada pela forte condenação aos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul. O general governo seguinte, do general João Figueiredo (1979-1985), foi também o que teve o primeiro presidente a realizar uma visita oficial ao continente, tendo passado por cinco países africanos: Nigéria, Senegal, Guiné, Cabo Verde e Argélia.

De maneira gradativa, como se vê, aquele impulso expansionista ganhou forças ao longo dos anos 1980, quando uma

nova série de empresas brasileiras se lançava no mercado internacional, indo além das exportações de bens e estabelecendo depósitos, subsidiárias, adquirindo plantas locais preexistentes ou implantando suas próprias unidades de produção em países vizinhos, permitindo a diversificação de aplicações no plano interno e externo, para além de fusões e incorporações.¹⁶²

Particularmente nesta transição da década de 1970 para a década de 1980, vai haver um grande aumento nos fluxos de bens e capital entre o Brasil e a África. Se, por um lado, o Brasil exportava bens industriais, alimentos, automóveis, armas e serviços de infraestrutura, ele importava cada vez mais petróleo do continente africano, aumentando cada vez mais seus interesses não só no solo africano, mas também em suas águas. Foi neste momento, por exemplo, que a Braspetro, subsidiária da Petrobras, iniciou a exploração de petróleo no continente. Da mesma forma, a Companhia Vale do Rio Doce (Vale) deu início a seus trabalhos no território africano atuando no campo da mineração, e as empreiteiras Mendes Jr. e Odebrecht começaram a atuar na construção de estradas, pontes, portos e usinas hidrelétricas.

2.3.3 A redemocratização brasileira e seus processos econômicos internos

O Governo de José Sarney (1985-1990), primeiro presidente civil depois da tomada do governo pelos militares, manteve este padrão nas relações políticas e econômicas com o continente africano, a despeito de alguns percalços enfrentados devido à conjuntura externa. Demonstrando seu interesse no controle da região Atlântica, o Brasil, em 1986, aprovou no

¹⁶² Fontes, Op. Cit, p. 327. - Nomeadamente, são exemplos disso as Companhia Vale do Rio Doce, Metal Leve, Cofap, Prensas Schuler, Toga, Gerdau, Gradiente, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mangels, Sadia, Duratex, Embraer, Toga, Staroup, Aços Vilarés, Cotia Trading, Embraco, Forja Taurus, Hering, citadas por Goulart, Arruda e Brasil. GOULART, L.; ARRUDA, C. A. & BRASIL, H. V. A evolução na dinâmica de internacionalização. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 41, 1994, p. 37. *Apud* Fontes, 2010.

âmbito das Nações Unidas a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e deu início à institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Ambas iniciativas, no entanto, não tiveram continuidade neste momento. Apenas recentemente a CPLP, fundada oficialmente em 1996, voltou à pauta de interesse dos países envolvidos.

No início da década de 1990, com o Governo Collor, no entanto, esses interesses foram deixados de lado. Imersa no novo contexto neoliberal do continente, a diplomacia brasileira adota os princípios desta globalização e se volta novamente para o “Primeiro Mundo”, deixando de lado suas relações com a África.¹⁶³ No governo de Itamar Franco (1992-1994), poucos projetos se sustentaram. Esta postura foi em geral mantida também por Fernando Henrique Cardoso, que apenas no fim de seu segundo mandato, já num momento de reestruturação econômica e crítica generalizada por parte da sociedade ao modelo de “globalização assimétrica”. Com isto, o governo realiza uma sutil mudança de seu olhar em relação à África, já dando indícios de sua postura em busca da construção de uma melhor imagem para os observadores externos, o que viria a se intensificar e a ser abertamente assumido no governo seguinte. De acordo com Visentini¹⁶⁴:

[a] partir de 1995, o Exército Brasileiro participou ativamente das missões de *peacekeeping* da ONU em Angola e outras nações. Em 1996, o presidente Cardoso visitou Angola e África do Sul, o que levou a alguns acordos de cooperação em diversas áreas e em 1998 Mandela veio ao Brasil. Em 2000, Pretória assinou um acordo com o MERCOSUL. Ao mesmo tempo, a cooperação no campo de políticas públicas crescia de forma constante desde que o Brasil deu início a sua luta contra as patentes dos remédios para a AIDS, uma doença de proporções epidêmicas na África meridional.

Não por acaso, é neste contexto que o impulso tomado pelo capital brasileiro no sentido da sua internacionalização, bem como da readequação da economia do país às novas características da economia mundial, vão assumir sua forma mais concreta dentro do cenário político e econômico do país com a adoção da agenda neoliberal. Com base na presença de vários estímulos, tanto internos - com a experiência das privatizações e centralizações, seja por fusões ou aquisições, das empresas brasileiras, que deram continuidade ao padrão de associação entre o capital brasileiro e o capital estrangeiro - quanto externos - através do

¹⁶³ Este posicionamento pode ser claramente percebido quando se pensa, por exemplo, na evolução do corpo diplomático brasileiro no continente: em 1973, eram 25 os diplomatas brasileiros em território africano, tendo este número chegado a 34 em 1989, chegando em fins dos anos 1990 a 24. Cf.: Visentini e Pereira, Op. Cit.

¹⁶⁴ Visentini, 2010, Op. Cit., p. 70. – Tradução livre da autora do trecho: “From 1995 on, the Brazilian Army actively participated in UN peacekeeping missions in Angola and other nations. In 1996, President Cardoso visited Angola and South Africa which led to cooperation agreements in several areas and in 1998 Mandela came to Brazil. This visit indicated that the new South Africa was emerging as a relevant partner for Brazil. In 2000, Pretoria signed a framework agreement with Mercosur. At the same time cooperation in the field of public policies was growing steadily since Brazil begin its fight for breaking the patents of AIDS drugs, a disease of epidemic proportions in the Southern part of Africa.”

significativo montante de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) direcionados à economia brasileira – alterou-se a escala de concentração de capitais no território brasileiro. O setor produtivo do país passou por um profundo processo de desnacionalização – o que apenas corrobora com a afirmação de que o país se manteve “como *plataforma de expansão do capital multinacional* aqui sediado.”¹⁶⁵ Ao descrever o caráter da internacionalização realizada no Brasil, Sarti e Laplane afirmam que

[n]o caso brasileiro, a internacionalização teve como alvo o mercado interno, tanto pela maior presença das empresas estrangeiras, como pelo aumento do conteúdo importado da produção. No Brasil, o processo pode ser caracterizado como um processo de internacionalização do mercado doméstico.¹⁶⁶

Foi marcante na década de 1990, também no plano econômico, a elaboração do Plano Real, realizada por equipe organizada por Fernando Henrique Cardoso ainda no governo de Itamar Franco, no qual foi nomeado para o cargo de Ministro da Fazenda. A implementação do Plano, no entanto, se deu no início de seu governo (1995-2002), tendo como um de seus resultados a extensão do crédito – o que, conseqüentemente, fez com que o controle da inflação se tornasse prioritário na década de 1990.

Nesta nova etapa, caracterizada pela internacionalização da concentração de capitais, os interesses dos diferentes setores em relação à generalização das práticas desta política foram diversos e muitas vezes divergentes, dividindo-os de acordo com o grau e o ritmo que achavam que deveriam ser implementadas as mudanças, a forma como deveria ser feita a abertura da economia, ou parte dela, ao capital estrangeiro ou os subsídios do governo às produções latifundiárias privadas. Ou seja, o ritmo do processo de neoliberalização brasileira foi determinado pelas disputas do grande capital de origem brasileira que, nas palavras de Fontes¹⁶⁷, “*via no processo, também, uma possibilidade de alçar-se, ainda que de maneira dependente, ao novo patamar internacional de concentração*” – por isso, este ritmo foi menor do que aquele experienciado por seus vizinhos latinoamericanos. Ainda segundo a autora, “[t]ratava-se de garantir o novo salto no patamar da concentração através da captura de todos os recursos sociais, destinando-os à valorização do valor, no mesmo padrão predominante no cenário internacional.”

Pode-se dizer, portanto, que desde a década de 1990, o Brasil já poderia ser caracterizado por um novo padrão de acumulação de capital que, por mais que anteriormente

¹⁶⁵ Fontes, Op. Cit., p. 311. Grifos da autora.

¹⁶⁶ SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan./jun. 2002, p. 90.

¹⁶⁷ Op. Cit., pp. 333-334

já se apresentasse em um ou outro aspecto da economia brasileira, foi neste momento, nos anos 1990, que tal característica se mostrou evidente de maneira geral. Assim, ao fim da década de 1990, nas palavras de Fontes¹⁶⁸,

[a]s empresas industriais foram forçadas, pela exposição à concorrência internacional decorrente da abertura comercial e da desregulamentação dos anos 1990, a uma maior capacitação tecnológica e à obtenção de escalas mais competitivas, procurando se inserir em nichos de mercado, em geral, intensivos em recursos naturais. Entre os dois anos [1989 e 1997] observa-se um crescimento na participação das exportações dessas empresas nacionais, sobretudo calcadas na escala da produção, no acesso a recursos naturais e no uso de instalações tecnologicamente atualizadas. Essas características, entretanto, não correspondem a uma internacionalização avançada, que somente atingiria um grupo pequeno de empresas, sendo que algumas, inclusive, com importantes investimentos no exterior.

No entanto, apesar desta complexificação da estrutura produtiva brasileira, o país se manteve como um grande país exportador de produtos primários e produtos com uso intensivo de recursos naturais para países desenvolvidos – o que demandou ainda mais da África. Sarti e Leplane apontam ainda para a permanência daquilo que chamam de dois obstáculos “sistêmicos” para a economia brasileira, a saber, “*a deficiente capacidade de gerar inovações e a fragilidade de mecanismos de financiamento de longo prazo*”.¹⁶⁹

Nestas condições, em finais do século XX, completou-se o ciclo da industrialização brasileira e, em paralelo, também consolidou-se um amplo mercado interno – que já vinha, desde a década de 1970, passando por um processo de ampliação, com o aumento da demanda por bens duráveis, a partir da difusão do sistema de crédito - que passaria a ser o principal alvo tanto de capitais estrangeiros quanto dos nacionais¹⁷⁰.

2.3.4 A real face da expansão: a ocupação do território africano e compromissos políticos e econômicos

Na prática, esta aproximação vem se materializando, em uma ocupação territorial do continente pelo capital brasileiro. Em suas visitas ao continente africano, o governo brasileiro geralmente esteve acompanhado por grupos de empresários, que são incentivados a investir no continente.¹⁷¹ Estas visitas têm se desdobrado, por exemplo, na criação de centros brasileiros de ensino técnico, com a cooperação do Serviço Nacional da Indústria (SENAI)¹⁷²,

¹⁶⁸ Fontes, 2010. Op. Cit. p. 331.

¹⁶⁹ Sarti e Laplane, 2003. Op. Cit., pp. 91-92

¹⁷⁰ Fontes, 2010. Op. Cit., p. 332.

¹⁷¹ VISENTINI, 2010. Op. Cit.

¹⁷² O braço da cooperação tem contribuído para a atuação das empresas brasileiras na África, ao implementar programas de treinamento e formação de mão-de-obra local que possa trabalhar nos empreendimentos brasileiros. O SENAI tem se mostrado um importante ator neste sentido, já tendo colocado em funcionamento centros de formação profissional em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, sendo que o de Angola, em 2005, já

o envio de urnas eletrônicas para a votação em Guiné-Bissau (adiada devido à instabilidade política na região nos últimos anos) e o estabelecimento de uma indústria de medicamentos antirretrovirais que visa o combate da epidemia de HIV.¹⁷³ O IPEA¹⁷⁴¹⁷⁵ coloca da seguinte forma:

[n]a maioria dos casos, essas missões envolviam a participação de representantes do setor privado, o que comprova o novo aspecto da política externa do Brasil em relação à África. Esse dinamismo também serviu para fortalecer as relações entre o governo brasileiro e o setor privado. As visitas ao continente tinham não apenas um sentido simbólico, mas também serviram para atrair outros países sul-americanos para a África. O Mercosul tem atualmente dois acordos de comércio e cooperação no continente, um com o Egito e outro com países da África Austral.

Enquanto algumas vozes acusavam o governo Lula de *"desperdiçar dinheiro em um continente sem futuro"*, empresas brasileiras vêm ganhando cada vez mais espaço e reforçando suas presenças em território africano, tendo registrado um significativo aumento do comércio bilateral com os países do continente. É possível afirmar que nesta política com foco na África, os atores que de fato têm desempenhado um papel fundamental são estas empresas brasileiras, substancialmente favorecidas pela diplomacia presidencial, que incentiva o fortalecimento dos laços com as nações africanas também através deste canal.

Multinacionais brasileiras, organizações não governamentais e diversos grupos sociais do país vêm se interessando cada vez mais pelo terreno que o continente africano representa internacionalmente, passando a incluí-lo em suas agendas e planos tanto de curto quanto de médio e longo prazo. Mas não apenas elas, também pequenas e médias empresas (PMEs) brasileiras vêm se destacando no mapa do continente, como mostra a Figuras 2.5.

Nas palavras de Vilas-Bôas¹⁷⁶, *"[n]o governo Lula, a instalação de empresas brasileiras teve um papel importante nas relações com a África, pois foram vistas como instrumentos para fortalecer os laços com os países do continente, sendo favorecidas pela política diplomática presidencial."* Assim, não são apenas as missões diplomáticas que devem saltar aos olhos quando se pensa nessa dita renovada relação entre Brasil e África, mas também - e principalmente - chama atenção o aumento das missões empresariais ao longo de todo o governo Lula, que vem gerando um aumento no número de empresas brasileiras, principalmente aquelas que exportam serviços e, por isso, encontram-se instaladas

teve sua gestão transferida para o governo local. Estão previstos também a criação de centros de treinamento em São Tomé e Príncipe e Moçambique - visivelmente todos os membros da CPLP tecnologia. Ao mesmo tempo, deve sublinhar-se que importantes projetos de ciência e tecnologia conjuntos estão sendo implementadas em termos bilaterais e multilaterais e do IBAS. Cf.: MRE, Itamaraty: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>.

¹⁷³ Visentini, Op. Cit.

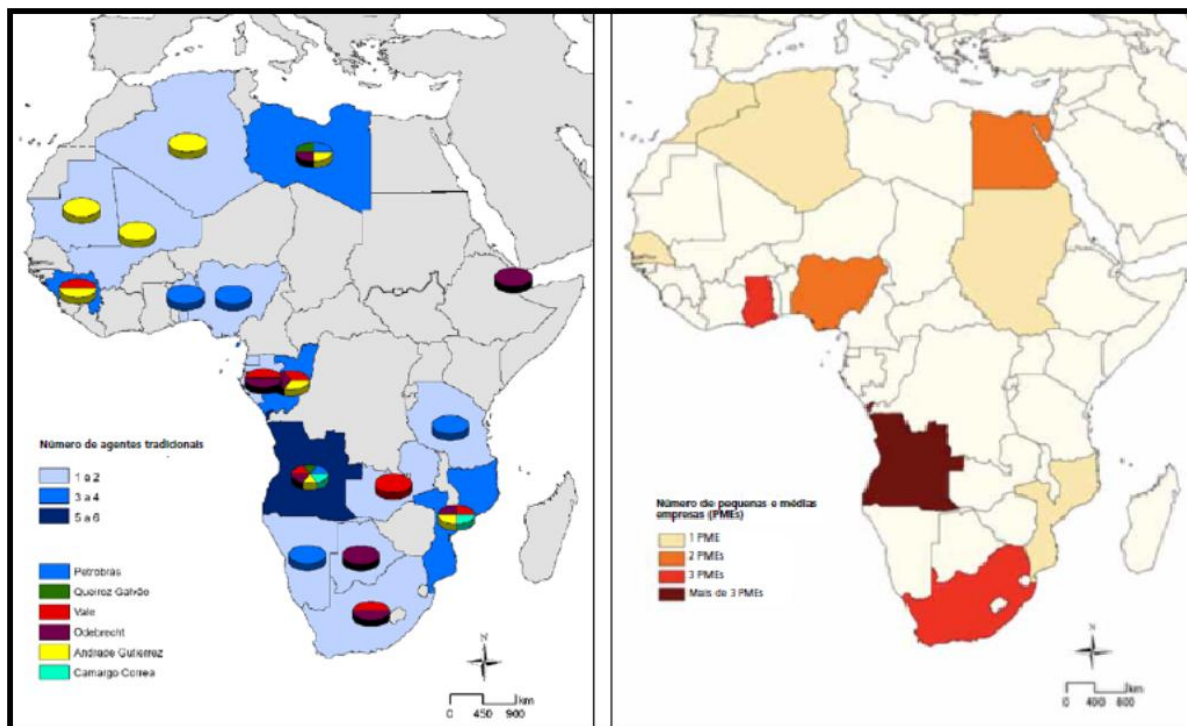
¹⁷⁴ 2010, p. 43.

¹⁷⁵ 2010, p. 43.

¹⁷⁶ VILAS-BÔAS, Júlia Covre. "Os investimentos brasileiros no governo Lula: um mapa". *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, v. 12, n. 128, nov-dez/2012, p. 3.

no continente. Entre as iniciativas da comunidade empresarial brasileira, destacam-se a presença da Companhia Vale do Rio Doce (Vale)¹⁷⁷, da Petrobras¹⁷⁸ e da Odebrecht.¹⁷⁹

Figura 2.5 - Empresas brasileiras na África e PMEs brasileiras na África



Fontes: IPEA e IPEA, 2011.

De acordo com o mapeamento dos investimentos brasileiros na África, realizado por Vilas-Bôas¹⁸⁰, as empresas brasileiras estão presentes em vinte e dois países do continente, sendo os setores mais consolidados os de mineração e construção civil, e o setor das PEMs e das franquias aquele com os maiores potenciais para o futuro. Segundo a autora, o setor de serviços também “se destaca, mas este é mais forte onde os investimentos em outras áreas

¹⁷⁷ A Vale tem, desde 2009, um projeto tão grande quanto questionado de 1,3 bilhões de dólares na área de exploração de carvão em Moçambique, que agrega mais de 20 empresas e que, segundo planejamentos, projetará o país como o segundo maior produtor do continente, ficando atrás apenas da África do Sul. Cf.: Visentini, Op. Cit.; Vilas-Bôas, Op. Cit.; e “O neocolonialismo brasileiro em Moçambique”. Disponível em <<http://www.dialogosdos povos.org/es/articulos/169-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique.html>>.

¹⁷⁸ A Petrobras está presente na África desde os anos 1970, quando chegou a Angola. Na Nigéria, onde atua desde 1998, vários investimentos foram feitos em 2008 para ampliar a participação da empresa no país - uma vez que é um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Além disso, é notável que durante todo o governo Lula, a Petrobras ampliou suas ações e investimentos para outros quatro países: Tanzânia (2004), Líbia (2005), Moçambique (2006) e Senegal (2007). É também relevante mencionar o acordo que a Petrobras tem com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), Moçambique empresa estatal, também contempla pesquisa e produção de biocombustíveis - iniciativa que foi totalmente incentivados pelo governo brasileiro na promoção da revolução “dos biocombustíveis”. Cf.: Visentini, Op. Cit.

¹⁷⁹ Odebrecht tem contribuído em uma série de obras espalhadas pelo continente, incluindo a execução de usinas hidrelétricas, como a de Angola, com o apoio do BNDES. Cf.: *Ibidem, id.*

¹⁸⁰ Op. Cit.

são mais significativos."¹⁸¹ No que se refere aos destinos destas empresas, a despeito da variedade de países nos quais elas estão presentes, destacam-se África do Sul, Angola, Líbia e Moçambique, o que mostra uma certa concentração dos investimentos na África Austral.¹⁸²

De maneira geral, também as relações comerciais entre o Brasil e o continente africano cresceram desde o primeiro ano do governo Lula (Tabela 2.1), passando

de US\$ 5 bilhões, em 2002, para US\$ 25,9 bilhões, em 2008, tendo sofrido uma retração em 2009, em consequência dos efeitos da crise econômica mundial. O decréscimo, porém, foi seguido de rápida recuperação em 2010, ano em que o volume de comércio cresceu 240%, alcançando a cifra de US\$ 25 bilhões. Em termos comparativos, o montante equivale à metade do intercâmbio brasileiro com a China, de acordo com dados apresentados no Financial Times. Para o continente africano, por sua vez, o Brasil aparece como o 11º parceiro comercial.¹⁸³

Tabela 2.1 - Comércio do Brasil com o mundo, a África e a África Subsaariana (2000-2010) - em US\$

	2000	2001	2002
Mundo	110.969.460.353	113.888.349.663	107.681.303.968
África	4.252.876.098	5.319.020.146	5.036.174.214
África Subsaariana	2.054.751.728	3.275.132.745	3.009.938.102
	2003	2004	2005
Mundo	121.528.871.507	159.512.859.906	192.129.063.582
África	6.149.551.057	10.425.741.453	12.630.456.924
África Subsaariana	3.759.498.378	6.498.713.052	7.072.242.226
	2006	2007	2008
Mundo	229.148.973.892	281.269.740.902	371.139.076.664
África	15.536.861.331	19.903.591.657	25.919.298.556
África Subsaariana	10.158.141.627	13.128.537.975	16.877.688.204
	2009	2010	
Mundo	280.642.073.593	383.563.775.541	

¹⁸¹ *Ibidem, id.*, p. 4.

¹⁸² Ainda segundo a autora, destacava-se também como importante foco dos investimentos brasileiros no continente a Líbia, destoando deste padrão apresentado. No entanto, estes dados foram analisados antes dos acontecimentos de 2011, havendo a possibilidade de este cenário ter mudado.

¹⁸³ GOULART, Mayra. "Assimetria e solidariedade: um aporte sobre os novos rumos da política externa brasileira". Breviário de Filosofia Pública, n. 19, set/2010. L(E)H/UFF, p. 70.

África	17.152.899.842	20.407.917.230
África		
Subsaariana	11.036.725.854	12.190.937.300

Fonte: Fonte: Elaborada pelo IPEA com base em informações do banco de dados da UN Comtrade (<http://comtrade.un.org/db/>)

No que diz respeito às exportações brasileiras, estas também podem indicar os interesses por trás da mudança estratégica da política externa do país: em 2000, 38% desse fluxo se destinava aos países ditos em desenvolvimento, taxa que ao final da década chegou a 57%. Por outro lado, os Estados Unidos – que por muito tempo ocuparam posição de destaque tanto para as ações diplomáticas quanto comerciais do Brasil – deixaram de representar 25% da pauta exportadora do país, como faziam em 2000, para se tornar o destino de apenas 10% das exportações brasileiras.¹⁸⁴ Também os comércios bilaterais se desenvolveram, confirmando a tendência brasileira a se tornar um exportador de capital e tecnologia para o continente, principalmente nestes últimos anos em que a África tem se mostrado um mercado promissor para dar vazão ao aumento das produções brasileiras. Além destes, alguns dos setores de mercados mais destacados são máquinas, equipamentos, suprimentos médicos, plásticos, eletrônicos, informática e alimentos, também representados entre as pequenas e médias empresas.¹⁸⁵

Da mesma forma, desde 2008, o Brasil vem tendo uma importante atuação dentro da ONU na defesa da importância potencial da produção de biocombustíveis como uma oportunidade de desenvolvimento não apenas para si mesmo, mas também para os países africanos, condenando as barreiras comerciais que impedem o desenvolvimento agrícola no continente.¹⁸⁶ Estes intercâmbios não se limitam à área de energia, mas também estão sendo estabelecidos em outras áreas, como na agricultura e na medicina tropical. No que se refere estas duas áreas, por exemplo, Brasil e a África – em especial a África Subsaariana – têm de fato um grande potencial de intercâmbio de conhecimentos, tendo em vista as semelhanças não apenas climáticas, mas também no que diz respeito à composição dos solos, o

¹⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁵ Visentini, Op. Cit.

¹⁸⁶ Não apenas a área de petróleo e gás se mostra grande potencial de troca de conhecimento entre a África – e, em particular a África subsaariana – e o Brasil: também importantes possibilidades de trocas aparecem nas áreas de carvão mineral, biocombustíveis e energias - hidrelétrica, eólica, solar e nuclear.

comportamento das marés, os padrões pluviiais, assim como outras condições geofísicas, inclusive o mesmo tipo de petróleo.

Vale pontuar que a disputa geopolítica pelo petróleo na África tem origem nas preocupações internacionais com a instabilidade dos países de maiores reservas mundiais, localizados no Oriente Médio.¹⁸⁷ Além do petróleo, no entanto, destacam-se outros fatores para essa renovação do interesse geopolítico e estratégico brasileiro sobre o domínio concreto do Sul do Oceano Atlântico que, como apresentado, já vem se manifestando desde meados do século XX: além dessas águas consistirem até hoje na principal rota de comércio entre as costas do Atlântico Sul e as do Oceano Índico, há que se ressaltar que, desde 2009, a 4ª Frota da Marinha norte-americana – aquela responsável por operações exatamente no âmbito do Atlântico Sul – foi reativada, o que torna a “ocupação” do espaço atlântico uma questão não apenas de segurança, mas inclusive de soberania nacional.¹⁸⁸

2.4 Em busca de um lugar ao sul: discurso como estratégia de expansão e dominação do capital brasileiro

No presente capítulo apresentamos brevemente um histórico das relações entre Brasil e África, já inseridas no contexto sistêmico do imperialismo contemporâneo. Neste sentido, é importante chamar atenção para o fato de que ambas as regiões entram neste cenário tardiamente, quando as estruturas de poder já estavam estabelecidas. É por esta razão que tal inserção vai se dar a partir de uma posição marginalizada e subalternizada dentro da dinâmica do funcionamento deste sistema-mundo.

Conforme foi apresentado, o Brasil passou pelos processos de independências jurídica e política cerca de um século antes de tais independências terem início na África. Assim, de acordo com a perspectiva adotada pelo presente trabalho, é ainda em meados do século XX que o capital brasileiro vai dar seus primeiros sinais de expansão e internacionalização. Este

¹⁸⁷ Cf. BUTTS, K.e BANKUS, B. China's Pursuit of Africa Natural Resources. June, 2009, vol 1-09. Collins Center Study: Center for Strategic Leadership, US Army War College. Disponível em: <http://www.csl.army.mil/usacsl/publications/CCS1_09_ChinasPursuitofAfricasNaturalResources.pdf mar. 2011>. A Petrobras encontrou o mesmo tipo de petróleo extraído da Bacia de Campos (Rio de Janeiro/Brasil) em Obgja (Estado de Bayelsa/Nigéria). – fonte: Entrevista com representante da Petrobras realizada em dezembro de 2010. Devido às semelhanças geofísicas das suas regiões, o petróleo encontrado dos dois lados do Atlântico, o petróleo encontrado no Brasil apresenta características muito semelhantes às dauele encontrado na África, o que facilita a exportação de tecnologias e conhecimentos úteis para o continente africano.

¹⁸⁸ Para análises mais aprofundadas sobre as questões de interesses estratégicos e geopolíticos das águas atlânticas, cf.: Cf. CASTRO, Terezinha de. “O Atlântico Sul: contexto regional”. Defesa Nacional, 714, 1984, p. 91-109. MANDUCA, Paulo César S. As relações Brasil-África do Sul. Campinas: Unicamp, 1995. Dissertação de Mestrado. DECUADRA, Daniel Rötulo. Geopolítica, política externa e pensamento militar brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990). Rio de Janeiro: PUC, 1991. Dissertação de Mestrado.

processo de desenvolvimento brasileiro foi caracterizado desde aquelas independências por um tradicional alinhamento político e econômico com os países do assim chamado “norte global”, bastante fincado nas relações de cooperação norte-sul.

Desta forma, as relações entre Brasil e África depois das independências passam a se orientar predominantemente em função dos interesses de expansão e dominação por parte do capital brasileiro. Este processo de retomada dos laços, antes marcado pelos braços coloniais, vai ser renovado na segunda metade do século XX, com o Brasil já buscando se inserir dentro da lógica do imperialismo internacional contemporâneo. O país começava a olhar para os lados com o objetivo de buscar novos espaços para dar continuidade e ampliar o movimento de expansão do seu capital. Numa clara evidência de que as questões políticas e econômicas, não apenas na teoria, mas também na prática, se encontram intimamente relacionadas, é possível perceber que não é por acaso que todos os momentos reconhecidos pela historiografia em geral como de “aproximação” política entre estes dois atores ocorreram em momentos de expansão do capital brasileiro.

Com a postura expansionista brasileira já colocada de maneira explícita desde os primeiros anos do século XXI, a África passa a ocupar uma posição de destaque no planejamento externo brasileiro e em seus projetos para o desenvolvimento e crescimento relativo internacional, não apenas de curto, mas também de médio e longo prazo – indicadores econômicos, como volumes de capital e de investimento, por exemplo, apontam para este novo olhar interessado do Brasil sobre a África.

Esta mudança de postura, na realidade, se insere dentro de uma mudança estratégica maior de virada ao sul: o Brasil, desde o início do governo Lula, afirma ter a intenção de se juntar a outros países também em situação de desenvolvimento, no intuito de unir forças e angariar apoios para fortalecê-los internacionalmente enquanto grupo e poder, com isto, reivindicar mudanças estruturais na configuração da organização internacional para que este grupo de países - incluindo a si mesmo - tenham maiores possibilidades de manifestarem-se e maior poder de negociação, decisão e influência no que diz respeito às relações internacionais – ou, o que vem sendo chamado por sua diplomacia de “uma nova ordem mundial”. É claro, almeja-se também dentro disso, de uma maneira mais discretamente colocada, um papel de liderança do Brasil frente a estes países em desenvolvimento dentro deste contexto sistêmico internacional.

No entanto, o Brasil ainda ocupa uma posição de país “em desenvolvimento” internacionalmente e é justamente por isso que certos autores vão classificá-lo como uma nova forma de imperialismo, decorrente da complexificação das relações sociais, políticas e

econômicas entre os países, principalmente depois das mudanças na configuração internacional em fins do século XX. Assim, de acordo com a perspectiva assumida no presente trabalho, papel que a diplomacia brasileira vem representando na África é o de facilitador da expansão para exploração e dominação por parte do capital brasileiro sobre território africano, ao promover empreendimentos empresariais brasileiros no continente.

Esta relação, no entanto, tem também outras faces que podem parecer muitas vezes contraditórias, mas que quando lidas a partir do presente aporte teórico, podem ser facilmente compreendidas. É o caso da questão do refúgio dentro do Brasil. Segundo o próprio discurso difundido pelo governo brasileiro, a grande diferença entre este movimento de aproximação da África realizado pelo Brasil em relação a todos os outros – seja por parte dos países do “norte global”, seja por outros incluídos nesta lógica “sul-sul” das relações internacionais – é exatamente sua preocupação com aspectos *outros* desta relação, como as proximidades culturais, sociais e históricas, e não apenas aqueles políticos e econômicos. Partindo do que chamam de princípios de cooperação, como o desenvolvimento humano e a solidariedade internacional - que, como apresentado, nada mais são do que mais uma faceta da expansão de tipo imperialista por parte do Brasil – o governo brasileiro e seu corpo diplomático vêm se apresentando internacionalmente como um país receptivo não apenas para os capitais e para as commodities internacionais, mas também para a população estrangeira que se interesse pelo país.

É neste sentido que analisaremos no próximo capítulo, as relações entre Brasil e África a partir de sua face do refúgio, ainda com no intuito de contrapor o discurso e as práticas brasileiras em relação à questão, com foco específico na experiência dos indivíduos de origem africana que chegam ao Brasil com o objetivo de pedir refúgio.

3 Refúgio: enquadramento legal e o deslocamento social

*“As fronteiras do mundo todo se escancaram cada vez mais ao capital financeiro e às mercadorias, à tecnologia de ponta e aos serviços em geral, convertendo o planeta numa aldeia. Por outro lado, a política migratória com suas leis restritivas e controles rígidos endurece cada vez mais em relação aos sonhos e aos projetos dos trabalhadores.”*¹⁸⁹

Como foi apresentado no capítulo anterior, o Brasil desde a primeira década do século XXI tem se voltado na esfera de suas relações internacionais para os países do “sul global”, ou ainda para os chamados “países em desenvolvimento”, aproveitando o espaço que tem ganhado nesta última década e a boa imagem que vem construindo dentro da comunidade internacional graças a seu crescimento econômico e sua estabilidade política interna. De acordo com seu discurso diplomático, esta iniciativa tem sido reforçada no intuito de unir forças, compartilhar experiências e, com isso, construir um caminho sustentável que possa levar esta organização entre Estados a uma nova configuração – uma “nova ordem mundial” –, construída “de baixo para cima”, tendo como prioridade a valorização do desenvolvimento humano, e não o econômico, e cujos princípios fundamentais seriam a cooperação e a solidariedade internacionais.

Para cumprir tal meta, além de fortalecer os laços com esses novos parceiros do sul, o Brasil tem se empenhado fortemente em construir e consolidar uma boa imagem de si mesmo no âmbito internacional, de modo a garantir uma boa “reputação internacional”.¹⁹⁰ Dentre outras ações, o exército brasileiro tem participado de diversas missões de *peacekeeping*, além de ajudar em missões de mediação de conflitos fora do território brasileiro. Um destes aspectos que o país tem se empenhado em desenvolver e publicizar é sua reputação de país receptivo e acolhedor. Principalmente neste momento de crescimento econômico - por mais que moderado, ainda relativamente constante –, é importante para o país atrair imigrantes e, como particularmente tem sido seu foco, imigrantes qualificados. Na esteira de todo esse

¹⁸⁹ Cf.: MNDH, DhESCA, MISEREOR, PAD. "Direitos Humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas. Passo Fundo, 2012. Disponível em: <<<http://oestrangero.org.files.wordpress.com/2012/12/direitos-humanos-brasil-3.pdf>>>.

¹⁹⁰ MEDEIROS, Sabrina Evangelista. Modelos de reputação internacional e paradigmas de política externa. *Contexto internacional*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, Dec. 2011 .

processo, no entanto, abrem-se as portas também para aqueles “indesejados”, dentre os quais se encontram os refugiados. Neste sentido, em recente entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, o professor do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), Hélión Póvoa Neto, afirmou que “[o] Brasil jamais será jogador global se não for também na imigração” e em seguida ele adverte que a “imigração não é uma torneira que a gente abre para deixar passar só as gotinhas que a gente quer”.¹⁹¹

A despeito do reconhecido avanço em termos internacionais de sua legislação para o tema, a realidade de recepção de refugiados é ainda bastante recente para o Brasil, tendo seu crescimento numérico chamado atenção apenas no início do século XXI. No entanto, desde o princípio, as nacionalidades que mais procuram proteção no Brasil têm origem na África.

Seguimos aqui a intuição de Patarra¹⁹², segundo a qual os interesses atuais do país, a saber, de liderança regional e internacional e de inserção nos organismos internacionais da globalização, fazem com que o atual momento do país seja de reforço e sedimentação da imagem de país de imigração, receptivo. Isto se dá, por exemplo, através de políticas, decretos, regulamentações, dentre outros, que voltam-se à ampliação do alcance do debate sobre o tema das migrações no Brasil, englobando não apenas os três poderes, mas também e principalmente a sociedade civil organizada e os movimentos sociais.

Neste sentido, com base na percepção da crescente importância do tema para a política externa brasileira e para entender um pouco melhor a relação entre estes dois atores a partir da perspectiva do refúgio, realizaremos neste capítulo uma breve exposição histórica e contextualização social do continente para mostrar um pouco da realidade que faz com que esses indivíduos cada vez mais saiam de suas pátrias e atravessem um oceano - em que pese a dificuldade de se realizar tal conexão, ainda mais sem documentos, como se dá na maioria dos casos – para buscar abrigo em um outro solo e sociedade até então desconhecidos. Em seguida analisaremos o processo de recepção destas pessoas no Brasil para tentar entender de que forma esta face da complexa relação entre ambos pode acrescentar a para a avaliação da anunciada mudança na postura brasileira dentro do cenário internacional neste novo século, sobre a qual viemos falando até aqui.

3.1 África

¹⁹¹ Entrevista disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,perfil-do-pais-exige-nova-relacao-com-imigrante,874627,0.htm>

¹⁹² PATARRA, Neide Lopes. “O Brasil: país de imigração?”. *E-metropolis*, n. 9, ano 3, junho/2012.

A África é uma terra de contrastes, tanto do ponto de vista geográfico e histórico quanto do ponto de vista cultural, sociopolítico e econômico. Esse contraste acentua-se ainda mais por haver pouca integração pela língua, pela moeda e pelo mercado, pelo Estado ou pelas próprias religiões.¹⁹³ Gigante no tamanho, com seus 30 milhões de km², jovem pela idade e sua população e pela data de nascimento de seus Estados, ela é o local da origem do homem, estando marcada por tradições ancestrais que remontam aos primórdios da humanidade. Esses contrastes e ambiguidades são ainda mais importantes principalmente porque a África é o lugar das mobilidades humanas, espaciais e culturais, das contribuições sucessivas das civilizações, feitas por sedimentação e, às vezes, por fusão. Como lembra Hugon,¹⁹⁴

[a] história da África não começa com as descobertas e a colonização. Ela é fortemente contrastante segundo as regiões e segundo os períodos. A ausência de documentos escritos torna sua reconstituição muito fragmentária. A história de longa duração pré-colonial e colonial mostra alternadamente as permanências e as rupturas das sociedades africanas no plano dos valores e das representações, da configuração espacial, do papel das redes comunitárias, familiares e étnicas. A África periférica e os africanos suportaram histórias impostas, mas também as reinterpretaram, as reivindicaram e as introjetaram.

A partir do século XV, a expansão econômica e a modernização capitalista da Europa vão levar seus países a estabelecerem fortes e entrepostos ao longo da estreita costa africana, ou seja, pontos fixos de comunicação com o continente. Entre o século XV e o século XVIII, Portugal, Inglaterra, França, Holanda, Dinamarca, Suécia e Brandeburgo haviam se estabelecido de alguma forma na costa africana, em particular na Costa do Ouro¹⁹⁵.

Hugon sintetiza em quatro traços gerais comuns a todos os sistemas coloniais que conhecemos em nossa história: (i) o estabelecimento de uma administração sob a forma de

¹⁹³ “*Estima-se em 850 (Murdoch) o número de sociedades, falando aproximadamente 1.500 línguas. A África tem uma história política muito rica; experimentou todas as formas de organizações sociais e políticas, desde modelos fortemente centralizados até sociedades segmentárias, desde o controle dos grandes espaços sahelianos até o controle de espaços limitados. As sociedades africanas conhecem formas de Estado e de poder, ‘necessidade graças à qual toda sociedade consegue lutar contra a entropia que a ameaça de desordem’. No entanto, existiam mais líderes (leaders) do que governantes (rulers).*” In: Hugon. Op. Cit., p. 19-20.

¹⁹⁴ Hugon, 2010. Op. Cit., p. 27

¹⁹⁵ Atualmente faz parte do território de Gana. Neste primeiro momento, no entanto, a “ocupação” se limitou à região costeira, pois ela conseguia dar conta das necessidades de comércio européias, que, neste momento, tinham como principais focos o marfim, o ouro e os escravos, sendo os principais fornecedores de tais itens intermediários africanos. Esta ocupação limitada também era reforçada por características geofísicas da região, pois após essa estreita faixa de contato costeira, na qual se estabeleceram os europeus depois do século XV, o terreno do continente se eleva muito rapidamente a uma altura bastante acima do nível do mar, o que dificultava enormemente qualquer pretensão de penetração. Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. *Africa – The Politics of Independence and Unity*. Lincoln e Londres, University of Nebraska Press, 2005, v. 1. RODNEY, Walter. *Cómo Europa subdesarrolló a África*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011. “*Apesar do poderio técnico dos exércitos coloniais, a conquista se defrontou com dois obstáculos: as dificuldades de transporte, seja no Saara ao norte, seja nas penetrações litorâneas, e as doenças tropicais, principalmente a malária. A rainha de Madagascar, Ranaivalona I, dizia que a falta de estradas e a malária eram a melhor proteção contra os invasores.*” In: HUGON, 2010, Op. Cit., p. 23.

indirect rule ou de administração direta; (ii) a apropriação de terras; (iii) a dominação do capital mercantil, que se valoriza a custa do capital produtivo; e (iv) o estabelecimento de um pacto colonial entre a metrópole e suas colônias. Ainda segundo o autor, como consequência do processo de colonização,

[c]onstata-se uma redefinição das estruturas de poder, seja pela emergência de novas elites que antigamente faziam parte dos grupos dominados (hutus em Ruanda e no Burundi, bantos do Alto-Oubanqui, ibos na Nigéria), seja pelo jogo de alianças das chefias com os administradores. O desapossamento cultural ocasionou uma mudança de língua ou de denominação dos lugares, mas possibilitou igualmente o acesso a áreas linguísticas internacionais e se traduziu numa mestiçagem, atestando as capacidades de apropriação resistência, astúcia, hibridismo ou reinterpretação. O sistema colonial, sobretudo francês, oscilou entre a diferenciação, a sujeição e a assimilação.¹⁹⁶

A questão das fronteiras impostas¹⁹⁷ foi sempre importante para se compreender a dinâmica colonial e pós-colonial. Nas palavras de Pourtier¹⁹⁸, “[n]a África a fronteira precede o Estado, e ele próprio precede a nação”. A fragilidade dos Estados foi exposta com os movimentos de independência, sobretudo orientados pelos interesses de uma nova elite, que surge com o sistema colonial europeu, mas que mantiveram em sua construção identitária uma diferenciação tanto em relação à ordem dos colonizadores quanto em relação à ordem tradicional dos colonizados.¹⁹⁹ As reconfigurações espaciais foram feitas a partir da preponderância dos pontos de ligação com a Europa, principalmente os portos. Assim, de maneira geral, após os processos de independência das colônias africanas as fronteiras artificiais criadas pelos colonizadores foram mantidas. Contudo, a falência do modelo estatal pós-colonial e a desvalorização do Estado pela ideologia liberal resultaram em fragmentações territoriais, que levaram a uma organização pouco estável em todo o território, com estas fronteiras sendo frequentemente contestadas e transgredidas.

Nas sociedades em que o Estado continua em processo de constituição e em que as redes étnicas e pessoais muitas vezes se sobrepõem à institucionalização do Estado, a crise econômica só agravou sua decomposição e a ajuda humanitária muitas vezes tem um papel perverso nesta cadeia²⁰⁰, sendo frequentemente instrumentalizada para alimentar a guerra ou monopolizada pelos poderes em detrimento da população²⁰¹. Sobre isto, Hugon²⁰² afirma:

¹⁹⁶ Hugon, 2010. Op. Cit., pp. 24-25

¹⁹⁷ Wesseling, Op. Cit.

¹⁹⁸ POURTIER, R. *Afriques noires*. Paris: Hachette, 2001 *apud* Hugon, Op. Cit. p. 20.

¹⁹⁹ Wallerstein, Op. Cit.

²⁰⁰ MOYO, Damvisa. *Dead Aid: why aid is not working and how there is another way for Africa*. Nova York: FSG, 2009.

²⁰¹ As ações humanitárias de urgência tornaram-se necessárias, mas, em longo prazo, a ajuda de urgência acaba substituindo a ajuda ao desenvolvimento, mantendo a situação de dependência da atuação externa para a manutenção da frágil estabilidade. Dentro da sociedade civil, as ONGs vêm desempenhando um papel crescente

[a] independência política fez dos Estados africanos atores internacionais soberanos, mas não mudou radicalmente, no início, o sistema econômico. A África estava numa situação de grande dependência econômica cujos indicadores eram uma taxa elevada de abertura, pouca diversificação das exportações e uma polarização das relações comerciais em torno das antigas metrópoles. O grosso dos produtos energéticos, dos bens intermediários e de equipamento, da mão de obra qualificada e dos quadros procedia do exterior. As empresas e as administrações estrangeiras tinham um peso determinante nos setores-chave bancários, comerciais, industriais e de transportes.

Os novos Estados-nacionais independentes eram, em sua grande maioria, fracos no que se refere a suas instituições e poderes. Tendo o continente experienciado uma diversidade de regimes, a maior parte dos países adotou o sistema de partido único.²⁰³ No entanto, este modelo pós-colonial se esgotou rapidamente, destruindo as bases de construção de um Estado desenvolvimentista e as estratégias de inserção nesse sistema, com a liberalização dos mercados, a estratégia de substituição de importações encontrou pouco espaço, além disso, a asfixia do modelo de exportação de produtos primários e não reprodução dos ecossistemas (diminuição do pousio, desmatamento, etc.), por diversos motivos, muitas vezes acabou por torná-los simplesmente em “cleptocracias”²⁰⁴. Estas chamadas heranças coloniais são essenciais para a compreensão da geopolítica africana atual.

Para a maioria das novas economias africanas, as tendências para acumulação de capital e exportações durante o início do período pós-colonial dependiam fortemente das atividades econômicas no setor agrícola. Na época da independência, a atividade manufatureira contribuía com menos de 10% do PIB na maioria dos países. Alguns poucos exportadores de petróleo conseguiam aumentar a poupança e exportar através da exploração mineral, mas a maioria dos países era predominantemente agrícola. Um objetivo central de grande parte dos governos pós-coloniais era o de promover uma rápida industrialização. O desafio básico era lidar com a relação entre agricultura e o resto da economia de modo a promover o crescimento agrícola e a permitir uma transformação estrutural em direção à industrialização. Entretanto, o continente também sentiu os programas de ajustes estruturais (SAPs, sigla de seu acrônimo em inglês) recomendados pelo Banco Mundial e pelo FMI, na década de 1990, caracteristicamente neoliberais²⁰⁵, que acabaram por desmontar os

no cenário político africano, no entanto, o humanitário e o urgente (bandeiras das ONGs) se tornaram captação de ajuda. A catástrofe, servindo-se de compaixão humanitária e privilegiando-se a caridade, guarda relação com a ascensão do liberalismo econômico e a incapacidade dos Estados para conseguirem segurança e equidade. Os Estados africanos estão pouco ligados às sociedades civis e mais às hierarquias sociais, de poder econômico e político. No conjunto, as esferas do religioso e do político se confundem e, de modo geral, o Estado prevalece sobre a Nação, sendo a ideia de cidadania ainda embrionária.

²⁰² Hugon, 2010. Op. Cit. p, 26

²⁰³ Wallerstein, Op. Cit.

²⁰⁴ *Ibidem, id.*

²⁰⁵ Apesar de terem contribuído para a recuperação econômica em alguns países, particularmente onde eles foram adequadamente financiados, dificilmente algum país conseguiu completar de forma bem sucedida seus

mecanismos de acumulação mediados pelo Estado. Além disso, não houve uma alternativa viável para mudar esta situação, e o que aconteceu foi que muitos países acabaram por não conseguir até hoje enfrentar as restrições estruturais que impedem o aumento da produtividade na agricultura, se mantendo em uma posição ainda subordinada e marginalizada dentro do sistema.²⁰⁶

Assim, a economia africana não logrou autonomia perante as outras relações sociais: ainda é grande a dependência de capitais, tecnologias estrangeiras e competências expatriadas.²⁰⁷ Como já foi apontado anteriormente, há ainda o fator de interesses externos pelo petróleo da região e por outros recursos naturais, como seus minérios. Além disso, as questões do acesso à água potável e da fome também figuram no quadro de preocupações pungentes do continente que se agrava ainda com as tensões geradas pela dita luta contra o terrorismo por parte das potências ocidentais, principalmente os países desenvolvidos. Com tudo isso, os conflitos internos e as lutas pelo domínio destes recursos apenas se intensificam.

Desta forma, no que diz respeito à segurança e paz do território africano, as guerras e conflitos multiformes internos remetam às estruturas de poder e organização colonial, bem como aos conflitos posteriores, já do período da Guerra Fria.²⁰⁸ Em ambos os momentos, a África foi repartida em blocos econômicos e esferas de influência de grandes potências do sistema internacional, a partir das quais elas passaram a ter acesso aos recursos do continente.²⁰⁹ A ocorrência das guerras civis e dos conflitos internos no continente negro marcou a segunda metade do século XX e início do século XXI (Tabela 3.1). Atualmente,

programas chegando efetivamente ao crescimento sustentado. Os ajustes deveriam ser um processo finito em que as políticas apropriadas, com ajudas, permitiriam que os países retomassem o crescimento e enfrentassem os problemas do desenvolvimento de longo prazo. Em nenhum outro lugar do mundo os programas de ajustes estruturais foram aplicados tão intensamente quanto frequentemente foi na África Subsaariana, mas mesmo no começo do século XXI, muitos países ainda se encontram enjaulados neste permanente processo de ajustes.

²⁰⁶ AKYUS, Y.; GORE, C. "African Economic Development in Comparative Perspective, Cambridge Journal of Economics, 25, 2001. O próprio conceito de desenvolvimento priorizado pelos atores envolvidos nestas questões internacionais – sejam os próprios Estados, seja a ONU ou mesmo outras organizações da sociedade civil organizada que tomam parte em diferentes frentes de lutas sociais – variou com o tempo. Para um pouco mais sobre um histórico destas discussões conceituais e o significado de cada uma delas, cf. FLORENCIO, S. "O Brasil E O Desafio Do Desenvolvimento Nas Nações Unidas". In: O Brasil e a ONU. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2008. Disponível em: <<http://funag.gov.br/biblioteca/>>; e CHANG, Ha-Joon. "Hamlet without the Prince of Denmark: How development has disappeared from today's development discourse". 2009. Disponível em: <<http://hajoonChange.net/downloads/pdf/HamletwithoutthePrinceofDenmarkrevised.pdf>>.

²⁰⁷ Cf. HUGON, Philippe, 2010, Op. Cit. pp. 69-70

²⁰⁸ MACHADO, Leticia Wittlin. "As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais". Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2012.

²⁰⁹ RODNEY, 2011, Op. Cit..

mais de 20% da população africana é afetada pelas guerras²¹⁰, sendo estas a principal causa da geração de refugiados no continente.²¹¹

Tabela 3.1 - Conflitos na África Subsaariana (1974 - 2011)²¹²

África Subsaariana	Conflitos
África Ocidental	
Libéria	1989-1996/1999-2003
Nigéria	1999-...
Serra Leoa	1991-2001
Costa do Marfim	2002-2007/2010-2011
Guiné-Bissau	1998-1999
Mali	1990-1996
África Central	
Congo-Brazzaville	1993/1997/1998-1999/2002
República Democrática do Congo	1997-2006
Burundi	1993-2005
Chade	1998-2002/2005-...
Ruanda	1990-1994
Camarões	1994
África Oriental - Chifre da África	
Sudão	1983-2005/2011
Etiópia	1974-1991/1998-2000
Eritreia	1998-2000
Djibuti	1991-1994
Somália	1991-...
África Centro Oriental	
Quênia	2007-...
Uganda	1993

²¹⁰ HUGON, Op. Cit..

²¹¹ Há que se ressaltar, no entanto, a permanência de um grande número de pessoas classificadas como deslocados internacionais oriundas do continente que têm como causa do deslocamento a fome, a miséria e as epidemias localizadas – estas são pessoas que entram no escopo de preocupação do ACNUR, no entanto, não se encaixam, em tese, na classificação estatutária de refugiados por não sofrer nenhum tipo de perseguição ou violação, como discriminado nos tratados e documentos internacionais.

²¹² MACHADO, 2012. Op. Cit.

África Austral	
África do Sul	1961-1994
Angola	1975-2002
Moçambique	1976-1992
Zimbábue	1981-...

3.2 Refugiados Brasil: outra face desta relação²¹³

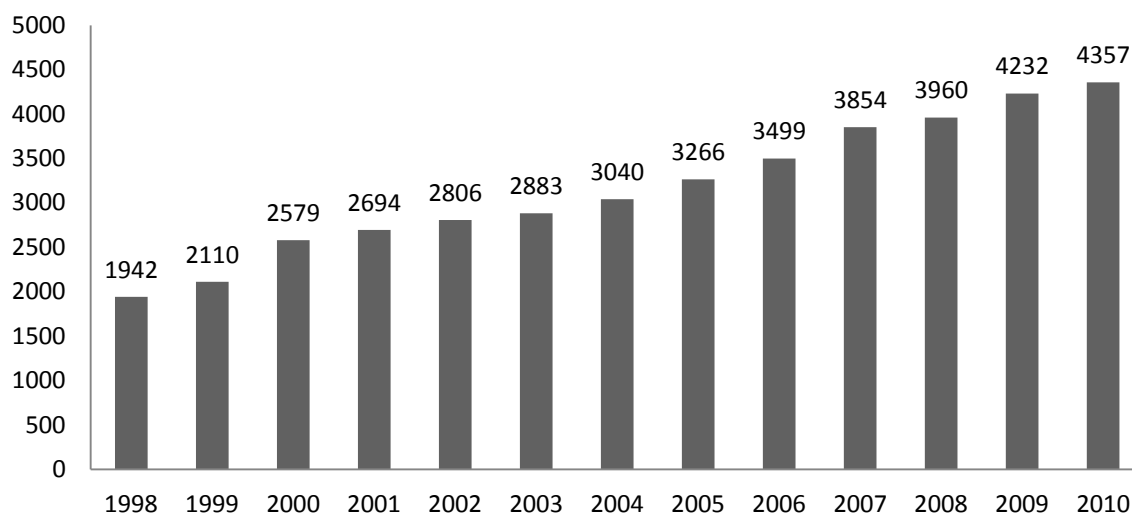
Como já marcado anteriormente, um importante pedaço da história recente brasileira teve a marca do regime ditatorial militar, nos mais diversos aspectos das relações sociais do país e principalmente no que diz respeito às questões políticas, econômicas e culturais – muito da herança desta época, como veremos, ainda pode ser percebido estrutura destas relações até os dias de hoje.

Ao longo de todo este período de ditadura militar, o Brasil não apenas não recebia refugiados²¹⁴ como os produzia, por conta da dinâmica ditatorial dos consecutivos governos. É apenas no final de 1992 que esta situação vai ser modificada: neste ano ingressam ao país 1.200 angolanos peticionários de refúgio, fugindo da guerra civil então em curso no país, além de outros originários da República Democrática do Congo (ex-Zaire), da Libéria e da antiga Iugoslávia – é importante ressaltar, para os propósitos do presente trabalho, a forte presença de africanos dentre os peticionários de refúgio no Brasil, desde o início desta “inversão” neste movimento migratório, tanto interna quanto externamente. Desde então esse número vem crescendo ano a ano, em especial a partir da virada do século XX para o século XXI, como mostra a Figura 3.1 a seguir:

²¹³ Onde não estejam explícitas as referências, foram utilizadas na elaboração desta seção anotações de aula do curso “Sistema Interestatal e Poder Global I”, ministrado pela prof. Vanessa Oliveira Batista no PEPI, e de eventos, em particular, o Seminário "O Direito dos Migrantes: O Novo Estatuto do Estrangeiro como uma Lei de Migração"; o "I Seminário de Educação em Direitos Humanos da Região Sudeste"; o III Curso de Direito Internacional dos Refugiados para Professores Universitários; a Consulta Pública sobre o Plano Estadual de Políticas de Atenção aos Refugiados; IV Fórum de Migração do Rio de Janeiro; a mesa redonda “Mudanças e Dilemas na Política Imigratória Brasileira” (IPPUR/UFRJ) e a VII Rodada Latino Americana: "Defesa Nacional, Política Migratória e Geopolítica da Economia Internacional" (LEAL/UFRJ).

²¹⁴ Inclusive, recentemente foi comprovado que o país rejeitou asilo àqueles que batiam em sua porta, até o momento em que o ACNUR resolveu intervir na situação. Cf.: “Brasil expulsou em cinco anos mais de mil refugiados no auge da ditadura no Cone Sul”: Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional.brasil-expulsou-mais-de-mil-refugiados-no-auge-da-ditadura-no-cone-sul,955140,0.htm>>.

Figura 3.1 - Evolução do número de refugiados reconhecidos no Brasil (1998-2010)



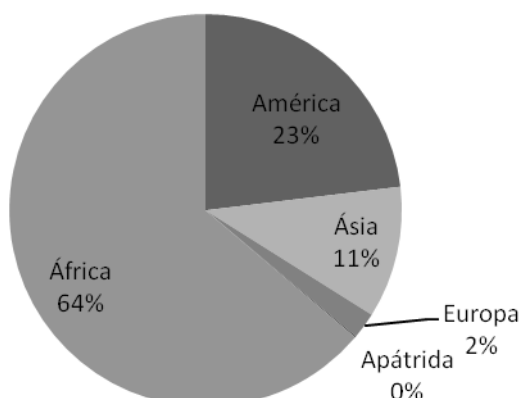
Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados coletados através do Conare/MJ e dos Relatórios ACNUR Tendências Globais 2009 e 2010

Segundo dados de dezembro de 2011²¹⁵, disponibilizados pelo Conare²¹⁶, viviam no Brasil 4.477 refugiados reconhecido como tal de 77 diferentes nacionalidades, dos quais 4.053 são reconhecidos por vias normais de elegibilidade e os outros 424 reconhecidos pelo Programa de Reassentamento. Destes, mais da metade eram oriundos do continente africano (Figura 3.2).

Dentre as cinco nacionalidades com maior representatividade numérica de refugiados reconhecidos no país, o primeiro lugar esteve até aquele momento ocupado por Angola (com 1686 refugiados); o terceiro é ocupado pela República Democrática do Congo (com 470 refugiados); e o quarto lugar é ocupado pela Libéria (com 258), ou ainda, dos 73,15% que as cinco nacionalidades mais numerosas representam do total de refugiados reconhecidos pelo Conare no país atualmente, 53,92% são africanos. Além destes, o segundo lugar é ocupado pela Colômbia e o quinto lugar é ocupado pelo Iraque (Figura 3.3).

²¹⁵ Apenas a título informativo, no dia 30 de junho de 2012, o ACNUR adotou a cláusula de cessação para refugiados originários de Angola e Libéria, com base na paz e na estabilidade alcançada naqueles dois países após sangrentas guerras civis. Na prática, isto significa dizer que os nacionais de Angola e Libéria que permanecerem no exterior não devem mais ser considerados como refugiados pelo ACNUR e pelos governos que os acolheram. As alternativas nestes casos são (i) repatriação voluntária, que continuará sendo assistida pelo ACNUR e Conare; ou (ii) integração local, com a concessão de visto permanente ou mesmo a naturalização no país que o acolheu. A expectativa é que esta segunda opção seja a mais escolhida, tendo em vista que a maioria dos refugiados destas duas nacionalidades que vivem no Brasil já está aqui há mais de 15 anos. Conta-se também com a experiência de 2007, quando foi promovida pelo ACNUR uma campanha de repatriação voluntária para angolanos que teve um resultado pouco significativo em termos numéricos de adesão.

²¹⁶ Os dados apresentados a seguir foram todos retirados do site do Conare e representam os últimos dados estatísticos publicados pelo Comitê sobre o tema. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7605B707ITEMIDE5FFE0F98F5B4D22AFE703E02BE2D8EAPTBRIE.htm>>.

Figura 3.2 – Refugiados por continente

Fonte: Conare/Ministério da Justiça

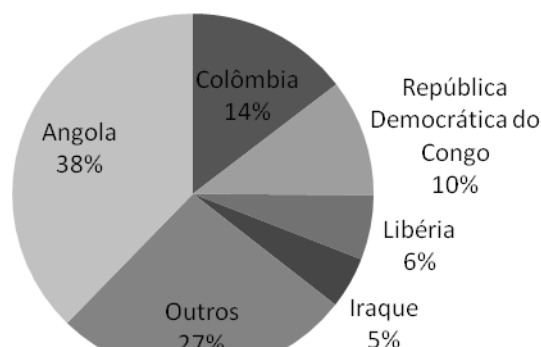
Obs.: Os números totais de refugiados por continente foram: 2.856 da África, 1.033 da América, 486 da Ásia, 97 da Europa e cinco apátridas.

Tendo em vista o seu tamanho, pode-se afirmar que o número de refugiados que o Brasil acolhe é proporcionalmente baixo - principalmente quando se tem uma das melhores legislações internas quando se trata do tema do refúgio²¹⁷. É importante, chamar atenção, perceber que este número, para o fato de que não passava de algumas dezenas na década de 1980, em 1998 já eram 1.942 e, apenas dez anos depois, em 2008, havia dobrado e já chegava a 3.960.

Além disso, é vale ressaltar o significado de uma diversidade tão grande de nacionalidades acolhidas pelo país: este dado representa um número grande de pessoas que tiveram problemas em seus países de origem, nas mais diferentes regiões do mundo, vem procurar no Brasil a possibilidade de integração a uma nova sociedade e reconstrução de suas vidas, procurando uma nova condição de cidadania – o que já pode ser um indício da imagem que o Brasil vem tentando construir internacionalmente, sobre a qual vimos falando.

²¹⁷ Apenas a título de comparação, o Paquistão foi o Estado que em 2010 – e não pela primeira vez - recebeu o maior número de refugiados em relação a sua capacidade econômica, acolhendo 1.900.621 pessoas nesta situação, segundo dados do ACNUR. É apenas neste sentido que ainda se pode se afirmar que os números brasileiros são pouco expressivos internacionalmente. Neste mesmo momento, o Brasil contava 4.477 refugiados sob sua proteção, quando o número total de migrantes forçados ao final de 2010 era algo em torno de 43,7 milhões – o maior número nos últimos 15 anos. Cf.: ACNUR Global Trends 2010, 2011.

Figura 3.3 – Nacionalidades com maior representatividade de refugiados



Fonte: Conare/Ministério da Justiça (2012)

Obs.: Não foram contados os apátridas para a realização do gráfico.

3.2.1 A questão do refúgio como instrumento simbólico para a política externa

Não há como negar o avanço normativo realizado pelo Brasil nas últimas décadas, e nem a importância simbólica – tanto interna quanto internacionalmente – do ato de se acolher pessoas que saem de seus países nas condições mais adversas e do consequente aumento do número de refugiados com *status* reconhecido pelo país, no entanto, tal como da mesma forma que há uma importante diferença a formulação de uma política, e a execução da mesma, há uma grande diferença entre a elaboração de uma lei e a efetivação dos direitos dos indivíduos. Tanto em um quanto em outro caso, o que vai definir a distância entre o discurso e a prática, em última instância, são os interesses do Estado em questão.

Neste sentido, é fundamental lembrar que, ao contrário das visões idealistas que pensam o direito enquanto um meio através do qual as sociedades poderiam chegar ao “bem comum”, ou como pura e simplesmente uma forma de dominação e exploração, este pode – e, diga-se de passagem, deve – ser visto como um instrumento não apenas racional, mas também histórico e político, utilizado para organizar determinada estrutura social, num determinado sentido e numa determinada direção. Ou seja, pensando-se no cenário interno, o direito também implica uma forma de ação e, conseqüentemente uma forma de luta e de resistência e, no âmbito internacional, não deixa de ser uma ferramenta política de negociação de espaços e que, portanto, uma legislação “aberta” ou “restritiva” também faz parte de um projeto político maior.

No caso, como já foi exaustivamente demonstrado no capítulo anterior, o Estado brasileiro vem ganhando importantes espaços dentro da dinâmica internacional e, com o crescimento de sua economia, tem tentado se posicionar como um modelo de desenvolvimento para outros países e, principalmente a partir do governo Lula, aproveitado tal oportunidade para valorizar sua reputação internacionalmente, não apenas entre os países desenvolvidos, mas também entre aqueles ainda em processo de desenvolvimento, galgando cada vez mais espaços em diferentes foros de discussões, organizações internacionais e também dentro das Nações Unidas.²¹⁸ Neste sentido, fatores como sua reputação pacífica ou mesmo seu histórico de participação em missões de *peacekeeping* da ONU auxiliam a valorizar sua imagem dentro da organização, que coloca como seus principais objetivos a promoção da cooperação internacional e a manutenção da segurança e da paz entre os países. Da mesma forma, o país tem se destacado dentro do ACNUR – que, como vimos, ocupa um importante espaço dentro da organização – como modelo normativo para toda a comunidade internacional, dado não apenas seu tratamento legal em relação à prática de acolhimento de refugiados internacionais, mas também, de maneira mais geral, pela valorização e pelo lugar de destaque que toda sua legislação – e não apenas aquela relativa às questões do refúgio – dá ao tratamento dos direitos humanos, *latu sensu*.

Vale lembrar que o discurso brasileiro na última década frente à comunidade internacional foi a de união dos países em desenvolvimento ou, as nações do Sul global para a cooperação internacional para o desenvolvimento, como base para se repensar a ordem internacional vigente e, finalmente, poder mudá-la. Neste sentido, a cooperação da qual o Brasil fala, não se refere ao modelo de assistência conhecido por este conjunto de países no último meio século – e inclusive vivenciado pelo Brasil enquanto país receptor dessa ajuda -, mas sim um *outro* padrão de cooperação para o desenvolvimento global, calcado na solidariedade internacional - ou na “não intervenção”, como fazia questão de sublinhar o ex-ministro Celso Amorim - e no “*princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade*”²¹⁹ – princípios estes que devem nortear as ações entre os Estados.

Ao se refletir a postura brasileira frente à questão internacional dos refugiados, portanto, não se pode deixar de lado o projeto de sua política internacional de se construir enquanto liderança regional – não apenas como uma referência na América Latina, como

²¹⁸ É notório o esforço da diplomacia brasileira em sua luta por uma reforma institucional das Nações Unidas, tendo como um de seus objetivos, garantir para o Brasil um assento enquanto membro permanente do Conselho de segurança – instância que detém maior relevância dentro da estrutura da organização. Para mais sobre os esforços do Brasil, cf. ALVES, J. A. Direitos Humanos E O Papel Do Brasil. In: O Brasil e a ONU. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2008.

²¹⁹ IPEA e Banco Mundial, 2011. Op. Cit.

também na África e, de maneira mais geral, como uma genuína liderança e representação do Sul global. Assim, fica claro o interesse do Brasil em se mostrar internacionalmente receptivo, não apenas aos refugiados, mas aos imigrantes de maneira geral. No entanto, é necessário se refletir também sobre até que ponto o país tem se mostrado disposto a assumir um compromisso institucional e prático frente a estas questões. Isto porque, a realidade das migrações, de maneira geral, é muito mais complexa do que aquelas apresentadas pelas legislações internacionais e nacionais, de modo que as questões a ela relacionadas precisam de um tratamento que só pode ser dado na ação prática dos Estados e das sociedades envolvidas. Em outras palavras, para se compreender de fato a realidade das migrações e, mais especificamente do refugio em cada país, é necessário se olhar também para a realidade prática por ele vivenciada e não apenas para moldura legal que a estes atores se apresenta.

Antes de nos aprofundarmos nesta experiência, é importante chamar atenção para algumas características brasileiras que influenciam todo este processo e vivência. No que diz respeito às características geográficas do Brasil, gostaríamos de chamar atenção para um detalhe poucas vezes atentados quando se pensa as políticas de refúgio no Brasil que é o fato de o país ser fisicamente cercado por uma cordilheira, uma das mais densas florestas tropicais do mundo e um oceano (Figura 3.4). Estes são os limites demarcados do país que, a princípio pode parecer uma observação irrelevante, mas sua importância aparece quando se leva em consideração o caminho percorrido por um futuro solicitante de refúgio – que na maioria das vezes neste momento é apenas um indivíduo circulando pelo mundo de maneira irregular - até chegar ao Brasil com o objetivo de pedir proteção: o ponto que queremos ressaltar aqui é que o Brasil não é um país de fácil acesso, e ainda menos quando de maneira irregular, como é o caso da maioria dos refugiados que aqui chegam²²⁰.

Associada a esta questão, a segunda característica do país que gostaríamos de ressaltar antes de entrarmos na análise das experiências internas do Brasil é uma questão geopolítica: na América Latina o único território que se encontra atualmente em estado de conflito reconhecido internacionalmente é a Colômbia - mesmo assim, a despeito de já durar mais de quarenta anos, este conflito só foi assumido oficialmente pelo governo, de modo a permitir qualquer tipo de ação oficial por parte do ACNUR, muito recentemente – e mesmo os refugiados originários da Colômbia precisam atravessar a Floresta Amazônica em ambos os territórios para chegar a algum ponto de acolhida no Brasil. Pretende-se com isto ressaltar que também por questões da geopolítica latinoamericana, atualmente, o Brasil não se apresenta de

²²⁰ SOUZA, Fabrício Toledo de. "O caso Battisti e o caso dos refugiados congolezes: a justiça em termos de luta". Lugar Comum, n. 30, pp. 85-94.

imediatamente como um destino provável aos solicitantes de refúgio.

Sabe-se que o caminho percorrido por grande parte dos refugiados do mundo é na maioria das vezes trilhado em grupo e a pé, com duração de anos ou mesmo décadas, em busca por proteção em territórios limítrofes aos seus respectivos Estados de origem, tendo em vista a urgência da demanda.²²¹ Ou seja, de acordo com este quadro, o Brasil não se mostra como primeira opção para nenhum dos territórios que atualmente dão origem a populações em busca de refúgio.

3.2.2 Questão conceitual: mais dificuldades

Além das dificuldades físicas mencionadas, há também uma questão conceitual: se no âmbito legal é importante ter bastante delimitada a definição de refugiado, realizando a diferenciação entre este e outras categorias de imigrantes, para que se possa oferecer proteção específica para cada caso, como já colocado acima, a realidade se mostra sempre mais complexa do que essas delimitações legais²²². As questões que surgem a partir de tal descompasso têm de ser resolvidas pelas autoridades responsáveis por lidar com a recepção dos imigrantes em território nacional. Há, portanto, que se ressaltar aqui os primeiros problemas encontrados pelos solicitantes de refúgio quando de sua chegada ao país, que decorrem da falta de preparo e conhecimento sobre o tema por tais autoridades: talvez pela quantidade de refugiados recebidos até hoje, o Brasil demonstra pouca preocupação em realizar treinamentos específicos para aqueles profissionais que têm que lidar com o tema, o que deixa nas mãos do agente da Polícia Federal responsável pela fronteira, quando é defrontado com uma situação como esta, a responsabilidade de dar conta de tais questões, até então por ele desconhecida.²²³

Neste sentido, aparecem, na prática, uma série de categorias não previstas pela legislação e com as quais as autoridades de fronteiras têm que lidar, como é o caso da

²²¹ De acordo com o Relatório do ACNUR Global Trends 2011, em 2010, 75% dos refugiados estavam em países vizinhos aos de suas origens.

²²² Esta complexificação imposta pelas situações concretas e a necessidade de expansão das categorias e dos conceitos vêm se mostrando clara, por exemplo, quando se percebe que nos últimos anos “o número de refugiados ‘estatutários’ (isto é, definidos pela Convenção de Genebra de 1951) diminui regularmente em favor dos deslocados internos (que abandonam sua localidade, mas permanecem no país por não poderem ser acolhidos no exterior) e dos refugiados cujos estatutos só dão direito a proteções temporárias: asilo territorial, humanitário e outros estatutos ‘subsidiários’.” Cf. AGIER, Michel. “Refugiados diante da nova ordem mundial”. Trad. Paulo Neves. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2

²²³ CDHIC, ESF. Brasil - informe sobre a legislação migratória e realidade dos imigrantes. São Paulo, CDHIC, 2011. Disponível em: <<http://www.cdhic.org.br/wp-content/uploads/2012/11/BRASIL-INFORME-SOBRE-A-LEGISLA%C3%87%C3%83O-MIGRAT%C3%93RIA-E-A-REALIDADE-DOS-IMIGRANTES.pdf>>. Numa atitude com viés penalizante, muitos agentes da Polícia Federal reclamam da impossibilidade de se prender os irregulares, justificando com este argumento a ausência de dados sobre o tema.

categoria de fluxos mistos, ou seja, movimentos migratórios compostos tanto por migrantes “voluntários”²²⁴ quanto por migrantes forçados, decorrente da percepção de que nenhum movimento migratório é “puro”.²²⁵ Além do surgimento de tal categoria, ainda existe, por exemplo, a ideia de refugiados econômicos, ou seja, aqueles que impossibilitados de satisfazer suas necessidades vitais por causa da ruína econômica de seu país vão procurar proteção e terreno em que possa sobreviver e se desenvolver em outro país.²²⁶

No caso brasileiro, como apresentado anteriormente, a lei não exige comprovação documental nem da nacionalidade e nem dos motivos alegados para que seja feita a solicitação do refúgio²²⁷, assim como conformado pelos princípios e tratados do Direito Internacional dos Refugiados e do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Por este motivo, costuma-se considerar suficiente a declaração feita pelo solicitante para que o pedido de refúgio seja reconhecido, aprovado e, posteriormente, avaliado com base nesta mesma declaração e nas investigações dela decorrentes²²⁸. No entanto, como coloca Souza²²⁹,

[u]ma vez que a lei brasileira – embora bastante generosa ao incorporar todas as garantias previstas no direito internacional – admite o refúgio apenas em relação às situações de evidente violência (fundado temor de perseguição, grave desrespeito a direitos humanos e apatridia), e deixe de fora situações tão dramáticas como a pobreza extrema, fome e os desastres ecológicos, é natural que muitos estrangeiros solicitem refúgio para regularizar seu deslocamento, mesmo que para isso tenham que denunciar violências das quais nunca foram de fato vítimas.

O rigor na concessão do refúgio, sob o pretexto de evitar fraudes pode significar irreversível injustiça, não só pela falibilidade do processo de análise e julgamento dos casos, mas também porque seria indesculpável ingenuidade – quando não cinismo – ignorar a relação entre as várias formas de privação e violência. Na maior parte das vezes será impossível perceber distinção significativa entre uma solicitação “falsa” de uma “verdadeira”, pois mesmo os congolezes que não estiveram sob a mira de uma arma, sentiram na pele a violência da guerra genocida que explodiu em suas cidades.

Com efeito, o que se tem percebido na realidade é o conceito ampliado e geral de defesa dos direitos humanos e, em particular, do direito dos refugiados sendo utilizados, como

²²⁴ O termo se coloca em oposição às migrações “forçadas”, ou seja, ao refúgio, no entanto, o grau de voluntarismo que leva uma pessoa a migrar ainda é causa de muita polêmica acerca de tal denominação.

²²⁵ Com a constatação de que os grupos de refugiados que chegam ao Brasil não são nem constantes e nem numerosos, é importante apontar aqui para a problematização também da categoria de “fluxos”.

²²⁶ Esta categoria ainda não foi internalizada por nenhum país, muito embora seja utilizada em alguns casos, como, por exemplo, no caso dos haitianos.

²²⁷ Em sua maioria, os solicitantes que aqui chegam, o fazem sem documento, apenas apresentando sua palavra às autoridades responsáveis pelo atendimento e pela avaliação de cada caso individualmente. Para mais detalhes, cf. SOUZA, Op. Cit.

²²⁸ O princípio aqui utilizado é próximo daquele utilizado, também em tese, pelo direito penal, ou seja, na dúvida, decide-se em favor do refugiado. “*O mais importante princípio a reger o instituto de refúgio, não só no Brasil, mas em plano internacional, é o princípio in dubio pro refugiado; ou seja, na dúvida decide-se em favor do refugiado, a exemplo do in dubio pro réu do direito penal.*” cf. SOUZA, Op. Cit.

²²⁹ Op. Cit., pp. 90-91.

diria Zizek²³⁰, para seu exato oposto, ganhando as práticas de imigração uma face humanitária, a despeito de seu conteúdo de segregação e exploração²³¹: aquela abrangência e amplitude conceitual que, em teoria, tinha como objetivo generalizar a proteção dos indivíduos que chegam ao território nacional brasileiro, dando margem para se ampliar o alcance de tal proteção e expansão dos limites das leis e instituições, na realidade tem sido concretizada como forma de se restringir a entrada e a proteção por parte do Estado brasileiro àqueles indivíduos que chegam ao Brasil pedindo proteção. Nas palavras de Souza²³²,

[a]qui se trata menos de reivindicar a ampliação da condição de vítima daqueles indiretamente atingidos ou para aqueles vulneráveis (as virtuais e potenciais vítimas), e mais de indicar o quanto pode ser irrelevante (para não dizer injusto) distinguir entre os que são verdadeiramente refugiados do que apenas fingem ser. Trata-se, pois, de lutar pela ampliação do próprio conceito de refúgio como forma de legitimar o direito à mobilidade, ainda que para isso seja necessário afirmar a condição de vítima (atual, virtual, potencial ou mesmo fictícia).

Esta afirmativa de Souza vai ao encontro da luta de Boaventura de Souza Santos contra aquilo que chamou de “*direitos humanos de baixa intensidade como o outro lado da democracia de baixa intensidade*”²³³, ou seja, contra a garantia apenas do que seria a proteção mínima necessária ao cumprimento dos protocolos diplomáticos internacionais – que normalmente são definidos de acordo com critérios estabelecidos pelo Estado de acolhida, aquele cujo interesse não é necessariamente acolher. Pelo contrário, para uma verdadeira mudança nesta ordem lógica do sistema-mundo capitalista, é necessário que a proteção seja expansiva e não restritiva, que seja assegurado o direito de fuga com a valorização das subjetividades em trânsito, como coloca Mezzadra²³⁴, e que se dê a possibilidade de fazer com que o caráter negativo desta fuga – notadamente marcada pela violência, fome e privações de todos os tipos – tenha a possibilidade de se tornar positivo, ao aflorar o outro lado deste mesmo fenômeno, caracterizada por Hardt e Negri²³⁵ como de “*desejo positivo de riqueza, paz e liberdade*”. De certa forma, ao se retirar desses imigrantes este aspecto positivo, nega-se

²³⁰ Op. Cit.

²³¹ ZIZEK, Slavoj. “Política anti-imigração: Barbarismo com aparência humana”. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinioao/esp_1579/politica+antiimigracao+barbarismo+com+aparencia+humana.shtml>.

²³² Op. Cit., p. 91

²³³ Santos, Op. Cit.

²³⁴ MEZZADRA, Sandro. Derecho de fuga. Migraciones, ciudadanía y globalización. Trad. Miguel Santucho. 1ª ed. Madrid, Traficantes de Sueños, 2005.

²³⁵ HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Multidão. Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

a ele sua capacidade de mudança, de questionamento e modificação da ordem.²³⁶ Em uma palavra, tira-se dele suas potencialidades políticas de transformação.

Segundo Negri e Hardt, este caráter duplo é intrínseco aos movimentos como as migrações e, em particular, as migrações forçadas. Segundo esta perspectiva, este duplo caráter carrega consigo uma força extraordinária, pois, seguindo o raciocínio destes autores, o movimento de fuga de uma vida permanentemente insegura e caracterizada por uma imobilidade forçada não deixa de ser uma forma de resistência e, como tal, também é uma boa maneira de se preparar para enfrentar e resistir às mais diversas formas de exploração do trabalho imaterial. Eles ainda afirmam: “[s]ua mobilidade e sua partilha são uma ameaça constante de desestabilização das hierarquias e divisões globais de que depende o poder capitalista global. Eles se esquivam pelas barreiras e cavam túneis que enfraquecem as muralhas.”²³⁷ Para estes autores, portanto, “a experiência da fuga é como um treinamento para o desejo da liberdade”²³⁸. É, assim, função dos direitos humanos possibilitar o desenvolvimento deste caráter positivo em detrimento da negatividade presente no movimento.

3.3 Acolhimento e integração: distanciamento entre o discurso e a prática

De certa forma, a política externa brasileira vem também se encaminhando neste sentido, com seu princípio retórico de diplomacia solidária, a partir da qual se construiria a cooperação entre os povos para o desenvolvimento da humanidade, ou ainda, a inclusão e integração de todos os povos e todas as culturas para a promoção do desenvolvimento. No entanto, o que se percebe na prática interna ainda está bastante longe da concretização deste ideal.²³⁹ Como apresentado acima, desde o momento de recepção de um imigrante em território nacional – e vale lembrar que independente da forma como entrou em território brasileiro, o solicitante de refúgio deve ter assegurado todos os seus direitos desde o primeiro momento em que ingressa no país – até, o momento seguinte de concessão ou negação do *status*, estes indivíduos sofrem com a ausência de políticas públicas voltadas de fato para o acolhimento e à integração de estrangeiros que entram no Estado brasileiro sem sua prévia

²³⁶ COCCO, Giuseppe. “La inmigración como forma de lucha”. Disponível em: http://www.rcinet.ca/espagnol/en-cartelera/entrevistas-2012/15-49_2012-10-29-la-inmigracion-como-forma-de-lucha/#.UJ6zw6nFwG9.twitter

²³⁷ NEGRI, Antonio. *Cinco Lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 *apud* SOUZA, Op. Cit

²³⁸ *Ibidem*, *id*.

²³⁹ Como se percebe, por exemplo, no relato de Dirceu Cutti, Editor da “Travessia – Revista do Migrante” e assessor da diretoria do Centro de Estudos Migratórios / Missão Paz de São Paulo: “Brasileiros: acolhedores, porém preconceituosos”. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2012/09/06/brasileiros-acolhedores-porem-preconceituosos>>.

concessão e, portanto, seleção²⁴⁰ – como é o caso dos imigrantes “voluntários”. Em síntese, estes indivíduos passam por intermináveis “peneiras”, verdadeiras provas de resistência, como se suas condições já não fossem suficientemente precárias.²⁴¹

Em caso de negação do *status*, mesmo depois de acionados todos os meios possíveis de recursos, simplesmente nada é feito. Não há controle sobre o que esses ex-solicitantes fazem ou para onde vão, havendo apenas especulações das possibilidades: (i) procurar a proteção em outro Estado; (ii) permanecer em território brasileiro, de forma irregular; ou (iii) talvez o menos provável, devido às características de um suposto refugiado, o retorno ao seu país de origem. Além da ausência de informações, não há também mobilização por parte do poder público que demonstre interesse em mudar tal situação, ou pelo menos nada aponta nesta direção entre as reformas prioritárias que o CNIg pretende realizar. Acredita-se que o mais provável seja que esta população se junte às massas de outros imigrantes irregulares já estabelecidos em território nacional.²⁴² No entanto, àqueles que têm o *status* concedido e, conseqüentemente, passam a oficialmente integrar a sociedade brasileira, a situação também não é menos árida.²⁴³

Cabe aqui ressaltar que a estrutura de acolhimento não é uniforme em todo o país, sendo que muitas vezes nem existe. As duas cidades que mais acolhem refugiados no país são Rio de Janeiro e São Paulo que, juntas recebem, mais da metade de todos os refugiados reconhecidos no Brasil. São Paulo possui alguma estrutura para este acolhimento e integração – o centro de acolhida da CASP estabeleceu uma série de convênios com o SESI e o SENAI que oferecem, pelo menos em tese, não apenas abrigo, como serviços públicos de alimentação e saúde, além de aulas de português, tudo isso enquanto o refugiado não conseguir trabalho

²⁴⁰ Sobre a seletividade na política migratória brasileira, ver “Por um país coerente e cosmopolita”. Disponível em: <<http://ponto.outraspalavras.net/2012/05/05/politicas-de-imigracao-brasil-por-uma-postura-coerente-cosmopolita/>>.

²⁴¹ Como ficou explícito, por exemplo, no caso de dois africanos de Gana que entraram no Brasil de forma irregular, escondidos no convés de uma embarcação com tripulação da Filipina que chegou de Costa do Marfim carregando cacau. Os dois foram agredidos pelos tripulantes, já com o navio ancorado dem Ilhéus (BA). Eles afirmaram que fugiram da África em busca de melhores condições de vida. Cf.: “Africano que tentou fugir é amarrado por tripulantes de navio ancorado na Bahia”. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/03/25/africano-que-tentou-fugir-e-amarrado-por-tripulantes-de-navio-ancorado-na-bahia.htm>.

²⁴² O Ministério da Justiça calcula que entre 2009 e 2010 tenham entrado de forma irregular no Brasil cerca de 600.000 pessoas, tendo chegado a um total de 2 milhões. No entanto estes dados variam bastante, entre diferentes instituições que realizam o cálculo. Cf.: “Brazil to become another center of world immigration”. Disponível em: <<http://english.pravda.ru/world/americas/28-11-2011/119761-brazil-0/>>.

²⁴³ Estas vivências, na realidade, devem ser compartilhadas tanto pelo refugiado reconhecido, como pelo solicitante de refúgio e mesmo pelos ex-solicitantes que permanecem em território brasileiro, havendo apenas entre eles a difereciação documental.

que garanta seu sustento por si mesmo na cidade.²⁴⁴ O Rio de Janeiro, por outro lado, não apresenta esta estrutura, pelo menos não oficialmente como na outra cidade. No Rio de Janeiro há, sim, aulas de português para refugiados, abrigo e alimentação, mas todas as funções estão concentradas sob a administração da própria CARJ, que ainda se organiza estruturalmente de maneira bastante precária.

Dito isto passaremos a analisar esta recepção da perspectiva interna, a partir da experiência dos refugiados africanos no Brasil. Apresentaremos, assim, alguns breves apontamentos finais sobre a realidade da experiência de um solicitante de refúgio/refugiado no Brasil, com especial foco na cidade do Rio de Janeiro, a segunda maior em população refugiada do país, atrás apenas de São Paulo, para ilustrar e complementar a apresentação feita neste capítulo. Da mesma forma, realizaremos ao longo desta passagem, algumas breves reflexões sobre esta realidade, também com base nos apontamentos feitos ao longo da seção anterior.

3.3.1 A experiência dos refugiados africanos no Brasil

Como colocado anteriormente, as nacionalidades africanas com maior número de reconhecimento do *status* de refúgio no Brasil, até 2010, foram os angolanos, os congoleses e os liberianos.²⁴⁵ Dada a própria distribuição de nacionalidades dos refugiados reconhecidos enquanto tal no Brasil, justifica-se o presente foco em africanos que chegam da África Subsaariana, também chamada de como “África negra” – adjetivo este que ainda representa significativo fator dificultador do processo de integração local, como veremos a seguir.

²⁴⁴ MOREIRA, Julia Bertino. Política em Relação aos Refugiados no Brasil (1947-2010). Tese - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

²⁴⁵ Os angolanos, assim como os liberianos residentes no país, no entanto, não têm mais oficialmente o *status* de refugiados reconhecidos desde 2012, sendo para eles oferecidas as opções de repatriação – retorno ao país de origem - ou de adquirir a nacionalidade brasileira, para aqueles que não já a possuem, e sobre este último processo tem sido relatada uma série de dificuldades. “Angolanos não conseguem se regularizar”. Disponível em: <http://oestrangeiro.org/2013/02/01/angolanos-nao-conseguem-se-regularizar/> Em 2012, o Brasil concedeu residência permanente a cerca de dois mil refugiados (1681 angolanos e 271 liberianos – cerca de 40% da população total dos refugiados) que já viviam no país e que a partir daí passaram ter o *status* definitivo. Com esta iniciativa, o Brasil tornou-se a primeira nação fora da África a adotar uma recomendação do ACNUR neste sentido em favor dos refugiados angolanos e liberianos. O refugiado que quiser o documento tem que cumprir pelo menos um de quatro requisitos: viver legalmente no Brasil como refugiado durante os últimos quatro anos, estar empregado em uma companhia pública ou privada registrada no Ministério do Trabalho, ser um trabalhador qualificado e com experiência ou ter um negócio independente estabelecido de acordo com a legislação interna. Nenhum refugiado que tenha sido condenado por algum tipo de delito pode requerer o documento. Em entrevista à imprensa, o porta-voz do ACNUR em Genebra, Adrian Edwards, sustentou que seu órgão estima que a maioria de refugiados liberianos e angolanos - que em geral chegaram ao Brasil durante os anos 90 - cumprirão as condições para obter a residência permanente. Cf.: “ACNUR parabeniza Brasil”. Disponível em: <http://miguelimigrante.blogspot.com.br/2012/11/acnur-parabeniza-brasil-que-concede.html?spref=tw>

Como solicitantes, eles reclamam não apenas das dificuldades de conseguir visto – sendo muitas vezes incontáveis devido a não sistematização e/ou publicização dessa informação - quanto de se adaptar e se integrar à sociedade brasileira. Como é o caso relatado pela dona de casa com dificuldades de conseguir emprego no Rio. Segundo ela, pela dificuldade com a língua portuguesa, pois ela fala apenas francês e dialetos africanos, e pelo preconceito. Ela, que sobrevive com a ajuda de R\$ 150 mensais que recebe da CARJ, gostaria de se estabelecer no Brasil, conseguir psicólogo para os filhos e abrir um salão de beleza para trançar cabelos. Segundo Heloísa Nunes, coordenadora do Cáritas, atualmente, apenas 6% dos refugiados no Rio de Janeiro são crianças, sendo 250 atendidas pela rede pública de educação, espalhadas por 185 escolas.²⁴⁶

Como se vê, para além da dificuldade prática de se recomeçar a vida em um lugar desconhecido e se inserir em um novo mercado de trabalho – não apenas lembrando a discussão teórica sobre os mecanismos de exploração do próprio modo de organização capitalista, esta também é uma importante condição para a integração local do refugiado à sociedade que o recebe -, não apenas os refugiados, mas os africanos de maneira geral²⁴⁷ passam pela dupla dificuldade de ser estrangeiro e negro no Brasil. Segundo relato de Alex André Vargem²⁴⁸, membro do Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil (IDDAB),

²⁴⁶ “Refugiados nas escolas do Rio”. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2012/10/27/refugiados-nas-escolas-do-rio/>>.

²⁴⁷ Para mais sobre casos de estudantes que chegam por aqui através do PEC-G e PEC-PG e outras experiências de africanos no Brasil, ainda que não necessariamente refugiados, uma discussão sobre os imaginários mútuos e sua relação no encontro com a realidade do outro, cf. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. “Na Terra do Outro”: presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje”. *Dimensões*, vol. 26, p. 191-204, 2011; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. “Diáspora africana: a vida de imigrantes e estudantes em Portugal e no Brasil”. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008a; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. “África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados”. Trabalho apresentado no Colóquio Saber e Poder, Focus, Unicamp, 2008b; KALY, Alain Pascal. “Os Estudantes Africanos no Brasil e o Preconceito Racial” In CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas, Brasil 2000*. Brasília: CNPD. p. 463-478, 2011; MORAIS, Sara Santos; SILVA, Kelly Cristiane da. “Estudantes de países africanos de língua oficial portuguesa nas universidades brasileiras: tensões de sociabilidade e dinâmicas identitárias”. Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, Belém, 2010; MOURÃO. Daniele Ellery. “Cabo Verde, Guiné-Bissau, Brasil: Saudade e festa como reconstrução e afirmação de elos afetivos”. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, vol. 10, nº29, pp. 256-273, 2011; MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. *“O Mito Atlântico”: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas*. (Dissertação de Mestrado) UFRGS: Porto Alegre, 2004; PEREIRA, Glória Maria Santiago; BIZERRIL, José. “Refugiados no Brasil: Identidade e Subjetividade”. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008; SUBUHANA, Carlos. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, pp. 103-126, 2009; VIDA, Samuel Santana. “Africanos no Brasil: uma ameaça ao paraíso racial”, in CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas, Brasil 2000*. Brasília: CNPD, 2001.

²⁴⁸ “O calvário africano diante da omissão do Estado”. Disponível em <<http://oestrangeiro.org/2012/12/25/o-calvario-africano-diante-a-omissao-do-estado/>>; e “A imigração de africanos para o Brasil nos dias atuais”, disponível em <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=72890>>.

[o] ponto de vista da política migratória brasileira, em geral, é tratada ainda como “caso da polícia”. Há uma prática institucionalizada que opera numa perspectiva racista e xenofóbica, como os diversos casos relatados resultantes da batida policial ocorrida no centro de São Paulo, em março de 2012, que prendeu dezenas de pessoas de forma arbitrária; bastava ser negro e estrangeiro, inclusive, haitianos com o visto “humanitário”. A maioria estava em situação regular e foram soltos no dia seguinte. Da mesma forma, a violência é manifestada aos africanos que chegam ao Brasil em porões de navios, de acordo com relatos de sobreviventes, alguns são jogados no mar quando descobertos pela tripulação, outros são violentados pela tripulação do navio, ou ainda, são tratados pelos agentes de fronteira como supostas ameaças a “segurança nacional” e ameaças à “saúde pública”, como no caso dos nigerianos impedidos de entrar no Brasil no Porto de Paranaguá, no ano de 2011. Essa violência tem um cunho racista do passado colonial e que se configura no presente.

Os movimentos sociais, impulsionados principalmente pela morte da estudante angolana em São Paulo, assumiram uma bandeira até então não defendida nos últimos anos. Estamos presenciando diversos grupos discutindo a Diáspora Africana para o Brasil, tema que tem se tornado pauta para os movimentos sociais. Dada à repercussão midiática do caso, membros do governo federal vieram a São Paulo, no mês de julho, ouvir as reivindicações da população africana assim como os membros da sociedade civil que trabalham com os africanos foram a Brasília levar sugestões de políticas públicas. O primeiro passo para se mudar este quadro desfavorável são as instituições governamentais assumirem e reconhecerem que há diversas falhas, que a política migratória não se pode pautar pela via da “criminalização” dos estrangeiros, é necessário uma política pautada pelo respeito aos Direitos Humanos, incluindo os principais atores envolvidos no processo na formulação das políticas públicas para os imigrantes no Brasil.

O preconceito e a discriminação ainda são características muito arraigadas da sociedade brasileira²⁴⁹, sendo que estas atitudes estão fortemente presentes não apenas no convívio social, mas também e especialmente nas atitudes do próprio Estado, em particular ao longo de todo o seu processo histórico de formulação de políticas públicas.²⁵⁰ Partindo do entendimento de que preconceito se sustenta com base no desconhecimento social, pode-se afirmar que da mesma forma que em diversos momentos o relatório do IPEA e Banco Mundial²⁵¹ afirma que uma das maiores dificuldades que se colocam ao fomento da cooperação política e econômica do país com a África é o desconhecimento mútuo entre elas, dentro da sociedade também, pouco se sabe sobre este *outro* que aqui chega, o que pode levar, por um lado, a um discurso de que é fácil, para os africanos, de maneira geral, se adaptar à

²⁴⁹ Casos de violência têm sido cada vez mais reportados: “No Rio, refugiados africanos enfrentam pobreza, violência e preconceito”. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130311_refugiados_abre_cq.shtml>; “Repúdio pelo assassinato da estudante angolana Zulmira e apoio à nota IDDAB”, disponível em: <<http://iddab.wordpress.com/2012/05/27/repudio-pelo-assassinato-da-estudante-angolana-zulmira-e-apoio-a-nota-do-iddab/>>; “600 mil africanos, asiáticos e latinos ainda lutam para se integrar a SP”, disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,600-mil-africanos-asiaticos-e-latinos-ainda-lutam-para-se-integrar-a-sp-,780117,0.htm>>; “Refugiados denunciam maus-tratos em fábrica da Sadia”, disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120125_refugiados_maus_tratos_sadia_jf.shtml>; “Violência contra africanos e latinos”, disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2012/06/05/escalada-de-violencia-contra-universitarios-africanos-e-latinos/>>.

²⁵⁰ NOGUEIRA, Carlos. *Imigração e racismo*. Revista Versis, n. 3, 2009, pp. 24-25.

²⁵¹ 2011, Op. Cit.

sociedade brasileira e, por outro lado, a uma atitude de exclusão e marginalização – atitudes não necessariamente excludentes. No entanto, também aqueles que, de um jeito ou de outro, conseguiram se estabelecer e criar uma nova vida no país sofrem com este tipo de discriminação: mesmo quem chega a conseguir um emprego, por exemplo, ainda sofre com o preconceito imbricado na competição de brasileiros que trabalham no mesmo ramo.²⁵² A 3ª edição do Relatório de Direitos Humanos no Brasil apresenta este aspecto da seguinte forma²⁵³:

[a] entrada de pessoas para o Brasil resultou na constituição de inúmeras redes de comunidades de imigrantes, que resistem à rígida lei e às estruturas burocráticas, herdeiras do passado repressivo militar.

O imigrante segue resistindo à xenofobia e à criminalização, frente às burocracias de controle, sobretudo nas fronteiras, no controle ao crime organizado. Esta luta por cidadania do imigrante está situada no contexto mundial de globalização, que força a liberalização dos mercados e faz cerco sistemático aos imigrantes, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos.

Esta prática preconceituosa e muitas vezes até de cunho xenofóbico não parte apenas da sociedade que recebe estas pessoas, mas também das autoridades com as quais elas precisam lidar permanentemente, desde o momento de chegada ao país até, se for o caso, sua partida, como aponta o Informe Sobre a Legislação Migratória e a Realidade dos Imigrantes no Brasil.²⁵⁴ O estudo aponta para uma postura discriminatória por parte dos agentes da Polícia Federal nas fronteiras do país, que são também os responsáveis pela recepção e avaliação das solicitações de refugio. Sobre isto, o informe ainda chama atenção para o fato de que a entrada de um estrangeiro ao país, segundo a lei, pode ser negada caso o agente federal considere que este possa ser “*nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais*”²⁵⁵, conceitos que deixam grande margem para a interpretação subjetiva de cada agente da Polícia Federal na hora de avaliar o imigrante que chega ao país.

Por conseguinte, geram insegurança jurídica para os migrantes, que ficam submetidos à avaliação pessoal, nesse caso, de um agente da Polícia Federal, cuja formação, em geral, advém da área de segurança, herdeira da cultura autoritária do período ditatorial brasileiro, particularmente aguçada em relação aos imigrantes pela obsessão securitária que se seguiu aos atentados de 11 de setembro de 2001. Daí

²⁵² Como mostram os depoimentos em “Saudações senegalesas na terra do frevo”. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2013/02/16/saudacoes-senegalesas-na-terra-do-frevo/>>.

²⁵³ MNDH, DhESCA, MISEREOR, PAD. Op. Cit., p. 367.

²⁵⁴ CDHIC, ESF, Op. Cit.

²⁵⁵ Art. 7º do Estatuto do Estrangeiro:

Art. 7º Não se concederá visto ao estrangeiro:

I - menor de 18 (dezoito) anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa;

II - considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais;

III - anteriormente expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada;

IV - condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira; ou

V - que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

resulta uma percepção das migrações ainda focada na segurança nacional, em detrimento dos direitos humanos.²⁵⁶

Ainda segundo o informe, os imigrantes mais vulneráveis e que mais sofrem com este tipo de ação por parte da Polícia Federal são aqueles que se encontram em situação irregular e aqueles menos qualificados, estabelecendo-se uma relação em geral conflituosa entre ambas as partes que muitas vezes reflete em interpretações restritivas, xenofóbicas ou de alguma outra forma discriminatórias das leis e dos direitos dos imigrantes, percebidas, por exemplo, pela exigência de documentos ou requisitos a princípio desnecessários para a realização de determinado processo, havendo inclusive alguns casos em que se fez necessária a intervenção do Ministério da Justiça.²⁵⁷

Situações muito próximas a esta relatada pelo informe são vividas diariamente pelos refugiados e solicitantes de refúgio que aqui se encontram como, por exemplo, pode ser percebido através do relato do angolano Viriato Luamba, residente do Rio de Janeiro há vinte anos, que aponta, não apenas para um descompasso por parte das autoridades ao longo dos processos de renovação do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) e de regularização de sua residência no país após a cessação do *status* dos refugiados angolanos de liberianos.²⁵⁸ Outro ponto reforçado pelo Informe que pode ser percebido no relato de Viriato é a questão da desinformação, bastante frequente, por parte dos imigrantes de seus direitos e possibilidades dentro das esferas sociais e políticas do Estado brasileiro.

Outra questão que vale a pena ser chamada atenção aqui, ao se refletir sobre o posicionamento do Estado frente a estes imigrantes forçados africanos que chegam ao Brasil para pedir refúgio, e mesmo sobre seus países de origem, é o aspecto do trabalho: sem dúvida o trabalho é um importante meio não apenas de sustento para esta nova vida que está sendo construída, mas também como forma de integração à comunidade local. Sem nos aprofundar no tópico da importância da mão de obra imigrante para uma economia crescente²⁵⁹, embora seja fundamental que se faça tal discussão, vale pontuar que, muitas vezes, estes refugiados são também profissionais qualificados, que tiveram a oportunidade de estudar e muitas vezes exercer suas profissões em seus países de origem, antes do motivo que o levou a pedir refúgio existir, e, no entanto, não conseguem dar continuidade a este trabalho no Brasil, pois o Estado

²⁵⁶ *Ibidem.* p. 15

²⁵⁷ Um exemplo destes casos foi na última anistia concedida aos imigrantes irregulares residentes no Brasil, já durante o governo Lula, em que este tipo de atitude por parte da Polícia Federal levou o Ministério da Justiça a editar uma portaria para definir expressamente os documentos necessários para a realização deste processo.

²⁵⁸ Ver Anexo.

²⁵⁹ Cf.: “Imigração é solução para a quedademográfica do ocidente”. Disponível em: <<http://miguelimigrante.blogspot.com.br/2012/09/imigracao-e-solucao-para-queda.html?sref=tw>>.

brasileiro não reconhece seus diplomas, tendo em vista que a maioria dos cursos em instituições estrangeiras com as quais a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) reconhece como válido para tal procedimento – requisito fundamental para realizá-los - ainda se encontra na Europa e nas Américas e, por isso, muitos deles são considerados inaptos a exercer suas profissões.²⁶⁰

Por fim, no que diz respeito às políticas públicas deste Estado, o refúgio aparece muito mais como uma questão de segurança nacional do que como uma questão de identidade²⁶¹, como aparece nos discursos brasileiros sobre as relações com o continente africano. Inclusive, outra consequência decorrente desta aproximação das práticas migratórias com os assuntos de segurança nacional é a criminalização dos imigrantes, em detrimento da garantia de seus direitos, lembrando novamente as práticas de controle social do período ditatorial civil-militar:

[a]lém disso, a base de funcionamento da polícia Federal é uma lógica de investigação e combate à criminalidade. O resultado é que os imigrantes são atendidos como potenciais suspeitos e devem sempre provar que estão cumprindo corretamente as exigências do governo brasileiro. Ou seja, não é a autoridade governamental quem deve provar que o imigrante descumpriu a lei, mas o contrário.

O que tentamos mostrar até aqui é que o processo de recepção, acolhida e integração de um refugiado a um ambiente diferente daquele em que este estava habituado a viver é um processo extremamente complexo que envolve aspectos não apenas legais, mas também sociais, culturais, econômicos e políticos – como, em realidade, acontece com qualquer imigrante, com a peculiaridade de que este refugiado tem mais chances de já chegar ao país em que vai solicitar refúgio necessitando de acompanhamento psicológico bastante específico.²⁶² E o Estado tem demonstrado se não pouco interesse, pelo menos pouca iniciativa no sentido de modificar sua atitude frente a estas questões, que se mantêm semelhantes àquelas da época em que o Estado brasileiro mais produzia do que acolhia refugiados, com algumas exceções que normalmente ocorrem quando o ACNUR se mobiliza para tomar a frente de tais questões. No entanto, como este número tem apenas crescido nos últimos anos, o que se percebe como resultado desta atitude é a multiplicação das ações individuais, sem qualquer orientação por parte das políticas públicas estatais.

²⁶⁰ “Revalidação de diplomas: o avanço que deve se tornar exemplo”. Disponível em <<http://oestrangeiro.org/2013/03/24/diplomas-o-avanco-deve-se-tornar-exemplo/>>.

²⁶¹ BAUMAN, Zygmunt. Identidade – entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

²⁶² De acordo com Kenny, este acompanhamento é imprescindível para todos os casos e deveria ser realizado, independentemente da condição psicológica do solicitante de refúgio ao chegar em outro país, ao longo de todo o processo de solicitação, avaliação e concessão do status de refugiado. Cf.: KENNY, M. A. The importance of psychosocial support in the refugee status determination process. FAHAMU Refugee Legal Aid Newsletter, mar/2012.

Na prática, o que se tem visto é que boa parte dos refugiados que aqui se instalam – muitos dos quais temos pouca ou nenhuma informação - não conseguem sair da estrutura de acolhimento informal oferecida pela CARJ e suas redes associadas, estabelecendo uma vida isolada, artificial e pouco participativa no que se refere à vida social e às oportunidades que uma cidade tal como o Rio de Janeiro oferece – uma experiência muito próxima da ideia de “transparência” relatada por Agier²⁶³ dos campos de refugiados em todo o mundo, no caso, dentro da cidade do Rio de Janeiro – o que, na prática, retira toda a potencialidade política de resistência e subversão da qual falam não apenas Hardt e Negri, mas também Mezzadra, De Lucas, Herrera Flores e tantos outros, potencialidade esta característica própria do movimento migratório.

3.4 A política de refúgio brasileira: distância entre discursos e práticas

Em sua reflexão sobre as migrações, Abdelmalek Sayad²⁶⁴ identifica três ilusões características deste fenômeno tal como conformado no mundo contemporâneo, a saber, a neutralidade política dos movimentos migratórios, a provisoriedade da migração e a noção de que a única motivação das pessoas ao migrar é o trabalho.

No caso aqui estudado, o dos refugiados, como já argumentamos, tenta-se impor uma neutralidade política a este grupo social - seja ao não garantir seus direitos de participação política, seja ao marginalizá-los dentro da sociedade que o recebe, seja de tantas outras formas de repressão das potencialidades migrantes - quando, no entanto, segundo nosso entendimento, este grupo social representa a própria potencialidade de mudanças e subversão da ordem política, não apenas na esfera interna, mas principalmente por apresentar em suas características intrínsecas um caráter internacional.

No que diz respeito à provisoriedade da migração, esta é uma questão também forte no tocante aos refugiados, tendo em vista que o que motiva e justifica o refúgio é, em tese, um acontecimento temporário, ambos os lados têm a expectativa pelo fim. Acontece que esta ilusão suspende o presente do refugiado, deixando-o apenas com as memórias do passado e a expectativa de um futuro, já que na prática este caráter provisório é, muitas vezes, utilizado como justificativa para uma suposta não necessidade de ação por parte do Estado que recebe os refugiados.

²⁶³ AGIER, Michel. “La main gauche de l’Empire”. *Revue Multitudes*, n. 11, inverno/2003, pp. 67-77.

²⁶⁴ SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

Sobre a última ilusão, segundo a qual as pessoas só migrariam por causa do trabalho, ela já se esvazia desde o princípio, já que os motivos que levam uma pessoa a pedir refúgio em outro país é, por definição, outra. No entanto, o trabalho não deixa de ser um fator chave para os refugiados quando da acolhida em um outro país, tendo em vista que dentro de uma organização social capitalista, cuja necessidade de expansão de sua base social perpassa a necessidade de se produzir mão-de-obra “livre” expropriada, como ressalta Fontes²⁶⁵, a estes sujeitos desprovidos de casa, de Estado-nação que o proteja e de direitos, o caminho que aparenta ser o único para uma mínima integração à sociedade que o recebe é a via do trabalho e da venda de sua força de trabalho.

Assim, nos últimos anos o Brasil tem se esforçado para se mostrar aberto à recepção de refugiados para a comunidade internacional e, no entanto, o Estado não se mobiliza internamente no sentido de acolhê-los de fato. Ao chegar ao país e obter, ou não, o visto de refúgio, o indivíduo passa a depender das ações assistencialistas da Cáritas, para reestruturar, reorganizar e recomeçar uma nova vida em um país que lhe é estranho. Quando nem esta ajuda se apresenta como possibilidade, com sorte existe na região em que se encontra alguma iniciativa individual ou de grupo de pessoas que, sensibilizados com a questão, se mobilizam para oferecer alguma alternativa. Estas, no entanto, costumam encontrar diversas dificuldades e obstáculos para serem iniciadas e mantidas, tendo em vista que dependem inteiramente das possibilidades - físicas, intelectuais e financeiras – daqueles que se dispõem a realizar tal tarefa, pois não há nenhum tipo de apoio a essas iniciativas por parte do poder público, gerando um ciclo vicioso de ausências.²⁶⁶ É claro que, dentro das políticas de ação do ACNUR, há sempre a possibilidade de um refugiado que não tenha conseguido se adaptar ao país em que solicitou refugio, tentar fazê-lo em outro. Entretanto, esta não pode ser uma justificativa por parte do Estado para a ausência de medidas e práticas para evitar tal procedimento, pelo contrário.

Em síntese, apesar dos avanços institucionais e normativos por parte do Estado brasileiro no sentido de se ampliar a esfera de acolhimento de refugiados internacionais em seu território, particularmente desde a última década do século XX, - e aqui vale ressaltar a importância de tais avanços, sem deixar de notar que é fundamental que estes sejam colocados

²⁶⁵ 2010, Op. Cit.

²⁶⁶ São inúmeros os casos relatados de pessoas que, por interesses ou paixões próprias e pessoais tomam alguma atitude neste sentido e em todos os relatos é constante a indicação de que mesmo com atitudes individuais o poder público pouco faz para pelo menos apoiá-las, o que faz com que muitas dessas iniciativas morram. Para alguns exemplos, ver: “Adus: um exemplo de humanismo prático”, disponível em <<http://oestrangeiro.org/2012/08/04/adus-um-exemplo-de-humanismo-pratico/>> ; e “Estrangeiras presa: fim da recomeço?”, disponível em <<http://oestrangeiro.org/2012/06/05/estrangeiras-presas-fim-da-recomeco/>>.

em prática para que possa se concretizar na realidade prática da vivência social - não há desde então o apoio de do Estado para melhorar o acolhimento e a integração desses refugiados à sociedade e muito menos iniciativas internas de formulações políticas públicas efetivas para estimular a prática e o aprimoramento da recepção de refugiados dentro da sociedade brasileira. Tendo em vista o forte caráter racista e segregacionista da realidade social brasileira, a forte atuação por parte do Estado se faz necessária para que seja possível modificar este quadro e esta ação se faz cada vez mais urgente, tendo em vista que o número de solicitações de recebidas na Polícia Federal tem aumentado exponencialmente nos últimos dez anos

4 Considerações Finais

*“Já não lembro quem disse que a hipocrisia era uma homenagem que o vício prestava à virtude: a diplomacia moderna tende a justificar este provérbio.”*²⁶⁷

As ligações entre Brasil e África tiveram origem há muitos séculos e envolvem dinâmicas geofísicas, históricas, econômicas, políticas, humanas, sociais e culturais. Ao longo de todo este tempo, diversos e diferentes movimentos desta dinâmica representaram tanto obstáculos quanto incentivos ao estreitamento destes laços.

O presente trabalho teve como objetivo confrontar os anúncios de mudança do governo Lula com as políticas do Estado brasileiro ao longo de sua história recente em relação ao continente negro. Percebeu-se que ao longo de todo o século XX, o posicionamento brasileiro em relação à África esteve orientado pelos interesses de seus governos dentro das dinâmicas de poder do sistema-mundo contemporâneo. De maneira geral, pode-se afirmar que as iniciativas brasileiras ao longo deste tempo, seja de aproximações ou de afastamentos, estiveram muito orientadas por seus interesses econômicos e financeiros imediatos – ou ainda, pelos interesses de seu capital em expansão - deixando de lado potenciais políticos e estratégicos de longo prazo, adiando a implementação e renovação de projetos bilaterais, da mesma forma que a criação de acordos de cooperação multilaterais, principalmente aqueles com foco nas relações socioculturais e históricas entre ambos, como reconhece o próprio governo:

[a] história das relações entre o Brasil e a África é longa e profunda. O Atlântico Sul foi palco de avanços e recuos na aproximação do Brasil com a África, do século XVI até o início do século XXI. Essa aproximação encontrou necessariamente ressonância em diversos elementos da identidade nacional brasileira, mas a discriminação cultural, seja oficial ou não oficial, dificultou esse processo.²⁶⁸

Desde a primeira década do século XXI e, mais especificamente, a partir do início do governo Lula, o aparato diplomático brasileiro vem prometendo um giro significativo dentro dessa esfera internacional: as políticas, projetos e ações do governo, que antes tinham como

²⁶⁷ BAKUNIN, Mikhail. “Escritos contra Marx”. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo, Nu-Sol, Imaginário e Soma, 2001.

²⁶⁸ IPEA e Banco Mundial, 2011, Op. Cit., p. 33.

foco e prioridades as relações com os países desenvolvidos, do assim chamado “norte global”, vão se voltar para aqueles que compartilham com o país uma história de exploração e subordinação dentro deste sistema e que agora apresentam como projeto uma nova forma de organização internacional. Segundo este novo discurso, os Estados considerados em processo de desenvolvimento, ou do “sul global”, se fortalecem mutuamente em um movimento de reivindicação por uma nova ordem internacional, na qual eles possam ser ouvidos e respeitados de igual para igual, no que tem sido chamado de uma democratização das instituições de governança global. Este giro para o sul vem sendo reforçado pelo discurso e pelas práticas da chamada cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento.

Neste novo cenário, é importante colocar, as posições tanto do Brasil como da África têm se modificado significativamente, bem como o discurso brasileiro sobre o continente africano. Após um longo período de distanciamento, pode-se afirmar que, em certa medida, a sociedade brasileira e as relações interestatais direcionadas à África parecem ter ultrapassado os limites retóricos e ganham um novo impulso neste início de século. Segundo esta nova perspectiva de proximidade com o continente africano que parte do governo federal, ressalta-se a necessidade de se estabelecer uma relação de parceria com o outro lado do Oceano Atlântico. Neste sentido, passou-se a ressaltar as ligações históricas, sociais e culturais entre ambos os atores internacionais, bem como a significativa população de afrodescendentes e o debate interno sobre igualdade racial passaram a ocupar um lugar de destaque nas preocupações internas e externas do país.

Não obstante, esta nova aproximação ainda permanece fundamentada principalmente sobre os pilares estratégico e econômico desta relação: neste meio tempo, o Brasil cresceu e se expandiu economicamente, com passos gradativos, e tem se destacado nas mais diferentes esferas internacionais, galgando espaços para consolidar seu poder e seu *status* de potência emergente dentro de uma nova configuração econômica mundial. Ao mesmo tempo, as últimas décadas foram de intensos e difíceis desafios, econômicos, sociais e humanitários para o continente africano, tendo esta situação dado sinais de inversão apenas na virada do século. A África Subsaariana, por exemplo, apresentou uma média de crescimento de 5,7% na primeira década do século XXI, correspondente ao dobro do obtido nas décadas anteriores, que chegaram a uma média de 2,4%. Tal crescimento vem acompanhado de um processo acelerado de urbanização e ampliação dos mercados internos, assim como do consumo interno, cujo aumento tem sido mais pronunciado do que aquele observado nos países

desenvolvidos.²⁶⁹ De fato, como se vê, não há estagnação econômica no continente, pelo contrário, a região tem apresentado níveis animadores de crescimento na última década, o que salta aos olhos do Brasil, principalmente ao se pensar sobre suas projeções internacionais – um aspecto importante desta relação são as proximidades geográficas e as semelhanças geofísicas, que auxiliam o estabelecimento desses laços e de trocas entre as duas regiões.

Contudo, o continente africano ainda apresenta níveis alarmantes de pobreza e algumas importantes questões sociais – como conflitos, guerras e epidemias diversas.

A expansão da influência do Brasil no continente africano nos últimos sete ou oito anos é ainda mais impressionante quando se consideram as limitações econômicas internas tanto na África como no Brasil — isso sem falar nas dificuldades impostas pela atual configuração do sistema internacional. O termo “risco da África” descreve as limitações materiais impostas a todo tipo de atividade no continente, a ser realizada por atores externos ou internos, que não são específicas do Brasil. Os recursos humanos são escassos, especialmente para trabalho altamente especializado, e é difícil identificar parceiros locais de confiança. Existe a necessidade de reforma agrária e acesso regular e confiável a água, eletricidade e comunicações (telefonia e Internet). Igualmente importante, o transporte é extremamente oneroso e demorado, somando-se à complexidade de fazer negócios e promover o desenvolvimento sustentável na maioria dos países africanos [...].²⁷⁰

Assim, mesmo este movimento econômico ainda encontra algumas dificuldades de ampliação, dadas as restrições historicamente construídas destas relações. As informações são escassas e bastante limitadas qualitativamente, tanto por parte de um quanto por parte de outro, o que acaba facilitando a construção de estereótipos e preconceitos desconectados com a realidade vivida por ambos. Se, por um lado, os africanos têm uma visão sobrevalorizada do Brasil, como um país de desenvolvimentos e riquezas e diversidades culturais convivendo por toda a parte, por outro lado os brasileiros também têm normalmente uma visão negativa e estereotipada da realidade africana, mostrando desconhecimento de suas diversas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Neste sentido, tanto a África quanto o Brasil, tanto no que se refere à sociedade de maneira geral, com também às suas instituições e órgãos públicos ainda carecem de uma conscientização mútua e recíproca para construir o que vêm prometendo em seus discursos, a saber, uma cooperação de igual para igual, e que ultrapasse os limites de uma mera parceria econômica e estratégica “Sul-Sul”, aprofundando os laços sociais e culturais já existentes e bastante vivos entre eles.

Outro grande obstáculo ao aprofundamento destas ligações é a questão da conectividade entre ambos, seja das comunicações, seja dos transportes.²⁷¹ O próprio sistema

²⁶⁹ Goulart, Op. Cit.

²⁷⁰ IPEA e Banco Mundial, Op. Cit., p. 46.

²⁷¹ Ligações de telefone fixo ou celular são relativamente caras no Brasil e na África, quando comparadas aos padrões da Europa e dos Estados Unidos, em grande parte devido à predominância de monopólios. As rotas marítimas e os vôos entre as cidades brasileiras e africanas são insuficientes tanto em termos de número como de

contemporâneo internacional impõe uma série de obstáculos à parceria entre o Brasil e a África, como monopólios e a fragmentação da cooperação internacional no continente. Estas dificuldades, inclusive, já constam da agenda de organizações voltadas para o desenvolvimento destas áreas, como, por exemplo, a OCDE, e é possível perceber esforços para amenizá-las, mas ainda demandam maior atenção e soluções concretas. Outras dificuldades estão muito mais associadas às raízes da organização internacional deste sistema-mundo e, para serem ultrapassadas, exigem uma profunda revisão da dinâmica política e econômica internacional.

Como já apontado, tem-se nesta virada de século, uma África em processo de aparente transformação, ambicionando crescer economicamente e se enquadrar nos moldes desenvolvimentistas do capitalismo internacional. Um terreno fértil para um Brasil já crescente, com necessidade de expansão econômica como parte inerente a seu capital, que vem entrando fisicamente na África²⁷² – movimento este que se percebe em escala bastante reduzida no sentido inverso – ocupando, inclusive, as lacunas que os novos governos africanos ainda não foram capazes de dar conta.

De fato, com seu crescimento econômico, especialmente notável na primeira década dos anos 2000, o Brasil se apresenta neste início do século XXI, como uma economia que chegou a tal patamar de acumulação de capital que passa a necessitar de novos mercados, principalmente como novas fontes de matérias-primas e, para isso, precisa se expandir a ultrapassar suas fronteiras nacionais. Para isso, o Estado brasileiro vem realizando uma série de estímulos e dando incentivos à expansão de suas empresas para que estas possam alcançar os mercados externos, em especial aquelas voltadas para a exploração de recursos primários. Assim, o Brasil vem se aproximando de diversos países africanos e, em particular, de países da África Subsaariana, como África do Sul, Angola e Moçambique, de modo a introduzir não apenas suas grandes, mas também as pequenas e médias empresas, em diversas áreas – apesar de o foco estar claramente na exploração de minérios e petróleo, e na construção civil. Este

freqüência: o curto trajeto a ser percorrido por um navio brasileiro de um grande porto no Brasil (como Rio de Janeiro ou Santos) até Bissau, por exemplo, deveria levar dez dias, mas devido à burocracia e rotas indiretas a viagem chega a levar oitenta. Da mesma forma, os poucos vôos diretos existentes entre o Brasil e a África são geralmente reservados além da capacidade e geralmente pertencem a companhias aéreas européias ou africanas: vôos que se fossem direto poderiam levar de três horas e meia a cinco horas acabam levando trinta horas para chegar a seus destinos finais. Esta questão falta de transporte adequado, além de desestimular qualquer tentativa brasileira ou africana mais séria de fazer negócios ou aprofundar a cooperação, é fundamental para se pensar na condição de chegada dos refugiados africanos que vêm procurar proteção no Brasil.

²⁷² O que vem sendo apresentado como a “*disposição do Brasil de compartilhar seu sucesso como o interesse dos países da África de aprender com a experiência do Brasil*”. IPEA e Banco Mundial, Op. Cit, p. 8.

movimento pode ser facilmente percebido ao se analisar o crescimento do comércio entre Brasil e África nos últimos anos, bem como no aumento significativo dos projetos de cooperação internacional entre ambos. Assim, no que diz respeito às dinâmicas econômicas, de fato, viu-se nesta última década um crescimento sem precedentes e um fortalecimento dos laços anteriormente existentes entre ambos, mas ainda numa relação assimétrica, segundo a qual o Brasil consegue dar conta de suas necessidades de expansão territorial e alcançar novos mercados – assim como os teóricos do imperialismo percebiam a dinâmica do crescimento das economias nesse sistema-mundo – e a África garante um caminho de escoamento de seus produtos primários e suas commodities para exportação.

De maneira geral, com este recente crescimento brasileiro, o país tem chegado a uma posição dentro do sistema-mundo internacional em que ele assume uma dupla função, ou um duplo papel, a saber, ele tanto se destaca dos países desenvolvidos, como um país em desenvolvimento com necessidades de auxílios e assistências internacionais por parte deste “norte global”, como, por outro lado, ele se destaca dos países em desenvolvimento, como uma nova potência econômica que emerge dentre este grupo do “sul global”, com novas possibilidades, inclusive, a de possibilitar auxílio e assistência a outros países em desenvolvimento.²⁷³ Este duplo posicionamento, notado na esfera da economia, no entanto, também pode ser observado no campo da política ou nas relações sociais internacionais.

Este momento de expansão, não à toa, convergiu com o já citado momento de mudança na política externa brasileira, a qual passou a priorizar suas relações com o “sul global” no sentido de se estabelecer o que vem sendo chamado de relações Sul-Sul de cooperação internacional para o desenvolvimento. Esta virada afetou de maneira especial suas relações com a África, a qual tem demonstrado grande interesse em ajudar em seu processo de desenvolvimento econômico dentro deste sistema-mundo capitalista. Este movimento de aproximação poderia ser entendido como uma manifestação imperialista, não fosse o reiterado esforço do governo brasileiro e de sua diplomacia em esclarecer que suas relações com a África atualmente pretendem se diferenciar da tradicional “cooperação norte-sul” exatamente porque parte de princípios diferentes, a saber, a solidariedade internacional e a priorização do desenvolvimento humano, em detrimento do desenvolvimento econômico, em busca da formulação de uma “nova ordem internacional”.

Com efeito, segundo a orientação metodológica do presente trabalho, para se compreender o imperialismo, é necessário levar em consideração não apenas seus aspectos

²⁷³ Em diferentes chaves interpretativas, tal percepção pode ser notada no trabalho de Fontes, de Milani, de Visentini, do IPEA, entre outros citados ao longo deste trabalho.

econômicos, mas também históricos, humanos, sociais, culturais e políticos. Da mesma forma, para se propor uma ordem alternativa a esta, predominante nas organizações políticas e econômicas em todo o mundo e, em particular, na organização internacional dos Estados, é necessário ir além das mudanças econômicas e políticas, e construir uma forma *outra* de relações entre os Estados, que vai além daquela imposta pela sociedade ocidental hegemônica desde os tempos da colonização.

No entanto, como percebido ao longo do trabalho, essa alteração, não apenas na economia brasileira, mas também em sua postura política internacional, na primeira década do século XXI, indubitavelmente atende às demandas pragmáticas de uma economia mundial em metamorfose com a emergência de novos *global players* – posição esta abertamente almejada pelo Brasil em seus projetos internacionais -, e a opção pela valorização das relações com a África, ao seu modo, não escapa deste prisma.²⁷⁴ Assim, o Brasil tem enfatizado em seu discurso sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento o argumento de laços históricos e socioculturais que o ligam à África e que devem e, de uma forma ou de outra, estão sendo revalorizados – por exemplo, através de políticas de ações afirmativas e de redução da pobreza dentro da sociedade brasileira. De acordo com este novo discurso de sua política externa, são esses laços que fazem da relação Brasil-África uma relação que vai além da simples cooperação material para o desenvolvimento, valorizando as relações humanas e de solidariedade, e unindo os dois lados do Atlântico de forma ainda mais profunda.²⁷⁵

Contudo, a despeito do seu discurso e da tentativa de se mostrar como um país receptivo internacionalmente, o Brasil tem adotado uma política migratória muito próxima àquela dos países desenvolvidos, o que vem revelando uma outra face desta relação: nos últimos anos, com o novo impulso dado ao crescimento econômico brasileiro, o país tem se mostrado mais atraente para os imigrantes que chegam cada vez em maior número²⁷⁶, mas ao

²⁷⁴ Goulart, Op. Cit.

²⁷⁵ Neste sentido, na seção de abertura da primeira reunião de cúpula da ASA em Abuja (Nigéria), em 2006, o Presidente Lula chegou a declarar que o Oceano Atlântico não era mais do que “um rio” entre os dois continentes sobre o qual estava se dando o início da construção de uma ponte. Cf.: UOL Notícias. 2006. “Lula pede para que os laços com a África sejam aprofundados”. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2006/11/30/ult34u169184.jhtm>>.

²⁷⁶ Segundo o relatório do ACNUR Global Trends 2011, o Brasil recebeu 4,670 mil pedidos de asilo de cidadãos estrangeiros em 2011, um número cinco vezes maior que no ano anterior. Após a catástrofe e o elevado fluxo de haitianos na Amazônia, o Brasil decidiu restringir a entrada desta população no início de 2012. Cf.: “Pedidos de asilo quintuplicam no Brasil em 2011”. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/pedidos-de-asilo-quintuplicaram-no-brasil-em-2011/>>.

mesmo tempo, é também crescente o número de vistos negados a estas pessoas.²⁷⁷ Este, no entanto, não é o caso dos solicitantes de refúgio, que também aparecem em números crescentes nos últimos anos, pois, tendo se comprometido através de tratados e acordos internacionais, o país não pode rejeitá-los quando batem à sua porta. Assim, esta é uma questão com a qual o país tem que lidar, de uma forma ou de outra, e a forma adotada pelo Estado até agora tem sido de negligência e desinteresse, o que tem gerado a estes solicitantes de refúgio – tenham eles o visto aceito ou negado – dificuldades ainda maiores do que aquelas já encontradas no processo migratório “regular”.

De modo geral, os obstáculos enfrentados no desenvolvimento das relações econômicas entre Brasil e África - seja a dificuldade de comunicação ou de transporte, dentre outras - são aguçados quando se trata dos caminhos atravessados por um refugiado africano para chegar ao país. E a África é, historicamente e em termos numéricos, a origem mais comum de todos aqueles que chegam ao país em busca de refúgio. Com efeito, ao se pensar na face humana das transferências realizadas entre os dois lados do Atlântico Sul, tem-se como referência o histórico do tráfico de escravos da África para o Brasil. No entanto o que se percebe é que essa travessia é feita até os dias de hoje, principalmente no sentido da África para o Brasil, sendo este caminho trilhado por incontáveis pessoas em busca de melhores condições de vida, por diversos motivos, através de diversos meios e nas mais diversas – e adversas – condições, mas pouco tem se olhado para este movimento. Assim, a despeito de sua postura positiva internacionalmente, sendo repetidas vezes apontado como exemplo e modelo para o ACNUR, o Estado brasileiro ainda adota um posicionamento muitas vezes preconceituoso e xenofóbico internamente, características estas construídas historicamente e deixadas como legado por governos anteriores. Entretanto, se o Brasil tem como objetivo ganhar maior força internacional, como afirma sua diplomacia, não para se igualar às potências do “norte global”, mas exatamente para se apresentar enquanto porta-voz de um grupo de países, representantes da grande maioria da população mundial, que lutam por uma reestruturação dessa ordem hegemônica ocidental para a formulação de uma “nova ordem mundial”, que tenha como princípios a solidariedade internacional e a priorização do desenvolvimento humano, se faz urgente a revisão desta postura frente aos refugiados também no âmbito interno.

²⁷⁷ Este número chegou a ultrapassar o número de vistos de brasileiros negados por outros países. Cf.: “Tendência se inverte e Brasil já barra mais estrangeiros”. Disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/tend%C3%A2ncia-se-inverte-brasil-barra-estrangeiros-114600406.html>>.

É neste sentido que se apresentou neste trabalho a questão do refúgio e da proteção ao refugiado não apenas como um problema humanitário, mas sim, e principalmente, uma questão política e econômica. Em suma, não é um erro associar a questão das migrações e, em particular, a questão dos refugiados à expansão capitalista, podendo-se inclusive dizer que ela, no mundo contemporâneo, é um reflexo claro das políticas externas destes Estados e da expansão capitalista. Neste sentido, o posicionamento adotado pelo Brasil diz muito a respeito de sua visão sobre estas relações, aspectos estes que não são revelados em seus discursos e que ficam mascarados se analisarmos apenas o lado diplomático ou o lado econômico destas relações.

O refúgio é um aspecto da vida social que carrega consigo e expõe o nacional e o internacional presente na formação contemporânea de um indivíduo – em seus aspectos políticos, econômicos, sociais, humanitários e culturais. Isto porque o refugiado, ao sair do lugar-comum dos indivíduos dentro deste sistema – isto é, ao ultrapassar duas fronteiras, a de um primeiro Estado-nação que, a princípio, o protege e o identifica internacionalmente, e a de um segundo Estado-nação, independente do motivo que o leve a realizar tal movimento e sem para isso pedir permissão de nenhuma autoridade superior - põe em evidência e expõe todos aqueles aspectos de um sistema-mundo capitalista contemporâneo centrado nas bases de uma cultura ocidental hegemônica, ressaltando, assim, todas as vulnerabilidades desses laços contemporâneos. Neste sentido, apresentou-se aqui o imigrante e o próprio movimento migratório como de fato fontes potenciais de resistência e mudança política da ordem vigente, sendo qualquer movimento de restrição ou de negatização de seus valores uma forma de se tolir tais potenciais.

Assim, a despeito do discurso brasileiro enfatizar as diferenças entre uma relação de imperialismo, como a cooperação norte-sul, e aquelas mais recentemente em processo de construção entre o Brasil e a África, ao se refletir sobre os movimentos migratórios de solicitantes de refúgio de origem africana que chegam ao Brasil em busca de refúgio, uma nova face desta relação se mostra. Quando se pensa, no sentido inverso da cooperação, vê-se um Brasil ainda relutante à recepção de africanos em seu território, à exceção daqueles qualificados ou em vias de se qualificar e, mesmo assim, cujos vistos possuem prazo de expiração previamente determinado - como é o caso dos estudantes que chegam aqui por via

do PEC-G e do PEC-PG -, o que apenas reforça a visão de exploração das migrações pelo capital.²⁷⁸

De fato, o que se percebeu ao longo da presente análise é que estão em jogo nesta dinâmica do Atlântico Sul uma série de interesses, materiais e simbólicos, de uma e de outra margem do oceano. Com a promessa de mudança de uma ordem internacional secular e imposta, segundo a qual “*os interesses econômicos se sobrepõem aos afetos históricos*”²⁷⁹, o Brasil vem se destacando no cenário internacional, principalmente a partir da última década. No entanto, este *giro para o sul* não vem se mostrando como um *giro descolonial*, necessário para o rompimento desta ordem colonial imperialista e para a construção de uma nova ordem. Para transformar este discurso em práticas concretas, é necessário ir muito além de uma reformulação de suas políticas econômicas no âmbito internacional e repensar suas relações com estes países a partir de uma perspectiva intercultural, na qual a prioridade esteja da garantia dos direitos humanos enquanto uma luta histórica e social inclusive daqueles que não têm origem em seu território, mas, por um motivo ou por outro aqui chegaram e pretendem ficar. De outro modo, esta “ponte” sobre o Atlântico não representará um livre trânsito de uma relação entre iguais, mas mais uma forma de exploração humana e marginalização característica do sistema-mundo secular capitalista, que se esconde atrás de uma diplomacia de homenagens prestadas pelo vício à virtude.

²⁷⁸ Entrevista de Sandro Mezzadra: “A ilegalidade dos migrantes é muito bem vista pelo capital”. Disponível em: < <http://www.ionline.pt/mundo/sandro-mezzadra-ilegalidade-dos-migrantes-muito-bem-vista-pelo-capital#.UFTy6dkkkkgM.twitter>>.

²⁷⁹ SALOMÃO, Luiz Alfredo. *Angola: desafios e oportunidades*. Revista Política Externa. Vol. 17, n 1, jun-jul-ago 2008. Pp. 36-37

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC. “Apresentação no CEBRI”, ABC, 2010. Disponível em: <www.cebri.com.br/midia/documentos/minmarcofaranichinanaafrica972003.pdf>.

ACNUR. Global Trends 2010, ACNUR, 2011.

_____. Global Trends 2011, ACNUR, 2012.

ADITAL. “A imigração de africanos para o Brasil nos dias atuais”, disponível em <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=72890>>.

AFRICANAS. “Mapa político da África”. Disponível em: <<http://africanas.files.wordpress.com/2012/08/africa-politico-novo.png>>.

AGÊNCIA BRASIL. “Brasil tem 16,2 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza”. 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-03/brasiltem-162-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza>>.

AGIER, Michel. "Refugiados diante da nova ordem mundial". Trad. Paulo Neves. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2

_____. “La main gauche de l’Empire”. *Revue Multitudes*, n. 11, inverno/2003, pp. 67-77.

AKYUS, Y.; GORE, C. “African Economic Development in Comparative Perspective, Cambridge Journal of Economics, 25, 2001.

ALVES, J. A. Lindgren. Direitos Humanos E O Papel Do Brasil. In: O Brasil e a ONU. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2008.

_____. “O contrário dos direitos humanos (explicitando Zizek)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 1, 2002.

AMARAL, Maria Silva. “Teorias do Imperialismo e da Dependência: a Atualização Necessária ante a Financeirização do Capitalismo”. Tese - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo, 2012; e FONTES, Virginia. “O Imperialismo: de Lenin aos dias atuais”, 2008.

AHUMADA, Miguel. “ACNUR parabeniza Brasil, que concede residência a 2 mil refugiados”. Disponível em: < <http://miguelimigrante.blogspot.com.br/2012/11/acnur-parabeniza-brasil-que-concede.html?spref=tw> >.

_____. “Imigração é a solução para a queda demográfica no ocidente”. Disponível em: < <http://miguelimigrante.blogspot.com.br/2012/09/imigracao-e-solucao-para-queda.html?spref=tw><http://miguelimigrante.blogspot.com.br/2012/09/imigracao-e-solucao-para-queda.html?spref=tw>>.

ARAB/LOMWE. “African Ethnolinguistic Groups”. Disponível em: < http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/49/Africa_ethnic_groups_1996.jpg>.

ARENDDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BAKUNIN, Mikhail. “Escritos contra Marx”. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo, Nu-Sol, Imaginário e Soma, 2001.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. “A Lei Brasileira de Refúgio – sua História”. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *O Refúgio no Brasil – A Proteção Brasileira aos Refugiados e seu Impacto nas Américas*. Brasília, ACNUR, Conare, 2010.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira; LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. “Brazil and the spirit of Cartagena”. *Forced Migration Review*, issue 35, July 2010, p. 45. Tradução dos autores.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade – entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

BBC. “No Rio, refugiados africanos enfrentam pobreza, violencia e preconceito”. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130311_refugiados_abre_cq.shtml>.

BBC. “Refugiados denunciam maus tratos em fábrica da Sadia”. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120125_refugiados_maus_tratos_sadia_jf.shtml>.

BICALHO, Maria Fernanda. “A Cidade do Rio de Janeiro e a Articulação da Região em torno do Atlântico-Sul: Séculos XVII e XVIII”. *Revista de História Regional*, v. 3, nº. 2, inverno de 1998.

BRITES, Alessandra S.; JÚNIOR, Edson J. Neves; BARASOUL, Fernanda B.; DIALLO, Mamadou A. “Os BRICS na África: a diversificação das parcerias e a contribuição da Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento do continente”. *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, V. 3, Nº2, Jul-Dez/2012.

BRUNEL, S. *L’Afrique: un continent en reserve de développement*. Rosny-sous-Bois: Bréal, 2004.

BUKHARIN, Nikolai. *Imperialism and World Economy*. Monthly Review Press/Marxists Internet Archive (marxists.org), 2001 [1915-1917].

BUTTS, K. BANKUS, B. *China’s Pursuit of Africa Natural Resources*. June, 2009, vol. 1-09. Collins Center Study: Center for Strategic Leadership, US Army War College. Disponível em: <http://www.csl.army.mil/usacsl/publications/CCS1_09_ChinasPursuitofAfricasNaturalResources.pdf>.

CAMPOS, P. H. P. *As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. História & Luta de Classes*, n. 6, 2008.

CARTA CAPITAL. “Pedidos de asilo quintuplicam no Brasil em 2011”. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/pedidos-de-asilo-quintuplicaram-no-brasil-em-2011/>>.

CASTRO, Terezinha de. “O Atlântico Sul: contexto regional”. *Defesa Nacional*, 714, 1984, p. 91-109.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. La poscolonialidad explicada a los niños. Popayán: Universidad del Cauca, Instituto Pensar, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (Eds.). *El giro descolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CDHIC, ESF. Brasil - informe sobre a legislação migratória e realidade dos imigrantes. São Paulo, CDHIC, 2011. Disponível em: <<http://www.cdhic.org.br/wp-content/uploads/2012/11/BRASIL-INFORME-SOBRE-A-LEGISLA%C3%87%C3%83O-MIGRAT%C3%93RIA-E-A-REALIDADE-DOS-IMIGRANTES.pdf>>.

CÉSAIRE, Aimé. (2006). *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Akal, p.84.

CHANG, Ha-Joon. "Hamlet without the Prince of Denmark: How development has disappeared from today's development discourse". 2009. Disponível em: <<http://hajoongchang.net/downloads/pdf/HamletwithoutthePrinceofDenmarkrevised.pdf>>.

COCCO, Giuseppe. "La inmigración como forma de lucha". Disponível em: http://www.rcinet.ca/espagnol/en-cartelera/entrevistas-2012/15-49_2012-10-29-la-inmigracion-como-forma-de-lucha/#.UJ6zw6nFwG9.twitter

COLLIER, P.; HOFFLER, A. Greed and grievance in civil wars. Oxford Economic Papers, vol. 54, Outubro, 2004, pp. 563-595.

Conare: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B7605B707-F8BE-4027-A288-6CCA2D6CC1EC%7D¶ms=itemID=%7B5246DEB0-F8CB-4C1A-8B9B-54B473B697A4%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>

CORAZZA, Gentil. "O todo e as partes, uma introdução ao método da Economia Política". *Estudos Econômicos*, vol. 26, número especial, p. 35-50, São Paulo, 1996.

DECUADRA, Daniel Rötulo. Geopolítica, política externa e pensamento militar brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990). Rio de Janeiro: PUC, 1991. Dissertação de Mestrado.

DIÁLOGO DOS POVOS. "O neocolonialismo brasileiro em Moçambique". Disponível em: <<http://www.dialogosdospovos.org/es/articulos/169-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique.html>>.

DOMINGUES, Sérgio. "O Subimperialismo brasileiro na América Latina". *Revista História e luta de classes*, ano 4, n. 6, 2008, pp. 85-88; e CAMPOS, Fábio Antônio de. "Fases do imperialismo na periferia: a internacionalização do mercado interno brasileiro no pós-Segunda Guerra (1955-1973)". Anais do I Seminário de Crítica da Economia Política, 2012.

DOUZINAS, Costas. "What are Human Rights". The Guardian, 18/03/2009 (2009b). Acessado em maio/2010. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/libertycentral/2009/mar/18/human-rights-asylum>.

_____. "O Fim dos Direitos Humanos". São Leopoldo: Unisinos, 2009 a.

DUSSEL, Enrique. (1994). *1492: El encubrimiento del Otro: hacia el origen del "Mito de la Modernidade"*. La Paz: Plural Editores.

ESPIEL, Héctor Gros. *Derechos Humanos*. Instituto Peruano de Derechos Humanos, Cultural Cuzco, Lima, 1991.

ESTADÃO. "600 mil africanos, asiáticos e latinos ainda lutam para se integrar a São Paulo". Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,600-mil-africanos-asiaticos-e-latinos-ainda-lutam-para-se-integrar-a-sp-,780117,0.htm>>.

_____. "Brasil expulsou em cinco anos mais de mil refugiados no auge da ditadura no Cone Sul". Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-expulsou-mais-de-mil-refugiados-no-auge-da-ditadura-no-cone-sul,955140,0.htm>>.

_____. "Perfil do País exige nova relação com imigrante". Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,perfil-do-pais-exige-nova-relacao-com-imigrante,874627,0.htm>>.

FISCHEL DE ANDRADE, José H. "Direito Internacional dos Refugiados – evolução histórica (1921-1952)". Rio de Janeiro, Renovar, 1996.

_____. "O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)". *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, Junho 2005.

FLORENCIO, S. "O Brasil E O Desafio Do Desenvolvimento Nas Nações Unidas". In: O Brasil e a ONU. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2008. Disponível em: < <http://funag.gov.br/biblioteca/> >.

FONTES, Virgínia. "Notas para o estudo do imperialismo contemporâneo - Marx, capital monetário e capital funcionante". *Marxists Internet Archive* (marxists.org), 2012.

_____. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

FRANCO, Leonardo. *Diez Años de la Declaración de Cartagena sobre Refugiados*. ACNUR, 1994.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. "A Nova Classe Média: o Lado Brillante dos Pobres". 2010, Disponível em: < www.fgv.br/cps/ncm/>.

GHAY, Yash. "Globalização, multiculturalismo e direito". In SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Capítulo 12. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

GOULART, L.; ARRUDA, C. A. & BRASIL, H. V. A evolução na dinâmica de internacionalização. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 41, 1994.

GOULART, Mayra. "Assimetria e solidariedade: um aporte sobre os novos rumos da política externa brasileira". Breviário de Filosofia Pública, n. 19, set/2010. L(E)H/UFF.

GOUVÊA, Marina Machado. "Terra de alguém: o debate sobre a caracterização do capitalismo no início do século XX". Anais do I Seminário de Crítica da Economia Política, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. "Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriuniversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. "África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados". Trabalho apresentado no Colóquio Saber e Poder, Focus, Unicamp, 2008b.

_____. "Diáspora africana: a vida de imigrantes e estudantes em Portugal e no Brasil". Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008 a.

_____. "Na Terra do Outro": presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje". *Dimensões*, vol. 26, p. 191-204, 2011.

HABERMAS, Jürgen. "Learning by disaster? A diagnostic look back on the short 20th century". *Constellations*. Volume 5. Número 3. 1998, pp. 307-320.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Multidão. Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HERRERA FLORES, Joaquín. "Los Derechos Humanos en el Contexto de La Globalización: tres Precisiones conceptuales". IN: SÁNCHEZ RÚBIO, David; HERRERA FLORES, Joaquín, ; CARVALHO, Salo de (Orgs.). *Direitos Humanos e Globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2004.

HILFERDING, Rudolf. *Finance Capital - a study of the latest phase of capitalist development*. Trad. Morris Watnick e Sam Gordon. London, Boston and Henley, Routledge & Kegan Paul, 1981 [1910].

HUGON, Philippe. *Geopolítica da África*. São Paulo, Editora FGV, 2010. Hugon, 2010.

HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>.

_____. "América do Sul físico, relevo e hidrografia". Disponível em: < <http://www.america-sul.com/imagens/mapa-fisico.jpg> >.

IDDAB. "Repúdio pelo assassinato da estudante angolana Zulmira e apoio a nota do IDDAB". Disponível em: < <http://iddab.wordpress.com/2012/05/27/repudio-pelo-assassinato-da-estudante-angolana-zulmira-e-apoio-a-nota-do-iddab/> >.

IMDH. Caderno de Debates refúgio, Migrações e Cidadania, v.4, n.4. Brasília, Instituto de Migrações e Direitos Humanos, 2009.

IMF, 2003, External Debt Statistics: Guide for Compilers and Users – Appendix III, Glossary, IMF, Washington DC.

IONLINE. Entrevista de Sandro Mezzadra: “A ilegalidade dos migrantes é muito bem vista pelo capital”. Disponível em: < <http://www.ionline.pt/mundo/sandro-mezzadra-ilegalidade-dos-migrantes-muito-bem-vista-pelo-capital#.UFTy6dkkkgM.twitter>>.

IPEA. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional*. Brasília: IPEA, ABC, 2010. Disponível em: < www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperacao_Brasileira.pdf>.

IPEA; BANCO MUNDIAL. *Ponte Sobre o Atlântico - Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento*. Brasília, IPEA e Banco Mundial, 2011.

JUBILUT, Liliana Lyra. “Refugee Law and Protection in Brazil: a Model in South America?”. *Journal of Refugee Studies*, v. 19, n. 1, Oxford, 22-44, 2006.

KALY, Alain Pascal. “Os Estudantes Africanos no Brasil e o Preconceito Racial” In CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas, Brasil 2000*. Brasília: CNPD. p. 463-478, 2011.

KENNY, M. A. The importance of psychosocial support in the refugee status determination process. FAHAMU Refugee Legal Aid Newsletter, mar/2012.

LE BILLON, Phillippe. *Fuelling War: Natural Resources and Armed Conflicts* (Adelphi Series). Routledge, 2006.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. *O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil. Comentários sobre decisões do Conare*. Brasília, ACNUR; Conare, 2007.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro; MILESI, Rosita . “A Solidariedade do Refúgio no Brasil”. IN: MILESI, Rosita; SHIMANO, Maria Luiza. (Org.). *Migrantes Cidadãos*. São Paulo, Edições Loyla, 2001, v. 1.

LENIN, Vladimir I. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Tomo 2 das Obras Escolhidas em seis tomos, de V.I. Lênine. Lisboa-Moscou, Editorial Avante!, Edições Progresso, 1984 [1917].

LIMA, M. R. S. Autonomia, não indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 83, p. 16-20, abril/junho, 2005.

LOPES, Cristiane M. S. *Direito de Imigração. O Estatuto do Estrangeiro em uma Perspectiva de Direitos Humanos*. Porto Alegre, Nuria Fabris, 2009.

MACHADO, Leticia Wittlin. “As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais”. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2012.

MALTA, Maria de Mello. “Sensos do contraste: o debate distributivo no ‘milagre’”. In: MALTA, Maria de Mello (Coord.). *Ecos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA e CICEF, 2011, pp. 193-222.

MANDUCA, Paulo César S. *As relações Brasil-África do Sul*. Campinas: Unicamp, 1995. Dissertação de Mestrado.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 4ª ed. Vitória, Editorial Vitória Limitada. 1960 [1848].

MEDEIROS, Sabrina E. Sobre Cooperação Internacional e Compliance — observações derivadas das atividades da Agência Brasileira de Cooperação. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, vol. 1, n. 1, março/2009..

_____. Modelos de reputação internacional e paradigmas de política externa. *Contexto internacional*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, Dec. 2011 .

MEZZADRA, Sandro. Derecho de fuga. Migraciones, ciudadanía y globalización. Trad. Miguel Santucho. 1ª ed. Madrid, Traficantes de Sueños, 2005.

MIGNOLO, Walter. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto.” In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MILANI, Carlos R. S. “Cooperação Sul-Sul e Política Externa em Perspectiva Comparada: África do Sul, Brasil, China, México, Índia e Turquia”. Projeto de Pesquisa IPEA/CNPq, 2012.

MNDH, DhESCA, MISEREOR, PAD. "Direitos Humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas". Passo Fundo, 2012. Disponível em: <<http://oestrangero.org.files.wordpress.com/2012/12/direitos-humanos-brasil-3.pdf>>.

MORAIS , Sara Santos ; SILVA, Kelly Cristiane da. “Estudantes de países africanos de língua oficial portuguesa nas universidades brasileiras: tensões de sociabilidade e dinâmicas identitárias”. Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, Belém, 2010.

MOREIRA, Julia Bertino. Política em Relação aos Refugiados no Brasil (1947-2010). Tese - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

MOURÃO. Daniele Ellery. “Cabo Verde, Guiné-Bissau, Brasil: Saudade e festa como reconstrução e afirmação de elos afetivos”. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, vol. 10, nº29, pp. 256-273, 2011.

MOYO, Damvisa. *Dead Aid: why aid is not working and how there is another way for Africa*. Nova York: FSG, 2009.

MRE, Itamaraty: <http://www.itamaraty.gov.br/>

MRE, “Cronologia da Política Externa do Governo Lula (2003–2006)”, 2007. Disponível em: <www.funag.gov.br/BDPE/Livro%20Cronologia%20da%20Politica%20Governo%20Lula%20-%202003-2006_Saida.pdf>.

_____. “Balanço da Política Externa Brasileira—2003–2010”, “7.1.2.Cooperação Internacional. Cooperação bilateral recebida”, 2011. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.2-cooperacao-internacional-cooperacao-bilateral-recebida/view>.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. *"O Mito Atlântico": relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas*. (Dissertação de Mestrado) UFRGS: Porto Alegre, 2004.

NEGRI, Antonio. *Cinco Lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 *apud* SOUZA, Op. Cit

NOGUEIRA, Carlos. *Imigração e racismo*. Revista Versis, n. 3, 2009, pp. 24-25.

O ESTRANGEIRO. "Refugiados nas escolas do Rio". Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2012/10/27/refugiados-nas-escolas-do-rio/>>.

_____. "Revalidação de diplomas: o avanço que deve se tornar exemplo". Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2013/03/24/diplomas-o-avanco-deve-se-tornar-exemplo/>>.

_____. "Adus: um exemplo de humanismo prático". Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2012/08/04/adus-um-exemplo-de-humanismo-pratico/>>.

_____. "Angolanos não conseguem se regularizar". Disponível em: <http://oestrangeiro.org/2013/02/01/angolanos-nao-conseguem-se-regularizar/>

_____. "Brasileiros: acolhedores, porém preconceituosos". Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2012/09/06/brasileiros-acolhedores-porem-preconceituosos/>>.

_____. "Escalada de violência contra universitários africanos e latinos". Disponível em: < <http://oestrangeiro.org/2012/06/05/escalada-de-violencia-contr-universitarios-africanos-e-latinos/> >.

_____. "Estrangeiras presa: fim da recomeço?". Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2012/06/05/estrangeiras-presas-fim-da-recomeco/>>.

_____. "O calvário africano diante da omissão do Estado". Disponível em < <http://oestrangeiro.org/2012/12/25/o-calvario-africano-diante-a-omissao-do-estado/>>.

_____. "Saudações senegalesas na terra do frevo". Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2013/02/16/saudacoes-senegalesas-na-terra-do-frevo/>>.

_____. Depoimento retirado de da seção "comentários e reações". Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2013/02/01/comentarios-e-reacoes/>>.

OCDE. "Glossary of Statistical Terms: Official Development Assistance (ODA)", 2003. Disponível em: < <http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=6043>>.

OLIVEIRA, Camila De'Carli Cardoso de. "A cooperação para o desenvolvimento no governo Lula". Anais do I Seminário Nacional de pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília, julho/2012.

OUTRAS PALAVRAS. "Por um país coerente e cosmopolita". Disponível em <<http://ponto.outraspalavras.net/2012/05/05/politicas-de-imigracao-brasil-por-uma-postura-coerente-cosmopolita/>>.

PATARRA, Neide Lopes. “O Brasil: país de imigração?”. *E-metropolis*, n. 9, ano 3, junho/2012.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. 2011. Discurso no Woodrow Wilson International Center for International Scholars, Washington, DC, 31 de maio. Disponível em: <www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1419&fuseaction=topics.event_summary&event_id=700273>.

PENNA FILHO, Pio. "Regionalismo, segurança e cooperação: o Atlântico Sul como estágio de possibilidades entre o Cone Sul e África Austral". Anais do XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2003.

PEREIRA DA SILVA, Bethânia Godinho. *O Brasil como um Receptor de Refugiados*. 2011. Monografia de Especialização – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

PEREIRA, Glória Maria Santiago; BIZERRIL, José. “Refugiados no Brasil: Identidade e Subjetividade”. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo, Max Limonad, 1998.

POURTIER, R. *Afriques noires*. Paris: Hachette, 2001.

PRAVDA. “Brazil to become another center of world immigration”. Disponível em: <<http://english.pravda.ru/world/americas/28-11-2011/119761-brazil-0/>>.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade y modernidade/racionalidad”. In: Heraclio Bonilla (comp.). *Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas*. Quito: Libri Mundi, Tercer Mundo, 1992.

RÁDIO NEDERLAND. “Congolese no Rio de Janeiro”. Brasil, áudio disponível em: <<http://archieff.rnw.nl/portugues/radioshow/congolese-no-rio-de-janeiro>>.

_____. “Refugiados no Brasil”. Brasil, áudio disponível em: <<http://archieff.rnw.nl/portugues/radioshow/refugiados-no-brasil>>.

REKACEWICZ, Philippe. “Mapa de recursos naturais e conflitos na África”. Disponível em: <<http://www.thewhyofdevelopment.com/wp-content/uploads/2011/07/artoff39391.jpg>> .

REDE RECORD. “*Perseguidos*”, documentário realizado em 2013, disponível em: <<http://rederecord.r7.com/video/brasil-e-um-dos-principais-destinos-de-pessoas-perseguidas-no-planeta-513d29a9b61c250a91b537bb/>>.

REKACEWICZ, Philippe. “Mapa de recursos naturais e conflitos na África”. Disponível em: <<http://www.thewhyofdevelopment.com/wp-content/uploads/2011/07/artoff39391.jpg>> .

RIBEIRO, Valéria Lopes. “A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico”. *Revista Oikos*. Rio de Janeiro, Volume 9, número 2, 2010.

RODNEY, Walter. *Cómo Europa subdesarrolló a África*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

RODRIGUES, José Honório. 1961. *Brasil-África: Outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SABADINI, Maurício de Souza. "Globalização e capitalismo contemporâneo: notas preliminares a partir da obra *O capital financeiro* de Rudolf Hilferding". Anais do I Seminário de Crítica da Economia Política – questões contemporâneas. Teófilo Otoni, março de 2012.

SALOMÃO, Luiz Alfredo. *Angola: desafios e oportunidades*. *Revista Política Externa*. Vol. 17, n 1, jun-jul-ago 2008. Pp. 36-37

SANTOS, Boaventura de Souza. "Uma concepção multicultural dos direitos humanos". *Lua Nova*. Número 39. São Paulo, 1997, pp. 105-124.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan./jun. 2002.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; LIMA, João Brígido Bezerra; CAMPOS, Rodrigo Pires de. "Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Primeiro Levantamento de Recursos Investidos Pelo Governo Federal". *Boletim de Economia e Política Internacional*, 2010.

SEITENFUS, Ricardo. "De Suez ao Haiti: a participação brasileira em operações de paz". 2006, pp. 1-15. Disponível em: < [http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus - De Suez ao Haiti.pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf) >.

SILVA, Andréa Lúcia Alves da. "Os refugiados no cenário mundial e a garantia dos direitos humanos através de uma cultura de paz". *ALADAA - Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos X Congresso Internacional*. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

SOUZA, Fabrício Toledo de. "O caso Battisti e o caso dos refugiados congolezes: a justiça em termos de luta". *Lugar Comum*, n. 30, pp. 85-94.

SUBUHANA, Carlos. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1, pp. 103-126, 2009.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A Humanização do Direito Internacional*. Belo Horizonte, Del Rey, 2006.

_____. *Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (Período 1941-1960)*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1984.

UNDP, AU, ECA, ADBG. "MDG Report: Assessing Progress in Africa toward the Millennium Development Goals". 2012.

UNDP. What is South-South cooperation? Special Unit for South-South Cooperation. New York, novembro de 2008. Disponível em: < http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html >.

UNIC. ABC das Nações Unidas. Rio de Janeiro, UNIC, 2008.

UOL NOTÍCIAS. “Africano que tentou fugir é amarrado por tripulantes de navio ancorado na Bahia”. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/03/25/africano-que-tentou-fugir-e-amarrado-por-tripulantes-de-navio-ancorado-na-bahia.htm> >.

_____. “Lula pede para que os laços com a África sejam aprofundados”. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2006/11/30/ult34u169184.jhtm> >.

VEIGA, Larissa Mazolli. “As teorias marxistas sobre o imperialismo e a origem do capital financeiro”. Anais do Colóqui Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Niterói, novembro de 2011.

VIDA, Samuel Santana. “Africanos no Brasil: uma ameaça ao paraíso racial”, in CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas, Brasil 2000*. Brasília : CNPD, 2001.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. “Os investimentos brasileiros no governo Lula: um mapa”. *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, v. 12, n. 128, nov-dez/2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. “South-South Cooperation, prestige diplomacy or "soft imperialism"? Lula's government Brazil-Africa relations”. *SÉCULO XXI*, Porto Alegre, V. 1, Nº1, jan-dez 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevich. “A política africana do governo Lula”. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Africa – The Politics of Independence and Unity*. Lincoln e Londres, University of Nebraska Press, 2005, v. 1.

WESSELING, H. L. *Dividir para Dominar*. Trad. Celina Brandt, 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; Editora Revan, 2008.

YAHOO NOTÍCIAS. “Tendência se inverte e Brasil já barra mais estrangeiros”. Disponível em: < <http://br.noticias.yahoo.com/tend%C3%A2ncia-se-inverte-brasil-barra-estrangeiros-114600406.html> >.

ZEA, Leopoldo (Ed.). *América Latina en sus ideas*. México, UNESCO, Siglo XXI, 1986.

ZIZEK, Slavoj. “Did somebody say totalitarianism? Five interpretations in the (miss)use of a notion”. Londres e Nova York, Verso: 2001.

_____. “Política anti-imigração: Barbarismo com aparência humana”. **Disponível em:** http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/esp_1579/politica+antiimigracao+barbarismo+com+aparencia+humana.shtml.

Documentos legislativos:

Resolução 08 da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 12 de fevereiro de 1946.

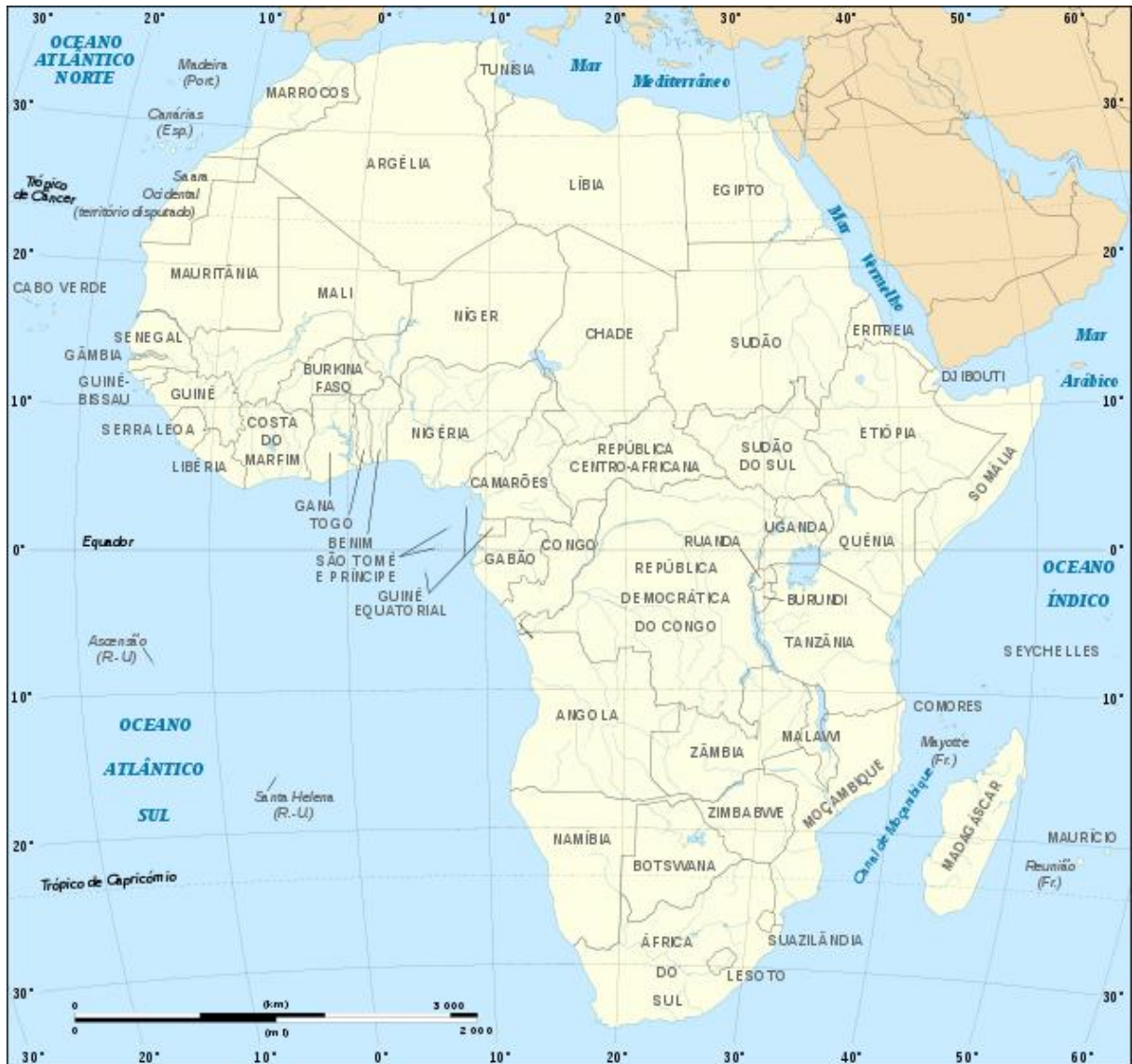
BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2011.

_____. Lei 6.815 (1980). **Estatuto do Estrangeiro**. Brasília. DF, Senado, 2011.

_____. Lei 9.474 (1997). **Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências**. Brasília. DF, Senado, 2011.

6 ANEXOS

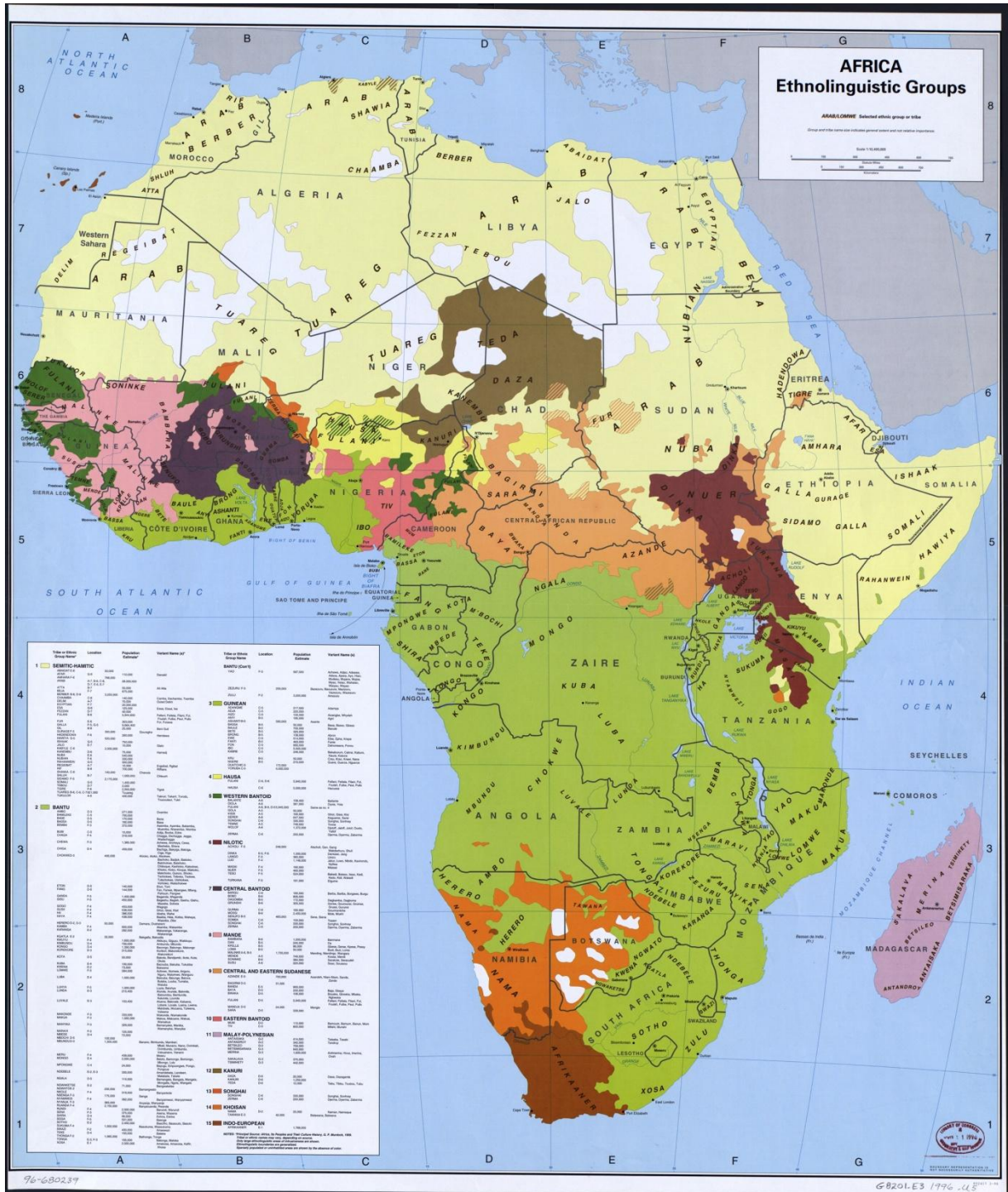
ANEXO A:

Mapa político da África²⁸⁰

²⁸⁰ Disponível em: <http://africanas.files.wordpress.com/2012/08/africa-politico-novo.png>

ANEXO B:

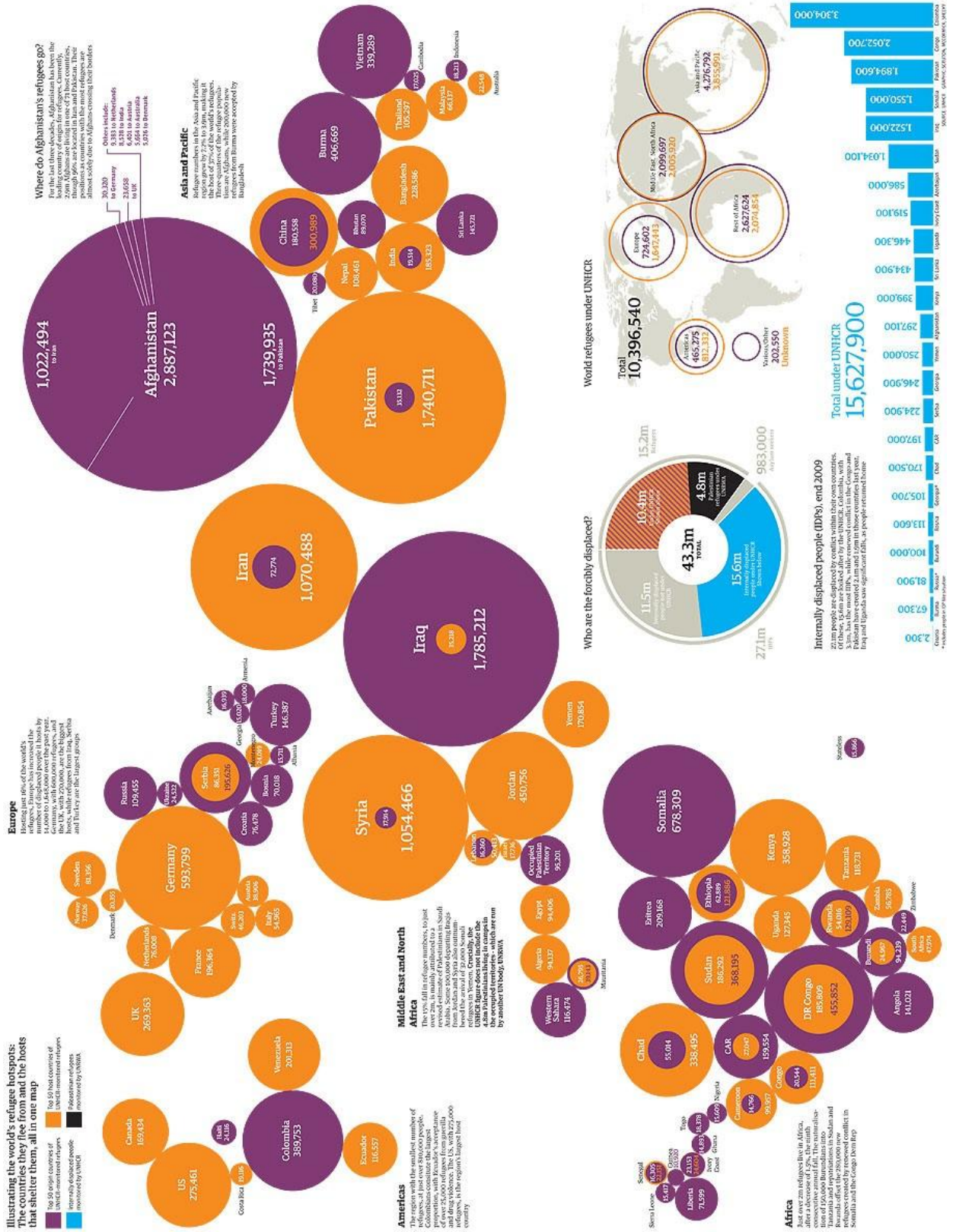
Grupos etnolinguísticos da África²⁸¹



281 ARAB/LOMWE. "African Ethnolinguistic Groups". Disponível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/49/Africa_ethnic_groups_1996.jpg

ANEXO C:

Refugiados internacionais sob a proteção do ACNUR²⁸²



282 Global Trends, 2011.

ANEXO D²⁸³:

“Eu, Viriato Vieira Luamba, de nacionalidade Angolana, portador do RNE (...) residente na cidade do Rio de Janeiro casado com uma Brasileira e tendo atualmente 03 filhos maravilhosos.

Cheguei no Brasil, em 1993 mas precisamente na cidade do Rio de Janeiro, fugindo da minha terra natal devido a guerra civil que ocorria em todo território naquele momento, Onde fiz a solicitação junto a cáritas da cidade o pedido de refugio conforme a lei 9.474 de 22-07-1997.

Atualmente não consigo renovar o meu RNE, tendo em vista que foi publicado no diario oficial que todos os Angolanos e Liberianos na condição de refugiados, tornariam-se permanente nas suas classificações. conforme a portaria 2650 de 25-12-2012.

Sendo que as cáritas não passa as informações precisas referente as documentações necessarias, já a policia federal no primeiro momento esta solicitando uma declaração das cáritas para liberar as renovações.

Por sua vez as caritas alega, que não poderá fornecer a tal declaração tendo em vista que a galera não era mas de sua responsabilidade. A polícia federal então começou a solicitar uma carterinha consular e agora também esta solicitando a correspondencia enviadas aos refugiados.

Meus SENHORES quando muitos Angolanos chegaram ao Brasil fugindo da situação em o país encotrava-se na sua maioria não possuia todos os documentos necessarios, e outros ainda vieram com nomes de outras pessoas para poder sair o mais rapido do país.

O consulado Angolano no Rio so fornece carterinha quem tiver certidão de nascimento reconhecido em Angola pela relações exterior e Justiça, vivo no mesmo endereço a mmas de 6 anos e também não recebi nenhuma correspondencia da policia federal.

Preciso bastante da ajuda dos senhores sobre todo o processo correto e exato na renovação de refugiado para permanente conforme a portaria 2650 de Dezembro de 2012.

Conto bastante com a colaboração dos mesmos,

desde já agradeço a todos!!!”

Viriato Luamba

²⁸³ Depoimento retirado de da seção “comentários e reações”, disponível em: <http://oestrangeiro.org/2013/02/01/comentarios-e-reacoes/>

ANEXO E:

Voices dos Novos Imigrantes – Refugiados no Brasil²⁸⁴

(Audiocdocumentário de 24'41". Apresentação: Roberto Sousa, jornalista âncora do programa Redator Comunitário da Universitária-FM Recife. Produção: Daniela Stefano Reportagens: Railda Herrero e Daniela Stefano. Participação especial: Alexandra Aparício, Refugiados Unidos.)

Muitas pessoas que vivem em regiões em que há conflitos e guerras ou em países governados por ditadores são obrigadas a imigrar para sobreviver. Sob a condição de refugiados, procuram sair de seus países sem chamar a atenção das autoridades. Muitas vezes esta viagem é cheia de riscos e chegar a um país distante nem sempre significa a solução para os problemas. As repórteres Railda Herrero, em São Paulo, e Daniela Stefano, no Rio de Janeiro, conversaram com refugiados e brasileiros que os ajudam a dar os primeiros passos na nova sociedade que os acolhe. O Brasil está preparado para receber estes imigrantes?

Somália: *My name is H., I'm a refugee here in Brazil. I fled my country four months ago because of civil war since 1991.*²⁸⁵

Carla Aparecida: Ele está fugindo dos problemas da guerra civil, obviamente porque todo conflito é bastante perigoso para qualquer cidadão em qualquer país, mas no caso dele existe ainda um complicante: ele é um rapaz jovem, saudável e ele foi recrutado pelo Al-Shabaab, que é uma força miliciana da Somália, e obviamente ele não quis. E essa negativa a essa milícia pode implicar em morte dele ou dos familiares, então o que eles fazem? Eles fogem. A família foge também. Eles se escondem e ele conseguiu falar com uma pessoa, que é um “atravessador” (essas pessoas que passam as pessoas de um lado para outro) e pegou o dinheiro que ele tinha, o pouco dinheiro que ele conseguiu com a família e com amigos, e pagou essa pessoa e disse “me leve ao Canadá ou aos Estados Unidos” e esse atravessador disse “o.k., eu vou te levar”. E quando ele se deu conta ele estava aqui no Brasil, ele não foi levado até o Canadá, ele parou aqui.

²⁸⁴ Programa da Rádio Nederland – Brasil, áudio disponível em: < <http://archieff.rnw.nl/portugues/radioshow/refugiados-no-brasil>>. Transcrição nossa.

²⁸⁵ Os refugiados entrevistados neste programa misturaram muitas vezes o português com o inglês ou o francês, o que gerou uma sobreposição de áudios, pois as entrevistadoras traduziam simultaneamente suas falas. Assim, transcreveu-se aqui de maneira a tentar organizar de maneira lógica e clara as falas de cada um.

S.: *Because I go to every right, what is right for me, I didn't go to any difficulties, I can live in Brazil.*

C.A.: Mas ainda assim ele pretende ficar aqui, pelo menos por enquanto, recomeçar a vida dele e trabalhar e se adaptar.

S.: *Some months, if I got any documents.*

Narradora: O jovem somaliano, Houssein, foi acolhido pela Casa do Migrante de São Paulo. A história dele se soma a de centenas de refugiados que chegaram ao Brasil como que por acaso, já que o destino final de suas viagens era um país desenvolvido.

C.A.: Na verdade o Brasil seria uma rota e depois quando eles chegam aqui eles descobrem que não tem essa rota. Chegam aqui e ele tem que ou ficar ou ficar. Acabou a opção dele. Muitos chegam aqui com a promessa de que daqui eles vão pros países que eles escolheram, só que quando eles chegam aqui eles descobrem que aquilo era um gato, quer dizer, uma pessoa que trouxe eles até aqui e que daqui não vai sair mais.

Narradora: Uma das razões para que isso aconteça é que essas pessoas querem, antes de tudo, sair de uma situação de risco. Para fugir de uma ameaça de prisão ou morte, entram no primeiro navio que encontram atracado no porto. Explica Carla Aparecida, coordenadora da Casa do Migrante de São Paulo:

C.A.: O que tiver atracado e muitos não têm acordo nenhum, eles entram e ficam nas salas de máquinas, às vezes num pátio escondido, aonde der para esconder, porão, aonde for. E vêm. E o medo deles é ser descobertos. Então eles ficam ali, dias e dias, as vezes sem comer.

Alexandra Aparício (Refugiados Unidos/São Paulo): Ou a tripulação vai compactuar e ajudar e nisso ele vai sair de noite do navio e vai se esconder ali entre os *containers* e vai aguardar, ou, se a tripulação se assustar com a possibilidade de pagar uma multa, pode até jogá-lo na água, como já aconteceu. E há casos de pessoas que já chegaram aqui, quando foram jogados na costa, nadando, outras pessoas foram resgatadas por outros navios e isso acontece, sim, infelizmente acontece. Então quando eles entram no navio eles se escondem. E aí eles não têm a menor noção de onde eles estão indo. Eles não olham a bandeira, “vou entrar aqui porque eu vou para o Brasil ou porque eu vou para a Europa”, não, é o que está aberto. Ele entra e seja o que deus quiser. E eles chegam em São Paulo, chegam no Rio, chegam em Recife, ou aonde eles conseguirem aportar. E aí eles, durante a madrugada, saem para pedir ajuda, ou de manhãzinha. É a forma como eles chegam aqui.

C.A.: Em uma das entrevistas, respondeu assim para mim: “A senhora sabe o que é chegar em um lugar, a senhora não sabe onde está. Eu parei no navio, falaram que eu tinha que descer,

eu desci, era de madrugada. Eu vi um monte de gente branca falando outra língua. Eu não fazia ideia de onde eu estava. Eu sentei e comecei a chorar”

[pergunta inaudível]

Então, este específico, sentou e começou a chorar. E as pessoas vieram para tentar ajudar ele e viram que ele não falava português, e ficou todo mundo em volta e tal, até que chegou um e fez um sinal para ele de esperar. E ele ficou sentado esperando e acharam um africano que trabalha no porto, esse africano veio até ele e falou assim “olha, fica aí, que daqui a pouco eu volto para te buscar.” Só que o rapaz tinha que trabalhar. Ele trabalhou o dia inteiro e ele continuou sentado no mesmo lugar. Aí o rapaz foi, ajudou ele, levou ele para casa, deu banho, deu comida e no outro dia trouxe ele até São Paulo, mostrou onde é a Cáritas e foi embora. Aí você pergunta: “quem é essa pessoa?” Não sei. Porque esse africano já ajudou vários outros africanos e nunca diz o nome. Ele só ajuda e mostra onde a pessoa tem que ir. Dali pra frente a pessoa tem que se virar. Já teve mais de dez histórias falando do mesmo africano e ele nunca fala quem ele é.

Narradora: A Cáritas do Brasil é parceira do governo brasileiro e da Agência das Nações Unidas para refugiados. Esta entidade ligada à Igreja Católica é responsável por receber os imigrantes que chegam como refugiados ao Brasil. Ouve seus depoimentos e enhaminha seus documentos para que o Conselho Nacional para Refugiados emita um parecer sobre a permanência, ou não, do solicitante de refúgio no Brasil.

A.T.: Quando ele chega, assim que ele pede refúgio, o *status* dele é de solicitante de refúgio. Ele tem uma situação regular no Brasil, ele está legal no Brasil, mas ele é pendente. O governo brasileiro vai analisar o pedido dele e aí numa média de sete meses, por aí, sai a resposta e aí ele vai ser reconhecido ou não como refugiado.

Narradora: Aline Tuller é assistente social da Cáritas no Rio de Janeiro.

A.T.: Tendo reconhecido a situação de refúgio, após quatro anos ele pode solicitar a permanência: ele continua cadastrado como refugiado, mas ele tem o *status* de permanente no Brasil. Ou, se por exemplo ele tiver um filho brasileiro ou se casar com uma brasileira, antes desses quatro anos ele pode solicitar a permanência. E depois, mais alguns anos, que eu não sei te informar quantos, ele pode solicitar a naturalização dele. E aí ele vira cidadão brasileiro.

Daniela Stefano: De acordo com o advogado da Cáritas no Rio de Janeiro, Fabrício Toledo, o solicitante de refúgio já recebe até mesmo uma carteira de trabalho provisória.

Fabrício Toledo: O refugiado na verdade, desde que ele é solicitante de refúgio, ele tem o direito de trabalhar, desde o primeiro dia que ele chega aqui. Ele recebe inclusive uma carteira de trabalho provisória e quando ele é declarado refugiado, que se torna definitiva, ele pode

trabalhar desde o dia que ele chega. Ele não tem nenhuma restrição em relação a acesso a serviços públicos.

Railda Herrero: No entanto, na opinião da assistente social, Carla Aparecida, da Casa do Migrante de São Paulo, isso não é o suficiente.

C.A.: A lei, ela dá direito aos documentos, mas vamos supor: você chega num país, eu te dou uma carteira de trabalho, mas eu não te dou aonde comer e nem aonde dormir, você faz o quê com sua carteira de trabalho?

R.H.: Não conseguem trabalho?

C.A.: conseguir trabalho até conseguem, o problema é o espaço de tempo desse trabalho, né? Porque, assim, se você não fala português, você tem que primeiro aprender o português e depois te encaminhar para um trabalho. Quanto melhor você falar português, melhora trabalho que eu posso te conseguir. Muitos deles são formados, então eu tenho engenheiros, eu tenho administradores, eu tenho um contador. Mas eu não posso encaminhar eles para esse trabalho porque eles não vão conseguir conversar, eles não vão conseguir se articular porque são normas totalmente diferentes.

A.A.: Então é muito comum, no Rio de Janeiro, os refugiados trabalharem como camelôs, como pedreiros... em áreas em que a informalidade é muito mais fácil. Vendendo bala, na praia, cerveja na praia, ou mesmo na Uruguaiana, mesmo tendo uma profissão. Então o que a gente tenta fazer é enconminhá-los a um curso no Brasil, mesmo nas áreas em que eles já davam aula, eles fazem o curso para terem minimamente um comprovante e aí sim conseguirem voltar a ocupar o cargo que eles ocupavam e a profissão que eles tinham nos seus países de origem.

D.S.: Em alguns casos, segundo Aline Tuller, da Cáritas do Rio de Janeiro, o rótulo de Refugiados atrapalha na contratação: é que o contratador confunde refugiado com foragido.

A.T.: “Ah, foragido, não sei se ele tá legal no Brasil, não sei qual tipo de problema eu vou ter com ele, o que ele fez no país dele para estar fugindo para cá.” E eles procuram a gente muitas vezes por isso e, quando a gente pode, a gente faz contato, explica que eles não estão fugindo que eles estão numa condição legal no Brasil, que pode contratar, que eles têm a carteira de trabalho, que eles têm direito ao trabalho, e que os direitos e os deveres são os mesmos de um brasileiro.

D.S.: De acordo com ela, além da dificuldade de encontrar trabalho, é complicado alugar uma casa se você é refugiado.

A.T.: Pra alugar uma casa, fora da comunidade, fora da favela, são exigidos muitos documentos, três meses de depósito adiantados e tem umas burocracias, tem umas exigências

que eles muitas vezes não têm como cumprir. E o aluguel caro e tudo mais, então é comum que eles tendam a morar nas comunidades, nas favelas do Rio de Janeiro e aí conviver com a violência e com uma situação que não é incomum, infelizmente, nestes espaços. A gente tem relatos de refugiados que dizem “eu saí do meu país por causa da guerra e eu escuto no Rio de Janeiro muito mais tiros do que eu ouvia no congo.”

R.H.²⁸⁶: Se um dia ele puder voltar à Somália, ele volta obviamente, mas ele tem a ciência de que é aqui que ele vai ficar. Não é onde ele queria ficar, mas é onde ele está e ele aceitou isso e é aqui que ele vai ficar. É uma situação assim, ele não tinha outra opção a não ser fugir, mas tudo isso foi movido pelo problema da guerra civil na Somália que hoje tem vinte anos.

Narradora: Um refugiado hoje no Brasil possui os mesmo direitos que um estrangeiro com visto de permanência no país possui, explica Fabrício Toledo:

F.T.: Formalmente a gente pode dizer que um refugiado tem os mesmos direitos que os direitos que um estrangeiro com visto permanente tem no Brasil. É difícil, na verdade, saber exatamente o que isso significa, mesmo para a gente que trabalha com isso, pois formalmente são poucas as restrições que um refugiado tem, por um lado, mas por outro lado a vida deles é muito mais complicada porque eles passam por processos muito mais difíceis, burocráticos, por exemplo, para poder viajar, para conseguir um passaporte, muitas vezes o termo “refugiado” que consta no documento serve mais para confundir e para atrapalhar do que para ajudá-los. Muitas vezes o termo é confundido com o termo “foragido” de uma perseguição, no sentido de uma ação judicial ou alguma coisa assim. Mesmo entre os brasileiros colocar a questão do direito como uma formalidade como uma abstração não faz nenhum sentido, então é preciso pensar como o refugiado vai viver essa dimensão também no Brasil. Na minha opinião, isto ainda não está posto. Acho que está posto como ele pode ser reconhecido como refugiado, como formalmente ele pode conseguir sua cidadania, mas a própria questão da cidadania para os brasileiros não está ainda colocada, e para eles menos ainda.

R.H.: E nem todos que solicitam conseguem o *status* de refugiado, de acordo com a assistente social da Casa do Migrante de São Paulo, Carla Aparecida.

C.A.: Não são todos que conseguem. Eu acho que são menos de 50% os que conseguem o visto de refúgio.

R.H.: Quando não conseguem, fazem o quê?

C.A.: Se tornam um imigrante irregular.

R.H.: E a polícia, faz vista grossa?

²⁸⁶ Traduzindo o que H. está falando.

C.A.: Claro, eles recebem a carta de expulsão, eles têm que pagar multa... eles notificam de mil coisas, mas deportar é muito difícil porque é caro. Eu já liguei pedindo, implorando uma deportação e eles falaram assim: “A gente não tem dinheiro, se a gente não tem dinheiro a gente não pode corta”.

D.S.: Fabrício Toledo, da Cáritas do Rio de Janeiro, também não conhece casos de deportação. Mesmo tendo o pedido de refúgio negado, os solicitantes de asilo acabam ficando no Brasil.

F.T.: Eu acho que a maioria delas continua vivendo no Brasil em situação irregular, sem documentos. Muitos conseguem alguma maneira de conseguir um visto de permanência. Eu, pelo menos, nos últimos anos não tenho conhecimento de um solicitante de refúgio que tenha tido seu pedido negado e tenha sido deportado, ou alguns poucos casos de pessoas que decidem sair do país, ou voltar para seu país ou ir para outro lugar. Mas é pouquíssimo comum que ele volte para seu país de origem. Se ele saiu, por mais que não tenha sido reconhecido, o fato de ele ter pedido refúgio no Brasil significa realmente que ele não quer voltar.

Narradora: Não querer ou não poder voltar ao seu país de origem, por mais que sinta falta de seus entes queridos – este também é o caso deste jovem da República Democrática do Congo, que contou sua história à Rádio Nederland, mas pediu o anonimato.

República Democrática do Congo: Eu deixei o congo por ausa do problema na política de lá. Sou contador de formação, sou também agente de direitos humanos. Trabalhava em uma ONG que se chama CIFEDH (*Centre Internationale pour la Formation et l'Encadrement em Droits Humaines*). Eu trabalho como contador, não tenho problema com o governo do Congo.

R.H.: Você então enfrentou perseguição política por causa de sua atuação em defesa dos direitos humanos. Você chegou a ser preso...

R.D.C.: *Je n'ai pas été détenu, j'étais menacé. Et maintenant le problem qui afet plus les menaces c'est, lors que nous avons public un rapport sur ...*

R.H.: Ele não foi preso, mas foi ameaçado pelo governo da RDC após a organização em defesa dos direitos humanos para a qual trabalhava ter publicado sobre um massacre ocorrido na Universidade de Kinshasa, em janeiro de 2011. A perseguição sofrida por ele e seis companheiros motivou a busca por refúgio em outro país.

[incompreensível]

R.H.: De Kinshasa, a capital da RDC, fugiram de taxi para Matadi, uma viagem que durou cerca de seis horas.

R.D.C.: *Nous avons réussi à stopper un bateau pour venir.* [música] Quando o governo ficou sabendo que estávamos já em Matadi, ele começou a nos procurar. Estávamos em seis, mas só eu com meu amigo conseguimos entrar em um navio [trecho incompreensível]. Só eu com meu amigo que conseguimos entrar. Os outros amigos não sei onde estão agora.

R.H.: Ah, você comprou um tíquete normal, e negociou a entrada do navio com o congolês. E você sabia que viria para o Brasil?

R.D.C.: Non, nosso problema era o de *quitter le territoire congolais*.

R.H.: O que vocês queriam era sair do território congolês. Qualquer barco para qualquer lugar. E quantos dias durou essa viagem até o Brasil?

R.D.C.: Mais ou menos três semanas ou quatro.

R.H.: E chegando no Brasil em Santos, como você procurou ajuda?

R.D.C.: Nós passamos três dias mais ou menos, uma pessoa *qui parlait français*. Que falava francês. Disse que ele é pastor e ia nos ajudar a pagar o transporte para nós, do porto de Santos até aqui, em São Paulo. Quando foi aqui em São Paulo, perguntamos *à la* Polícia.

R.H.: Para pedir o refúgio político?

R.D.C.: Sim, sim, sim.

R.H.: E aí você pediu o refúgio, e depois? Como é?

R.D.C.: [muito exaltado] *La situation est très difficile. Je ne veux pas parler de cette histoire parce que ça me fais mal, ça me fais réfléchir beaucoup de chose.*

R.H.: É difícil falar sobre isso.

R.D.C.: [muito exaltado] *Je commence à souffrir de même, les maladies que je ne souffris pas à cause de cette situation.*

R.H.: Relembrar isso faz você sofrer.

[música]

R.H.: Quantos anos você tem?

R.D.C.: Trinta e três anos.

R.H.: Você tem filhos?

R.D.C.: Tenho um filho que tem um ano e quatro meses agora.

R.H.: E mora lá?

R.D.C.: Mora na minha casa com minha esposa.

R.H.: E qual a situação?

R.D.C.: A situação de vida é muito difícil porque não tem uma pessoa que pode ajudar e viver. Porque eu ficava co-responsável. Eu tinha a responsabilidade pelas outras pessoas.

R.H.: Você era responsável por sua mulher, seu filho, seus pais e seus irmãos. Eles sofrem perseguição?

R.D.C.: O trabalho dos agentes de direitos humanos coloca o governo não tranquilo, porque a gente faz as denúncias [incompreensível] do governo. Quando não tem agente dos direitos humanos, o governo fica tranquilo. O governo já sabia que nós já tínhamos ido embora. Ele fica tranquilo. Não pode ir de novo para minha esposa, não. Minha esposa não tem problema com o governo.

R.H.: Então ela não tem perseguição

R.D.C.: Não.

R.H.: Sua grande preocupação, que está te deixando doente, com pressão alta, é a preocupação com a família que deixou lá?

R.D.C.: É, com minha família que ficou lá: minha esposa, com meu filho e meus irmãos e meus pais.

R.H.: Eles não tem alguém que ajude eles economicamente.

R.D.C.: Tem ajuda, mas era só eu quem tinha um bom trabalho, como chefe de departamento de uma empresa de transferência de dinheiro. Eu que ajudava todo mundo.

R.H.: E agora, como você faz para viver aqui no Brasil?

R.D.C.: A Cáritas nos ajuda para procurar trabalho e para fazer curso de português, para facilitar a “emprego” aqui no Brasil

R.H.: E você já conseguiu um trabalho?

R.D.C.: Já consegui um trabalho que não é na minha área. Eu sou contador de formação, mas aqui necessita experiência no Brasil, estudar no Brasil, mas eu estou há quatro meses agora, ainda não estudei aqui no Brasil, não tenho experiência aqui no Brasil. Como pode fazer? Posso fazer?

R.H.: Então que trabalho você faz?

R.D.C.: Aqui consegui um trabalho como ajudante geral. Eu sou formado, fiz universidade ciclo completo, aceitei trabalhar como ajudante, mas não gosto desse trabalho.

R.H.: A sua experiência profissional de lá não serve aqui?

R.D.C.: Não serve aqui porque aqui exige experiência daqui

R.H.: Apesar dessa dificuldade, você pretende ficar morando no Brasil?

R.D.C.: *J'ai toujours pensé a travailler pour mon pays.*

R.H.: Você quer voltar a trabalhar em seu país?

R.D.C.: *Travailler à mon pays.*

R.D.C.: Então é importante voltar?

R.H.: Não, voltar agora, não, porque tem problema para lá, o governo que fica para lá não pode aceitar para agora. Eu tenho que ficar por aqui, o Brasil ajudar também com isso. Seria importante estudar também e principalmente...

R.D.C.:... a reunificação da família enquanto você tiver que ficar no Brasil. E você gostaria muito de estudar, de melhorar nos seus estudos?

Sim, sim.

ANEXO F:

Voices dos Novos Imigrantes – Congolese no Brasil²⁸⁷

(Audiocdocumentário de 20'47"; apresentação: Roberto Sousa, jornalista âncora do programa Redator Comunitário da Universitária-FM Recife; produção e reportagens: Daniela Stefano.)

Os primeiros congoleses imigraram há cerca de 20 anos. A princípio como refugiados: buscavam sair de sua pátria em conflito. Com o passar dos anos, o Brasil foi se tornando um destino conhecido. Como se dá a integração dos congoleses na sociedade carioca?

Rádio Nederland: Uma banda góspel se apresenta durante um culto de uma igreja pentecostal congolesa no bairro carioca de Brás de Pina. O pastor autoriza a rádio Nederland a acompanhar um dos cultos semanais. [sons do culto] A maioria dos fieis são congoleses, embora eu veja alguns brasileiros por aqui. Por isso, o pastor prega em francês, a língua oficial da RDC, a República Democrática do Congo, mas um dos membros da banda traduz para o português. [musica do culto] A música é cantada em lingala, dialeto falado em partes da RDC, do Congo-Brazzaville e de Angola. Foi por causa da facilidade linguística e da transição de angolanos na RDC que os congoleses descobriram o Brasil como rota de imigração. Os primeiros chegaram a maios ou menos 20 anos como refugiados.

Regina Petrus²⁸⁸: Os congoleses muitas vezes chegam ao Brasil sem saber em que país estão chegando, ou essa pelo menos era a realidade de muitos casos no início dessa acentuação da vinda dos congoleses pra cá. É bem mais recente do que a dos angolanos, mas na medida em que vai se formando aqui uma comunidade de congoleses e que existem formas de comunicação pela internet, mais facilitadas pelo celular, cada vez mais, muitos já vêm através de contatos com essas redes sociais. redes de proteção, de compromisso, de amizade, de parentesco, de vizinhança, como se dá nos processos migratórios em geral.

Fabrcio Toledo²⁸⁹: O refúgio por um lado tem uma dimensão humanitária, que é de atendimento individual e de proteção individual, mas que deveria se fazer algum tipo de força para que isso fosse compreendido como uma questão política. No Congo, parte dos conflitos e que tinham como resultados morte, mutilação, estupro em massa, recrutamento e crianças para a luta, isso tinha a ver com a exploração de minérios para a fabricação de celulares, de

²⁸⁷ Programa da Rádio Nederland – Brasil, áudio disponível em: < <http://archieff.rnw.nl/portugues/radioshow/congoleses-no-rio-de-janeiro>>. Transcrição nossa.

²⁸⁸ Professora e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Migração (NIEM/UFRJ).

²⁸⁹ Advogado da Cáritas-RJ.

chips para computadores. Acho que para muitos se trata mesmo de começar do zero, muitas vezes eles não tiveram condições nem de trazer um documento de identidade. A partir do momento em que eles fogem do país de origem eles não têm mais como reaver estes documentos, então muitas vezes eles têm que começar do zero e muitas vezes aqueles que ainda conseguem trazer os documentos ainda têm um longo processo burocrático pra validar seus documentos aqui - eu estou falando principalmente daqueles que têm uma formação universitária, uma profissão, tinham alguma experiência de trabalho lá, e quando chegam aqui eles vão, na verdade, ocupar os trabalhos que se abrem nessas redes próprias dos congoleses, por exemplo, muitos estão trabalhando com comércio informal, com salões de cabeleiros e são esses os postos que se abrem para aqueles que possam trabalhar.

R.P.: Boa parte desses refugiados acaba por residir em áreas de favela e os congoleses que não se concentram somente na área de favelas de Brás de Pina, eles estão distribuídos também num outro município da área metropolitana do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, e mais recentemente ainda há um aumento da concentração de congoleses, refugiados e não refugiados, em diversas situações, regulares e irregulares, na área central da cidade, mais especificamente na estação Central dos trens.

[barulho de trens e pessoas]

Alfa: Meu nome é Alfa, *je suis coiffeur*, em português a gente fala que é cabeleiro ou barbeiro. Faço também escova, alisamento, relaxamento, faço tudo. Faço implante também, botar cabelo nas mulheres. Fazer alongamento.

R.N.: E o senhor é o único congolês aqui nessa região?

A.: Não, tem mais gente aqui [inaudível].

R.N.: E o senhor já trabalhava com cabeleiro no Congo?

A.: É, mas foi quando cheguei aqui que fiz cursos para fazer tudo, trabalhar com todos os tipos de cabelo.

R.N.: Alfa tem 47 anos de idade, os últimos 17 vividos no Rio e Janeiro. Nesse tempo pôde visitar seu país por três vezes, mas não pensa em voltar a viver lá. É que o congolês já está tão adaptado no Rio que já se sente brasileiro. Para ele agora é mais fácil falar português do que francês.

Letícia: Meu nome é Letícia, sou trancheira aqui no Rio de Janeiro. Trancheira é uma arte, né, é a arte de trançar cabelo. A maioria dos meus clientes são brasileiros, a maioria são os negros, mas branco também gosta de fazer. Congolese são poucos.

R.N.: E como é que você chegou ao Brasil?

L.: Eu cheguei aqui no Brasil pra conhecer, né? E também procurar uma vida melhor. Não tinha documento não tinha nada pra fazer, e como eu sei trançar cabelo, por isso eu entrei nesse mundo de trançar. Do jeito que nós pensamos, que lá fora a vida é muito melhor do que lá na minha terra, aí acabamos por ficar aqui. Mas não é verdade que a vida é só melhor fora. Tipo, eu trabalhava lá no Congo, eu me formei de Ciência Comercial e Financeira, aí trabalhei dois anos de contadora, agora to aqui fazendo trança. Imagina a oportunidade que eu perdi!

R.N.: Se você pensa no Congo, o que não tem aqui?

L.: A minha família. Sempre sinto saudade, da minha comida, da minha cultura que aqui não tem, é muito diferente.

R.N.: Você podia falar um pouquinho da sua cultura?

L.: No casamento, eu posso falar. Os homens de lá respeitam muito as mulheres. Dá valor, né, valor a mulher. Tem que pagar dote antes de casar. Aí já dá valor na família da noiva. É por isso que desde que eu estou aqui eu nunca namorei brasileiro, não! [risos] Nunca, não! Porque eu gosto muito da minha cultura, mas não sou racista não, né [risos]. Mas eu gosto da minha cultura mesmo. Deixa eu te falar uma coisa, aqui no Brasil, eu vi na televisão ano passado, um casamento que aconteceu ano passado e já são divorciados. Com seis meses, sete meses, já não tem mais casamento. Mas congolês quando se casa é pra vida inteira. O homem respeita a mulher, a mulher não faz nada, tem que ser mesmo caseira, depende do homem mesmo né.

R.N.: E vc pretende se casar com seu noivo?

L.: Primeiramente a família do noivo vai na família da noiva pedir a mão da noiva e segundo a família do noivo vai na família da mulher pra deixar o dote, né. Na terceira vez é casamento mesmo, né.

R.N.: A sua família já conhece seu noivo? Quantas vezes já foram na casa?

L.: Já foram duas vezes. Falta só mais uma vez.

R.N.: E já sabe quando vai acontecer?

L.: A gosto de deus! [risos]

R.N.: É da República Democrática do Congo o maior número de africanos que continuam chegando ao Rio de Janeiro. No entanto, a maioria dos cariocas desconhece a presença deles na cidade. É o que exploca Regina Petrus:

R.P.: Eu costumo dizer que “angolanos”, no Rio de Janeiro pelo menos, é um termo que se aplica a qualquer africano. E os outros africanos não gostam, lógico. Existe um grande desconhecimento em relação à África e aos países africanos, principalmente os que não são de língua portuguesa. Então o que é o Congo? Onde fica o Congo? Quando são congolezes? São dois Congos? Existe um desconhecimento muito grande e que afeta muito a autoestima desses

imigrantes e desses refugiados congolese que tentam afirmar sua identidade, seu pertencimento no país de origem. Eles não falam português, alguns falam francês perfeitamente, alguns falam um pouco de francês, todos falam lingala, então quando eles estão conversando entre si, num espaço público, num ônibus, isso causa um certo esranhamento, lógico, mas eles, nos depoimentos que eu pude recolher, o maior preconceito que eles sentem é pelo fato de serem negros e não pelo fato de serem estrangeiros, ou africanos.

Congolês (não identificado): É, morando aqui biscate pra cá, biscate pra lá, junta e paga o aluguel, né. Mas a gente tá vivendo aí, graças a deus, porque sem deus ninguém tá vivo não.

R.N.: O que o senhor acha do Brasil?

C.: O Brasil é um país bom mas não é bom, sabe? O trabalho é difícil. As pessoas falam que é muito trabalho, mas os trabalhos não são muitos assim não, como as pessoas acham. Tem violência, a guerra dos traficantes. Aqui há pouco eu tava nessa favela do alemão, aí a gente vê as pessoas morrendo. Sempre tem guerra. Eu não aguento não. Não acho o Brasil legal não.

R.N.: E o senhor pensa em ir pra outro país?

C.: Penso na Europa. Meu filho tá na França. Se deus quiser eu vou lá. Ficar aqui por quê? Acaba morrendo, né? De pouco em pouco eu to aqui, com 46 anos. Somos africanos, não tem família aqui. Você está sozinho. Tem que se virar de qualquer maneira. Então não é legal, não.

R.N.: Além dos salões de beleza, outra área em que os congolese atuam é na construção civil. Mas quem trabalha informalmente, não pode se dar ao luxo de ficar doente. É o caso de Genibabo que vive há 18 anos no Brasil, mas que agora sofre com dores crônicas no joelho direito.

Genibabo: Você pega trabalho, depois de cinco dias isso aqui começa, entendeu? Quem vai deixar você trabalhar mancando? E você vai ficar em casa? Porque quando começa você não consegue nem pisar no chão. Você tem que ficar dentro de casa. Você fica lá duas semanas, mas você acabou de pegar o emprego. É claro que o cara vai mandar você embora, ainda mais porque não tem carteira. O cara já fica sujo. Não sei o que eu faço, não sei.

R.P.: Os congolese vêm, na maioria são homens também, mas vêm muitas famílias e cada vez mais chegam mulheres grávidas, com filhos pequenos, sozinhas que perderam o marido ou que se separaram do marido na guerra ou por outras situações de perseguição política e que chegam aqui em condições muito difíceis. E é a comunidade mesmo, são os congolese mais antigos que têm uma certa liderança nessa comunidade que vão então acolher essas pessoas, e

dar um jeito de arrumar um lugar pra morar, aqui e ali, arrumar um trabalho, mesmo que informal, mesmo que temporário, existe uma grande solidariedade.

[barulho de máquina]

Jean-Pierre Pamelon: Essa máquina é muito boa, uma máquina boa para limpar madeira. [inaudível] você vai perceber que num minuto ele já fica limpo, muito limpo. É uma boa máquina.

Brasileiro (não identificado): Nós estamos na Av. Passos, centro do Rio de Janeiro, na grande Saara que é uma feira livre aqui do Rio, né. Nessa loja aqui funcionava uma grande sapataria do pessoal de São Paulo, houve um incêndio, queimou tudo e nós estamos aqui restaurando a fachada porque nós trabalhamos neste setor de patrimônio histórico, recuperação de fachada, setor cultural.

J-P.P.: Aqui nessa obra, tem uma coisa muito importante: a parceria que eu tenho com esse homem. A gente tá aqui nesse meio, no centro da cidade trabalhando há mais de 10 anos. Sofremos muito para chegar aqui. Às vezes faltava até transporte para sair aqui desse lugar, porque ou não tem serviço ou o serviço não deu certo ou alguma coisa no meio, mas hoje eu to trabalhando nas minhas obras, ele trabalha nas obras dele e ainda a gente trabalha em parceria. Fazendo uma coisa só, quer dizer, são muitos anos.

B.: Conheço o Pamelon há quase 20 anos e nesse período passou muito africano aqui. E africanos que não falavam português. Às vezes eu chegava e eles já estavam com os conterrâneos deles aqui na obra e como eu sabia, e sei que ele continua ajudando seu povo, eu não recusava, né. Às vezes sem condição de fazer o salário deles. E ele às vezes, muitas vezes aconteceu também de o salário dele ele dividir com eles.

J-P.P.: Na cultura congolana, aquela parte da solidariedade africana existe, mesmo que o mundo hoje tem aquela falsidade e tudo, mas algumas coisas sempre existem. Imagina, eu sou o diretor da cultura da comunidade anglo-congolesa no Brasil. Sou uma pessoa muito conhecida. Às vezes através de e-mail, ou através de embaixada, ou através de qualquer coisa vem a mensagem de que tá chegando uma pessoa para Pamelon, ou estudantes que já estão no Brasil ou estão chegando e estão com alguns problemas. O cara não sabe fazer nada, tá sem dinheiro tá sem nada. Primeiro eu sou obrigado a sensibilizar ele. Se eu não sensibilizar aqui, uma pessoa pode te chamar na rua e te colocar no caminho errado. E por isso tem que sensibilizar, tentar explicar como é que é o Brasil e a melhor maneira de você ganhar dinheiro e isso, se você se concentrar, em pouco tempo você vai começar a ganhar dinheiro. Porque a pessoa vem de lá, você vê: eu fiz Ciências Sociais, aqui eu to trabalhando na construção civil. Quer dizer, vou ter que sensibilizar, mostrar essas coisas todas.

R.N.: Jean-Pierre Pamelon, que no Congo havia se formado em Ciências Sociais, atua agora na construção civil. No Brasil, casou-se com uma congoleza, com quem tem dois filhos, tem uma vida social ativa e só não troca de nacionalidade porque tem a ideia de um dia poder voltar a viver na República Democrática do Congo.

J-P.P.: Eu tenho uma paixão pelo Brasil muito grande que acabo esquecendo que sou estrangeiro. Eu vivo uma vida normal, parece brasileiro. Vou dar um exemplo, a gente fica aqui trabalhando, às vezes até com tudo fechado, aí quando você vai sair você vê o cara perto da loja que quer fazer xixi ou alguma coisa, naquele momento você chega e fala “amigo, não pode fazer outro lugar, não?”. Quer dizer, não estou me sentindo mais congolês, estou sentindo que o cara tá estragando meu país.

ANEXO G:

Extratos de “*Perseguidos*”²⁹⁰

Narrador: Nos últimos anos foram os colombianos que mais procuraram abrigo no Brasil, agora a nova onda vem de um gigante africano: República Democrática do Congo (RDC) - um dos países mais ricos em recursos naturais, há 15 anos está em guerra civil.

Só há duas formas de chegar ao Brasil vindo da África: de avião ou de navio. Clandestinos escondidos no porão do cargueiro, é o mais comum. São trinta dias de uma longa e perigosa travessia e mesmo assim eles não param de chegar, mas evitam falar da fuga.

Congolês 1: Agora estou com outra vida, estou tentando ficar de pé aqui no Brasil e isso que é importante. Aquilo que já foi, já foi.

Narrador: Apesar de tão longe de casa e há cinco anos no Brasil, esse congolês foi surpreendido pelo destino:

Congolês 1: Quando estava saindo de casa para ir pegar o metrô, estava o cara lá, coitado.

Congolês 2: Cheguei aqui, a primeira coisa, eu comecei a chorar, chorei bastante.

Congolês 1: Ele estava falando francês. E pelo sotaque eu percebi que era do Congo.

Congolês 2: Ele me falou ‘fica calmo, fica calmo, não chora mais, eu vou te levar pra minha casa’

Narrador: Isso foi há seis meses, quando este jovem fugiu do Congo depois de ser sequestrado e obrigado a servir o exército. Jamais imaginava encontrar na rua tanto afeto e solidariedade.

Congolês 2: Esse cara, eu nunca vou te esquecer na minha vida. Nunca vou abandonar ele, porque é meu pai aqui no Brasil, né?

Congolês 1: Ele representa como meu filho. Só isso.

Maria Clara Senatore (pediatra MSF): Essas guerras que estão no escuro, que estão invisíveis, são guerras que não geram interesses da ajuda internacional.

Narrador: Neste edifício histórico no centro de São paulo funciona a Cáritas, parceira das Nações Unidas para refugiados. Aqui, todos os dias, dezenas vêm a procura de socorro.

Flávia (Conare/MJ): Meu nome é Flávia, tá? Eu Sou do Conare (Comitê Nacional para Refugiados) do Ministério da Justiça e eu estou aqui para fazer uma entrevista, pra saber o que passou com você, por que veio ao Brasil.

²⁹⁰ Documentário realizado pela Rede Record de televisão, em 2013, disponível em: < <http://rederecord.r7.com/video/brasil-e-um-dos-principais-destinos-de-pessoas-perseguidas-no-planeta-513d29a9b61c250a91b537bb/>>. Transcrição nossa.

Narrador: Depois dessa entrevista é que será decidido o futuro do solicitante de refúgio. Só três de cada dez tem o pedido aceito, os outros ficarão sem documento.

André de Carvalho Ramos (direitos humanos, USP): A situação de irregularidade aumenta e muito a exposição, sujeitando a mafia, sujeitando a coiotes, sujeitando a várias explorações.

D. veio do Mali (República do Mali, África, em guerra civil, a ex-colônia voltou a ser invadida este ano pelo antigo dominador, a França. Rica em ouro e urânio, quase metade da população está abaixo da linha de pobreza). Com cinco anos D. perdeu a mãe. Em 2007, o pai, guerrilheiro, foi assassinado num conflito no norte do país.

Flávia: E por que é que você pediu refúgio, D.?

D. (malinês): Lá no meu país não tem ninguém lá mais. Eu não quero ir lá mais.

Narrador: Pedidos de proteção triplicaram de um ano para cá. Só na Cáritas, foram quase dois mil. O processo é lento, a espera pode chegar a dois anos.

Bengali não identificado: Muito difícil, muito complicado. Muito complicado, não saiu o documento.

Narrador: Quando encontramos François, a mulher e a bebê recém-nascida, já fazia quase um ano que eles estavam no Brasil e ainda não tinham recebido o registro definitivo. Eles fugiram da guerra civil na costa do Marfim (África, o governo não reconhece o resultado das eleições de 2010, nas ruas, protestos e repressão são constantes). François foi espancado e perseguido por militares. Sua mulher, grávida, fugiu com o marido deixando para trás a filha mais velha do casal. enquanto ficou sem documentação, o contador teve que trabalhar de pedreiro 12h por dia por um salário de R\$800,00. Metade era para pagar o aluguel.

François (marfinense): É muito pouco, muito... para comprar o leite do bebê, para comprar fralda, para comprar comida. Eu me sinto incapaz de ajudar minha mulher e a bebê.

Narrador: O alívio chegou faz pouco tempo, com a notícia de que terão direito de permanência. François já pode ter um emprego melhor.

Liliana Jubilut (especialista Direitos Humanos): Precisamos lembrar de que eles são vítimas de violação de direitos humanos e que não podemos continuar a violar os direitos humanos deles aqui em nosso país.

José (congolês): Sou refugiado político. Preciso da ajuda do governo brasileiro. Preciso de ajuda do povo brasileiro.

Narrador: José serviu ao exército da RDC durante 14 anos. O capitão foi acusado de fazer parte da conspiração que assassinou o ex-presidente Kaliba (Laurent-Désiré Kaliba).

José: Não conhecíamos nada sobre a morte do presidente. Quem que matou o presidente? Ninguém conhece até hoje.

Narrador: A guerra matou mais de 10 mil pessoas e provocou a expulsão de quase meio milhão de congoleses.

Repórter: A ditadura congolesa mata?

José: Mata. Mata muito! Mata sem fim.

Narrador: Quando José fazia parte das forças armadas, às vezes, não teve escolha.

José: Em combate já matei. Em combate, quem é que não vai matar? Tem que matar mesmo, né?

Reporter: Você tem medo da morte?

José: É bom morrer no tempo que Deus te deu, mas é mau, muito perigoso morrer sem a vontade de Deus.

Narrador: De guarda-costas do presidente a morador de cortiço no Brasil. Aqui, a situação de José é crítica.

José: Não tenho fogão, não tenho gás, não tenho nada... nem geladeira, né? Não tenho. Não tenho nada.

Narrador: O aluguel custa R\$500,00, mas a ajuda que recebe da ONU é de apenas R\$300,00 e é só por três meses, depois disso vai ter que se virar sozinho.

Reporter: E essa aqui é sua cama?

José: É, minha cama é essa daqui. Durmo aqui sem nada.

Narrador: Se o que ele ganha não dá nem para o aluguel, como ele faz pra comer?

José: Nada. É só esse pão que comprei com um real aí e esse refrigerante.

Narrador: Nessas condições e sem ver a mulher e o filho há oito anos, ele só precisa de uma chance.

Reporter: O Brasil te trata bem?

José: Não. Não me trata ainda não.

Alberto Amaral Jr. (Direito Internacional USP): Ele precisa de instituições que favoreçam o reconhecimento dos seus direitos, e que possibilite sua instalação com vistas a um recomeço.

Narrador: A primeira coisa que um refugiado precisa antes mesmo da documentação, é abrigo. Aqui, na maior cidade da América Latina, são apenas 140 vagas disponíveis nas casas de acolhimento. Neste albergue é onde se encontram a maior parte das vagas, pouco mais de 105 leitos e a prioridade é dada aos haitianos que não se enquadram nas regras do refúgio.

[...]

Narrador: Em um mundo em que as guerras e as migrações são permanentes, mulheres e crianças precisam de atenção especial: médicos, psicólogos, enfermeiros, voluntários se

arriscam em terras arrasadas, enfrentam fome e epidemias. no cpo de refs a bataha eh epla sobrevivencia. milhões de seres humanos no planeta vivem nessas condicoes, no Sudão do Sul, Kênia, Burkina Faso, Paquistão. Em São Paulo, uma das maiores cidades do mundo, só ha um local exclusivo para acolhimento de mulheres e crianças refugiadas, e sao apenas 15 vagas e a casa é mantida apenas por doações.

Marisa Andrade (diretora da casa): Nós atuamos com um público que necessita de tudo. por conta destas necessiddes que entendemos que deveríamos ter também esta ajuda financeira.

foi criada para receber estrangeiras, condenadas por trafico de drogas e em liberdade condicional. direitos e deveres sao os mesmos. tanto pelas egressas do sistema prisional quanto para as refugiadas.

Sudanesa: A casa e boa, a comida é boa, a dona que trabalha aqui, tudo bom.

Narrador: Esta mulher está na casa com as filhas, foi expulsa do Sudão (África - 7 milhões de pessoas migraram do sul para o norte por causa da seca e da guerra há quase 50 anos; mulçumanos e não mulçumanos disputam o controle do país). Quando chegou ao brasil esta sudanesa ficou tres meses em carcere privado num sitio na grande Sao Paulo. o salario, so dava para comida. agora, abrigada na casa, voltou a sonhar.

Sudanesa: Eu quero so uma vida normal. casa, trabalho, minhas ciranças na escola.

Narrador: Joana ainda está em choque, chegou ha pouco de Angola:

Reporter: Voce ta triste?

Joana (angolana): Sim, muito triste, muito triste. Estou a chorar muito a noite porque meu marido, pai, meu marido nao está. meu filho nao está. tá vivo aonde? não sei. se morreu. não sei.

Narrador: Tudo que restou são lembranças do passado recente, o que coube na mala.

Joana: Roupa ficou, casa ficou, tudo, tudo, pai. tudo, não tem nada aqui. eu estou doente.

Narrador: Esta outra, recém chegada à casa, veio do Congo. no desespero, embarcou no avião sem saber o destino.

Congolesa: Você não pode perguntar ‘estou indo aonde’? Você está fugindo da guerra, tem que fugir primeiro.

Narrador: Deixou o marido e o filho mais velho na África. só há uma maneira de reunir a família outra vez: no Brasil.

Reporter: Se você ficar lá?

Congolesa: Vou morrer, porque tem guerra. vai violar gente, vai matar as pessoas. vai passar mal, não tem comida, não tem dinheiro não tem trabalho. tudo tá mal.

Narrador: Se não conseguir refúgio, poderá pedir a nacionalidade brasileira, porque seu filho nasceu aqui. O tratamento diferenciado tem atraído muitas mulheres grávidas para cá. No Brasil não há restrições, basta chegar e pedir o visto. So que a teoria é bem diferente da prática. em 15 anos, o brasil reconheceu menos de 5 mil refugiados. a Alemanha que tem metade da população brasileira (80 milhões), ja admitiu mais de meio milhão de refugiados.

Virgínius Lanza (coordenador Conare/MJ): Ainda não é o que os organizamso internacionais esperam do brasil. acho que nós vamos avançar ainda mais neste ano de 2013.

Marcelo Álvares Monge (diretor Cáritas): Quao rica é a cultura brasileira, por conta desses dos italianos, dos alemães, dos japoneses, dos holandeses que aqui chegaram. e nós acreditamos que é isso que as pessoas precisam e que é isso que as pessoas querem.

[...]